

XXV ENCOB

Encontro Nacional de Comitês
de Bacias Hidrográficas

JORNADAS DE CAPACITAÇÃO
RELATÓRIO



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Jornadas de Capacitação

Relatório do XXV ENCOB - Encontro Nacional de Comitês
de Bacias Hidrográficas
Natal - RN

ANA
Brasília-DF
2024

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de dados e de informações contidos nesta publicação, desde que citada a fonte.

2024 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Edifício Sede, Bloco M

CEP: 70.610-200 – Brasília | DF

Telefone: (61) 2109-5400 | 5252

Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/ana/pt-br>

Elaboração

Fábio Otuzi Brotto

Carla Albuquerque de Oliveira

Coordenação, supervisão editorial e revisão

Eliana Teles do Carmo

Izabela Braga Neiva de Santana

Jane Fátima Fonteneles

Renata Rozendo Maranhão

Rodrigo Alexandre Ribeiro Ferreira

Vivyanne Graça de Melo

Ilustrações

Fotos de EXM Marketing e Projeto Cooperação

Colaboradores

Jefferson Nascimento de Oliveira (ProfªÁgua)

Gean Amorim Fortes Carvalho (ANA)

Humberto Cardoso Gonçalves (ANA)

Izabela Braga Neiva de Santana (ANA)

Claudia Prado (Projeto Cooperação)

Daniella Dolme (Projeto Cooperação)

Flávia Ramos (Projeto Cooperação)

Rodolpho Martins (Projeto Cooperação)

Vera Xavier (Projeto Cooperação)

Agradecimentos

Lupércio Ziroldo Antonio

Luis Carlos Sousa Silva

Josivan Cardoso

Suraya Modaelli

Assim como todos os que participaram como facilitadores, pontos focais, palestrantes e especialistas, cujos nomes encontram-se ao longo da publicação.

Este relatório foi elaborado no âmbito do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – ProfªÁgua, a partir de uma parceria entre a ANA e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Capes, Código de Financiamento 001, por meio do Projeto CAPES/ANA AUXPE nº 2717/201.

Este documento reúne os resultados das Jornadas de Capacitação, realizadas durante o XXV ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacia, evento organizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – FNCBH, com o apoio da Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas – REBOB. Ele reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem análise técnica ou responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas, logo, não se trata de uma posição oficial da ANA sobre os temas tratados.

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Convite inicial.....	8
Abordagem Metodológica	9
Objetivos das Jornadas de Capacitação	9
A Pedagogia da Cooperação	9
Diretrizes Metodológicas	10
Processo Colaborativo	10
Orientações Produtivas.....	11
Apreciações e recomendações.....	12
Sobre a Participação e a Produção dos Grupos.....	12
Formas de Usufruir destes Resultados.....	13
Destaques e Sugestões para Edições Futuras.....	14
Jornadas de Capacitação.....	15
Jornada 1, Estação 1: Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento: nosso compromisso estratégico.....	18
Jornada 1, Estação 2: Cobrança e arranjos institucionais: tirando os planos do papel.....	37
Jornada 1, Estação 3: Outorga: regular para conservar	48
Jornada 1, Estação 4: Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos: organização e transparência	62
Jornada 1, Estação 5: Monitoramento Hidrológico para a Gestão Integrada: conhecer para gerenciar	72
Jornada 1, Estação 6: Fiscalização responsiva: compartilhamento de responsabilidades	87
Jornada 2, Estação 1: Água e Meio Ambiente: integrar a gestão de recursos hídricos e meio ambiente.....	93
Jornada 2, Estação 2: Água e Educação Ambiental.....	114
Jornada 2, Estação 3: Água e Clima: agir para a adaptação e resiliência	128
Jornada 2, Estação 4: Água e saneamento: água potável e segura para todos.....	145

Jornada 2, Estação 5: Regulação dos Serviços Hídricos: a Transposição do São Francisco.....	160
Jornada 2, Estação 6: Operação de Sistemas Hídricos e Prevenção de Eventos Críticos	167
Jornada 3, Estação 1: Indicadores de Governança, Adaptação e Desenvolvimento.....	176
Jornada 3, Estação 2/4: (Edu)comunicação, mobilização social e juventude	187
Jornada 3, Estação 3: Água e Gênero.....	200
Jornada 3, Estação 5: Alocação da Água e Gestão de Conflitos.....	208
Jornada 3, Estação 6: Papéis dos entes do SINGREH e fortalecimento dos colegiados de recursos hídricos	224
Anexo EMENTAS de cada ESTAÇÃO.....	232



Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

Apresentação

O Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - Encob - acontece anualmente desde 1999, ano de criação do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, ente responsável pela organização executiva e coordenação desse encontro, que busca a integração e a troca de experiências entre os seus comitês membros, tendo como objetivo principal apresentar como é feita a gestão participativa e compartilhada entre os integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos– SINGREH no Brasil.

Desde o ano passado, as ações de capacitação dentro do encontro foram inovadas, passando a promover espaço de diálogo, escuta e troca, em que os grandes protagonistas são os participantes do evento. Neste ano de 2023, o encontro aconteceu nos dias 21 a 25 de agosto, e as jornadas tornaram-se ainda maiores: foram 17 salas presenciais e 02 virtuais.

Diante do desafio de mobilizar, organizar e conduzir todo esse evento, o Prof^o Água contratou o *Projeto Cooperação*, que em conjunto com a equipe técnica da ANA, ficou responsável por customizar a metodologia já utilizada no ano anterior, bem como registrar os resultados das jornadas para embasar o planejamento do novo ciclo do mestrado, a partir das demandas e discussões mais atuais na gestão das águas. Ao todo, foram 2.885 participantes, 67 moderadores e palestrantes convidados e ainda 46 especialistas da ANA.

Juntamente com o relato das jornadas e de outras ações de educação e capacitação realizadas no Encob, este documento discorre sobre a metodologia utilizada, os encaminhamentos propostos¹, assim como reflexões e sugestões para o próximo encontro.

Aproveitem a leitura!

¹ Este documento reúne o resultado das Jornadas, reproduzindo o relato nas estações, sem análise técnica ou responsabilidade acerca das propostas e sugestões apresentadas.

Convite inicial

Durante o XXV ENCOB, além de diversas outras atividades, foram realizadas 3 Jornadas de Capacitação, contendo 6 Estações Temáticas em cada uma delas, **totalizando 17 Estações**. Opa! Conta errada aqui? Não! É que durante o evento, visando otimizar a participação e produção dos grupos, foram unidas duas Estações da 3ª Jornada.

Cada Estação Temática teve a **duração de 3h30**, envolvendo um público de 28 a 240 participantes com perfis bastante diversificados, incluindo desde pessoas que atuam na gestão pública, em universidades, nos Comitês de Bacias Hidrográficas, até representantes de ONGs, instituições parceiras e representantes da sociedade civil.

Somando **2.885 participações (1.136, 970 e 779 participantes em cada dia, respectivamente)** e destacando o interesse comum pela melhoria da qualidade de uso e gestão dos recursos hídricos no país, consideramos que, de um modo geral, a participação nas Estações Temáticas foi bastante produtiva, **resultando**, para cada um dos 18 eixos temáticos, na:

- Identificação de um conjunto de *PERGUNTAS QUENTES*;
- Cocriação de *SOLUÇÕES COLABORATIVAS* para cada uma das Perguntas Quentes;
- Proposição de *MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS* individuais para a implementação das Soluções Colaborativas no cotidiano profissional de cada participante.

Confiamos que essa produção colaborativa, fruto da inteligência coletiva manifestada em cada estação, que apresenta bons *insights* a respeito das demandas do setor, contribuirá de uma maneira bastante relevante para a elaboração dos próximos planos de gestão dos recursos hídricos nas diversas instâncias governamentais e não governamentais.

Por essas razões, bem como, pelas muitas emoções convividas a cada instante, deixamos aqui o convite para que você desfrute, sem pressa, nem pressão, cada pequeno detalhe da abundante produção colaborativa gerada pela comunidade de participantes das Jornadas de Capacitação no XXV ENCOB.

Aprecie sem moderação!!!

Equipe Projeto Cooperação

Abordagem Metodológica

OBJETIVOS DAS JORNADAS DE CAPACITAÇÃO

Definidos pela ANA, em conjunto com o grupo gestor do ENCOB, os principais objetivos das Jornadas de Capacitação foram:

- Dialogar sobre o contexto e desafios atuais.
- Refletir a respeito do papel dos comitês enquanto instâncias de participação e responsáveis pela descentralização da PNRH.
- Trazer novas ferramentas metodológicas para utilização nos comitês.
- Compartilhar experiências e conhecimentos de referência em torno dos principais temas do encontro.
- Construir estratégias para aumentar o engajamento e fortalecimento dos comitês do SINGREH.

A PEDAGOGIA DA COOPERAÇÃO

Diante dos objetivos propostos para a realização das Jornadas de Capacitação desta 25ª edição do ENCOB, adotamos como design metodológico as **7 Práticas da Pedagogia da Cooperação** (Brotto, Fábio Otuzi e Comum-Unidade de Co-autorias. Pedagogia da Cooperação: por um mundo onde todas as pessoas possam VenSer! Bambual Editora. Rio de Janeiro, 2020), abordagem desenvolvida pelo Projeto Cooperação para a criação de ambientes e relacionamentos colaborativos que favorecem a solução de problemas e realização de objetivos **conciliando produtividade coletiva com felicidade pessoal!**

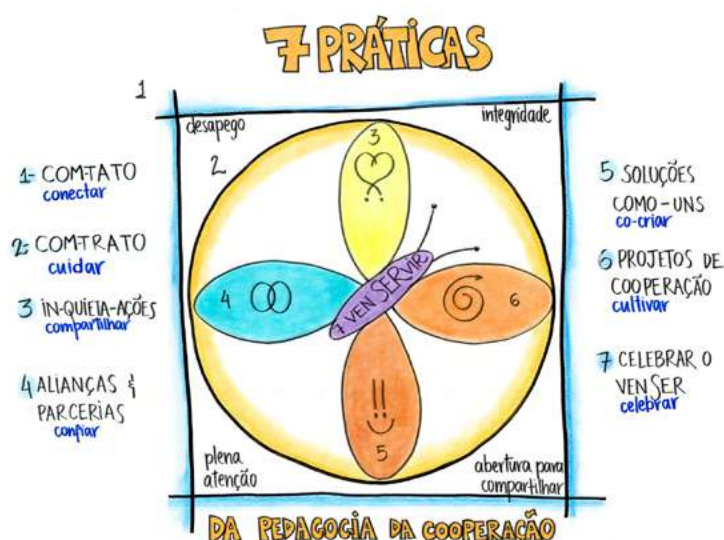


Figura 1. Mandala da Pedagogia da Cooperação. (Fonte: Brotto, Fábio Otuzi e Comum-Unidade de Co-autorias. Pedagogia da Cooperação: por um mundo onde todas as pessoas possam VenSer! Bambual Editora. Rio de Janeiro, 2020)

DIRETRIZES METODOLÓGICAS

Para orientar a realização de cada uma das Estações, levando em conta os objetivos apresentados e tendo como inspiração a Pedagogia da Cooperação, adotamos 4 Diretrizes Metodológicas que pudessem, ao mesmo tempo:



Figura 2. Diretrizes metodológicas da Pedagogia da Cooperação

PROCESSO COLABORATIVO

Tendo como guia essas Diretrizes Metodológicas, utilizamos um processo colaborativo para a realização de cada Estação, que permitiu combinar conhecimentos e experiências de especialistas com a inteligência coletiva do grupo de participantes, conforme podemos observar no quadro abaixo.



Figura 3. Etapas de cada estação

Essas etapas foram costuradas por uma série de atividades que se alternavam a cada Estação, começando por conectar as pessoas e fechando com a celebração dos encontros, produções, aprendizados e descobertas. Todo o fluxo foi conduzido com especial atenção ao ritmo de cada grupo, com adaptações para que cada etapa fosse executada respeitando suas próprias demandas.

ORIENTAÇÕES PRODUTIVAS

Ao longo das etapas, orientações práticas foram dadas para guiar a produção do grupo. As imagens abaixo trazem parte do material visual adotado como apoio à condução oral da facilitação, que explicava cada etapa e tirava as dúvidas, contando com o apoio dos pontos focais, que passeavam pelas mesas em que os grupos estavam reunidos, interagindo com participantes, aportando conhecimentos e experiências e auxiliando para que o fluxo das produções ocorresse da forma mais colaborativa possível.

Perguntas Quentes

Indicadores de Governança, Adaptação e Desenvolvimento

Nosso objetivo é coletar o máximo de perguntas que pensarmos sobre o tema.

- Escrevam todas as perguntas que pensarem na cartolina sobre a mesa.
- Perguntas simples e complexas são valiosas.
- Perguntas abertas: O QUE, COMO ...
- Apenas escrevam, sem analisar nem tentar responder, logo menos teremos tempo para isso.

Soluções

Escrevam na cartolina as soluções que cocriarem para responder a Pergunta Quente.

- Podem ser várias soluções ou uma solução mais detalhada.
- Podem ser soluções simples ou complexas.
- Podem ser soluções diferentes para cada contexto.
- Escreva-as de forma com que qualquer pessoa consiga ler e compreender.

Mínimo Passo Estratégico

Pense uma
AÇÃO PRÁTICA
possível para você iniciar a
implementação de alguma das soluções
em seu local de atuação



<https://bit.ly/dia3indicadores>

<https://padlet.com/ProjetoCooperacao/dia-23-esta-o-1-jornada-encob-2023-m-nimo-passo-estrat-gico-nc8i0dyf3nyrtqtd>

Apreciações e recomendações

SOBRE A PARTICIPAÇÃO E A PRODUÇÃO DOS GRUPOS

A novidade da proposta num primeiro momento, com um início suave e integrativo, somada a uma expectativa positiva frente a evolução do modelo participativo já adotado no ano anterior, parece ter contribuído muito para gerar interesse e abertura nos participantes. A cada etapa, convites inesperados à ação foram recebidos com engajamento e vontade de contribuir, gerando relatos de satisfação quanto a “ter voz e escuta e participar ativamente”.

Ouvimos relatos quanto a riqueza da mistura de públicos diferentes, como gestores, parceiros, academia e usuários finais, com a valorização por parte dos gestores públicos para a presença e contribuição de pescadores, indígenas, comunidades ribeirinhas e outros representantes finais, demonstrando que o objetivo inicial, de promover a conexão para favorecer a colaboração entre as diferentes representações, foi alcançado.

Vimos os grupos chegarem em diálogos acalorados com muitas partilhas sobre conhecimentos e experiências aplicados à gestão dos recursos hídricos nas diferentes realidades, além de uma intensa troca de contatos pessoais para continuidade das colaborações ali iniciadas.

Enquanto alguns grupos se mantiveram na zona conhecida e se limitaram a soluções comuns, outros se dispuseram a inovar e criar ótimas ideias e planos. A produção de fato alcançada, sua profundidade e riqueza, talvez tenha sido comprometida pela empolgação da troca verbal associada ao curto tempo disponível para cada atividade, o que poderá ser verificado nos registros que se seguem.

Num panorama mais geral, parece ter havido maior integração, diálogo, participação efetiva e produção nas jornadas do segundo e terceiro dia, o que pode ter relação com a curva natural de adaptação e aprendizagem, além de um primeiro dia atravessado por algum atraso e questões técnicas iniciais a serem superadas.

Cabe ressaltar, que para além da proposta metodológica, a dedicação de palestrantes e especialistas se fez presente em apresentações e falas cuidadosas e inspiradoras, com reconhecimento verbal imediato dos grupos ao longo das jornadas. Palestrantes, especialistas e pontos focais se mantiveram atentos aos grupos e cuidando da participação coletiva, assim como dando voz a talentos (como o da pescadora Maria das Águas que compôs uma música inspirada na troca que viveu em uma das Estações e a cantou acompanhada de todo grupo na celebração final).

FORMAS DE USUFRUIR DESTES RESULTADOS

Os resultados em si, trazem muitas realidades e possibilidades de ação, capazes de estimular quem os lê a usufruir pontualmente deles. Mas sua riqueza pode convidar a usos mais robustos.

Agrupar por similaridade as Perguntas Quentes e Soluções Cocriadas em cada Estação para reconhecer possíveis concentrações temáticas endereçando para uma perspectiva ainda mais aderente aos interesses e possibilidades das pessoas e instituições participantes

Analisar comparativamente os temas recorrentes do ano anterior para avaliar evolução ou estagnação das demandas, dificuldades e percepção de possibilidades.

Estabelecer contato com as instituições participantes e suas representações para colaborar na implementação das soluções cocriadas.

Avaliar a profundidade dos MPE reconhecendo a potência individual e para observar as possibilidades de evolução frente às jornadas no ano anterior.

Manter contato com as pessoas para apoiar a realização dos seus MPE - Mínimos Passos Estratégicos e investir em propostas coletivas mais robustas que ajudem a evoluir para ações mais amplas e conjuntas.

Mapear os resultados da realização dos MPE e seus impactos na gestão dos recursos hídricos nos respectivos territórios.

DESTAQUES E SUGESTÕES PARA EDIÇÕES FUTURAS

Destacamos a importância de criar um espaço de escuta reunindo especialistas, pontos focais e palestrantes, após a realização das Estações para colher recomendações para aprimorar o design metodológico, bem como, para orientar a implementação das Soluções Cocriadas pelos respectivos grupos.

Deixamos a seguir, algumas sugestões do time de facilitação do Projeto Cooperação:

- » Programar um momento inicial no evento para apresentar as Jornadas de Capacitação para todo o público participante do evento, ainda em plenária.
- » Realizar na programação geral atividades de interação e integração colaborativa entre participantes, uma atividade pré-jornada.
- » Dedicar mais tempo para o networking entre participantes. Ou ainda, avaliar começar as jornadas apenas no segundo dia, dando vazão no primeiro dia aos reencontros e networking.
- » Ampliar o tempo da jornada e reorganizar o ritmo para favorecer um tempo maior para fala/escuta coletiva após a fala dos especialistas, para ampliar a troca com foco nas temáticas abordadas e após a produção do grupo, para que consolidem a percepção sobre as criações coletivas.
- » Dar uma devolutiva sobre os encaminhamentos que poderão ser feitos a partir das soluções idealizadas, inclusive para entender se as propostas sugeridas são viáveis de realização e implantação. E maior clareza sobre o retorno e encaminhamentos reais, diante a tantas sugestões levantadas.
- » No sentido de criar um fluxo evolutivo entre as edições do ENCOB, sugerimos concentrar os temas a serem abordados na próxima edição, a partir do que surgiu de mais relevante neste ano, visando aprofundar os diálogos e aumentar o engajamento do público para a implementação de soluções coletivas mais direcionadas à ação nos diferentes territórios e cenários.

Jornadas de Capacitação

TEMA CENTRAL: ÁGUAS DO BRASIL: GOVERNANÇA, ADAPTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Foi impressionante a dedicação das pessoas e grupos em todas as jornadas!

A quantidade e qualidade das produções nos surpreenderam positivamente. Daí, o enorme desafio que encontramos para sistematizar, organizar e apresentar, neste relatório, essa imensidão de contribuições.

Optamos por deixar as águas nos levarem, fluindo pelos diversos afluentes do grande rio até desembocarem na foz para navegarmos por tudo que foi cocriado entre nós.

Assim, iniciamos com esta visão geral e quantitativa do que reunimos em cada uma das 3 Jornadas de Capacitação:

1ª Jornada (21/08) | Instrumentos de Gestão das Águas: experiências que inspiram

ESTAÇÃO	TEMA	PART	PQ	SC	MPE
Estação 1	Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento: nosso compromisso estratégico	475	25	102	125
Estação 2	Cobrança e arranjos institucionais: tirando os planos do papel	206	20	46	51
Estação 3	Outorga: regular para conservar	158	18	82	86
Estação 4	Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos: organização e transparência	103	12	71	7
Estação 5	Monitoramento Hidrológico para a Gestão Integrada: conhecer para gerenciar	127	23	73	39
Estação 6	Fiscalização responsiva: compartilhamento de responsabilidades	67	7	28	—
TOTAL		1136	105	302	408

INSC Inscrições recebidas.

PART Pessoas que registraram presença

PQ Perguntas Quentes escolhidas pelos grupos. Vale destacar que além dessas PQ, cada grupo em cada Estação, produziu uma quantidade maior de perguntas livres que geraram cada uma das PQ.

SC Soluções Cocriadas para as suas respectivas PQ

MPE Mínimo Passo Estratégico indicado pelas pessoas apontando uma ação pessoal para contribuir com a implementação das SC em seus respectivos territórios.

2ª Jornada (22/08) | Interfaces entre a Política Nacional de Recursos Hídricos e outras Políticas Públicas

ESTAÇÃO	TEMA	PART	PQ	SC	MPE
Estação 1	Água e Meio Ambiente – Integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental	211	23	165	102
Estação 2	Água e Meio Ambiente – Educação Ambiental na escola e na sociedade	209	24	93	50
Estação 3	Mudança do Clima – agir para a adaptação e resiliência	165	17	104	59
Estação 4	Água e saneamento	209	19	99	62
Estação 5	Regulação dos Serviços Hídricos - a Transposição do São Francisco	71	6	15	26
Estação 6	Operação de Sistemas Hídricos e Prevenção de Eventos Críticos	105	12	41	20
TOTAL		970	101	517	319

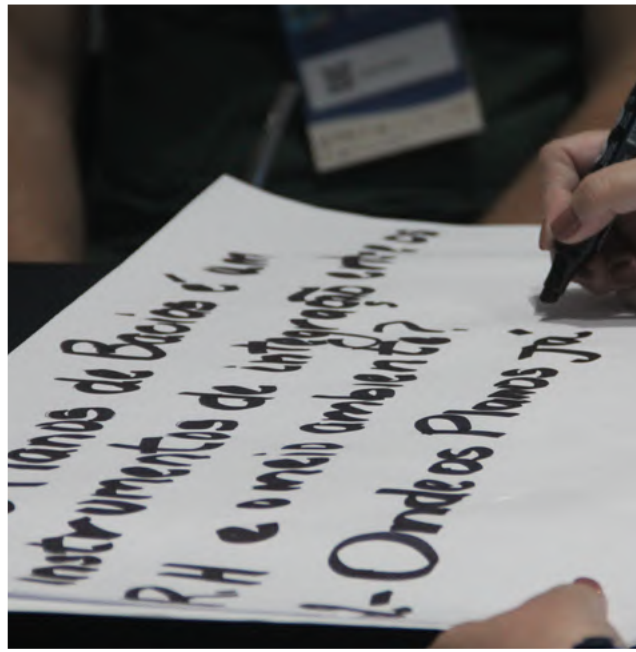
3ª Jornada (23/08) | Temas Transversais

ESTAÇÃO	TEMA	PART	PQ	SC	MPE
Estação 1	Indicadores de Governança, Adaptação e Desenvolvimento	147	16	86	45
Estação 2/4	(Edu)comunicação, mobilização social e juventude	228	24	76	65
Estação 3	Água e Gênero	51	6	24	26
Estação 5	Alocação de Água e Gestão de conflitos	286	25	118	75
Estação 6	Papéis dos entes do SINGREH e Formas de apoio aos Colegiados de Recursos Hídricos	67	6	27	33
TOTAL		779	77	331	244

Na sequência, surfaremos as ondas produzidas em cada Estação para apreciar as **Perguntas Quentes**, as **Soluções Cocriadas** e os **Mínimos Passos Estratégicos** como pequenas e poderosas gotas de inspiração e engajamento transpiradas pelo grupo de participantes.

E se quiser começar do início, as apresentações que inspiraram o início dos diálogos em cada estação podem ser acessadas no endereço: <https://capacitacao.ana.gov.br/>

... respirem fundo e vamos juntos!



1ª Jornada
Instrumentos de Gestão das Águas: experiências que inspiram

ESTAÇÃO 1
**Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento: nosso
compromisso estratégico**

Facilitação	Carla Albuquerque, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Ana Paula Generino, ANA/SHE Rosana Mendes Evangelista, ANA/SPP Sérgio Ayrimoraes, ABRHidro Raíssa Bahia Guedes, AGEVAP
Palestrantes	Ana Paula Generino, ANA/SHE Rosana Mendes Evangelista, ANA/SPP
Especialistas	Sérgio Ayrimoraes, ABRHidro Allan de Oliveira Mota, IGAM José Procópio de Lucena, CBH Piancó-Piranhas-Açú
Participantes	475 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

- | | |
|---|--|
| 1. Como garantir recursos financeiros para elaboração e efetivação dos planos de bacia e enquadramento dos corpos d'água? | <ol style="list-style-type: none">1. Os usuários outorgados pelo estado responsabilizarem-se pela efetivação dos planos de bacia e enquadramentos dos corpos d'água.2. Garantir através do estado os recursos financeiros para efetivação dos Planos de bacia e enquadramentos dos corpos d'água;3. Pleno envolvimento dos comitês na conservação de planos de bacia e enquadramento dos corpos d'água. <hr/> |
| 2. Como conseguir o projeto de transposição do rio São Francisco? | <ol style="list-style-type: none">4. Dar transparência;5. Fazer um comparativo entre projetado e executado;6. Situação atual;7. Resultados esperados / plano de ação;8. Recursos necessários/ investimentos;9. Envolvimento da comunidade;10. Como se tornar real?11. Relação com planejamento das bacias hidrográficas;12. Buscar nos órgãos/instâncias competentes recursos para elaboração. <hr/> |
| 3. Como os planos e enquadramentos auxiliam na implementação da cobrança e operacionalização das suas agendas? | <ol style="list-style-type: none">13. Os planos trazem as diretrizes;14. O enquadramento proporciona melhoria da qualidade da água;15. Então esses dois instrumentos dão as diretrizes para implementar a cobrança correta;16. Com os recursos da cobrança o planejamento será implementado;
É essencial, nesse processo, a participação de todos: participação social é a base;17. Os planos precisam ser estudados;18. Ter uma agência delegada para fazer a gestão dos recursos financeiros e suporte aos comitês. <hr/> |

-
4. Quais são as soluções tecnológicas para a efetivação do enquadramento na impossibilidade de seguir vazões de referência? (semiárido e mudanças climáticas)
19. As soluções tecnológicas para efetivação do enquadramento na impossibilidade de seguir vazões de referência são:
 20. Implantar rede de monitoramento e coletar dados primários, de forma contínua, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
 21. Utilizar tecnologias de sensoriamento remoto e modelagens matemáticas para calcular e atualizar o balanço hídrico, calibrados com dados primários e séries históricas disponíveis;
 22. Identificar fontes alternativas de abastecimento de água; Considerar apenas o período úmido para cálculo da vazão de referência, já que não faz sentido usar zero (rios intermitentes);
 23. Da maneira como se trabalha a vazão de referência no enquadramento só garantimos água de qualidade no período de estiagem. Isso precisa mudar. Só o saneamento não alcança enquadramento;
 24. Estudar e definir qual a melhor rede de monitoramento para áreas críticas;
 25. Estimar o custo para implementar a rede de monitoramento e para implantar o enquadramento.
-
5. Como garantir a efetiva participação das diferentes instituições nas discussões?
26. Identificar/mapear sistemas de interesses dos segmentos/ instituições/ indivíduos e trabalhar a comunicação de forma assertiva, gerando engajamento social/comprometimento;
 27. Criar comitês mirins/jovens nos CBHs/câmaras técnicas, oriundos de ações/projetos de educação ambiental com a capacitação de professores;
 28. Criação/implementação de projetos menores, com ganhos diretos e com impactos perceptíveis sociais e econômicos para os diversos segmentos e instituições;
 29. Divulgação de trabalhos e resultados que gerem convencimento dos agentes políticos.
-
6. Como trazer o protagonismo do poder público municipal na implementação do plano?
30. Criar instrumento legal: previsão orçamentária no município (como se não há instrumentos jurídicos?); criar a agência de bacia para garantir a descentralização e parceria com municípios;
 31. Fortalecer os CBHs: descentralização; conexão com os municípios; cooperação intermunicipal no âmbito dos CBHs; estabelecer mecanismos de monitoramento da gestão da governança.
 32. Mobilização e capacitação de gestores públicos.
-

7. Qual a melhor maneira de se fazer o enquadramento de acordo com o plano de bacias sem o conhecimento das sub-bacias que a compõem?	<p>33. Fazer o estudo de geoprocessamento das sub-bacias;</p> <p>34. Fazer o levantamento dos atores que compõem as sub-bacias;</p> <p>35. Fazer um plano de comunicação e mala direta para cada um desses atores da bacia;</p> <p>36. Promover a integração dos atores através de eventos regionais (seminários, encontros, plenárias, etc.) valorizando os saberes populares locais;</p> <p>37. Fazer o pacto com o poder público (prefeituras) que compõem cada uma das sub-bacias (confederações de municípios, consórcios públicos, associações de municípios, etc.)</p>
8. A regulamentação da cobrança pelo uso da água pode ser feita, em âmbito estadual, pelo CEHIDRO (Conselho)? Ou necessariamente precisa ser via decreto?	<p>38. A cobrança pode ser regulamentada via Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;</p> <p>39. Consultoria Técnica para análise do Preço Público para Unitário (PPU); Discussão nas Câmaras Técnicas (CTs) do Comitê;</p> <p>40. Aprovação no Comitê;</p> <p>41. Enviar a deliberação para os Conselhos Estaduais ou Nacionais do Recurso Hídrico.</p> <p>42. Sempre deve ser por CBHs, com maior participação possível</p>
9. Em CBH sem Plano de recursos hídricos qual o passo a passo para elaboração e implantação dos instrumentos?	<p>43. Fortalecer o engajamento dos membros dos comitês e conselhos.</p> <p>44. Capacitação dos membros, para junto ao órgão gestor dos RH.</p> <p>45. Solicitar a elaboração do plano.</p> <p>46. Criar câmara técnica para auxiliar na elaboração do termo de referência do plano.</p>
10. Como o enquadramento é incluído (considerado) nos planos diretores municipais?	<p>47. Considerar a participação dos municípios no processo de planejamento da bacia.</p> <p>48. Não é incluído atualmente. Falha política positiva nesta direção.</p> <p>49. Formação para urbanistas;</p> <p>50. Revisar planos diretores com plano de bacia.</p>

<p>11. O que o Poder Público pode fazer para facilitar /integrar a sociedade civil organizada e os usuários de água na efetiva criação, planejamento e execução do Plano de Recursos Hídricos?</p>	<p>51. Para os usuários, pode-se criar um dispositivo na política estadual atrelando como condicionante da concessão de outorga (licença), a participação dos usuários no planejamento / gestão;</p> <p>52. Poder público estadual: colocar em prática a política estadual de recursos hídricos;</p> <p>53. Poder público municipal: articular com os movimentos e usuários para despertar sentido de pertencimento;</p> <p>54. Comitês paritários com efetiva participação de sociedade civil, capacitada e empoderada.</p>
<p>12. Como transformar uma proposta técnica (enquadramento) em um compromisso político, diante das constantes alternâncias dos poderes públicos (governos, municipais, estaduais e federal)?</p>	<p>55. Criar mecanismos jurídicos para o cumprimento do enquadramento; Tornar impositivo o cumprimento do enquadramento nas três esferas; Consortiar o alcance do enquadramento;</p> <p>56. Criar estratégias permanentes de comunicação e engajamento dos CBHs.</p> <p>57. Acredito que conscientizar é mais eficaz que impor.</p>
<p>13. Como a sociedade pode participar do Plano? Como envolver e mobilizar?</p>	<p>58. Mobilização: é preciso conhecer a bacia o CBH e a política. Por meio de audiências públicas, visitas às comunidades como todo, capacitação de professores, entre outras mobilizações;</p> <p>59. Envolvimento: considerar todos os saberes de quem vive na bacia, garantir a participação popular (inclusive inserindo a mulher como agente protagonista na discussão);</p> <p>60. Educação Ambiental permanente: capacitação dos entes integrantes do SINGREH;</p> <p>61. Efetividade das decisões coletivas;</p> <p>62. Estratégias de Comunicação: Redes sociais; Reuniões/audiências; publicações; eventos públicos.</p>
<p>14. O enquadramento está ligado ao saneamento?</p>	<p>63. Sim. Apesar de serem disciplinados por políticas distintas, estão ambientalmente ligadas;</p> <p>64. Da maneira como determinamos as cargas pontuais para os cálculos do enquadramento, o saneamento fica sobrecarregado e só garante água de qualidade no período de estiagem.</p>
<p>15. Como garantir o enquadramento proposto pelo CBH e aprovado pelo conselho estadual e seja implementado?</p>	<p>65. Através de uma agência delegatária, delegada pelo estado e/ou pela união; para fazer a gestão e implementação dos recursos e principalmente dar suportes aos comitês da bacia em consideração.</p>

16. Quem executa o plano?	<p>66. É os comitês que cobram as ações que devem ser executadas dentro do Plano:</p> <p>67. Poder Público - Comitês - Membros (Setor Produtivo + Sociedade Civil + Usuários)</p> <p>68. Entre o poder público, comitês e membros = lateralidade e cooperação!</p>
17. Como atingir as metas com pouco recurso e como buscar fontes para ampliação dos recursos?	<p>69. É possível atingir as metas com poucos recursos conhecendo os valores disponíveis para basear a construção do plano; iniciar a construção e o envolvimento de estrutura pequena (ex. microbacia) para a construção do plano macro;</p> <p>70. Além de ser possível a busca de recursos no fundo estadual de recursos hídricos e a cobrança pelo uso da água, podendo ter a utilização de fundos de pesquisas.</p>
18. Como integrar o Plano de Bacias com os demais instrumentos de gestão?	<p>71. No processo de construção do Plano que os objetivos e as metas estejam alinhados com o poder público (municipal, Estadual e Federal), usuários de recursos hídricos e sociedade civil;</p> <p>72. Envolver os 3 segmentos no acompanhamento do plano, por meio de Grupos de Trabalho;</p> <p>73. Criação de sistema de monitoramento com especial atenção a coerência entre os instrumentos, apoiado por indicadores de efetividade.</p>
19. Como garantir que os planos de bacia interajam com as demais políticas públicas?	<p>74. Divulgar a existência e a importância dos comitês e dos planos de bacia para a sociedade, inclusive nas escolas;</p> <p>75. Garantir/cobrar a participação efetiva dos gestores municipais nos comitês envolvendo a autoridade municipal;</p> <p>76. Tornar o plano de bacia uma política pública;</p> <p>77. Buscar o empoderamento dos comitês de bacias sobre os demais planos;</p> <p>78. Tornar os Planos de bacia - Instrumentos de uso obrigatório nos planos diretores dos municípios, PEC;</p> <p>79. Fazer com que a bacia hidrográfica se torne uma unidade universal de gestão territorial.</p>
20. Como compatibilizar os planos locais (planos diretores) com os planos de recursos hídricos?	<p>80. Realizar diagnóstico (levantamento) de todos os municípios. No contrato (termo de referência) dos planos de recursos hídricos é de suma importância olhar todos os planos existentes, analisando de forma transversal todos os interesses da bacia, analisando de forma macro.</p> <p>81. Nos termos de referência dos planos de recursos hídricos, se faz necessário analisar todos os planos municipais existentes e analisar de forma transversal todos os interesses da bacia, de forma macro.</p>

21. Quais são as atividades principais dos municípios para bacia?	<p>82. Saneamento: ampliar a coleta e o tratamento de efluentes e resíduos sólidos;</p> <p>83. Infraestrutura verde: conservação e recuperação de áreas degradadas (APPs + UCs);</p> <p>84. Uso do solo: promover o ordenamento territorial sustentável, garantindo a efetivação de instrumentos, como o plano diretor, o zoneamento, licenciamento, fiscalização, participação popular etc.;</p> <p>85. Educação ambiental (formal e não formal), mobilização social participação política dos municípios nos CBHS</p>
22. Como colocar em prática as ações e o comprometimento de todos?	<p>86. Divulgação do plano (educação ambiental, mídias);</p> <p>87. Cobrança pelo uso da água;</p> <p>88. Mobilização e sensibilização (sociedade);</p> <p>89. Empoderamento da comunidade no processo de identificação de pertencimento;</p> <p>90. Manter a paridade na composição do comitê;</p> <p>91. Capacitação dos membros do comitê;</p> <p>92. Elaboração e integração do Plano de Bacia com os Planos Diretores municipais e PMSB (Plano Municipal de saneamento básico) e Planos da Mata Atlântica (onde for o caso);</p> <p>93. Acompanhamento da implementação do plano pelo comitê;</p> <p>94. Descentralizar o financiamento para os comitês de bacia.</p>
23. Como avaliar cenários de aumento de usos e possível escassez de água?	<p>95. Consolidar os dados reais da bacia de forma a gerar cenários diferentes avaliando conflitos para propor soluções;</p> <p>96. Incentivar financeiramente aumentar a rede de monitoramento.</p>
24. Como fazer gestão na bacia amazônica?	<p>97. Repensar a política de desenvolvimento atualmente adotado; segmentar por bacias menores, criando comitês distintos e depois integrá-los;</p> <p>98. Criar Acordos Internacionais;</p> <p>99. Formar um Comitê Federal;</p> <p>100. Trabalhar insistentemente na Educação Ambiental.</p>
25. Quais os meios para desburocratizar a contratação do Plano de bacia e enquadramento?	<p>101. Com parcerias com instituições de ensino e pesquisa, o poder público e a sociedade, todos com engajamento em prol da elaboração do plano de bacia.</p> <p>102. Editais das fundações de amparo à pesquisa do Estado; Consórcios Intermunicipais.</p>

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentam um conjunto comum de temas relacionados à gestão dos recursos hídricos e à implementação de planos de bacia. Entre os pontos em comum estão:

- **Financiamento e Recursos:** A busca por garantia de recursos financeiros para elaboração e implementação de planos.
- **Projeto Específico (Transposição do Rio São Francisco):** A necessidade de estratégias para viabilizar projetos específicos, como a transposição do rio São Francisco.
- **Papel dos Planos e Enquadramento na Cobrança e Operacionalização:** A exploração de como os planos e o enquadramento contribuem para a implementação da cobrança pelo uso da água e a operacionalização de suas agendas.
- **Soluções Tecnológicas e Desafios Climáticos:** A busca por soluções tecnológicas diante de desafios climáticos, especialmente em regiões como o semiárido.
- **Participação Institucional e Social:** A preocupação em garantir a efetiva participação de diferentes instituições, o envolvimento da sociedade civil e o papel do poder público municipal.
- **Regulamentação e Execução:** Questões sobre a regulamentação da cobrança pelo uso da água, a execução do plano e o papel dos conselhos e comitês.
- **Integração e Compatibilização com Outras Políticas Públicas:** A busca pela integração do plano de bacias com outros instrumentos de gestão e a compatibilização com políticas públicas locais.
- **Avaliação de Cenários Futuros e Gestão Regional Específica (Bacia Amazônica):** A preocupação em avaliar cenários futuros, especialmente em regiões específicas, como a bacia amazônica.
- **Desburocratização e Contratação de Planos:** A busca por meios para desburocratizar a contratação de planos de bacia e enquadramento.
- Portanto, **as perguntas refletem** uma ampla gama de desafios e considerações práticas associadas à gestão sustentável dos recursos hídricos, evidenciando a complexidade e a interdisciplinaridade envolvidas nesse contexto.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções compartilham diversos pontos em comum, refletindo uma abordagem integrada e abrangente para a gestão dos recursos hídricos e a implementação dos planos de bacia. Alguns temas comuns incluem:

Responsabilidade dos Usuários e Financiamento:

- A responsabilização dos usuários outorgados pelo Estado na efetivação dos planos.
- A necessidade de garantir recursos financeiros, seja através da responsabilidade dos usuários ou por meio do Estado.

Envolvimento dos Comitês e Participação Social:

- O pleno envolvimento dos comitês na conservação dos planos.
- Destaque para a participação social como base fundamental no processo.

Transparência e Avaliação de Resultados:

- A importância de dar transparência às ações.
- A necessidade de fazer comparativos entre projetado e executado, avaliar a situação atual, resultados esperados, e criar planos de ação.

Relação entre Planejamento e Cobrança pelo Uso da Água:

- A indicação de que os planos e o enquadramento proporcionam diretrizes para implementar a cobrança correta.
- A sugestão de que, com recursos da cobrança, o planejamento será implementado.

Soluções Tecnológicas e Desafios Climáticos:

- A exploração de soluções tecnológicas para efetivação do enquadramento, especialmente em situações desafiadoras como mudanças climáticas e regiões de semiárido.

Integração com Outros Instrumentos e Órgãos:

- A necessidade de integração dos planos de bacia com outros instrumentos de gestão, como planos diretores municipais e políticas públicas.

Descentralização e Fortalecimento dos Comitês:

- A importância da descentralização e fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Educação Ambiental e Mobilização:

- O destaque para a educação ambiental, mobilização social e conscientização como elementos-chave.

Ações Práticas para Implementação:

- A sugestão de ações práticas, como a criação de comitês mirins, elaboração de planos de comunicação, e a formação de urbanistas.

Regulamentação e Instrumentos Legais:

- A discussão sobre a regulamentação da cobrança pelo uso da água e a criação de instrumentos legais para o cumprimento do enquadramento.

Monitoramento e Avaliação Constante:

- A ênfase na necessidade de sistemas de monitoramento, avaliação constante, e revisão de planos.

Essas respostas revelam uma compreensão abrangente da complexidade envolvida na gestão de recursos hídricos, considerando aspectos técnicos, financeiros, sociais e ambientais. Elas também destacam a importância da colaboração entre diversos setores da sociedade para alcançar resultados eficazes.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Maxuel Rodrigues Pinto | Associação Rede Buriti do Bom Gosto, Tutóia/MA. Vou iniciar atividades com palestras de Educação Ambiental nos povoados que estão inseridos na bacia hidrográfica do Rio Bom Gosto
2. Ricardo Rodrigues | CBH Capibaribe (PE). Ação de Educação Ambiental nas escolas, enfatizando “o que é CBH? E qual o papel?”
3. Socorro de Maria Diniz, gostaria de implantar meu projeto na bacia do rio Munim - MA.
4. Raimundo Wellington Lino dos Santos. Apresentar e discutir com meu CBH-LITORAL/Ceará, este tema.
5. Juliana Gracieli Resende de Oliveira - Ipê Soluções Ambientais - Unaí/MG. Primeiramente quero dividir essas informações com a minha comunidade. Segundo ponto, preciso ler o enquadramento da minha região.
6. Ademir Patrik de Moura | Cbh Jauru – MT. Onde: São José dos Quatro Marcos. Ação: Educação ambiental
7. Marcelo Nascimento. Vou levar educação ambiental ao mundo
8. Wander Guerra - Secretaria Municipal do Ambiente de Guapimirim - Guapimirim/RJ. Articular junto ao Comitê e ao governo estadual o enquadramento de corpos hídricos do município levando em conta os usos que podem gerar conflitos e a participação popular.
9. Marígia Madje Tertuliano dos Santos, IDE-MA/Cajueiro de Pirangi, ajudarei no processo de educomunicação, na bacia Piranhas-Assu.
10. Denise Rauber. PME - organizar uma capacitação para os membros do Comitê.
11. Mauricio Camargo Filho. CBH Alto Ivaí-PR. Minha ação: contribuir na elaboração do Termo de Referência da BH Alto Ivaí.

Manter o compromisso da discussão contínua da preservação e divulgação para a população das ações do Comitê e da luta de interesses.

12. Juliana Cavassin do Instituto Água e Terra. Como Secretária Executiva, posso auxiliar os membros dos comitês do Paraná a elaborar de Termo de Referência para elaboração dos Planos de Bacias.
13. Marcos Roberto Baptista Vasconcelos - CBHSL / MT. Como Engenheiro Agrônomo, atuando com produtores rurais, posso fortalecer o conhecimento dos produtores na importância da preservação dos leitos aquíferos nas propriedades.
14. Ana Giordani COALIAR Paraná. Eu Ana Giordani irei propor no comitê de bacias do alto Iguaçu a mudança da resolução do comitê que institui Câmara de acompanhamento da implementação do plano de bacias para implantação e monitoramento do plano com o intuito do comitê acompanhar de verdade o enquadramento.
15. Víctor Gregório IAT/PR. Eu posso contribuir para capacitação dos membros e criação de Câmara Técnica para elaborar Termo de Referência do Plano de Bacia.
16. Duan Marcel - CBH JAURU. Bacia hidrográfica. Buscar apoio do poder público.
17. José George órgão gestor da Bahia - Inema. Trabalhar na elaboração dos Planos de bacia e enquadramento dos corpos de água, neste momento da bacia do Paraguai e Recôncavo Norte.
18. Raquel Miranda - ONG LiveLab - Primavera X. Eu, juntamente com a juventude, vou realizar ações de cuidado e proteção das águas, por meio de mutirões nas microbacias. Como exemplo: limpeza de margens de rios, plantio de mudas em nascentes.
19. Rodrigo Ferraz | Sabesp SP. MPE é contribuir no saneamento ambiental da bacia da Grota Funda, represa Billings, transformando em modelo de gestão de sub-bacias.
20. Julieta de Paiva. Cbh Piabanha. Continuar a fazer o que faço.
21. Norma Barbado, do Instituto Federal do Paraná Campus Umuarama, estou orientando uma aluna de mestrado em um trabalho que irá criar um plano de Educação Ambiental para a sub-bacia do Rio Piava, único manancial de abastecimento público da cidade. O plano será apresentado no CBH Baixo Ivaí PR 1, com vistas à adoção do plano para toda a bacia.
22. Marco André CBH Paranapanema. Estabelecer maiores interações com todos atores de modo a ampliar e consolidar os dados existentes, aprimorando assim o conhecimento da bacia e prevendo maior ações controladas no futuro.
23. Jorge Ricardo Levar ao Comitê da Bacia do Rio Capibaribe.
24. Maria do Carmo - Inema Bahia. Como órgão gestor, acompanhar os CBH na implementação de Planos de bacia e programas de efetivação de enquadramento!
25. Janaína Mendonça Pereira | IEF/MG CBH Mucuri. Criar uma estratégia de comunicação para informar os benefícios da implementação do PRA - Programa de Regularização Ambiental para a segurança hídrica, gerando interesse nos segmentos e a adesão para recuperação das APPs.
26. Fernando Augusto Silveira Armani | Associação Paranaense dos Engenheiros Ambientais. Ação: Apresentar as informações compartilhadas no evento com os demais integrantes do comitê, a fim de contribuir com o a equipe na implantação do plano.
27. Brenda Batista Cirilo - Técnica em Gestão Ambiental na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA. Elaborar um mecanismo para a Política Estadual de Recursos Hídricos do Pará, que condicione a concessão do instrumento de outorga à participação social dos usuários no planejamento e gestão dos recursos hídricos.
28. Ayub Borges - SEMA/AM. Articular com diretoria de CBHs para promover capacitações na área da bacia, bem como, fortalecer a participação dos membros do Colegiado.
29. Raoni Oliveira de Souza de Cardoso CBH Baía de Guanabara. Simplificar as ações por meio de projetos de impacto local e de repercussão direta, com temáticas relevantes as partes menos ouvidas da so-

cidade.

30. Paulo Maier. Levar o tema para conselhos das UCs federais do Araripe.
31. Álvaro, Pontal do Paranapanema. Iniciar discussões para atualização do Plano de Bacia do Pontal do Paranapanema e incluir as tratativas do reenquadramento de corpos d'água.
32. Fabiane Santiago - CBH -PCJ, segmento poder público. Realizar uma sensibilização no meu município com CREA, Prefeitura e sociedade civil no sentido de mostrar a necessidade e importância de se considerar o Plano de Bacias na elaboração do Plano Diretor Municipal e demais instrumentos de planejamento, inclusive com alocação de recursos no PPA e LOA (com um programa específico no PPA), para o alcance das metas do Plano de Bacias.
33. Elaine Amorim Soares - CBH Paranapanema. Meu MPE será escrever um projeto para propor a consolidação dos dados existentes com a realidade, em uma das sub-bacias do CBH do Médio Paranapanema.
34. Erika Cortines | Cbh Piabanha – RHIV. Dar transparência às discussões do GT plano de bacias e enquadramento para os demais atores do cbh e TB externalizar as ações do plano para atores estratégicos de fora do comitê, mas com interesse na GRH.
35. Francisco Sanae Antunes Moreira | Funai - TERRAS INDÍGENAS. Monitoramento da qualidade das águas. Ajustamentos com plantadores de cana sobre utilização de agrotóxicos e fertilizantes.
36. William Ireno. CBH Alto Jequitinhonha. Participar de forma mais incisiva nas ações do comitê em que eu participo, buscando seu fortalecimento institucional e sua representação coletiva.
37. Jaqueline Dittrich Trevisan - Portos do Paraná. A ação será implementada no litoral do Paraná, por meio do comitê da bacia litorânea. A primeira ação envolverá a realização de uma reunião com os membros do comitê para iniciar a estruturação de um planejamento para divulgação do plano da bacia para a sociedade. Na sequência, a proposta é realizar o planejamento para iniciar a implementação efetiva do plano.
38. Clovis Vailant. Instituto GAIA. CBH Jauru - Mato Grosso. Participar ativamente da elaboração do Plano da Bacia. Retomar os debates no Comitê. CBH Cabaçal - Mato Grosso. Divulgar o Plano de Bacia. Passo: Marcar a reunião da Câmara Técnica do Plano.
39. Eu, Filipe Kestring, Analista de Meio Ambiente da SEMA-MT, vou ajudar a implementar as ações de elaboração dos Planos de Bacias e enquadramento no Estado de Mato Grosso.
40. Wyldevânio Vieira - Comitê do Salgado. Criar câmara técnica de acompanhamento da implementação das ações do plano.
41. Luciana Iocca, Sociedade Civil -Natal-RN. Enquanto pesquisadora, centrada nas áreas de legislação, meio ambiente e clima, minha contribuição é avançar em minhas pesquisas, fornecendo dados que possam apoiar decisões.
42. Laurentino Gonçalves Dias Júnior. Fundação Christiano Rosa - Piquete/SP. Representante da Sociedade Civil no CEIVAP. Elaborar uma apresentação sobre os temas principais discutidos no XXV ENCOB e disponibilizar para o Conselho Municipal de Meio Ambiente de minha cidade e apresentar o trabalho numa escola municipal.
43. Glauco Lima Feitosa - SEMAPI/AC Realizar Oficinas de trabalho para a revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos.
44. Marcelo Giordano Barbosa, Coordenador do Projeto NÃO RIO SEM O MEU RIO vamos solidificar as ações de sensibilização e mobilização em defesa dos mananciais de água doce, junto às escolas dos municípios que compõem as Bacias Hidrográficas do Litoral do Ceará.
45. Elaine Christian Barbosa dos Santos. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piauí/SE, OSCATMA- Sociedade civil. Denunciar os crimes ambientais. Mobilizar e sensibilizar a sociedade pela necessidade da busca por melhores qualidades da água.
46. Janair Silva. Comitê da bacia do Rio Palma - TO. Ações de educação ambiental, voltada para a conscientização dos usuários de recursos hídricos, sobretudo para as co-

municidades ribeirinhas.

47. Antônio Cezar Leal, Unesp e CBH Parapanema. Meu MPE será a elaboração de programa de extensão universitária para reunir e potencializar várias ações em andamento na Unidade Universitária voltadas ao estudo de bacias hidrográficas de mananciais de abastecimento urbano, de forma integrada com outros setores da sociedade, especialmente com Comitês de Bacias Hidrográficas.
48. José Aparecido Macedo Gaia e prefeitura municipal de Araputanga MT. Ações de sensibilização política para a participação do processo de restauração.
49. Gerson Salviano de Almeida Filho-IPT. Realizar a capacitação dos nossos representantes na estância de governo municipal, estadual e federal.
50. Tiago de Oliveira Ferreira. CBH - Munim. Intensificar as pesquisas sobre: Fauna, flora e balneabilidade do Munim.
51. Nádia de Oliveira Rocha -Comitê de Bacia do Rio Caratinga, Minas Gerais. Voltar a começar a fazer a ligação urgente entre os poderes público e o Comitê a fim de preparar a implementação do PIRH e do enquadramento.
52. Laura do CBH Rio Munim da cidade de Axixá no estado do Maranhão. Eu me comprometo a disponibilizar mais tempo e dedicação às atividades de promoção do CBH no meu Município e na região.
53. Chiquinho de Assis - Secretaria de Meio Ambiente de Ouro Preto. As nossas bacias (Doce e São Francisco) já possuem os instrumentos de cobrança. Queremos atuar como multiplicadores para outros comitês instituírem o instrumento de cobrança e com isso os demais instrumentos e planos para a bacia.
54. Alexandre Ramos. Associação águas do nordeste. A ação exige formação e sensibilização de gestores, consultores e técnicos. É preciso aprofundar a relação entre os planos diretores e o enquadramento. Fazer oficinas, cursos e seminários para além da bolha dos comitês.
55. Aparecida Scatambuli Sicuto, Comitê de bacias do Baixo Teles Pires, advogada, representante da OAB-MT de Alta Floresta no Comitê. Participar na política dos municípios no nosso CBH.
56. Carlos Eduardo Vasconcellos Ribeiro, Poder público municipal no município de Juscimeira-MT, membro do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Lourenço - MT. Contribuir junto ao comitê a quantidade de água, a vazão e qualidade da mesma, protegendo as nascentes ao redor do município, isolando as áreas de preservação e reflorestando ao redor.
57. José Paulo Azevedo. Ação proposta para mínimo passo estratégico: Fazer reunião na CTIG com representantes dos seis subcomitês do CBH da nossa região hidrográfica resumindo a importância da implementação do Plano de bacias recém Concluído e desenvolvimento participativo do enquadramento com apoio técnico de especialista contratados e redes de pesquisa.
58. André Cordeiro Alves dos Santos. Vou continuar minha atuação no CBHs MT e na Universidade para aperfeiçoar a política pública de gestão dos recursos hídricos, garantir o direito humano à água e promover a mudança do sistema de produção.
59. Monica Amorim - Agerh/ES. Compartilhar minha experiência na elaboração dos Planos, Enquadramentos e MOps gastando 85% menos recursos.
60. Andréa Borges PCJ (SP). Pelo Consórcio PCJ, podemos sensibilizar e orientar os municípios para que, ao revisarem seus planos diretores, considerem o Plano de Bacias. Já fazemos isso em relação aos Planos Municipais de Saneamento. Uma possibilidade é fazer encontros formativos/ capacitações com representantes das secretarias de planejamento, que geralmente não participam dos Comitês (a indicação do município normalmente é para os secretários de meio ambiente ou saneamento).
61. Paulo Takeyama. CBH- Sorocaba Médio Tietê. Integrar todos municípios banhados pelo recurso hídrico (rio) para atitudes de tratamento de efluentes, afim de poder enquadrar esse rio numa classificação melhor.
62. Nilton Cipriano Dutra de Souza. CBH APUAÊ-INHANDAVA. Para implementar

ações que visem a participação de todos os setores na operacionalização dos planos de Bacias relativo a suas metas, esses setores obrigatoriamente têm que se sentir coparticipe dessas ações desde o início do processo ou seja não adianta se envolver tem que se comprometer com o processo.

63. Milly Cardinal da Associação Brasileira de Engenharia Agrícola Ambiental, irei realizar a divulgação da importância dos recursos hídricos e do comitê de bacia hidrográfica na bacia do Rio São Lourenço em Mato Grosso.
64. Herlon Cardoso Silva. CBH Santo Antônio - CBH DOCE MG. Implementarei a ação de repensar a política desenvolvimentista atualmente na minha região, atuando de forma responsável e prática no Comitê.
65. Fazer uma reunião Plenária do Comitê para aprovar a proposta de enquadramento elaborada por meio de oficinas participativas. Virgínia Villas Boas Sá Rego. Comitê Macaé -Ostras, RJ.
66. Joselaine Ferreira Lopes. Emater-MG. Ações que consigo realizar: mobilização e sensibilização dos agricultores familiares na compreensão da importância dos Comitês de Bacias e do Plano Diretor.
67. Carlos Pelek. Disseminar em todos os locais aquilo que aqui ouvimos. Seja no trabalho, comunidade, família, igreja, trabalho, audiências públicas, em colegiado, colocando o objetivo e a importância da sensibilização e construção de um plano de bacias.
68. Participação individual Eu, Sinara Moraes, componente do comitê de bacia hidrográfica Alto Araguaia MT membro representante do Governo (secretaria de estado de saúde de Mato Grosso) irei implementar e apoiar a mobilização de entidades locais de usuários, gestores, governo e sociedade civil por meio de reuniões e rodas de conversas.
69. Wagner Luiz Kreling (Sanepar) Participar com maior efetividade da Câmara Técnica de Educação Ambiental (e de Comunicação) do Comitê de Bacia do Rio Tibagi (PR), no sentido da maior sensibilização da população da Bacia para o que o Plano de Bacia preconiza para o Rio que podemos.
70. Francislei Rufino de Lima, secretária de Estado de meio ambiente e políticas indígenas do estado do Acre. Envolver todos os setores da sociedade civil organizada para envolvimento e cobrança das ações a serem desenvolvidas.
71. Sirleia Márcia de Oliveira Drumond. CBHSF. Revitalização da mata ciliar do São Francisco entre Pirapora e Barra do Guaicuí.
72. Rosângela Santos - IGAM. Atuar na avaliação e revisão dos PDRHs para a atualização dos possíveis cenários para a previsão de conflitos futuros.
73. Bere Brazil. Construindo programa de educação ambiental intermunicipal através do projeto vozes com duas universidades públicas e participação de mais de sete mil pessoas de dez municípios da bacia do rio grande através do consórcio multi-finalitário do oeste da Bahia que será homologado durante o I Congresso de Educação Ambiental: Vozes do oeste da Bahia.
74. Nilton Almeida - Funai CR João Pessoa. Monitoramento e conservação dos recursos hídricos nas terras indígenas.
75. ANA ALENCAR. CBH RIO ITAPECURU. MARANHÃO. Propor curso de capacitação para todos os membros e comunidades pertencentes.
76. Águas do Brasil. Romualdo Povroznik Junior Comitê de Bacias Hidrográficas de Primavera do Leste MT COVAPE. Divulgar ações dos usuários e águas em palestras e seminários nas escolas e em reuniões juntos aos usuários de água da referida Bacia Hidrográfica.
77. Dario Diego Senna. CBH RIO CABAÇAL-MT. CÁCERES-MT. Ação de conscientização ambiental em prol aos comitês de bacias hidrográficas
78. Gercilene Meira Leite /Comitê de Bacia do Baixo Teles Pires - CBHA 4 ME (MT)/ Secretária de Meio Ambiente de Alta Floresta - MT. Buscar parcerias para elaboração e implementação do Plano de Bacia do CBH A4, como também para Educação Ambiental nas Comunidades da área de abrangência do referido CBH.
79. Maria Aparecida Santana. Promover uma

roda de diálogo, sobre a importância do tratamento dos resíduos sólidos.

80. Ariana Rosa Bueno Damiano - CBH-PCJ. Avaliar as ações, resultados esperados e os recursos necessários para a implementação dos planos.
81. Mariah Farias - IFPE/COBH Pajeú - PE. Mobilizar estudantes de ensino médio e superior, através da formação técnica, para atuarem como agentes multiplicadores da informação.
82. Solange Muniz. CBH Rio Munim Axixá MA. Participar das ações das câmaras técnicas de comunicação e meio ambiente. Divulgar as ações do comitê nos espaços educacionais.
83. Renaldo Lino da Silva. Eu trabalho com implementação do projeto quintas produtivas, sou índio da etnia KRENAK e trabalho com esse projeto para poder ajudar na recomposição vegetal do nosso território, trabalho ainda no projeto de apicultura e melicultura, com o intuito de polinização das árvores plantadas nesses quintais, com o objetivo de a médio prazo a gente construir os corredores lidando os quintais as outras glebas de vegetação existentes.
84. Clodoaldo Carvalho Queiroz - CBH ALTO ARAGUAIA. O meu MPE será promover reuniões/seminários a respeito de Recursos Hídricos para incentivar a mobilização das comunidades / prefeituras que fazem parte da Bacia do Alto ARAGUAIA MT estimulando a participação para a criação de sub comitês municipais e fortalecendo a participação para a criação do Plano de Bacia.
85. Romário Fernandes- Comitê Guandu RJ. Implementar no Município de Engenheiro Paulo de Frontin. Agendar reunião com os diretores das escolas para realizar um projeto com os alunos para proteção e melhora dos Recursos hídricos.
86. Delio Oscar Neto. Comitê cbh Paracatu. Instalação CEPASA. Reunir a sociedade, criar grupo de estudo sobre qualidade das águas e trazer a sociedade para estar presente nos debates sobre as águas. Propor políticas públicas dos comitês dentro das escolas. Para propor uma nova política para nossas crianças que será nosso futuro.
87. Bacia do Cuiabá e São Lourenço- MT (Higor e Ildisneya) Dar maior visibilidade da realidade, das ações e responsabilidades dos envolvidos no processo por meio das mídias sociais.
88. Vescijudith Fernandes Moreira - Comissão de Direito Ambiental da OAB PB. Ter acento / ou espaço nos Comitês de Bacias Hidrográficas na Paraíba para auxiliar na confecção e implementação de instrumentos de ordenamento do território. Ademais, das atividades de educação ambiental, especialmente na temática jurídico ambiental.
89. Izabela Santos - TNC / CBH Alto Araguaia. Meu MPE será cooperar com o Comitê para mobilização dos municípios representados na Bacia do Alto Araguaia e dar continuidade no diagnóstico da Bacia do Araguaia que subsidiará o TdR para Plano.
90. Diogo Bernardo Pedrozo, Comitês PCJ. Avaliar e acompanhar ao longo dos anos, a execução e implementação das ações propostas no plano de bacias, avaliando os resultados efetivos.
91. Jéssica Santos Feitosa. Em meu dia a dia, trabalho com a divulgação das ações do município e sempre aproveito para alertar sobre assuntos referentes à educação ambiental, a queimadas, proteção de nascentes, explicar sobre a importância das águas, dentre outros.
92. Eduardo de Araújo Rodrigues - IGAM/CEIVAP. Estudar o conhecimento existente e tudo que for possível para alcançar em 15 anos um rio melhor que podemos ter.
93. Ivonete Salete Jacques, Prefeitura de Carlinda MT, CBH Baixo Teles Pires. Discutir com os membros do Comitê as experiências adquiridas nas Jornada de Capacitação - Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento, para implementação do plano de Bacia do CBH Baixo Teles Pires.
94. Ana Caroline Jacob. Agevap. Estudar mais e me engajar mais para melhorar a qualidade e quantidade de água na minha bacia.
95. Walquiria Ana Soares - AGERH/ ES. Participação social. Auxiliar os trabalhos de mobilização de articulação dos Comitês de bacias para aumentar a participação social na discussão dos assuntos ligados

aos recursos hídricos.

96. Julia Nunes | IGAM - Meu MPE será debater entre meus pares no Igam mecanismos e critérios para o enquadramento em período úmido, com o objetivo de garantir água de qualidade para além do período de estiagem.
97. Maria Inês Paes Ferreira; Local: RH-VIII do ERJ (CBH Macaé e das Ostras). Passo: aprovar o enquadramento em Plenária e encaminhar o resultado para a equipe de revisão do PRH para elaboração do “programa de efetivação do enquadramento da RH-VIII, de forma a compor o PRH revisado;
98. Naubeani Carvalho. CBH MUNIM. Levar ao conhecimento de todos a existência do comitê para que haja mais engajamento: poder público municipal, sociedade civil organizada, usuários etc.
99. Luciana Castro. CRIAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA. Levar toda essa experiência no ENCOB XXV para explicar ao máximo no evento dia 31/08 em Balsas - MA.
100. Vanessa S. Oliveira, secretária M de Meio Ambiente de Paranaíta MT Membro do CBH Baixo Teles Pires. Desenvolver plano estratégico para fomentar o plano de trabalho e resultados.
101. Daniela Bogado Bastos de Oliveira - IFF / CBH BPSI. Fazer a revisão do PRH incorporando a Bacia do Macabu e do Itabapoana; fortalecer a participação da sociedade civil.
102. Agreste Bonival Silveira. Estação Climatológica Principal de Araguaína, TO. Minha ação: participação nas ações do Comitê das bacias hidrográficas dos Rios Lontra e Corda. Principalmente em palestras.
103. Maria Lorete. Comitê rio Ijuí. Sensibilizar os representantes do comitê para a importância da divulgação das atribuições do comitê.
104. Cícero Dias-Icó-CE; Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Salgado-CBHS. Plano-Enquadramento-Cobrança: Realizar Devolutiva, para o Colegiado, das experiências vividas(trabalhos-equipes) no XXV ENCOB e pôr em prática!
105. Aryadne M Aquino. GFAC - SEMA/ MT. CBH RIO JAURU - Apresentar ao CBH aprendizados e experiências compartilhadas nas jornadas de capacitação do XXV ENCOB, incluindo alternativas de etapas necessárias para construção de planos de bacia, além indicar algumas fontes de captação de recursos financeiros para fomento do plano.
106. Marcio Gomes Barboza. CBH Pratagy - AL. Articular com os demais membros do comitê a atualização do Plano de Bacias do Comitê, de forma que nesta oportunidade o documento seja construído com maior participação de seus membros, já que o anterior foi construído sem tal participação efetiva.
107. Rafael de Brito Sousa. MPE - Realizar audiências públicas para debater a construção do plano de bacias dando mais oportunidade de participação da sociedade!
108. Carmem Silva. Costurar com os atores envolvidos no plano de bacia as ações aprovadas pelo Comitê.
109. Fabrícia Armando Favaretto. CBH Sepotuba. Divulgar no município as ações e a importância do CBH em nossa região.
110. Josuel Silvestre Silva. Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica da Ilha de Upaon Açú. Precisamos mobilizar o poder público dos municípios da Ilha, e a iniciativa privada e a sociedade civil
111. Marcus Vinicius Lopes da Silva, representante da CETESB no CBH - Mogi - SP. Vou compartilhar com membros do meu colegiado as informações obtidas neste 25º ENCOB, e em especial nesta Estação 1, por intermédio de artigos que público no grupo de WhatsApp “órgão plenário do Mogi” e “Câmara Técnica de Gestão e Planejamento e Câmara Técnica Institucional e Legal”.
112. Matheus Machado Cremonese - CEIVAP. Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do sul. Minha ação será tentar divulgar ao máximo o que são os CBHs e como funcionam e o que é o PDRH, para que assim consigamos envolver mais pessoas em todos os processos de gestão.
113. José Valter Alves. Formar um grupo de trabalho no CBH JEQUITAÍ PACUÍ para

realizar o plano.

114. Richard Silva / CBH Itapicuru / Bahia. Incentivar a participação efetiva dos segmentos no comitê e garantir a participação com base nas leis que assegurem a efetivação dos Planos de Recursos Hídricos, buscando o cruzamento entre outros planos.
115. Maria Aparecida Santana. Comitê metropolitano sul PE. Promover uma roda de diálogo, sobre a importância do tratamento de resíduos sólidos para os pescadores/as.
116. Reinaldo Pereira da Silva. IEMP Instituto Ecológico Martim Pescador. Faremos a revitalização dos afluentes da Bacia do Mearim e Grajaú.
117. Rosilene das Chagas Gonçalves. Vamos estar juntos com a SEMAS para construir o nosso plano estadual de recursos hídricos comitê e participação de todos somos do CBHRM PA
118. Ligia Ferreira de Queiroz Silveira. Secretária da Fazenda do Tocantins. Eu vou trabalhar com educação ambiental no Posto de Assistência Raio de Luz. Agir local para termos um resultado global.
119. Gareth Braga - CBH LP. A estratégia para elaboração do plano de bacias associado ao enquadramento seria enquadrar os corpos hídricos em classes preponderantes em primeira mão, daí partir para a elaboração de planos.
120. A partir da Andreza - SEMAS/PA. este encontro será criado um plano de capacitação aos membros do comitê de bacia hidrográfica do rio Marapanim com os temas mais relevantes do evento para a nossa região!
121. Edivaldo da Silva Raiol do CBHRM Marapanim. Articulação entre poder público federal, estadual e municipal o favorecimento ao sentido de pertencimento ao seu recurso hídrico também criar o selo azul para incentivar a produção de água com qualidade.
122. PROJETO VOZES por Bere Brazil. Realizar coletivamente com duas universidades públicas e mais de 7 mil pessoas de dez municípios do consórcio multi-finalitário do oeste da Bahia um programa de educação ambiental intermunicipal que será homologado no I Congresso de educação ambiental: vozes do oeste da Bahia entre os dias 24 e 26 de outubro.
123. Antonio Adílio da Silveira. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga. Colônia de Pescadores Z33. Realizar diagnóstico de todos os municípios.
124. Givanildo Marques dos Santos. CBH do Iúna. Realizar um seminário para divulgar o CBH para Participação municipal na gestão das águas subterrâneas. Sou Libertado CRH/PE.
125. Wellington Trautwein Bergamaschi, presidente da ATUNORPI, Norte Pioneiro do Paraná. Estamos com o Projeto para Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas na Região Norte Pioneira do Paraná. O objetivo deste projeto é estabelecer uma parceria estratégica entre a Atunorpi - Associação Turística do Norte Pioneiro do Paraná e a recém-criada Superintendência Geral de Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas (SDBH), com o propósito de promover o turismo sustentável na região, especialmente nas áreas de distribuição às bacias hidrográficas.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações mencionadas pelos participantes têm em comum o foco na gestão e preservação dos recursos hídricos, principalmente por meio da implementação de planos de bacias e do enquadramento de corpos d'água. Algumas tendências e temas recorrentes incluem:

- **Educação Ambiental:** Vários participantes destacam a importância da educação ambiental, promovendo palestras, capacitações e ações de conscientização em escolas e comunidades.
- **Articulação com Comitês e Órgãos Governamentais:** Muitos participantes mencionam a necessidade de articular ações com os comitês de bacias hidrográficas, governos estaduais e municipais, visando o enquadramento de corpos hídricos e a implementação de planos.
- **Enquadramento e Planos de Bacias:** A maioria das ações está relacionada à elaboração, revisão e implementação de planos de bacias, bem como o enquadramento de corpos d'água, visando garantir a qualidade e a gestão sustentável dos recursos hídricos.
- **Mobilização e Sensibilização:** Ações voltadas para mobilização da sociedade civil, comunidades e setores diversos, buscando envolvimento e participação ativa nas discussões sobre recursos hídricos.
- **Capacitação e Formação:** Muitos participantes planejam realizar capacitações e formações, tanto para membros dos comitês quanto para a sociedade em geral, visando fortalecer o conhecimento e a participação nas ações propostas.
- **Monitoramento da Qualidade das Águas:** Alguns participantes mencionam ações relacionadas ao monitoramento da qualidade das águas, destacando a importância de avaliar e conservar os recursos hídricos.
- **Ações práticas de Conservação:** Além de discussões e planejamento, algumas ações envolvem atividades práticas, como mutirões de limpeza de margens de rios, plantio de mudas em nascentes e ações de cuidado e proteção das águas.
- **Participação Social e Comunicação:** Muitas ações visam fortalecer a participação social, envolvendo a comunidade nas decisões sobre os recursos hídricos, e também destacam a importância da comunicação eficaz para divulgar informações sobre os planos de bacias e ações propostas.

Essas tendências refletem uma abordagem integrada e colaborativa para a gestão sustentável dos recursos hídricos, envolvendo diferentes setores da sociedade em ações práticas e estratégicas.



1ª Jornada
Instrumentos de Gestão das Águas: experiências que inspiram

ESTAÇÃO 2
**Cobrança e arranjos institucionais:
tirando os planos do papel.**

Facilitação	Flavia Ramos, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Marco Antônio Mota Amorim, ANA/SAS
Palestrante	Moema Versiani Acelrad, INEA/RJ
Especialistas	Camila Zanon Gomes, IGAM Marco Antônio Mota Amorim, ANA/SAS Talita Fernanda das Graças Silva, ABRHidro Thiago Gil Barreto Barros, ANA/SAS
Participantes	206 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES**SOLUÇÕES COCRIADAS**

- | | |
|---|---|
| 1. De quem seria a responsabilidade dos mecanismos de cobrança, visto que os comitês não têm equipe técnica? | 1. Onde não há agências, a responsabilidade seria dos órgãos estaduais ou federal;
2. Criação de agências que atuam em territórios de mais de um comitê de bacia. |
| 2. Quais as estratégias necessárias para equacionar a variável política na implantação da cobrança? | 3. Os comitês proporcionam que sejam definidos os meios de cobrança de forma integrada dado a diversidade de realidades regionais nos Estados. Cobranças proporcionais. |
| 3. Como a educação ambiental pode auxiliar comitês enquanto ferramenta para implementação da cobrança do uso da água? | 4. É necessário um programa de educação ambiental que vise capacitar os membros para conscientização, participação, integração e conhecimentos específicos para implementar e legislar sobre a cobrança. Ademais, cabe também um programa para a sociedade. |
| 4. Quais os benefícios que retornam a população com essa cobrança? | 5. Melhora da qualidade e quantidade de água pelas ações previstas em projetos investidos com recursos da cobrança. Exemplos: Elaboração de Planos municipais de saneamento; Fortalecimento da gestão participativa; Projetos hidro ambientais. |
| 5. Como lidar com a duplicidade da cobrança federal/ estadual? | 6. Não pode acontecer duplicidade de cobrança. Cobrança exercida por meio de outorga;
7. Uniformização de critérios de cobrança. |
| 6. Como aplicar os recursos e como acompanhar esta aplicação? | 8. Plano de acordo com as metas e necessidades;
9. Avanços tecnológicos/informações rápidas (transparência)
10. Prioridades em curto prazo (médio e alto)
11. A força com participação plural;
12. Controle social. |
| 7. Como mobilizar os diversos setores usuários para a cobrança? | 13. Oficinas nos comitês;
14. Reuniões de câmaras técnicas;
15. Reuniões setoriais para esclarecimento sobre a cobrança;
16. Controle social. |
| 8. Como valorar o PPU (Preço público unitário)? | 17. Fazer estudo dos recursos hídricos, de usuários e seus respectivos consumos;
18. Calcular os custos de gerenciamento e ratear as despesas;
19. Estabelecer as categorias de uso e subcategorias. |
-

<p>9. Como os comitês podem atuar para impulsionar o poder público a efetivar a cobrança?</p>	<p>20. Acionar mecanismos de fiscalização: FECH; M.P.; T.C.; CRH Estadual, na forma de diálogo, audiências públicas, assembleias com entidades grupos de usuários e oficinas;</p> <p>21. Trabalhar com a “cetins” vinculado ao plano de bacia para assimilação e aplicação de um valor justo sustentável.</p>
<p>10. O que fazer para que os gestores (das 3 instâncias) entendam a importância da cobrança?</p>	<p>22. É necessário que os gestores entendam que os recursos da cobrança serão revertidos na bacia por meio de obras e/ou projetos em benefício daquela comunidade;</p> <p>23. A cobrança promove o uso responsável do recurso hídrico, contribuindo para que as gerações futuras tenham acesso aos RH;</p> <p>24. Apresentar resultados positivos de outras bacias, que podem servir de exemplo.</p>
<p>11. Como podemos tirar os planos do papel onde a cobrança não foi implantada?</p>	<p>25. Elaborar normativa de cobrança e inserir no plano de bacias.</p>
<p>12. Como o produtor de água, receberá pela sua conservação?</p>	<p>26. Assistência Técnica: adequação produtiva e adequação ambiental das propriedades rurais.</p> <p>27. Materiais e insumos: cercamento de nascente e APP; recuperação de área degradada; plantio de mudas nativas: mata ciliar área de recarga hídrica; técnicas de conservação de água e solo: barraginhas, caixas secas; estradas sustentáveis / ecológicas;</p> <p>28. Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA.</p>
<p>13. Como cobrar de usuários clandestinos?</p>	<p>29. Cortar o abastecimento;</p> <p>30. Aumentar o poder de fiscalização;</p> <p>31. Exigir a outorga no licenciamento da atividade;</p> <p>32. Sensibilização ambiental;</p> <p>33. Criar um selo de outorga obrigatório;</p> <p>34. Os bancos exigirem outorga;</p> <p>35. Criar Incentivos Fiscais.</p>
<p>14. Posso realizar o enquadramento antes de iniciar a cobrança?</p>	<p>36. Pode preferencialmente realizar o enquadramento antes da cobrança. Estabelecendo as classes dos trechos dos rios, teremos mais um elemento que auxilia na definição dos PPU. É fundamental ter o cuidado de não retroceder na proposta de enquadramento, em função da atividade econômica para efeito da cobrança.</p>
<p>15. Como sensibilizar o usuário para a cobrança?</p>	<p>37. Mostrando ao usuário, que o recurso arrecadado, será revertido em benefício para bacia como melhorias na quantidade e qualidade, através de oficinas, palestras, redes sociais e casos de sucesso de territórios onde a cobrança foi implantada.</p>
<p>16. Como precificar (categorias)?</p>	

17. Como atuar em bacias onde não há grandes pagadores em valores significativos?	38. Investimento cruzado entre bacias com alta arrecadação para bacias com baixa arrecadação; 39. Incentivos governamentais; 40. Cobrança diferenciada para os usuários insignificantes.
18. Em caso de escassez hídrica há alguma modalidade de taxa superior?	41. É possível a implantação de taxa em caso de escassez hídrica, porém apoiada em planos de contingência avaliando o uso da água a nível local/regional; 42. O uso do CAR como ferramenta para auxiliar na taxa; Implantação de instrumentos hidromecânicos.
19. Pela deixa do STF, precisamos aguardar os três pré-requisitos para iniciar a cobrança?	43. Não. Considerando a água essencial à vida, sendo o instrumento da cobrança já definido na PNRH que inclusive poderá implementar os três pré-requisitos.
20. A quem interessa atrasar o início da cobrança?	44. Companhias de saneamento tem disposição para pagar; 45. Em algumas bacias há dificuldade de cobrança do setor agropecuário, mas alguns comitês ainda tem resistência desse setor de usuários; 46. Questão política: por que o Estado não consegue avançar na cobrança?

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentam um tema comum relacionado à gestão e implementação da cobrança pelo uso da água, especialmente no contexto de comitês de bacias hidrográficas. Os questionamentos abordam uma variedade de aspectos desse processo, desde a responsabilidade pelos mecanismos de cobrança até estratégias políticas, benefícios para a população, questões de duplicidade de cobranças, mobilização de setores usuários, valoração do preço público unitário, sensibilização dos usuários e outros desafios práticos.

O tema central parece ser a busca por orientações e estratégias para efetivar a cobrança pelo uso da água de maneira eficiente, equitativa e sustentável, considerando diversos aspectos técnicos, políticos e sociais envolvidos nesse processo.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções apresentam várias características comuns relacionadas à implementação da cobrança pelo uso da água e à gestão dos recursos hídricos em diferentes contextos. Algumas dessas semelhanças incluem:

- **Responsabilidade Institucional:** Discussão sobre a responsabilidade de órgãos estaduais ou federais na ausência de agências específicas.

- **Criação de Agências:** Proposição da criação de agências que atuem em territórios abrangendo mais de um comitê de bacia.
- **Integração e Diversidade:** Ênfase na integração dos meios de cobrança devido à diversidade de realidades regionais nos estados.
- **Educação Ambiental:** Reconhecimento da importância de programas de educação ambiental para membros e sociedade, visando conscientização, participação e conhecimentos específicos.
- **Benefícios e Projetos:** Relação entre a arrecadação da cobrança e investimentos em projetos para melhoria da qualidade e quantidade de água.
- **Evitar Duplicidade:** Destaque para a necessidade de evitar duplicidade de cobrança, exercida por meio de outorga.
- **Uniformização de Critérios:** Chamada para a uniformização de critérios de cobrança.
- **Planejamento Estratégico:** Abordagem de planos alinhados com metas e necessidades, prioridades em curto, médio e longo prazo.
- **Avanços Tecnológicos:** Reconhecimento da importância de avanços tecnológicos para garantir transparência e informações rápidas.
- **Participação Plural:** Destaque para a força da participação plural e controle social.
- **Atividades e Encontros:** Realização de oficinas, reuniões técnicas, setoriais e câmaras técnicas para esclarecimento sobre a cobrança.
- **Estudos e Cálculos:** Importância de estudos sobre recursos hídricos, usuários e seus consumos, cálculos de custos e rateio de despesas.
- **Fiscalização e Diálogo:** Acionamento de mecanismos de fiscalização e diálogo com entidades, grupos de usuários e oficinas.
- **Comunicação e Sensibilização:** Sensibilização ambiental, uso de selo de outorga, exigência de outorga no licenciamento, incentivos fiscais e criação de mecanismos para mostrar resultados positivos.
- **Cooperação entre Bacias:** Proposição de investimento cruzado entre bacias com alta e baixa arrecadação.
- **Incentivos Governamentais:** Sugestão de incentivos governamentais e cobrança diferenciada para usuários insignificantes.
- **Escassez Hídrica:** Discussão sobre a possibilidade de taxação em caso de escassez hídrica, apoiada em planos de contingência.
- **Questões Políticas:** Questionamento sobre as dificuldades políticas

relacionadas à cobrança e resistência de alguns setores de usuários.

Essas semelhanças indicam a complexidade e abrangência de considerações que envolvem a implementação efetiva da cobrança pelo uso da água, destacando a necessidade de abordagens integradas e estratégias abrangentes.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Prof.ª Agua Universidade Federal de Campina Grande, José Irivaldo, precisamos mobilizar os comitês que são refratários ao processo de cobrança, assumindo o protagonismo e deliberando o modelo de cobrança e a implementação de acordo com o plano aprovado.
2. Andreia de Oliveira, do comitê do Rio Tibagi, me comprometo a mobilizar os membros do comitê a iniciar o processo de implantação da cobrança.
3. Fernando Pinheiro (UERN), bacia do Apodi-Mossoró. Reflexão: Um dos maiores passos a serem dados, que é o mínimo a ser feito, é pensar na mobilização social. Quais estratégias o comitê utilizará para envolver a sociedade que é por ele representada nas discussões? Como a sociedade se apropriará dessas discussões? O envolvimento efetivo da sociedade é um fator determinante da diminuição dos conflitos que envolvem o processo de cobrança.
4. Júlia Gomes. FABH-SMT. Divulgar em redes sociais, rádio e jornais todas as ações executadas com o uso do dinheiro arrecadado pela cobrança.
5. André Filipe Araújo de Sousa. Prefeitura de Gurupi. Comitê de bacias hidrográficas do Rio Formoso. Gurupi - TO. Aumentar o poder de fiscalização ambiental.
6. Roberto Carlos CBHSF4, vou chamar o comitê para discutir a entidade delegatária para implantar a cobrança.
7. Adelena Maia/ Representante da UFRN no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu. Minha primeira ação seria o levantamento da capacidade de arrecadação da bacia via cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia.
8. Jorge Martins Borges -CBH Piracicaba MG -Presidente Comitê. Incrementar o procedimento de efetivação da cobrança.
9. Cobrança pelo uso da água. Antônio Martins (INEMA). Articulação junto à Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e CBHs sobre as soluções que viabilizem a modelagem da cobrança no Estado, a partir das experiências vividas no ENCOB 23.
10. Brenda FONASC.CBH. Levar a necessidade de um programa de capacitação ativo para membros, para avanço na implementação do instrumento.
11. Ivonete Antunes Ferreira, conselheira do CBH Paracatu e Presidente do CBH Uruçuia. Envolver mais em educação ambiental e mobilização social. Além de junto aos conselheiros e demais interessados na bacia a implementação do instrumento de gestão: cobrança de recursos hídricos.
12. Paulo Carvalho - Comitê de Bacia do Alto Rio Grande. Contratação da entidade delegatária e seleção de projetos de acordo com o Plano de Recursos Hídricos do Comitê.
13. David Couto - Mandato Dep. Estadual Goura (Paraná). Levantamento de leis e decretos federais e estaduais e construir estratégia política junto a comitês de bacia para implementação de decreto/lei que normatize a cobrança.
14. Mylena Nascimento-Fiemg. Comprometo a implementar ações para mobilização dos usuários/pagadores a participar das discussões da cobrança na região do sul de Minas e Zona da Mata mineira
15. Kassio Henrique | CBH Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba - PN1 – MG. Como lidar com a duplicidade de cobrança: Federal / Estadual? Orientações sobre os instrumentos de gestão: Cobrança e Outorga, para que seja compreendido os seus diferenciais e de fato o que estão pagando.
16. Marcelo Grison - CBHLP (Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas). Executar no CBHLP. PASSO: definir o PPU com

estudos da Bacia e quantitativo de usuários

17. Maurício Moreira dos Santos. UTFPR - LONDRINA Comitê Tibagi. Aplicação de oficinas, palestras, redes sociais para conscientização ambiental em relação a cobrança pelo uso da água.
18. Izabela Lima - IFCE CAMOCIM COMITÊ DE BACIAS DO COREAÚ. Irei incluir na pauta da próxima reunião do Comitê a proposição de grupo temática em prol das discussões das dificuldades acerca da cobrança dentro da nossa região.
19. Ação para tirar plano de bacias do papel, onde não há cobrança. Cristiane Maria Loebens. Comitê Turvo Santa Rosa Santo Cristo U-30. Capacitação sobre o tema cobrança, trazendo experiências exitosas. Buscar agregar as ações dos municípios às ações do CB para melhorar a qualidade e a quantidade da BH.
20. Nayara Dorigon Rodrigues- SEDAM-RO. Implementar nos CBH de Rondônia. Repassar as informações obtidas aqui por meio de capacitação aos comitês.
21. Felipe Barbosa / CBH Coruripe (AL). Meu MPE será iniciar o banco de dados da minha bacia hidrográfica unificando dados de outorgados, usuários, zoneamento Ambiental da bacia, mapeamento de unidades de conservação e pensar as estratégias para iniciar a cobrança pelo uso da água.
22. Sumirê da Silva Hinata - DRHS/SEMA/RS. Implementar no RS. Mínimo Passo Estratégico: oferecer apoio técnico aos CBHs
23. Tiago Lucas Corrêa - Comitê Tramandaí. Bacia Hidrográfica Do Tramandaí. Divulgar entre usuários, governo e população os planos de ação da Fase C do Plano da Bacia visando alinhar ações que convirjam para atingirmos o enquadramento almejado.
24. Denise Rodrigues. CBH-MPS. Meu MPE será realizar oficinas de sensibilização da comunidade acerca da importância da cobrança, com divulgação dos projetos desenvolvidos com os recursos arrecadados. Motivação: aumento da cobrança a ser implementada pelo comitê na região.
25. Aristeu K Sakamoto. CBH Norte Pioneiro. Como implementar a cobrança? Ações a serem desenvolvidas: Conscientização/convencimento de todos os envolvidos, em especial os usuários.
26. Eu me chamo Soliane, pertencço ao CBH-Itaúnas/ES. Divulgar MPE mobilizando as instituições pertencentes ao Comitê de Bacia a estar publicando as soluções propostas.
27. Wendel Edson – DAEE (CBH SJD). Âmbito do comitê do Rio São José dos Dourados. Criação de um grupo de trabalho (GT) para discussão e viabilidade de atualização do enquadramento dos recursos hídricos.
28. Ailton Joaquim. CBHSFH4. Participar com mais efetividade das ações propostas pelo comitê.
29. Isabela Souza, CBH Rio Grande. Vou fazer uma matéria sobre esta capacitação, compartilhando o conhecimento adquirido através da Revista digital do CBH Grande.
30. Natalino da Silva. CBH Rio Passo Fundo. Incentivar a participação de todos os segmentos da sociedade, no Comitê de bacia, para que as decisões sejam as mais abrangentes e agendas as mais variadas demandas.
31. Reflexão. Camila Zanon, Igam/MG. A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um desafio que deve ser encarado com coragem por todos os atores envolvidos nesse processo.
32. Vera Martins, Comitê Piabanha. Orientar através de perguntas solicitadas os Comitês que não possuem cobrança.
33. Ana Elizabeth Carara - Comitê Bacia do Lago Guaíba. Promover reuniões de esclarecimento sobre os instrumentos de cobrança!
34. Cristiano Duarte de Magalhães. Comitê de Bacia Hidrográfica do Corrente CBHC/Bahia. Como presidente do comitê de bacia do corrente, quando retornar a minha bacia na primeira reunião já vou estar convocando os membros para poder estar discutindo sobre cobrança de recursos hídricos e produção da deliberação sobre cobrança, pois foi visto que nenhum plano de bacia vai sair do papel sem a efetivação da cobrança.

35. Ayranan Anunciação Suzuki/ Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Lontra e Corda/ Tocantins. Buscarei informações e cálculos a respeito da sustentabilidade do instrumento de gestão COBRANÇA no comitê que faço parte.
36. Hanin Dawud-Ademadan. CBH litorânea. Mobilizar a elaboração de normativas de cobrança, bem como de colaboração técnica correspondente ao plano de bacia.
37. Moema Acselrad. Inea/RJ. Fomentar e instigar ações conjuntas dos comitês de bacia para aplicação dos recursos da cobrança de forma otimizada no território das bacias hidrográficas.
38. Talita Silva. ABRHidro/ UFMG. Meu MPE será levar para meus alunos de Gestão de Recursos hídricos as provocações e os desafios discutidos aqui sobre a cobrança para juntos refletirmos sobre os caminhos futuros deste instrumento.
39. Ana Odalia Sena CBHPIJ Teixeira de Freitas BA. Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas. Vou convidar os comitês para pressionar o governo do estado, a secretaria de meio ambiente, comissão de meio ambiente da assembleia legislativa, à imprensa, redes sociais em uma grande mobilização para implementar a cobrança no Estado da Bahia.
40. Marta Luzia - Comitê Piraponema/PR. As trocas coletivas de experiências nos mais variados estágios foi um super incentivo para o caminhar de forma mais tranquila na árdua tarefa da cobrança da água.
41. Clea Amorim JQ2 MG. Criar parâmetros chegar no consenso através do controle social com transparência
42. Patrícia Barufaldi - Agência das Bacias PCJ estamos em processo de discussão para melhorar o planejamento para que a aplicação dos recursos da cobrança seja o mais próximo da realidade.
43. Reinaldo Ribeiro Sensibilizar, e encantava, outros atores da sociedade a participar dos fóruns dos comitês locais.
44. Roberto Rivelino Rocha - CBHSF/CBHVJ - Cobrança pelo uso de recursos hídricos. Mobilização dos comitês em conjunto para aplicação de cada deliberação e encaminhar para cada órgão responsável em cada Estado para que seja estabelecido o processo de cobrança de forma integrada e proporcional em cada localidade.
45. Yasmin Albuquerque- poder público municipal. Aproximar o município na atuação na gestão de recursos hídricos. Uma das sugestões de ações: aumento da fiscalização. Os municípios conhecem seu território e sua realidade hídrica e podem fomentar a sensibilização ambiental quanto a importância na qualidade (padrões de portabilidade) e quantidade de água nas soluções alternativas coletivas principalmente em municípios de pequeno porte.
46. Franciane Queiroz. Integração entre os órgãos para uma boa atuação da aplicação da lei em prol dos recursos hídricos.
47. Deraldo Queiroz Guimarães Neto (CBHRS / Bahia). Iniciar o processo de implementação de cobrança no nosso comitê através da capacitação dos membros e estudos aprofundados sobre o tema. Paralelo a esse processo, começar as discussões com os setores envolvidos.
48. Ivanilda da Silva _ CBH/PAJEÚ. Repassar para os demais membros do CBH e comunidades.
49. Rogério Araújo Dias, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento -ASSEMAE. No GD6 pretendo propor uma CT para discutir e acompanhar o enquadramento na nossa bacia.
50. Ibson Campos COALIAR PR. Articular junto aos demais comitês a implementação da cobrança. Buscar a estruturação de suporte aos comitês visando celeridade de ações e visibilidade junto à sociedade.
51. Eduardo Paniguel. Consórcio PCJ. Apoiar e fomentar a troca de informações e exemplos para implementação da cobrança.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações apresentadas compartilham vários elementos em comum:

- **Comprometimento com a Mobilização:** Muitas das ações envolvem o compromisso de mobilizar os membros dos comitês, conscientizando-os sobre a importância da cobrança pelo uso da água.
- **Divulgação e Transparência:** Várias propostas destacam a importância de divulgar informações sobre as ações executadas com os recursos arrecadados pela cobrança, seja por meio de redes sociais, rádio, jornais ou outros canais de comunicação.
- **Capacitação e Sensibilização:** A necessidade de capacitação e sensibilização é abordada em várias ações, seja para membros dos comitês, sociedade em geral ou usuários específicos. A educação ambiental é vista como um meio crucial para o sucesso da implementação da cobrança.
- **Aumento do Poder de Fiscalização:** Algumas propostas visam aumentar o poder de fiscalização ambiental, destacando a importância do cumprimento das normativas e regulamentações relacionadas à cobrança.
- **Envolvimento da Sociedade:** Muitas ações destacam a necessidade de envolvimento efetivo da sociedade, reconhecendo que o engajamento da comunidade é crucial para o sucesso do processo.
- **Articulação entre Órgãos e Comitês:** Ações mencionam a importância da articulação entre diferentes órgãos, comitês e entidades para promover a implementação da cobrança de forma integrada e proporcional.
- **Discussão sobre Normativas e Leis:** Algumas propostas sugerem a realização de estudos e discussões sobre normativas e leis federais e estaduais, visando estabelecer estratégias políticas para a implementação da cobrança.
- **Inclusão na Pauta das Reuniões:** A inclusão da cobrança na pauta das reuniões dos comitês é mencionada como uma estratégia para promover a discussão e deliberação sobre o tema.
- **Troca de Experiências:** Há ênfase na importância da troca de experiências entre os comitês, com o objetivo de aprender com exemplos positivos e facilitar o processo de implementação.
- **Incentivo à Participação:** Algumas ações buscam incentivar a participação ativa de diferentes setores da sociedade nos comitês,

garantindo decisões mais abrangentes e representativas.

Esses são alguns dos elementos comuns nas ações apresentadas, refletindo a abordagem diversificada e abrangente para enfrentar os desafios relacionados à implementação da cobrança pelo uso da água.



1ª Jornada
Instrumentos de Gestão das Águas: experiências que inspiram

ESTAÇÃO 3
Outorga: regular para conservar

Facilitação	Vera Xavier, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Og Arão Rubert Vieira, ANA/SER Patrick Thomas, ANA/SER Suzana Montenegro, ABRHidro
Palestrante	Patrick Thomas, ANA/SER
Especialistas	Jordana Girandello, CNA Suzana Montenegro, ABRHidro
Participantes	158 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

1. Como é definido o tipo de uso prioritário da bacia hidrográfica?

1. Paridade de representantes por segmento.

2. Como poderia ser resolvido o conflito de exploração de uso de água nas Bacias sem autorização?

2. Com diálogo mostrando aos não outorgas a importância da outorga não só para a exploração como também para a prevenção do recurso.

3. Realizar diagnóstico dos usuários existentes na Bacia.

4. Definição da disponibilidade hídrica na Bacia.

5. Levantamento de usos regulares e irregulares.

6. Regularização dos usos, sem autorização.

3. Como os comitês de Bacias podem atuar no processo de outorga?

7. Estabelecer um canal de comunicação entre o órgão gestor e os comitês de bacias.

8. Criar um de outorga os comitês. sistema integrado com o órgão gestor

9. Mais união das mulheres - Seja uma dama das águas.

10. Adote uma nascente.

11. Realizar campanhas com os usuários para a regularização e participação efetiva no comitê

12. Capacitar os membros de comitês e demais usuários para conhecer e compreender o instrumento da outorga

13. Os comitês poderiam ouvir mais os segmentos solicitantes de outorga

14. Promover capacitações para consultores técnicos

4. Como embasar usos prioritários?

15. Compartilhar informações primárias e secundárias
Definir vocação do trecho ou da Bacia

5. Qual procedimento legal para a autonomia do CBH decidir sobre o conflito de interesses? Ex.: Bacia São Marcos

16. Implementação de normativas que regulamentem a competência dos comitês sobre a gestão de prioridades de uso. Leis, decretos, regimentos, etc.

6. Quais os maiores desafios para a outorga de lançamento de efluentes?

17. Ver lei Tomé (STF)

18. Monitoramento dos efluentes tratados, atendendo os parâmetros da CONAMA 430/2014

19. Estudo de capacidade de autodepuração do manancial

20. Custo elevado da estação de tratamento de efluentes

21. O tempo de resposta dos órgãos outorgantes

7. Quando o Plano de Bacias não oferece Prioridade de uso, (Bacias críticas), como o Órgão Gestor decide a outorga (p/ que setor/usuário)? Qual a prioridade?	<p>22.Primeiro considerar a política nacional 9.433/97</p> <p>23.Vocação do trecho ou Bacia Hidrográfica</p> <p>24. Disponibilidade hídrica</p> <p>25.Cadastro de usuário</p> <p>26.Potencializar sistema de informação</p>
8. Como desburocratizar a emissão de outorga?	<p>27.Reduzir a documentação solicitada, pedindo apenas o essencial para a autorização.</p> <p>28. Aumentar o quadro de funcionários do órgão competente para suprir a demanda da emissão</p> <p>29.Melhorar o acesso ao atendimento online e reduzir o tempo de espera</p> <p>30. Descentralizar o Órgão Gestor, criando unidades regionais</p>
9. Até onde vai a autonomia do Comitê diante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos?	<p>31. O comitê tem que ter a maior autonomia, devido sua visão na microrregião.</p> <p>32.Os comitês são soberanos em algumas decisões</p> <p>33.Autonomia na mediação do diálogo e na construção das propostas e soluções</p> <p>34. Os comitês são soberanos nas decisões, mas o Conselho Estadual pode interferir nas mesmas.</p>
10. Como gerenciar o conflito do uso da água entre mineração, agricultura e usos insignificantes?	<p>35.Em primeiro lugar, o que é necessário é o debate do comitê da bacia em questão, para que o mesmo decida as vocações. É necessário que se priorize as primeiras necessidades (agricultura, pecuária e pesca), como também a vocação da bacia.</p> <p>36.Reunião e diagnóstico dos usuários</p> <p>37.Considerar os impactos</p> <p>38. Considerar a sustentabilidade das categorias</p>
11. Como categorizar prioridades de uso quando há múltiplos usos numa determinada B.H. (Abastecimento Público + Geração De Energia + Irrigação LEI-9933/977)?	<p>39.Prioridades Legais estabelecidas na Lei Federal 9453/9 que determina como prioridade o consumo humano e a dessedentação de animais.</p> <p>40. Outras prioridades estabelecidas nos PBH ou estaduais e nacionais</p> <p>41. As outras prioridades são estabelecidas pelos CBH'N em seus planos observando as identidades de cada Bacia</p> <p>42. Diagnósticos (metodologias de acordo com local/público/ambiente.</p> <p>43. Realizando uma consulta pública ampla (com a população em geral)</p>

12. Quais são as dificuldades apresentadas pelos usuários para a não adesão às outorgas?	<p>DIFICULDADES:</p> <p>44. Tempo de emissão de uma outorga</p> <p>45. Falta de recursos financeiros para atender a documentação e requisitos</p> <p>46. Falta de conhecimento informação e ausência de acesso à informação</p> <p>SOLUÇÕES:</p> <p>47. Aumento do corpo técnico + sistematização das informações e análises;</p> <p>48. Incentivo do governo + parceria com empresas consultores ambientais</p> <p>49. Capacitações + fiscalizações eficazes</p>
13. Como os comitês de bacias podem planejar os usos prioritários para as emissões de outorgas?	<p>50. Conhecer todos os usuários da Bacia</p> <p>51. Categorizar os usos, classificando quanto ao consumo</p> <p>52. Verificar a disponibilidade hídrica da Bacia</p> <p>53. Elaboração do plano de gestão</p> <p>54. Discutir o plano com os usuários</p> <p>55. Definir democraticamente a priorização</p>
14. Como potencializar a disponibilidade hídrica na bacia?	<p>56. Conscientização do produtor rural</p> <p>57. Plano diretor elevando a taxa de permeabilidade do solo</p> <p>58. Pagamento por serviços ambientais</p> <p>59. Monitoramento efetivo dos usos</p> <p>60. Monitoramento Plu/Flu</p> <p>61. Aumento da fiscalização</p> <p>62. Implantação de barragens em locais estratégicos da bacia.</p> <p>63. Recuperação e manutenção de nascentes e áreas de APP e práticas de conservação do solo</p> <p>64. Cobrança pelo uso da água</p> <p>65. APP (Água do Brasil)</p> <p>66. Uniformização das regras de outorga</p> <p>67. Democratização das águas</p>
15. Como regular o uso da água considerando os conflitos de interesse?	<p>68. Elaboração do diagnóstico e prognóstico dos recursos hídricos da bacia</p> <p>69. Comitê precisa ter plano de bacia</p> <p>70. Seguir as legislações hídricas Estaduais, Federais e outras prioridades estabelecidas pelos comitês de bacias</p> <p>71. Fortalecimento dos comitês de bacias com a criação de fundos Estaduais, Municipais e Federais</p> <p>72. Possibilidade de “pacto” entre Comitê e usuário com respaldo jurídico e demais providências</p>

16. Uma decisão do comitê pode ser revogada e quais os critérios?	73.Sim! Através do próprio CBH, a depender da situação, com novas consultas públicas. 74. Por meio de petições em instância superior, como Conselhos de Recursos Hídricos Estaduais ou Nacional.
17. Quais os critérios necessários para a criação de um marco regulatório de uma B.H?	75.Realizar estudos diagnósticos dos potenciais e limitações da Bacia 76.Enquadramento dos recursos hídricos. 77.Capacitação de uma equipe técnica multidisciplinar.
18. Como democratizar o uso da água e garantir os usos múltiplos considerando que é um recurso limitado?	78. Fortalecer os comitês. 79.Participação da sociedade 80. Planejamento 81. Integração entre os planos de bacias e os planos diretores e saneamento 82. De burocratização do sistema de outorga

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentadas compartilham vários temas e desafios relacionados à gestão dos recursos hídricos em bacias hidrográficas. Alguns dos elementos comuns incluem:

- **Prioridade de Uso:** Questões relacionadas à definição e embasamento dos usos prioritários da bacia hidrográfica, bem como a categorização e gestão dessas prioridades.
- **Conflitos e Autorizações:** Preocupações sobre como resolver conflitos na exploração do uso da água, especialmente em situações sem autorização. Isso inclui a atuação dos comitês de bacias no processo de outorga.
- **Desafios na Outorga:** Perguntas sobre os maiores desafios associados à emissão de outorgas, incluindo casos específicos, como o lançamento de efluentes e a decisão em bacias críticas sem prioridade de uso definida.
- **Autonomia e Regulamentação:** Interrogações sobre a autonomia dos comitês em relação aos órgãos reguladores, como os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, e a busca por procedimentos legais e regulatórios claros.
- **Desburocratização:** O desejo de simplificar e desburocratizar o processo de emissão de outorgas, tornando-o mais eficiente.
- **Gestão de Conflitos:** Como gerenciar os conflitos de interesse entre setores como mineração, agricultura e usos insignificantes, considerando

a limitação dos recursos hídricos.

- **Planejamento de Usos Prioritários:** Questões sobre como os comitês de bacias podem planejar e emitir outorgas para os usos prioritários, considerando múltiplos usos na mesma bacia.
- **Democratização e Usos Múltiplos:** Perguntas sobre como democratizar o uso da água, garantindo usos múltiplos e considerando a limitação desse recurso finito.
- **Decisões do Comitê:** A possibilidade de revogação de decisões do comitê e os critérios envolvidos nesse processo.
- **Marco Regulatório:** Questões sobre os critérios necessários para a criação de um marco regulatório eficaz para uma bacia hidrográfica.

Esses temas refletem a complexidade envolvida na gestão sustentável da água, abordando desde aspectos práticos, como a emissão de outorgas, até questões mais amplas, como a democratização do acesso e a resolução de conflitos.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções apresentadas compartilham várias estratégias, desafios e soluções relacionadas à gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas. Alguns pontos comuns incluem:

- **Paridade de Representação:** A necessidade de garantir a representação equitativa de diferentes segmentos nos comitês de bacias.
- **Diagnóstico dos Usuários:** A importância de realizar diagnósticos para identificar os usuários existentes na bacia, categorizar seus usos e compreender as demandas.
- **Definição da Disponibilidade Hídrica:** A importância de avaliar a disponibilidade hídrica na bacia como base para a gestão sustentável.
- **Regularização e Monitoramento:** A necessidade de regularizar usos, monitorar e fiscalizar tanto usos regulares quanto irregulares.
- **Comunicação e Diálogo:** Estabelecer canais de comunicação eficazes entre o órgão gestor, comitês de bacias e usuários, promovendo diálogo e conscientização.
- **Capacitação:** Capacitar membros de comitês, usuários e consultores técnicos para entender e aplicar o instrumento da outorga.
- **Autonomia dos Comitês:** Reconhecer a autonomia dos comitês na tomada de decisões, embora sujeita a possível interferência de órgãos superiores.

- **Prioridades Legais:** Considerar as prioridades legais estabelecidas em leis federais e estaduais, como a Lei Federal 9.433/97.
- **Soluções para Dificuldades:** Propor soluções para desafios como tempo de emissão de outorga, falta de recursos financeiros e falta de conhecimento.
- **Monitoramento e Planejamento:** A importância de monitorar efetivamente os usos da água, elaborar planos de gestão e envolver a sociedade no planejamento.
- **Democratização das Águas:** Buscar a democratização do uso da água, envolvendo a população e categorizando os usos de maneira a considerar múltiplos interesses.
- **Uniformização das Regras:** Promover a uniformização das regras de outorga para garantir consistência nas práticas.

Esses pontos indicam um conjunto abrangente de estratégias para enfrentar desafios na gestão dos recursos hídricos, buscando uma abordagem integrada, participativa e sustentável.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Daniely Sant'Anna. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia. Formular e implementar oficina de capacitação de técnicos, prefeituras e usuários da bacia para minimizar erros no pedido de outorga e assim, agilizar processos de emissão dos termos de uso da água.
2. Reuniões de diálogo, começando por pequenos grupos e ir ganhando adesões. Suzana Montenegro ABRHidro.
3. Isadora De Filippo | Igam | BH - MG. Divulgação das ações apresentadas e discutidas no ENCOB 2023 junto à equipe de trabalho.
4. Robson - Guarapuava PR. Reunião quadrimestral com a ANA para passar as novas informações deliberadas, como decretos, resoluções e afins.
5. Antonio Faria da Rocha CBHR Paranaíba. Fortalecer os Comitês.
6. Gabriel Soares de Almeida Pegoretti, representante do CBH Suaçuí. Colocar em prática compartilhar com a base trocas de experiências adquiridas durante as atividades do encob onde está sendo um ótimo espaço de diálogo e aprendizado para os conselheiros presentes.
7. Esdras da Silva- Comitê Guandu. Reunir os agricultores para uma capacitação sobre outorga e uso de água. Visando a inclusão da Agricultura familiar na discussão sobre o uso sustentável da água.
8. Reginaldo Silva de Souza. Inhapi Alagoas. Elaborar planos de gestão, relacionados às questões hídricas.
9. Raquel Trevizam. Consórcio Intermunicipal Lagos São João- CILSJ. RH VI e RHVIII. Contribuir na gestão dos comitês de bacias hidrográficas, fomentando e apoiando as discussões.
10. Luis Henrique/ DAEE-BTG. Abrir diálogo com instituições que representem usuários na bacia.
11. Rodrigo. ProfÁgua. Conversar sobre possibilidades de atualizações frequentes do plano de bacia.
12. Carlos Corrêa da Rosa - Comitê Pardo/ RS. Desburocratização do sistema de outorgas, principalmente para agricultura familiar.
13. Esvanio Édipo da Silva Ferreira. Comitê

de Bacias Hidrográfica do Rio Cabaçal Fazer um levantamento dos municípios com maior déficit hídrico e propor soluções.

14. Joice - VIGIAGUA/MG e CERH/MG. Meu mínimo passo estratégico será repassar as discussões dessa estação com os demais colegas do VIGIAGUA.
15. Hamilton Teixeira Viana CBH Litoral Itaipoca CE. Enquanto comitê, ouvir as comunidades locais discutir e encontrar as soluções adequadas para cada região, conforme as suas peculiaridades.
16. Claudionor Costa- CBH Suaçuí -MG. Convidar palestrante do IGAM para falar com estudantes e comunidade local sobre a importância da estruturação criada pela Lei 9433/97.
17. Sérgio Wilame da Silva Amorim. Da cidade de Icatu, faz parte da bacia hidrográfica do Rio Munim
18. Cristhiane Vasconcelos. Barra do Garças -MT. Criação do plano de Bacia.
19. COGERH. Elizangela Castro da Silva. Envolvimento da sociedade nos espaços de discussão e investir na formação.
20. Jordana Girardello | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil| Brasília. Capacitar para qualificar os representantes do setor agropecuário dentro dos colegiados (comitês e conselhos).
21. Maria Antonia Rimá- organização: comitê de bacias Rio Mearim - MA. Levar as informações aprendidas aqui em uma reunião geral para toda representação do comitê, assim manter todos atualizados e informados.
22. Euclesio - Curitiba - PR - Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea do Estado do Paraná. Coordenar a qualificação de todos do Comitê, pois o mesmo está sem ação há mais de 3 anos! Como estou presidente a menos de 60 dias, entendo ser este um passo estratégico importante!
23. Natalie dos Reis Lopes - CBH-TJ/Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo. Democratizar o acesso a informações e ações exitosas que o comitê dentro do Estado de São Paulo tem feito. Assim, com exemplos práticos, deixar de exemplo a ação do estado de São Paulo na governança das águas e principalmente as ações que o Comitê de Bacias Hidrográficas do Tietê Jacaré tem feito dentro da bacia juntamente com os gestores estaduais, municipais e das entidades civis.
24. Og Rubert - ANA. Promover reunião com os usuários na bacia do rio Javaés para apresentar a proposta de regulação especial de alocação dos recursos hídricos.
25. Leticia Freitas - Naturatins (Tocantins). - Os órgãos gestores de recursos hídricos devem estar mais próximos aos comitês de bacia para ouvir as necessidades, atuar em conjunto e compartilhar as responsabilidades na gestão da bacia hidrográfica.
26. Rafaela | PM Lajes | RN. Reunião com equipe para compartilhar lições aprendidas.
27. Ana Paula Santos (Prado/Ba), representante do CBH-PIJ, extremo sul da Bahia. Apresentação da experiência vivida no ENCOB na Plenária Aberta do comitê no dia 30 de agosto.
28. Ana Clara Martins Trajano / sociedade civil, coelho neto- comitê rio Munim. apresentar aos gestores do meio ambiente e recursos do município os aprendizados em relação a outorga e as questões de conflito de interesse perante as liberações e regulamentações.
29. Gláucia Assis - IAT Paraná. Aumentar o monitoramento fluviométrico das pequenas bacias para obtenção de dados reais de cada bacia.
30. Tiago Alves Parnamirim, Pernambuco. Presidente do CBH Chapéu. Implantação da outorga no rio Brígida. barragem do chapéu e soluções de conflitos.
31. João Zuffa/ Bacia Paraná 3/. MPE será repassar o aprendizado adquirido no ENCOB no comitê de Bacias e discutir soluções que se apliquem a nossas demandas atuais, principalmente na questão dos diferentes usos.
32. Janaina Machado. Natal, RN. Como consultora em meio ambiente o mínimo passo que vejo é orientar e fortalecer a necessidade da aquisição da outorga pros consumidores e cobrar dos órgãos responsáveis a fiscalização para a obtenção

da outorga e consumo do recurso.

33. Maria Luísa Krever Conzatti. Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí, RS. Levar a temática para discussão dentro do comitê.
34. Ethiane Agnoletto. CBH Médio Teles Pires, norte de Mato Grosso. Marcar uma agenda com o Deputado Estadual, amigo de infância e ativo na nossa região. Principal pauta: apresentação do CBH e suas nuances, pedido de apoio para articulação, fomento de projetos com respaldo na gestão dos recursos hídricos dentro da minha Bacia Hidrográfica.
35. Waldnir Gomes Fundação Florestal CBH-SMT. Vou implementar meu MPE através de capacitações com o conselho gestor das unidades de conservação e os municípios que as integram, com as informações obtidas ampliando a informação e conhecimento colaborando nas futuras decisões de maneira coletiva.
36. Vicente Lutz / UFRGS-IPH / AL-RS Frente Parlamentar das Águas. Integração dos comitês de bacia como colegiado-referência para o planejamento territorial, auxiliando os municípios-cidadãos-usuários de água sobre as estratégias de melhoria ambiental.
37. Leonardo Moreira Pisan - Prefeitura Municipal de Paraty/RJ. Buscar maiores informações junto ao Comitê da nossa localidade CBHIG. Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande.
38. Marlon Coelho. CBH-DOCE/CREA-MG. Como Engenheiro, representar a sociedade civil dentro do comitê.
39. Isabel Leal - Porto Seguro. União de todos para preservar as. Seja uma DAMA das águas e adote uma nascente.
40. Leila Gomes. Diálogo no âmbito dos Comitês.
41. Cícera Leal Cabral. Município de Itacuruba. Povo indígena Pankara. Desburocratização da outorga de água para os pequenos usuários, povos originários e comunidades tradicionais!
42. Rogério Silva - CBH Camaquã/RS. Fortalecimento da atuação do Comitê de bacia através da maior participação possível das entidades representativas da sociedade da bacia hidrográfica.
43. Maria Antonia Oliveira Rima - secretária executiva municipal de meio ambiente e recursos hídricos de Capinzal do Norte - MA e representante do comitê de bacias Rio Mearim -MA. Realizar uma capacitação com a equipe do SAAE órgão responsável pelo uso e cobrança da água no município de Capinzal do Norte - MA.
44. Juscelino Alves Costa, Comitê da Bacia do Salgado Ceará - Município de Granjeiro, Ceará. Trabalhar com os Comitês para tratar da soberania hídrica dando respaldo e atribuições bem definidas nas tomadas de decisões.
45. Rosana Bertoni. CBH ALPA. Prefeitura de Nova Campina SP. Conhecer para preservar!
46. Antônio Alzemar de Oliveira. Dar maior visibilidade ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Curu - Ceará.
47. Cloer Oliveira. CBHLP - Lago de Palmas/TO. CODEVASF. Orientar no âmbito do trabalho executado pela CODEVASF no estado do Tocantins sobre a necessidade de regulamentar, quanto à emissão de outorgas, a perfuração de poços nas contratações diretas e convênios em execução pela empresa.
48. Antonio Juliano. Aumentar as ações de mobilizações no sentido de tornar maior a participação dos setores constituintes do nosso comitê, além de continuar as ações de capacitação dos nossos membros.
49. ELIEL CARDOSO SANTIAGO CBH ALPA. Prefeitura de Nova Campina. Conhecer para preservar.
50. Ivone Morgado/ Igam. Buscar a participação da sociedade como por exemplo as audiências públicas, para solução dos problemas na democratização da outorga.
51. Angela Quilombola, Mirandiba/PE. Comitê da Bacia do Pajeú- usuária. Garantir a paridade na representatividade dentro dos comitês. Garantir um plano anual de ações que fortaleça a pela garantia e qualidade das águas. Fomentar ações locais de fortalecimento dos comitês.
52. Lucas CBH-MOGI. Fortalecer os diferentes atores que compõe o Comitê e aprimorar

o diálogo e troca de informações com os órgãos gestores.

53. Leandro Grassel. Comitê Pardo – RS. Fazer uma apresentação dentro do comitê levando para a plenária a discussão que tivemos aqui na oficina.
54. Fábio Comitê CBH Alto do Teles Pires. Colocar as ideias levantadas em discussão de como criar um plano de bacias - Gerenciar critérios que visam melhorias na outorga já falta o plano de bacias.
55. Francisco Nogueira, Comitê do rio Apodi/Mossoró. Mais diálogo com os usuários de águas, pois muitos não sabem nem que existe órgãos consultivos com os comitês.
56. Layan - IGARN. Promover capacitações para facilitar o acesso às informações aos usuários, buscando aumentar a adesão às outorgas e conscientizar sobre a sua importância para a conservação da água.
57. Waleria Figue - Naturatins / Palmas - TO. Um sistema integrado de outorga entre os órgãos gestores e os comitês de bacias.
58. Keller Regina Soares / Faculdade Unibras MT/ Bacia do Alto Paraguai / São José dos Quatro Marcos/MT. Em setembro reunir os alunos para discussões sobre a regulamentação e uso de água em busca de sua conservação, para posteriormente formar grupos de informação que trabalharão em levar essas informações aos beneficiários da bacia hidrográfica do Alto Paraguai, em especial produtores rurais.
59. Guilherme - Piquiri PR. Interação comitês e órgãos reguladores na busca de alternativas e soluções para procedimentos de outorgas em atendimento às necessidades locais.
60. Teófilo Joaquim de Santana Neto Cbh LS- Comitê de Bacias dos Rios do Entorno do Lago de Sobradinho.
61. Ediene Luiz Alves - Aprosoja MG. 5 - Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Iniciar as atividades na próxima gestão 2023/2027, com fortalecimento dos comitês buscando recursos financeiro juntos aos entes federais, estaduais e federais; participar efetivamente na representação dos usuários hídricos com o objetivo de dialogar com todos os envolvidos no uso da água.
62. Luciene Chaves. SEMAS/PARÁ. Meu MPE será, no mês de setembro, reunir com a equipe de gestores da Diretoria de Recursos Hídricos da Semas e propor um plano de Capacitação sobre outorga para o CBH estadual.
63. Sandra Escher. Membro do comitê Paraná baixo Ivaí 1 - Querência do Norte. Elaborar plano de bacias a partir de excelente diagnóstico considerando as comunidades locais, elaboração com equipe interdisciplinar, formação continuada dos membros do comitê, criação de um fundo com recursos para as propostas acima.
64. Walter Yauri. Comitê Pindaré Maranhão. Levantamento de usuários da água do rio Pindaré.
65. Maurício Zanon. Bom Jesus do Itabapoana- RJ. Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos. Comitê de Bacia do Baixo Paraíba e Itabapoana. Região IX. Autonomia para os comitês.
66. Celso Brasil. Cafelândia, Paraná. Buscar o equilíbrio entre as exigências legais e as demandas por tipos de usuários. Exemplo: a piscicultura ser tratada diferente de atividades industriais.
67. Luís Carlos - IMAC/AC. Trabalhar a conscientização dos usuários quanto à importância do uso sustentável da água e da dos comitês e da implementação dos instrumentos de gestão, dentre eles a outorga, para o gerenciamento deste recurso ambiental.
68. Eduardo Bini CBH Macaé. Contribuir nas reuniões do CBH para orientar nas decisões sobre outorga.
69. Rejany Ferreira - Redeccap/CBH-BG. Dialogar com os membros do subcomitê que eu faço parte, sobre a importância da outorga para a bacia hidrográfica.
70. Joanna Aysha Assis. IMAC- Instituto de Meio Ambiente do Acre. Rio Branco- Acre. Criar diálogos com a sociedade para enfatizar a importância da regularização dos usos.
71. Suely Nelson Argôlo - Presidente do CBHS.L. Desburocratização da Outorga para melhor atender os usuários. Facilidade no acesso das informações.

72. Mateus Chagas - Naturatins/TO. Desburocratizar o sistema de outorga permitindo o usuário um acesso mais rápido e eficiente. Desse modo, permitindo ao órgão gestor um maior conhecimento dos usuários.
73. Cezar Pedro Andreghetto. Chapadinha M A, Bacia do Rio Munim, simplificar para todos terem condições de se regularizar.
74. Roberto Santos Rocha. Associação de Biólogos e Agrônomos de Taquarana- Alagoas - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Miguel. Primeiramente conhecer todos (ou boa parte) os usuários de água da bacia hidrográfica a qual pertencem juntamente com os membros do comitê e levar a esse grupo a necessidade de fazer conhecer um comitê de bacia e sua importância. A partir de então conhecer os usuários e classificar quanto ao consumo.
75. Natasha Hessel de Góes IAT PARANÁ. Meu MPE será convidar o comitê para ser menos acadêmico e voltar o olhar às dificuldades do agente outorgante.
76. Laís Rangel O Zanon. Bom Jesus do Itabapoana, baixo Paraíba e Itabapoana - Região IX. Até onde vai a autonomia do comitê diante do conselho estadual de recursos hídricos? Autonomia na mediação do diálogo e na construção das propostas e soluções.
77. Gabriela Tolentino/ Prefeitura de Araçoiaba da Serra. Meu MPE será divulgar informações importantes desse encontro à comunidade, através das redes sociais.
78. Jucemara. CBH ALPA. PREFEITURA NOVA CAMPINA. Inclusão específica da educação ambiental na educação básica.
79. Peronete Maria da Conceição Alves Oliveira. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso - TO. Sugiro ao Comitê Bacia convocar uma reunião on-line para que possamos compartilhar o que aprendemos aqui.
80. Manoel Araujo da Silva. VICE PRESIDENTE DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICA DO PREGUIÇA E PERIÁ-MA. Dialogar com os governantes para promoverem através das políticas públicas a capacitação dos membros dos comitês com cursos de capacitação das gestões de bacias hidrográficas das bacias hidrográficas do seu Estado, com decreto de leis dando seguridade para todos os comitês.
81. Claudia Miyuki Koga Sugui. Fazer um checklist dentro da Lei 9433/97- do Comitê de Bacias que participo. Elaborar projetos para o seu fortalecimento dentro do plano de bacia.
82. Tiago Bacovis - IAT/PR. Concessão de incentivos e receita para os Comitês que não possuem plano e enquadramento visando finalizar estes dois instrumentos. Para uma gestão de recursos hídricos efetiva todos os instrumentos devem estar implementados e em harmonia.
83. Rafael Neyson dos Santos Pankará. Aldeia Serrote dos Campos. Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Pajeú. Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco. Assistência aos sub comitês; facilitar o acesso às informações para os povos originários, comunidades tradicionais e pequenos produtores!
84. Elizabeth Rogério da Cunha de Castro. Instituto de Meio Ambiente do Acre Rio Branco-AC. Conscientizar os usuários quanto a importância dos comitês e dos instrumentos de gestão das águas.
85. Claudio Amaral. Ceivap. Fazer programa de Comunicação consistente para levar os gestores públicos dos municípios para os Comitês.
86. Camila - Igam. Pensar em estratégias para desburocratizar o sistema de outorga.

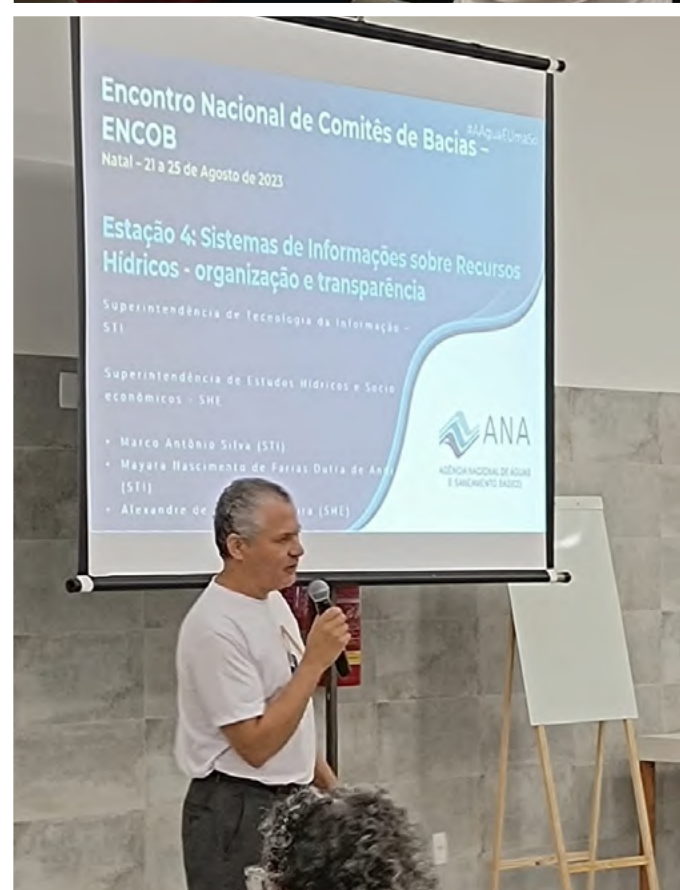
SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

Todas as ações mencionadas partilham um foco comum na melhoria da gestão dos recursos hídricos, particularmente no contexto da gestão de bacias hidrográficas e das atividades dos comitês de bacias hidrográficas. Os elementos comuns incluem:

- **Capacitação:** Muitas pessoas, como Daniely Sant'Anna e Suzana Montenegro, enfatizam a importância da capacitação através de workshops, treinamento e educação para melhorar a compreensão do uso da água e agilizar o processo de obtenção de licenças de uso da água.
- **Diálogos e Reuniões:** Ações como as de Isadora De Filippo e Robson destacam a importância de se engajar em diálogos e reuniões em vários níveis, desde pequenos grupos até reuniões maiores, para fomentar discussões e disseminar informações sobre iniciativas de gestão da água.
- **Compartilhamento de informações:** Diversas pessoas, como Raquel Trevizam e Joice, concentram-se no compartilhamento de informações e insights obtidos em eventos como o ENCOB (Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas) com suas equipes, colegas ou comunidades.
- **Fortalecimento dos Comitês:** Fortalecer o papel e a eficácia dos comitês de bacias hidrográficas é um tema recorrente, como visto nas ações de Antonio Faria da Rocha, Gabriel Soares de Almeida Pegoretti e outros.
- **Divulgação e Inclusão:** Os esforços para incluir e educar várias partes interessadas, incluindo agricultores (Esdras da Silva), comunidades indígenas (Cícera leal Cabral) e o público em geral (Elizangela Castro da Silva), destacam a importância da inclusão nas discussões sobre gestão da água.
- **Engajamento Regulatório e Legislativo:** As ações de Reginaldo Silva de Souza, Rodrigo e outros enfatizam o envolvimento com os órgãos reguladores, mantendo-se atualizado sobre as mudanças legislativas e contribuindo para o processo regulatório.
- **Monitoramento e Planejamento:** Diversas ações, como as de Marlon Coelho e Gláucia Assis, ressaltam a necessidade de monitorar o uso da água, criar planos de gestão e envolver a sociedade nos processos de planejamento.
- **Envolvimento comunitário:** Muitas pessoas, incluindo Waldnir Gomes e Natalie dos Reis Lopes, sublinham a importância de envolver as comunidades locais nas discussões, na tomada de decisões e na procura de soluções adaptadas a regiões específicas.

- **Democratização da Informação:** As ações de Joanna Aysha Assis, Natasha Hessel de Góes e outros concentram-se na democratização da informação sobre a regulamentação da água, tornando-a mais acessível e compreensível para a comunidade em geral.

Estes pontos comuns refletem um esforço coletivo para melhorar a governação da água, promover o uso sustentável da água e envolver várias partes interessadas na gestão dos recursos hídricos.



1ª Jornada
Instrumentos de Gestão das Águas: experiências que inspiram

ESTAÇÃO 4
**Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos:
organização e transparência**

Facilitação	Daniella Dolme, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Alexandre de Amorim Teixeira, ANA/SHE
Palestrantes	Alexandre de Amorim Teixeira, ANA/SHE Marco Silva, ANA
Especialistas	Mayara Andrade, ANA/STI Cristovão Fernandes, ABRHidro
Participantes	103 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

1. Como furar a bolha para chegar à sociedade?

1. Investir em divulgação em rádio e TV, além de redes sociais;
2. Estudar como transformar a informação acessível a diferentes públicos;
3. Conectar com outras frentes como cultura, saúde, educação e esportes náuticos.
4. Gameficação;
5. Investir em mais participação de sociedade civil nos comitês;
6. Facilitar o ingresso aos Comitês.
7. Capilarizar o acesso em comunidades (interiorização).
8. Contar com o apoio das universidades durante o processo.
9. Inserir as crianças de todas as idades, em atividades que valorizem o lúdico (Real e abstrato).
10. Parceria do comitê com as universidades explorando a vertente de Extensão.

2. Como será a integração dos dados gerados pelas Agências e Órgãos Estaduais e sua segurança?

11. Criar e capacitar grupos nas diferentes esferas
 12. Compartilhar e padronizar os dados.
 13. Recompartilhar os dados.
 14. Integrar plataformas de sensoriamento remoto nas diferentes regiões do país que gerem dados reais para a tomadas de decisão locais e nacionais.
 15. Plataforma integrada que pode ser alimentada por diferentes entes sob curadoria da ANA.
 16. Uso de I.A.
 17. Responsabilidade no compartilhamento de dados e uso algorítmico o mais neutro possível para questões sócio demográficas (análise do micro em um país continental).
 18. Garantir as diferenças existentes nas Bacias Hidrográficas.
-

<p>3. Como facilitar o acesso à informação para quem não tem acesso à tecnologia?</p>	<p>19. Informações integradas produzidas por órgãos oficiais, sociedade civil, usuários, escolas e universidades em uma plataforma colaborativa. Ex. WIKIPEDIA</p> <p>20. Informações que explorem outros meios que possam viralizar. Ex. TikTok</p> <p>21. Capilarização de informação.</p> <p>22. Produção de material que valorize o lúdico.</p> <p>23. Criação de cartilhas.</p> <p>24. O uso da linguagem cultural de classes e regiões.</p> <p>25. Necessário se faz que todos os municípios desenvolvam Políticas Públicas para que ocorram integrações sistêmicas e colaborativas.</p>
<p>4. Como internalizar entre os membros da Sociedade Civil as informações contidas e disponibilizadas mediante o SINRH tomando os membros em sujeitos ativos?</p>	<p>26. Através de processo contínuo de capacitação e educação envolvendo todos os atores da sociedade. Envolver as secretarias de educação e agricultura.</p> <p>27. Plano diretor (envolvimento)</p> <p>28. Promover concursos e olimpíadas de conhecimento entre estudante e sociedade de todas as idades.</p> <p>29. Desenvolver um app com acesso para membros de diversos comitês, submeter os dados na plataforma e realizar reuniões para debate.</p> <p>30. Fomentar a educação ambiental para que os alunos cresçam com mais consciência do exercício do que do controle social (não só alunos, mas comunidade em geral).</p> <p>31. Tornar a linguagem mais acessível e facilitar a participação da sociedade civil para representatividade nos comitês.</p>
<p>5. Quais as estratégias para envolver toda sociedade na temática da água, considerando também os grupos menos participativos?</p>	<p>32. TIC'S (Tecnologias de Informação e Comunicação).</p> <p>33. Capilarização da informação.</p> <p>34. Produção de atividades lúdicas e interativas com pais e filhos.</p> <p>35. Mapeamento das comunidades.</p> <p>36. Fomento a linguagens diversas.</p> <p>37. Aproximar-se da população através da escuta ativa, ouvindo as prioridades.</p> <p>38. Usar linguagem mais acessível e didática interagindo de forma lúdica com a população.</p>

<p>6. O sistema já domina informações sobre águas subterrâneas?</p>	<p>39. O Sistema já domina informações sobre águas subterrâneas? Caso sim: quais são e como são acessadas? Caso não: se faz necessário o diagnóstico completo das regiões e tornar as informações acessíveis para todos os segmentos.</p> <p>40. Analisar perspectivas de consumo e mercadológicas para grandes players do setor privado e impacto legal, especialmente no longo prazo.</p> <p>41. Criar Projetos específicos para obter um melhor desempenho como palestra e eventos culturais.</p>
<p>7. Como que os pequenos municípios se capacitam para uso e o fomento dos sistemas?</p>	<p>42. Implantar uma prefeitura, ou em sala na sede de outros locais de fácil acesso, com equipamentos para uso público e gratuito.</p> <p>43. Que os dados dos CBH, sejam utilizados como dados de estado e não de governo.</p> <p>44. Promovendo eventos e divulgando locais e mídias sociais.</p> <p>45. Incentivar a instalação de acesso a internet nas áreas rurais.</p> <p>46. Incentivar parcerias para a promoção de eventos de capacitação entre estados e municípios para o uso e fomento dos sistemas.</p> <p>47. Estimular a educação ambiental com ênfase nos recursos hídricos nas comunidades e escolas para o acesso ao sistema.</p>
<p>8. Qual o real alcance do sistema de informações/nível de detalhamento para utilização em campo?</p>	<p>48. Alcance do S.I. em campo-nível de detalhamento.</p> <p>49. Padronizar as unidades de gestão porque a divisão nacional às vezes difere da estadual.</p> <p>Considerando que o SNIRH é parcial (nacional), sugerimos:</p> <p>50. Mapeamento de dados em nível de CBH'S (digital e geoprocessado)</p> <p>51. Integração dos dados ao SNIRH (normatização e padronização)</p> <p>52. Programa de estado e não de governo.</p>

9. Como poderia um pequeno usuário ter acesso facilitado para solicitar uma outorga?	<p>53. Qual ferramenta digital? E quem tem dificuldade com meios digitais. Talvez poderiam existir centrais nos municípios, porém com ampla divulgação em outros meios como rádio e tv e associações e sindicatos representativos das comunidades.</p> <p>54. Campanhas de divulgação e capacitação das prefeituras para com os proprietários e inclusão em reuniões relacionadas com o gerenciamento de bacias.</p> <p>55. O que significa ferramenta intuitiva?</p> <p>56. Pelo Águas Brasil após integração com sistemas estaduais.</p> <p>57. Desenvolver uma ferramenta intuitiva para direcionar a resposta aos pequenos usuários.</p>
10. Qual a participação dos estados e agências de bacias para o SI (Sistema de Informação)?	<p>58. Os estados alimentam o Sistema Nacional e as Agências utilizam o Sistema.</p> <p>59. As agências também podem fomentar o sistema de informações.</p> <p>60. Criar um padrão mínimo das principais informações a serem disponibilizadas por todos os comitês para serem integrados ao sistema da ANA.</p> <p>61. Buscar trazer informações atualizadas para não ficar obsoleto rapidamente.</p>
11. Como posso melhorar o sistema de informação da minha bacia?	<p>62. Inserir e adaptar processos, capacitar pessoas para a produção de processos e ferramentas que valorizem aspectos lúdicos, tecnológicos e interativos de acordo com a realidade de cada local: rural, urbano, floresta.</p> <p>63. Rede de Guardiões usando estudantes (se possível com assistência financeira). E apoio dos órgãos gestores.</p> <p>64. Utilização de ferramentas de Ciência Cidadã para facilitar a captação e sistematização de dados.</p> <p>65. Creio que antes de capacitar seja interessante gerar a necessidade ou interesse para engajamento.</p>
12. Como integrar a base de dados entre os estados e municípios?	<p>66. Normatização sistêmica para padronização</p> <p>67. Que o banco de dados seja integrante de um programa de "ESTADO" e não apenas de governo</p> <p>68. Através de interfaces colaborativas</p> <p>69. Capacitação dos diversos agentes</p> <p>70. ACT entre municípios e Estados.</p> <p>71. Para integração da base de dados entre os estados e municípios é necessário que os municípios façam o levantamento de dados e apresentem / repassem aos estados. (Considerando que o estado já faz esse repasse ao repasse ao Federal (ANA)</p>

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas mencionadas compartilham um foco central na busca por estratégias e ações que promovam maior inclusão, eficiência e participação da sociedade no contexto do gerenciamento de recursos hídricos. Os elementos comuns incluem:

- **Inclusão e Acesso à Informação:** Há uma preocupação com a inclusão de grupos que podem estar fora da “bolha” tecnológica, destacando a necessidade de facilitar o acesso à informação para aqueles que não têm recursos tecnológicos.
- **Integração de Dados e Segurança:** Várias perguntas abordam a integração de dados provenientes de diferentes fontes (Agências e Órgãos Estaduais) e a importância de garantir a segurança desses dados.
- **Engajamento da Sociedade Civil:** A busca por estratégias para envolver e internalizar informações entre os membros da sociedade civil indica um interesse em promover a participação ativa e conscientização.
- **Capacitação de Pequenos Municípios:** Questões sobre como os pequenos municípios podem se capacitar para utilizar sistemas e promover o desenvolvimento de seus próprios sistemas sugerem uma preocupação com a equidade e a capacidade técnica em diferentes contextos.
- **Eficiência e Melhoria Contínua:** Perguntas sobre o alcance, detalhamento e melhoria do sistema de informação sugerem um interesse em otimizar e aprimorar continuamente os sistemas existentes.
- **Colaboração e Integração Interinstitucional:** A preocupação com a integração de dados entre estados, municípios e agências ressalta a importância da colaboração e da interoperabilidade entre diferentes entidades envolvidas no gerenciamento de recursos hídricos.
- **Facilitação de Processos:** A busca por métodos para facilitar o acesso à solicitação de outorgas por pequenos usuários reflete uma preocupação com a simplificação de processos para garantir que todos possam participar de maneira eficiente.

Esses elementos refletem uma abordagem abrangente e integrada para abordar desafios relacionados ao gerenciamento de recursos hídricos, considerando a inclusão, a segurança de dados, a capacitação e a eficiência dos processos.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções compartilham diversos pontos comuns relacionados à melhoria,

disseminação e efetividade do sistema de informações. Alguns elementos em comum incluem:

Divulgação e Acesso à Informação:

- Investir em divulgação em diferentes mídias (rádio, TV, redes sociais, TikTok, etc.).
- Capilarizar o acesso em comunidades e áreas rurais.
- Mapeamento das comunidades para compreender melhor suas necessidades.

Engajamento da Sociedade Civil e Participação:

- Incentivar a participação da sociedade civil nos comitês.
- Facilitar o ingresso aos comitês.
- Conectar com outras frentes como cultura, saúde, educação e esportes náuticos.

Educação Ambiental e Capacitação:

- Fomentar a educação ambiental nas escolas e comunidades.
- Processo contínuo de capacitação e educação envolvendo diferentes atores da sociedade.
- Promover concursos e olimpíadas de conhecimento.

Integração e Padronização de Dados:

- Compartilhar e padronizar os dados.
- Integrar plataformas de sensoriamento remoto.
- Integrar dados ao SNIRH e promover normatização e padronização.

Acesso Facilitado e Ferramentas Intuitivas:

- Desenvolver ferramentas intuitivas para direcionar respostas aos pequenos usuários.
- Inserir e adaptar processos, capacitando para produção de ferramentas interativas.
- Utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Colaboração Interinstitucional:

- Conectar com outras frentes como cultura, saúde, educação.
- Parcerias do comitê com universidades, explorando a vertente de extensão.

Responsabilidade e Neutralidade:

- Responsabilidade no compartilhamento de dados e uso algorítmico neutro.
- Garantir as diferenças nas bacias hidrográficas.

Sustentabilidade a Longo Prazo:

- Analisar perspectivas de consumo e mercadológicas para grandes players do setor privado e impacto legal no longo prazo.

Inovação e Tecnologias Avançadas:

- Uso de inteligência artificial (I.A.).
- Gameficação.

Inclusão de Diferentes Públicos:

- Estudar como transformar a informação acessível a diferentes públicos.
- Linguagem cultural de classes e regiões.

Esses pontos destacam a abordagem abrangente e multifacetada proposta para promover uma gestão mais eficiente e inclusiva dos recursos hídricos, integrando diferentes setores da sociedade e utilizando uma variedade de estratégias e ferramentas.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. João Gomes. Integrar o grupo de informações que lidero para aproximar mais da Sociedade.
2. Rafael Simões. CBH Alto Paraguai Superior. Minha ação será no meu comitê de bacia hidrográfica. Divulgar para todos os participantes do meu comitê.
3. Tamara Gomes USP/FZEA. Promover um projeto de cultura e extensão em parceria com o Comitê da Bacia do Mogi Guaçu para capacitação dos usuários para utilização dos dados.
4. Guilherme Oliveira, Secretária de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas e Membro do CBH Piauí/SE. Será implementado na área de atuação dos comitês. Através da ação do estado para com os municípios inseridos na área de abrangência do comitê.
5. Interação ANA/Sociedade Civil. Fomen-
- tar a criação de um link entre os atores citados, para facilitar o envio de informações locais mais precisas (topografias, georreferenciamentos, cadastros ambientais), de modo a aprimorar o banco de dados nacional, possibilitando a geração de produtos obtidos através de dados com maior precisão. Paulo Henrique. Instituto IDEAS - Sociedade Civil. CBH Alto Paranapanema. CBH PARANAPANEMA.
6. Karina Wilberg. CBH Piabanha. Divulgando sempre as possibilidades ofertadas pelo comitê de modo a contribuir para quantidade e qualidade d'água na nossa bacia.
7. Paulo César J Giarola. Compartilhar com amigos da prefeitura, Sec. de agricultura, educação e meio ambiente para serem multiplicadores do Sinrh.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações compartilham o objetivo comum de promover a integração, divulgação, capacitação e colaboração entre diferentes grupos e atores em prol da gestão eficiente dos recursos hídricos. Os pontos em comum entre essas ações incluem:

Integração e Aproximação:

- João Gomes busca integrar o grupo de informações para aproximar mais da sociedade.
- Rafael Simões pretende divulgar para todos os participantes do seu comitê de bacia hidrográfica.

Capacitação e Colaboração:

- Tamara Gomes da USP/FZEA propõe um projeto de cultura e extensão em parceria com o Comitê da Bacia do Mogi Guaçu para capacitar os usuários na utilização dos dados.
- Guilherme Oliveira, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas, planeja implementar a ação na área de atuação dos comitês, envolvendo os municípios para melhorar a gestão.

Colaboração entre ANA e Sociedade Civil:

- Paulo Henrique, do Instituto IDEAS, sugere fomentar a criação de um link entre ANA, sociedade civil e outros atores para facilitar o envio de informações locais mais precisas, melhorando o banco de dados nacional.

Divulgação e Conscientização:

- Karina Wilberg, do CBH Piabanha, foca na divulgação das possibilidades oferecidas pelo comitê para contribuir com a quantidade e qualidade da água na bacia.
- Paulo César J Giarola planeja compartilhar informações com amigos da prefeitura, Secretaria de Agricultura, Educação e Meio Ambiente, transformando-os em multiplicadores do SNIRH.

Essas ações demonstram um esforço conjunto para fortalecer a gestão dos recursos hídricos, envolvendo diferentes setores da sociedade, com ênfase na integração, capacitação, colaboração e conscientização.



1ª Jornada
Instrumentos de Gestão das Águas: experiências que inspiram

ESTAÇÃO 5
**Monitoramento Hidrológico para a Gestão Integrada:
conhecer para gerenciar**

Facilitação	Claudia Prado, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Márcia Tereza Pantoja Gaspar, ANA/SPP Diana Wahrendorff Engel, ANA/SGH
Palestrantes	Andrea Germano, SUREG/PA Marcelo Jorge Medeiros, ANA/SGH
Especialistas	Alexandre Vilella, CIESP Marcelo Fonseca, IGAM Marina Mendonça Costa de Assis, AGEVAP
Participantes	127 participantes

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

1. Qual seria a área mínima para monitoramento superficial na esfera estadual e nos CBHs?

1. Não existe área mínima estabelecida: a água é uma só!
2. Elaborar critérios técnico-social (finalidade dos usos múltiplos, demandas hídricas qualitativa e quantitativa)
3. Entendendo os conflitos de uso da água em cada território

2. Como a ANA auxilia os municípios no monitoramento hidrológico, principalmente, nos municípios que possuem áreas de risco hidrológico?

4. interpretação de dados personalizados pela ANA para uso como ferramenta de gestão de recursos hídricos para CBHs e municípios brasileiros.
5. melhorar informação (produto: dados) no próprio site quanto na interface do sistema. exemplos de ações para melhoria:
 - disponibilização de dados processados;
 - emissão de relatórios por município;
 - elaboração de manual para acesso e interpretação de dados;
 - divulgação pela ANA a cada município e a todo CBH no Brasil.

3. Qual seria o dimensionamento mínimo ideal de uma rede de monitoramento?

- Considerando que a atuação de monitoramento é basicamente sobre as áreas que têm conflitos quali-quantitativos a delimitação espacial de menor importância, podendo se ajustar na ocorrência de disputas, sugerimos:
6. Monitoramento e regulação das empresas que perfuram poços;
 7. Conhecer os aquíferos da região;
 8. Identificar as áreas críticas;
 9. Promover outorgas coletivas;
 10. Incrementar o monitoramento de testes de interferência entre poços.

4. Quais os desafios para o monitoramento (hidro) diante das mudanças climáticas e os eventos extremos em escala local?

11. Conhecer a realidade de cada bacia hidrográfica
 12. Falta de recursos financeiros das esferas municipal, estadual e federal
 13. Falta de recursos humanos especializados conscientização da população (pertencimento)
 14. Falta de integração das ações dos órgãos competentes
 15. Ausência de dados e informações acerca dos eventos extremos
-

5. Qual é o procedimento/critério utilizado para monitorar rios temporários?	<p>Procedimentos:</p> <p>16. Medição de chuva, nível e vazões (dificuldades operacionais);</p> <p>17. Equipamentos de mais baixo custo para rede secundária;</p> <p>18. Transparência e colaboração/participação;</p> <p>19. Pesquisas para/ correlacionar chuva-vazões;</p> <p>Critérios:</p> <p>20. Definição do local da estação de monitoramento com base em multicritérios</p> <p>21. Dificuldade de aplicar parâmetro q7,10</p>
6. Quais são os parâmetros mais prioritários com poucos recursos?	<p>22. Para uma hierarquização dos parâmetros prioritários, pensamos que deve ser levado em conta a legislação vigente, respeitando a particularidade de cada bacia. Dito isto, elencamos os seguintes parâmetros, baseados na disponibilidade de recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vazão - Qualidade - Nível - Pluviometria - Temperatura - Uso da terra - Sistemas de alerta - Capacitação local
7. Como integrar as políticas municipais para a gestão hídrica?	<p>23. Descentralizar a competência pela gestão monitoramento dos recursos hídricos através de instrumentos legais e específicos delegando autonomia aos municípios e oferecer aos municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> * captação * recursos financeiros; * equipamentos; * recursos humanos.
8. Qual o método utilizado para a delimitação espacial dos aquíferos? Onde consultar?	<p>24. Mediante métodos de sonda geofísica e modelos matemáticos, visando o conhecimento da idade e vazão com objetivo de proteção.</p> <p>25. A base de dados deve ser consultada através do órgão regularizador do estado, uma vez que a gestão de captação subterrânea é de domínio estadual.</p>

<p>9. Como integrar os dados dos monitoramentos estaduais e federais disseminando os dados para toda a população?</p>	<p>26. Realizar uma transposição pedagógica (traduzir termos técnicos em linguagem popular) dos dados integrados e disponíveis no banco de dados nacional hospedados no site da ANA em materiais educacionais, tais como: boletins, aplicativos, cadernos/materiais educativos, de acordo com os atores da região hidrográfica.</p> <p>27. Utilizando os meios e estruturas dos órgãos de extensão rural, ONGs e prefeituras para alcançar as comunidades de regiões mais isoladas para discussão de dados pré-existentes utilizando ferramentas de comunicação.</p>
<p>10. Como integrar / compatibilizar o monitoramento de águas subterrâneas e superficiais?</p>	<p>28. Monitorar os usos outorgados subterrâneos. estudo hidro geológico de recarga do aquíferos correlacionando com a disponibilidade de águas superficiais e disponibilizar recursos financeiros e humanos.</p> <p>obs.: a delimitação do aquífero não corresponde necessariamente com a bacia.</p>
<p>11. Como utilizar os dados hidrológicos coletados para integrar e regulamentar com políticas públicas?</p>	<p>29. No âmbito dos dados hidrológicos é necessário ampliar a rede de monitoramento para que possam ser utilizados para regulamentação das ações dos comitês e órgãos gestores. Além de padronizar os critérios para obtenção e disponibilização dos dados, portanto a análise de dados é fundamental para possibilitar a integração das políticas públicas.</p> <p>30. Entretanto, as políticas públicas envolvem a legislação existente que precisa ser implementada e cumprida a partir de ações de fiscalização no âmbito nacional.</p> <p>31. Portanto, o tema “água e recursos hídricos” deve estar incluído na agenda estratégica e política nacional, isso é imprescindível.</p>
<p>12. Como podemos promover o monitoramento para a qualidade de água, com segurança de saúde ambiental?</p>	<p>32. Obrigatoriedade nas condicionantes das outorgas, para os usuários, do monitoramento (qualidade e quantidade) permanente, a depender do uso e uma fiscalização em diferentes níveis (municipal, estadual e federal).</p> <p>33. Implementação da ferramenta do plano de segurança da água (PSA) previsto na portaria MS 888/2021</p>

<p>13. Como relacionar os dados hidro geológicos com a gestão do uso e ocupação do solo?</p>	<p>34. O uso da água e a ocupação do solo estão entrelaçados historicamente.</p> <p>35. Através das informações e conhecimento destes dados podem ser definidos zoneamentos mais adequados, de forma a garantir a sustentabilidade e a segurança hídrica.</p> <p>36. Esses dados podem ser fontes para garantir legislações mais eficientes para embasar planos diretores e proteger áreas mais sensíveis, bem como as populações que historicamente ali vivem.</p> <p>37. Desses dados são definidos os empreendimentos/atividades que podem ser implantados para cada porção do território da bacia monitorada.</p>
<p>14. Como reforçar a participação dos municípios no monitoramento, considerando que esses estão na ponta da linha?</p>	<p>38. Corpo técnico - Capacitação - Participação nas decisões, instalações e plano de contingência</p> <p>39. Plano de comunicação - Comunicação Defesa Civil</p> <p>40. Participação/incentivo do poder público municipal</p>
<p>15. Qual seria o papel ou atribuição dos CBHs no processo do monitoramento?</p>	<p>41. Identificar as demandas por uma rede de monitoramento (diagnóstico/plano de bacia)</p> <p>42. Definir arranjos para viabilizar a instalação e manutenção (cobrança pelo uso).</p> <p>43. Demandar dos órgãos públicos que os dados sejam transformados em informação efetiva para o sistema de gerenciamento.</p>
<p>16. Como estruturar e apoiar a rede de monitoramento em nível local (municipal/estadual)?</p>	<p>44. Envolver a comunidade na estruturação, no uso dos equipamentos, entendimento dos dados e outros;</p> <p>45. Diagnosticar pontos e locais de monitoramento;</p> <p>46. Levantar os usos;</p> <p>47. Disponibilizar recursos humanos;</p> <p>48. Disponibilizar recursos financeiros.</p>

17. Como monitorar os poços?	<p>49. Mapear os poços (urbano e rural).</p> <p>50. Promover a integração e conscientização dos atores envolvidos - usuários e órgãos gestores.</p> <p>51. Regulação para que grandes usuários façam monitoramento em tempo real.</p> <p>52. Criação de rede de monitoramento, através de poços já existentes, estratégicos para controle qualitativo e quantitativo.</p> <p>53. Incorporar os dados coletados das águas subterrâneas, aos dados das águas superficiais, já existentes.</p> <p>54. Capacitação de técnicos, para mobilização e controle.</p>
18. Como as redes de monitoramento fazem interface com os sistemas produtivos (agricultura, indústria mineração) e de conservação?	<p>55. Os usuários precisam dos dados para seu conhecimento - planejamento, pois eles possuem uma demanda e necessidade do uso da água, seja na irrigação das lavouras ou uso industrial. É necessário saber as características (quali/quantitativa) da água através dos dados coletados nos postos de monitoramento;</p> <p>56. Os gestores de recursos hídricos aliados aos membros dos comitês devem instruir os usuários sobre quais águas são adequadas para cada finalidade, isso pode ser feito por meio de apps, sites, boletins informativos e, principalmente, por meio da educação ambiental.</p>
19. Como utilizar a base de dados para converter em Políticas Públicas no município?	<p>57. Traduzir os dados gerados em informação para a população: emissão de boletins; aplicativos que melhoram o acesso;</p> <p>58. Sala de situação;</p> <p>59. Câmara técnica nos comitês de bacia;</p> <p>60. Parceria com universidades, ação/conexão com comitês de bacia; sistema ambiental estadual/municipal; defesa civil; conselhos estaduais e municipais; convênios entre municípios.</p> <p>61. Mapeamento/zonamento nível municipal</p>
20. Como melhor integrar informações quando existem diferentes agentes de monitoramento para uma credibilidade maior em relação ao monitoramento?	<p>62. Processo de aquisição dos dados compatíveis em termos dos equipamentos, instalação e geração de curvas-chave;</p> <p>63. Transmissão de dados, com telemetrias confiáveis;</p> <p>64. Criação de banco de dados com acesso a todos os sistemas;</p> <p>65. Disponibilizar, tanto as informações armazenadas no banco de dados, quanto os dados em tempo real para ações de gestão.</p>

21. Como melhorar a integração dos dados nacionais, estaduais e regionais?	<p>66. Estabelecer diálogo, objetivo e sistemático entre as instituições competentes com o aproveitamento da tecnologia disponível, bem como aproveitando a cultura técnica e/os dados existentes;</p> <p>67. Integrar os sistemas nacional e estaduais existentes, utilizando padrão único, com leitura dinâmica para todos, incluindo o cidadão;</p> <p>68. Aproveitamento das instituições de pesquisas (federal e estadual) para o desenvolvimento de uma base de dados unificada;</p> <p>69. Padronização das unidades de medidas.</p>
22. Quais os benefícios, as informações / dados gerados pelo SGB trazem para a sociedade?	<p>70. Prevenção contra eventos críticos, por exemplo, enchentes, secas, etc.;</p> <p>71. Tomada de decisões mais assertivas pelo poder público em prol da sociedade;</p> <p>72. Geram estudos de base para medidas de mitigação, por exemplo, infraestrutura de segurança hídrica, recuperação da qualidade da água, planejamento do uso dos recursos hídricos;</p> <p>73. Ampliação do conhecimento acerca da situação atual dos recursos hídricos.</p>
23. Quais medidas são tomadas para a gestão de áreas identificadas como críticas, no âmbito das águas subterrâneas?	

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas compartilham o interesse comum na efetivação e aprimoramento do monitoramento e gestão dos recursos hídricos, abordando diversos aspectos. Os pontos em comum entre essas perguntas incluem:

Áreas e Dimensionamento:

- Questionamentos sobre a área mínima para monitoramento superficial na esfera estadual e nos CBHs.
- Busca pelo dimensionamento mínimo ideal de uma rede de monitoramento.

Assistência da ANA e Desafios Climáticos:

- Interesse em como a ANA auxilia os municípios no monitoramento hidrológico, especialmente em áreas de risco.
- Preocupação com os desafios do monitoramento diante das mudanças climáticas e eventos extremos em escala local.

Procedimentos e Parâmetros:

- Questões sobre procedimentos/critérios para monitorar rios temporários.
- Identificação dos parâmetros mais prioritários com poucos recursos.

Integração e Compatibilização:

- Desejo de integrar políticas municipais para a gestão hídrica.
- Perguntas sobre como integrar/compatibilizar o monitoramento de águas subterrâneas e superficiais.

Utilização e Relacionamento com Políticas Públicas:

- Interesse em como utilizar dados hidrológicos para integrar e regulamentar políticas públicas.
- Relação entre dados hidro geológicos e gestão do uso e ocupação do solo.

Envolvimento Municipal e Regional:

- Estratégias para reforçar a participação dos municípios no monitoramento.
- Como os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) podem contribuir para o processo de monitoramento.

Estruturação da Rede de Monitoramento:

- Perguntas sobre como estruturar e apoiar a rede de monitoramento em nível local (municipal/estadual).
- Como monitorar poços e fazer interface com sistemas produtivos.

Integração de Dados e Benefícios para a Sociedade:

- Desafios e estratégias para integrar dados de diferentes agentes de monitoramento.
- Melhorias na integração dos dados nacionais, estaduais e regionais e os benefícios que essas informações proporcionam para a sociedade.

Gestão de Áreas Críticas:

- Medidas tomadas para a gestão de áreas identificadas como críticas, especialmente no âmbito das águas subterrâneas.

Essas perguntas refletem um interesse coletivo em otimizar e fortalecer as práticas de monitoramento e gestão dos recursos hídricos, abordando aspectos técnicos, estratégicos e de integração de dados.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções compartilham diversos pontos em comum, indicando um foco coletivo na melhoria da gestão e monitoramento dos recursos hídricos. Algumas áreas de convergência incluem:

Falta de Padrões Claros:

- Observação de que não existe uma área mínima estabelecida.
- A água é vista como um recurso único e indivisível.

Critérios Técnicos e Sociais:

- Proposta de elaboração de critérios técnico-sociais para usos múltiplos da água.
- Compreensão dos conflitos de uso da água em diferentes territórios.

Interpretação de Dados e Ferramentas de Gestão:

- Sugestão de interpretação personalizada de dados pela ANA para ser utilizada como ferramenta de gestão.
- Melhoria da informação no site e na interface do sistema, incluindo ações como disponibilização de dados processados e relatórios por município.

Monitoramento de Poços e Áreas Críticas:

- Ênfase no monitoramento e regulação de empresas que perfuram poços.
- Identificação de áreas críticas e promoção de outorgas coletivas.
- Incremento no monitoramento de testes de interferência entre poços.

Desafios Comuns:

- Reconhecimento de desafios como falta de recursos financeiros e humanos especializados.
- Necessidade de conscientização da população.

Procedimentos e Critérios para Monitoramento:

- Ênfase em procedimentos como medição de chuva, nível e vazões, mesmo enfrentando dificuldades operacionais.
- Proposta de critérios para a definição do local da estação de monitoramento baseados em multicritérios.

Integração de Dados e Fontes de Informação:

- Necessidade de integrar dados dos monitoramentos estaduais e federais e disponibilizá-los para toda a população.

- Propostas para a integração de dados das águas subterrâneas com dados das águas superficiais.
- Reconhecimento da ausência de dados e informações sobre eventos extremos.

Capacitação e Participação:

- Ênfase na capacitação local e na participação ativa da comunidade.
- Chamado para a capacitação de técnicos e envolvimento da comunidade na estruturação e entendimento dos dados.

Relação com Políticas Públicas e Legislação:

- Relacionamento entre dados coletados e políticas públicas, incluindo a necessidade de implementação e fiscalização.

Sistemas de Alerta e Medidas Preventivas:

- Propostas para sistemas de alerta e medidas preventivas, como a criação de um Plano de Segurança da Água.

Comunicação e Educação Ambiental:

- Ênfase na tradução de dados técnicos em linguagem popular e na comunicação efetiva, incluindo ações educativas.

Colaboração e Parcerias:

- Sugestões para colaboração entre diferentes órgãos, universidades e instituições de pesquisa.
- Importância de parcerias com universidades, órgãos de extensão rural, ONGs e prefeituras.

Esses pontos destacam a diversidade de desafios e estratégias propostas, refletindo a complexidade da gestão dos recursos hídricos e a necessidade de abordagens abrangentes e colaborativas.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Rodolfo de França Alves. Organização: Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA) – Sergipe. Implementação: Aplicação de Educação Ambiental em escolas e comunidades.

2. Sou André Rufino. Vou implantar no

CBH do Rio Pará.

3. Ícaro Silva. Fundação Mamíferos Aquáticos – FMA. Sergipe. Implementação: Aplicação da educação ambiental em escolas da rede sergipana, informando os dados obtidos no

monitoramento e a importância deles.

4. Rafael Guia. Cia de Saneamento de Sergipe. MPE - Conhecer o aquífero da minha região.
5. Ester Loitzenbauer (Comitê Tramandaí RS/ UERGs). Implementado no comitê de bacia: mandando folders/informativo sobre as ações do comitê/ resultados de monitoramento mensalmente para as prefeituras presentes na nossa bacia;
6. Monitorando. Mateus Arantes. Prefeitura de Louveira-SP. Implementação de rede de monitoramento qualidade e quantitativa nos principais afluentes do rio Capivari no município, de forma a possibilitar ampliar a rede de monitoramento para as bacias PCJ e da Ana.
7. Defesa Civil Estadual RN- Dalchem Viana e Flávia dos Anjos. - Designar um agente de Defesa Civil Estadual pelo Comitê de Bacia.
8. Tamara G Fernandes - CBH Baía de Guanabara. Levar a discussão sobre monitoramento de parâmetros em aquíferos subterrâneos ao comitê.
9. Jacqueline Pádua. CCA. Bacia do Paraíba. Ampliação da coleta de dados nas sub bacias
10. Michele Lopes - Associação Eco PAERVE-ONG. Florianópolis - Bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição. Buscar apoio financeiro para implementar o projeto de Monitoramento participativo da qualidade das águas: Unindo ciência e sociedade.
11. Francisco José. Implementar no Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Banabuiú - CE.
12. Francisco Reis (Pesquisador SGB). Serviço Geológico do Brasil - Unidade Natal/ RN. MPE - Atuar junto às comunidades das Bacias que atuamos, conscientização da importância do monitoramento hidrológico, para a própria comunidade (social, econômica) e comunidade como um todo.
13. Edio Damásio - CBH Bois. Criação de aplicativo para divulgação de dados de monitoramento hídrico da bacia hidrográfica para a população.
14. Alex Cardoso Pereira - AGEDOCE. Águas subterrâneas - bacia do rio Doce. Mínimo passo estratégico: instalação de estações telemétricas em pontos estratégicos nas microbacias para monitoramento de quantidade e qualidade das águas sub superficiais.
15. Renata Beatriz Almeida Reis Thomaz. CBH santo Antônio, prefeitura municipal de Dom Joaquim Zona rural do município. Promover a integração e conscientização dos atores envolvidos, usuários e órgãos gestores
16. Daniel Bicalho Hoefle. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Monitorar as águas subterrâneas
17. Caetano Júnior CBH Jacuípe/Uma, MPE vai realizar ações para divulgação de como fazer o monitoramento de hidrologia.
18. Gustavo Veronesi SOS Mata Atlântica. CBH Alto Tietê. Levar informações para câmaras técnicas e plenárias do cbh.
19. Luis César Pimentel Quixeramobim-CE. Meu MPE será reunir minha equipe de monitoramento e discutir com eles estratégias para tornar mais eficiente e consistente a coleta, sistematização e disposição dos dados de monitoramento e gestão dos Recursos Hídricos
20. Mateus França. CBH Alto Paraguai Superior. Diamantino-MT. Fazer um diagnóstico dos potenciais conflitos e problemas relacionados aos recursos hídricos no município, para posteriormente decidir os locais onde serão instalados pontos de monitoramento.
21. Monitoramento hidrológico. Criar a base de dados de monitoramento quali/quantitativo em meu município Jundiá-SP, através da implantação da rede telemétrica e integrar à rede das bacias PCJ, de forma a tornar robusta a gestão compartilhada dos recursos hídricos nesta região, garantindo uma alocação mais eficiente da água.
22. Cleópatra Soares, vice-presidente do CBH LITORAL NORTE Alagoas. Implantar recuperação de nascentes e implementar educação ambiental voltada ao desenvolvimento do turismo de base comunitária.

23. Angelo Lima- Observatório das Águas. Estamos atuando para colaborar com as instâncias do SINGREH no monitoramento da governança das águas. A governança é um elemento chave para ampliar os resultados na gestão. Tendo governança ampliamos os resultados na ponta.
24. Jonnye Abrahão - Prefeitura de Rio das Ostras/RJ. Município de Rio das Ostras. Meu MPE é debater junto aos gestores municipais a importância de aplicação do monitoramento com a obtenção de séries históricas para a assertividade nas tomadas de decisão.
25. Flávia Dias, CBH Manhauçu, estamos elaborando um programa piloto no município de Mutum onde já temos uma estação da CPRM com dados históricos, com implementação de outros equipamentos para termos um monitoramento hidrológico em nossa bacia visando tanto o controle de cheias Qt vazão disponível.
26. Jane Glaide Lessa Pinheiro CBH- Caratinga. Monitoramento: Como melhorar integrar informações quando se há diferentes agentes de monitoramento para uma credibilidade maior em relação ao monitoramento.
27. Roberto Paulo Lima Alves. EMASA (Empresa Municipal de Águas e Saneamento) Itabuna-BA. Levantar em consideração o monitoramento quali-quantitativos do uso da água.
28. Iolene Freitas de Azevedo. Sou Técnica em Gestão de Meio Ambiente na Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. Exerço minhas funções na Gerência de Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ambiental. Integração das ações para uma gestão compartilhada.
29. Mariana Soares Domingues COMPÉ MG. Implementação no rio Carangola. Passo estratégico: instalação de estações de tratamento de esgoto nos municípios que estão no curso do rio.
30. Monitoramento comunitário na gestão hídrica por produtoras e produtores de água. Antônio Paulo Pimentel da França - ONG REDI - CBH Itabapoana. 1. Identificação de propriedades rurais com nascentes no contexto da Bacia Hidrográfica do Itabapoana; 2. Criação de rede de produtores com classificação de áreas prioritárias; 3. Capacitação para produtores utilizando ferramentas acessíveis de medição de vazão hídrica; 4. A partir da cobrança do uso da água, criar mecanismo que pague pelo serviço ambiental prestado, priorizando produtores com práticas de conservação ambiental em sua produção e na área de nascentes e corpos hídricos.
31. Domingos Sávio Cecchetti Vaz - CBH-PS. Incentivar demandas induzidas para projetos de monitoramento das micro bacias formadoras do Rio Paraíba do Sul.
32. João Carlos Farencena. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso. Bacia do Rio Formoso – Tocantins. Propor a integração dos dados do Sistema GAN já implantado e operando na bacia, aos dados do sistema nacional visando a padronização dos dados.
33. Vinicius de Amorim Silva. Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste (CBHL), no Sul do estado da Bahia. Representante da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) no CBHL. Iniciar um projeto de monitoramento de águas superficiais na área de influência do CBHL em convênio com a ANA, CPRM e fomentado pelo Instituto do Meio Ambiente do estado da Bahia (INEMA). Objetivo é subsidiar com informações hidrológicas a gestão dos recursos hídricos na área de influência das nossas bacias hidrográficas.
34. Luciana Souza. Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ambiental - GERCOZ/SEMAS/PA. Integração entre os atores e gestão compartilhada dos recursos hídricos.
35. Nazareno Mostarda Neto. CBH SM. Integração das instituições competentes.
36. Haroldo Almeida - CBH SF de Alagoas. Desenvolvimento de um olhar diferenciado e integral da metodologia de comércio de Carbono, um olhar bio-sócio-hidro-energético, que venha promover o pagamento por serviços ambientais e a regeneração do bioma e da Bacia hidrográfica.
37. Lourenço Brazil de Jesus CBH PSI - Im-

plementar ferramenta para captação de rejeitos de obras antes que chegue aos córregos e rios. Elaborar reforçar o programa de educação ambiental voltado ao público infantil na conscientização da importância da água

38. Marcos Talvani. Bacia do Corrente, poder público. Dados correspondem ao mais valioso subsídio para a tomada correta de decisões, iniciar monitora-

mentos locais é necessário aos municípios como forma de complementar as informações para gestão de políticas públicas acertadas.

39. Washington Cesar Lima da Silva Presidente do CBH Metropolitano Norte de Pernambuco. - Introduzir o monitoramento e a telemetria de dados como condicionante de outorga para poços de alta vazão.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

Asações compartilham diversos pontos em comum, refletindo um esforço coletivo para aprimorar o monitoramento e gestão dos recursos hídricos. Algumas áreas de convergência incluem:

Ênfase na Educação Ambiental:

- Muitas ações visam a implementação de programas de educação ambiental em escolas e comunidades.
- Conscientização sobre a importância do monitoramento hidrológico é destacada em várias iniciativas.

Implementação em Comitês de Bacia:

- Várias ações estão sendo implantadas ou propostas em Comitês de Bacia, indicando um esforço coordenado em nível regional.

Foco em Monitoramento Quali/Quantitativo:

- Há uma clara preocupação com a implementação de redes de monitoramento, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade de água.
- O uso de tecnologias como telemetria é mencionado em várias ações.

Divulgação e Integração de Dados:

- Ações propõem a divulgação regular de dados e resultados de monitoramento, muitas vezes em formato de folders, informativos ou aplicativos.
- A integração de dados, tanto em nível regional quanto nacional, é uma preocupação compartilhada.

Participação e Conscientização dos Atores Locais:

- Ações buscam promover a participação e conscientização de diferentes atores, incluindo comunidades locais, gestores municipais e produtores rurais.
- Envolvimento ativo da população é destacado como fundamental.

Desenvolvimento de Ferramentas Específicas:

- Algumas ações propõem o desenvolvimento de ferramentas específicas, como aplicativos para divulgação de dados de monitoramento ou sistemas de captação de rejeitos de obras.

Colaboração e Integração:

- Há uma ênfase na integração entre diferentes instituições, como universidades, órgãos governamentais, e organizações da sociedade civil.
- Ações visam colaborar com instâncias regionais e nacionais para fortalecer a governança e os resultados na gestão dos recursos hídricos.

Fomento à Captação de Recursos:

- Algumas ações buscam apoio financeiro para a implementação de projetos de monitoramento participativo ou outras iniciativas.

Enfoque Regional e Local:

- Muitas ações têm um enfoque específico em bacias hidrográficas, municípios ou regiões, reconhecendo a importância de abordagens adaptadas às realidades locais.

Esses pontos destacam a diversidade de estratégias sendo adotadas por diferentes atores em várias regiões, mas todos com o objetivo comum de aprimorar a gestão e monitoramento dos recursos hídricos.



1ª Jornada
Instrumentos de Gestão das Águas: experiências que inspiram

ESTAÇÃO 6
**Fiscalização responsiva: compartilhamento
de responsabilidades**

Facilitação	Rodolpho Martins, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Jacson Storch Dalfiore, ANA/SFI Marcia Lika Mon-Ma, ANA/ASREG
Palestrante	Mauricio Abijaodi Lopes de Vasconcellos, ANA
Especialistas	Jacson Storch Dalfiore, ANA/SFI Marcia Lika Mon-Ma, ANA/ASREG
Participantes	67 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

- | | |
|--|---|
| 1. Como os Comitês podem atuar nas irregularidades no uso dos recursos hídricos? | <ol style="list-style-type: none">1. Financiar campanhas e programas de fiscalização e regularização.2. Realizar discussões com os membros da bacia3. Realizar mediações dos conflitos envolvendo os atores em questão, criando instâncias para esta finalidade.4. Fomentar ações de Educação Ambiental, formal e não-formal (usuários) referente ao uso adequado dos recursos hídricos |
| 2. Como o Comitê pode ser proativo para incentivar as responsabilidades? | <ol style="list-style-type: none">5. Busca ativa para identificar e qualificar os usuários.6. Educação Ambiental como instrumento pedagógico para sensibilização dos usuários.7. Criação de um grupo de acompanhamento proativo dentro do Colegiado8. Criação e implementação da Câmara Técnica de Acompanhamento Proativo (CTAP)9. Pensar processos de capacitação em regulação responsiva para os membros do CBH. |
| 3. Como integrar a regulação responsiva com a Educação Ambiental? E como (Chegar), envolver a população? | <ol style="list-style-type: none">10. Capacitar os fiscais quanto às ações de fiscalização responsiva.11. Realizar campanhas em conjunto com a Educação Ambiental, promovendo ações de orientação, cadastramento, regularização e prevenção.12. Aplicar as sanções das infrações considerando os agravantes ou atenuantes.13. Envolver os gestores públicos municipais14. Criar processos pedagógicos que também possam envolver a população a fim de construir agentes que fortaleçam a questão.15. Fortalecer parcerias e sociedade civil. |
| 4. Quais as ferramentas tecnológicas que podem contribuir no processo de fiscalização responsiva? | <ol style="list-style-type: none">16. As ferramentas tecnológicas integradas ao diálogo, com respeito às particularidades e à mudança de comportamento, gerarão a regulação responsiva, à medida que o agente fiscalizador utiliza a ferramenta como um meio para criar um ambiente colaborativo. |
| 5. Como aplicar a F.R. nos casos de intervenção irregular dos recursos hídricos? | <ol style="list-style-type: none">17. Primeiramente, notificação e/ou advertência, caso persista, sanções previstas na lei.18. Mais foco em Educação Ambiental e implantação do ESG (Social, Ambiental e Governança).19. Conhecer usuários e outorgas do respectivo corpo hídrico |
-

6. Como os órgãos de fiscalização interagem com os Comitês de Bacias?	<p>20. A interação entre os órgãos de fiscalização e os comitês é ineficiente e precária</p> <p>21. Estabelecer protocolos de procedimentos, para os casos de denúncias encaminhados para os CBHs e o devido retorno dos órgãos de fiscalização.</p> <p>22. Fortalecer os princípios da gestão participativa a fim de contar com a sociedade na implementação da FR.</p>
7. Como os municípios podem aderir à fiscalização responsiva?	<p>23. Realização de campanhas educativas estruturadas.</p> <p>24. Participação efetiva dos órgãos colegiados.</p> <p>25. Investimento na capacitação de servidores e agentes locais que atuam na fiscalização.</p> <p>26. Capacitação da sociedade civil organizada para contribuir com o processo.</p> <p>27. Ativa participação nos respectivos CBH</p> <p>28. Fortalecer parcerias com a sociedade civil.</p>

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas compartilham um foco comum na temática da fiscalização e regulação responsiva dos recursos hídricos, com o objetivo de melhorar a gestão e prevenir irregularidades. Algumas áreas de convergência incluem:

- **Papel dos Comitês de Bacias:** Todas as ações estão centradas na atuação dos Comitês de Bacias como agentes fundamentais na fiscalização e regulação dos recursos hídricos.
- **Abordagem Proativa:** Há uma ênfase na proatividade dos Comitês, visando incentivar responsabilidades e prevenir irregularidades antes que ocorram.
- **Integração com Educação Ambiental:** Algumas ações propõem a integração da regulação responsiva com a Educação Ambiental, destacando a importância de envolver a população nesse processo.
- **Ferramentas Tecnológicas:** O uso de ferramentas tecnológicas é mencionado como uma estratégia para contribuir no processo de fiscalização responsiva, indicando uma abordagem moderna e eficiente.
- **Aplicação da Fiscalização Responsiva:** Ações buscam explorar como aplicar a fiscalização responsiva, especialmente nos casos de intervenção irregular nos recursos hídricos.
- **Interação com Órgãos de Fiscalização:** A relação entre os Comitês de Bacias e os órgãos de fiscalização é abordada, destacando a necessidade

de interação e colaboração entre essas entidades.

- **Participação dos Municípios:** Algumas perguntas exploram como os municípios podem aderir à fiscalização responsiva, evidenciando a importância da participação local nesse processo.

Esses pontos indicam um interesse comum na busca por estratégias e abordagens que fortaleçam a fiscalização e regulação dos recursos hídricos, promovendo uma gestão mais eficiente e sustentável.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções compartilham um enfoque comum na implementação de ações e estratégias para fortalecer a fiscalização, regulação responsiva e gestão sustentável dos recursos hídricos. Aqui estão os pontos em comum entre as respostas:

- **Fiscalização e Regularização:** Há uma ênfase em financiar campanhas e programas de fiscalização e regularização para garantir o uso adequado dos recursos hídricos.
- **Envolvimento e Diálogo:** Muitas respostas destacam a importância do diálogo, envolvimento e discussões com os membros da bacia, gestores públicos municipais e sociedade civil organizada.
- **Mediação de Conflitos:** A realização de mediações para resolver conflitos entre os atores envolvidos é apontada como uma estratégia fundamental.
- **Educação Ambiental:** Ações de Educação Ambiental são mencionadas como instrumentos pedagógicos para sensibilização dos usuários, fortalecimento da população e criação de agentes conscientes.
- **Capacitação:** A capacitação emerge como um elemento essencial, tanto para membros dos Comitês de Bacias quanto para fiscais, visando a regulação responsiva e efetiva.
- **Utilização de Ferramentas Tecnológicas:** Algumas respostas ressaltam a integração de ferramentas tecnológicas ao diálogo para criar um ambiente colaborativo na regulação responsiva.
- **Sanções e Penalidades:** A aplicação de sanções para infrações, considerando circunstâncias agravantes ou atenuantes, é apontada como uma medida necessária.
- **Conhecimento dos Usuários:** A necessidade de conhecer usuários e outorgas dos corpos hídricos é destacada como uma etapa importante para a gestão eficiente.
- **Fortalecimento de Parcerias:** O fortalecimento de parcerias, especialmente

com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), é mencionado como uma estratégia para fortalecer a gestão dos recursos hídricos.

- **Gestão Participativa:** O fortalecimento dos princípios da gestão participativa é ressaltado como um meio de envolver a sociedade na implementação da regulação responsável.

Esses pontos refletem uma abordagem abrangente que combina aspectos legais, educacionais, tecnológicos e colaborativos para promover a gestão sustentável e a fiscalização efetiva dos recursos hídricos.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

Esta Estação não produziu o Mínimo Passo Estratégico.



2ª Jornada
**Interfaces entre a Política Nacional de
Recursos Hídricos e outras Políticas Públicas**

ESTAÇÃO 1
**Água e Meio Ambiente: integrar a gestão de
recursos hídricos e meio ambiente**

Facilitação	Carla Albuquerque, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Consuelo Franco Marra, ANA/SPP Cristiano Poletto, Profágua Henrique Pinheiro Veiga, ANA
Palestrante	Iara Giacomini, MMA
Especialistas	Consuelo Franco Marra, ANA/SPP Prof. Cristiano Poletto, Profágua Jordana Gabriel Sara Girardello, CNA
Participantes	211 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

- | | |
|---|---|
| 1. Como integrar mais efetivamente os diversos instrumentos jurídicos / políticos que tratam das questões ambientais? | <ol style="list-style-type: none">1. Manter na mesma instituição. (Ministérios/Secretarias) a gestão do meio ambiente e das águas;2. Ampliar a estrutura governamental e aumentar a fiscalização;3. Facilitar o acesso da população aos instrumentos (sites, bancos de dados);4. Estabelecer Acordos de Cooperação Técnica entre CBHs e Poder Legislativo;5. Atualização de arcabouço legal. |
| 2. Como fazer com que os gestores políticos municipais entendam a importância das aplicações das leis ambientais para a sustentabilidade? | <ol style="list-style-type: none">6. Implementação obrigatória de câmara técnica concursada para assessorar a gestão municipal com salário justo.7. Estruturar melhor os instrumentos com bonificação de recursos financeiros (Ex.: ICMS Ecológico) de modo a mobilizar a gestão municipal a executar matas de proteção / conservação ambiental (publicizar <i>ranking</i>) com transparência acerca da aplicação dos recursos. |
| | <ol style="list-style-type: none">8. Como integrar as comunidades tradicionais à Gestão de Recursos Hídricos?9. Garantir voz ativa as comunidades nos espaços de debate, água e meio ambiente e decisões;10. Recursos para custear os representantes das comunidades tradicionais nos espaços de deliberação;11. Considerar as comunidades tradicionais como usuário da água.12. Reconhecer e respeitar;13. Respeitando os costumes dos mesmo e valorizando as suas decisões.14. Na bacia do Tramandaí eles possuem assento no comitê, mas não participam por falta de recursos. No Gravataí também tem e participam, pois, tem apoio dos colegas que dão carona.15. Com a participação da comunidade tradicional (quilombola), estamos elaborando projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.16. Fomentar projetos intencionalmente garantam equidade e participação social (indicadores & metas claras);17. atrair capital filantrópico que seja + flexível e que possa catalisar esse processo, que exige transição do modelo vigente. |
-

-
3. Como enfatizar políticas que priorizem o meio ambiente em confronto com a questão econômica?
18. Ri-Conscientização - Políticas para incentivar sistemas de produção agrossilvipastoris com base em sistemas conservacionistas de solo e água.
 19. Repensar e debater o modelo de desenvolvimento atualmente adotado.
 20. Obrigatoriedade de adoção de práticas conservacionistas.
 21. Potencializando a gestão participativa e fortalecendo os comitês e agências de águas.
 22. Ação Coletiva.
 23. Promoção de espaços de participação social.
 24. Melhoria da Representatividade nos CBHS
 25. Formando as novas gerações com a informação de que não são antagônicas - se complementam para serem sustentáveis a longo prazo.
-
4. Como produzir águas para os produtores rurais?
26. Promover arranjos locais que possibilitem investimento para recuperação/conservação da água e do solo nas propriedades rurais, e de compensação financeira para mecanismos produtores.
 27. Pagamento pelos serviços ambientais.
 28. Pagamento pelos serviços Ambientais-JÁ.
 29. Fazendo a conservação de solo e água.
 30. Programa de recuperação de nascentes.
 31. Investimento em uso sustentável de água.
 32. Adesão a regularização ambiental, através da regularização das APPs.
 33. Criação de RPPN e pagamento pelos serviços ambientais.
 34. Delimitação de aquíferos, estudar e técnicas de recarga forçada dos aquíferos.
 35. Reflorestamento e Restauração ecológica de APP e nascentes.
 36. Conhecimento técnico fornecido ao produtor.
 37. Conservar aquíferos.
-

5.

As agendas de meio ambiente e recursos hídricos são tratadas na mesma pasta em níveis institucionais e de decisão?

38. Atualmente estão em pastas diferentes, o que já dificulta discussões e elaboração de políticas públicas integradas e efetivas. Esta situação leva a discussões em duplicidade, disputas políticas por espaço, poder e recursos em todos os aspectos.

39. Essa ação política tem que ser uma política de estado.

40. As agendas são tratadas, às vezes em pastas diferentes, porém a elaboração e implementação do enquadramento dos corpos d'água é uma ação de integração das duas pastas.

41. Não necessariamente em muitos estados os conselhos estaduais de meio ambiente e conselho de recursos hídricos são distintos.

42. Parcialmente. Existe a necessidade de maior empoderamento e autonomia de decisão

6. Como garantir a efetividade da legislação ambiental?

43. Fomentar a educação ambiental;

44. Implementação da fiscalização responsiva;

45. Diálogo efetivo entre os órgãos gestores;

46. Priorização das pautas ambientais como política de estado,

47. Fortalecimento dos conselhos e colegiados;

48. Incentivo à implementação de práticas conservacionistas;

49. Fortalecimento da fiscalização Ambiental;

50. Melhorar e investir na estruturação das instituições ambientais (canal de denúncia);

51. Com pessoas comprometidas;

52. Cumprir de fato com as penalidades atribuídas a quem infringir a lei.

-
53. Fiscalização e multa;
54. Educação Ambiental transversal que promove cidadania;
55. Conhecimento técnico;
56. Maior contratação de Fiscais;
57. Promoção de políticas públicas;
58. Mobilização social nas comunidades;
59. Educomunicação;
7. Como fazer com que a população cumpra a legislação de recursos hídricos?
60. Políticas públicas de acordo com a realidade do território;
61. Sensibilização da comunidade de forma participativa e levando as pessoas a percepção ambiental.
62. Evidenciar os benefícios que se ganha no cumprimento da Legislação;
63. Políticos e gestores darem a população exemplos de lisura na aplicação da legislação, privilegiando o bem comum e não interesses próprios;
64. Trabalho de conscientizar.
65. Educação Ambiental, Fiscalização e Projeto Cooperação.
66. Projeto COOPERAGA.
-
8. Qual o papel dos CBHS na integração da água e meio ambiente?
67. Os CBHS devem ser espaços de participação social, promovendo esses espaços e aprimorando a representatividade dos comitês;
68. Conscientização de produtores rurais (grandes e pequenos) de como produzir e conservar nascentes;
69. Proposição de planos/projetos e ações com componentes de integração obrigatória entre água e meio ambiente;
70. Promoção de Educomunicação;
71. Definir os CBHs como fórum oficial de discussão;
72. Descentralizar as políticas públicas e sociais;
73. Primeiramente, entender que RH e meio ambiente são instâncias diferentes. Depois à proposição de projetos a estudos, propunham essa transversalidade nas discussões. Por último, entender o CBH como colegiado e não como "propriedade" de 1 ou 2 pessoas.
-

-
9. Quais os desafios de integrar as populações tradicionais na discussão?
74. Integrar o “saber e fazer” das comunidades com conhecimento técnico.
 75. Gerar engajamento e fazer com que se sintam protagonistas.
 76. Investir em programas de assistência, extensão rural.
 77. Estabelecer uma comunicação efetiva entre os atores.
 78. Buscar a transversalidade institucional e integralidade no desenvolvimento de ações voltadas às comunidades e seus territórios.
 79. Inserir nos planos de bacias as comunidades tradicionais existentes.
 80. Tornar os espaços de participação mais efetivos no respeito e adoção das decisões das PCT.
 81. Não permitir a fragmentação das ações quando ocorrer a quebra de gestão.
-
10. Como os comitês podem trabalhar as ações vinculadas com as águas e o meio ambiente?
82. Acompanhar a elaboração e implementação dos enquadramentos dos corpos d’água;
 83. Fomentar a realização de reuniões públicas com listas às discussões das ações do Plano Diretor dos Recursos Hídricos integrados com a gestão ambiental;
 84. Elaboração PEA da bacia;
 85. Fomentar a elaboração e implementação dos Planos Municipais dos Recursos Hídricos;
 86. Incentivar a participação das secretarias municipais, conselhos de meio ambiente etc.;
 87. Trabalha as comunidades que vivem entorno da Bacia hidrográfica;
 88. Fortalecer os planos de bacia;
 89. Pensar as bacias como bacias hidrográficas;
 90. Ação Coletiva
 91. Sub bacias
 92. Contexto socioeconômicos e ambientais - espaços de participação social
-

11. Como trazer todos os atores para a gestão integrada?

93. Integração dos CBHs com o poder público.
94. Integrar os CBHs com outros organismos colegiados ambientais.
95. Fortalecimento dos comitês e integração da PNRH com a PNMA.
96. Elaboração dos planos de educação ambiental da bacia para sensibilizar todos os atores, e incluir as comunidades ribeirinhas.
97. Constituir secretaria executiva que tenha interlocução e articulação com os membros do CBHs.
98. Instituir fortalecimento das Câmaras Técnicas.
99. Integrar as leis e ampliar o debate.
100. Promoção de políticas públicas de acordo com a população do território.
101. Através de uma mobilização eficiente na renovação dos colegiados.

12. Como mediar os conflitos gerados pelo uso da água nas bacias?

102. Criar e instituir os Comitês de Bacias Hidrográficas.
 103. Divulgar as ações, funções e relevância dos CBHs.
 104. Sensibilizar os entes do Comitê: Poder Público, sociedade civil, usuários sobre a representatividade do CBH.
 105. Promover o diálogo com a comunidade, articular com os vários segmentos e deliberar um pacto pela água nas Conferências Municipais.
 106. Criação de Comitês Municipais de gestão dos recursos hídricos.
 107. Criação de associações para execução de projetos que qualifiquem a gestão de recursos hídricos.
 108. Sensibilizar os órgãos reguladores sobre as realidades locais.
 109. Atualizar o arcabouço legal para priorizar as decisões dos povos tradicionais, levando em consideração a dívida histórica nacional.
 110. Criação da comissão gestora, com participação das pessoas envolvidas na própria bacia.
-

-
- | | |
|---|--|
| 13. Como a educação básica pode contribuir para a educação ambiental? | 111. Promover conhecimento ambiental de forma transversal e integrada. |
| | 112. Promoção da conscientização e mudanças de hábitos e comportamentos. |
| | 113. Aplicar na prática o que proposto conceitualmente. |
| | 114. Incluir na grade curricular das escolas o tema “Governança de Águas (em todos os níveis)” - Eventos e atividades lúdicas para crianças. |
| | 115. Gincanas com temáticas ambientais. |
| | 116. Com realização de oficinas, e visitas a áreas degradadas, conhecendo o problema da realidade. |
-
- | | |
|--|---|
| 14. Como adequar/conciliar licenciamento ambiental com outorgas? | 117. Apresentação de outorga para liberação de licença ambiental e não somente o protocolo. |
| | 118. A unificação do sistema de licenciamento / outorga, com cadastramento de dados a nível local. |
| | 119. Através da unificação dos processos. |
| | 120. Respeitando o enquadramento dos corpos d'água. |
| | 121. Os técnicos responsáveis pela análise de licenças devem ter acesso ao sistema de informações (de outorgas). |
| | 122. Maior cooperação entre gestor de RH e gestor de meio ambiente. |
| | 123. Criar mecanismos de incentivo, por exemplo aumento da licença ambiental mediante comprovação de boas práticas de gestão da água (outorga, reuso, PSA, etc.). |
-

15. Como melhorar a conscientização e a mobilização sobre a importância dos comitês?	<p>124. Reuniões itinerantes em todos os municípios do CBH;</p> <p>125. Envolver os municípios nas ações de educação ambiental, desenvolvidas pelos CBH;</p> <p>126. Aumentar as formas de comunicação e divulgação do CBH (rádio, TV, mídias sociais, jornal, etc.);</p> <p>127. Trabalhar com as crianças e adolescentes sobre a importância dos CBHs;</p> <p>128. Desenvolver a educação ambiental formal e não formal?</p> <p>129. Incentivar o programa Produtor de Água;</p> <p>130. Preparar e conscientizar a sociedade civil sobre o uso correto da água;</p> <p>131. Integrar os CBHs nas Políticas Públicas;</p> <p>132. Capacitar os comitês sobre gestão dos recursos hídricos e a integração com a gestão ambiental/licenciamento.</p> <p>133. Dar visibilidade dos resultados atingidos pelo CBH para diferentes públicos - gestão por projetos;</p> <p>134. Facilitar o engajamento - atrair talentos/ habilidades para gerar valor aos CBHs.</p>
16. Porque integrar política utilitarista com política conservacionista?	<p>135. Porque são codependentes.</p> <p>136. Para garantir que o uso desordenado/ excessivo da água não comprometa a natureza e suas funções ecológicas diversas.</p>
17. Os planos de bacias são um instrumento de integração entre os Recursos hídricos e o meio ambiente?	<p>137. A maioria não, mas existe a necessidade de fomentar a elaboração de planos de bacias com integração das políticas de rh e meio ambiente.</p> <p>138. Dentro dos planos de bacias, existem ações onde os temas são completamente sinérgicos.</p> <p>139. Sim. Os planos devem definir ações e prioridades de gestão do território das BH.</p> <p>140. As políticas de mananciais pautadas nas soluções baseadas na natureza (SBN) podem apoiar nessa integração (ex.: unidades de conservação como infraestrutura verde para aumento da resiliência).</p>

-
- | | |
|--|---|
| 18. Como as deliberações, dos comitês, como instância de decisão, passem a ser acatadas pelas instituições públicas de gestão dos recursos hídricos? | 141. Criação de agência estadual de águas.
142. Fortalecimento das agências já existentes para execução da PERH.
143. Fortalecimento da gestão participativa dos comitês
144. Gestão integrada efetiva seja horizontal/vertical. Buscar a profissionalização dos integrantes das CBHs. União em torno do tema. |
|--|---|
-
- | | |
|--|---|
| 19. Como integrar a Gestão de RH sem dar a devida importância ao Produtor rural? | 145. Abordagem ao agricultor de forma simples.
146. Conscientizar e capacitar sobre a importância de integrar-se a um CBH.
147. Mostrar ao agricultor que ele é parte da gestão dos RH.
148. Entender a demanda do agricultor rural.
149. Pagamento pelos serviços ambientais, com o recurso da cobrança.
Projetos de recuperação de áreas degradadas.
Produção de alimento, segurança alimentar.
150. Parcerias com o Sistema CNA / SENAR.
Isenção da cobrança para quem preserva.
151. Não poderá integrar sem ouvir os usuários pois a integração ficará com riscos, mas pauta é sustentabilidade ouvir todas as partes envolvidas. |
|--|---|
-
- | | |
|---|---|
| 20. Como os CBH'S podem integrar a gestão das águas com a gestão ambiental? | 152. Estabelecendo processo de governança, planejamento e enquadramento.
153. Utilizar os planos de gestão, não somente aqueles diretamente ligados a RHS, um exemplo é o plano municipal na mata atlântica.
154. Com maior participação, mais investimento e autonomia no processo de gestão dos recursos hídricos.
155. Propor projetos/ações com componentes de integração obrigatório entre água e meio ambiente (florestas, solos, áreas de recarga, fauna, etc.).
156. Integrar projetos de restauração com projetos de conservação de solo e água (práticas conservacionistas)
157. Fomentar a realização de reuniões públicas com vistas à discussão das ações do plano diretor dos rec. hídricos interessadas com a gestão ambiental. |
|---|---|
-

21. Como integrar os sistemas de informações de rh e meio ambiente/ licenciamento?	158. Quebrar a barreira de resistência dos órgãos/ Entidades na disponibilização dos dados.
	159. Separar os dados de interesse público dos dados a serem protegidos de acordo com a LGPD.
	160. Precisamos ter consistência e confiabilidade dos dados e sistemas compatíveis.
22. Como integrar mais efetivamente os diversos instrumentos jurídicos/ políticos que tratam das questões ambientais?	161. Manter na mesma instituição (Ministérios/Secretarias) a gestão do meio ambiente e das águas;
	162. Ampliar a estrutura governamental e aumentar a fiscalização;
	163. Facilitar o acesso da população aos instrumentos (sites, banco de dados, etc.);
	164. Estabelecer Acordos de Cooperação Técnica entre CBHs e Poder Legislativo;
	165. Atualização do arcabouço legal.

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentadas têm em comum o tema central relacionado à integração e efetividade nas questões ambientais, especialmente no âmbito político e jurídico.

Algumas das principais semelhanças entre essas perguntas incluem:

- **Integração de Instrumentos Jurídicos/Políticos:** Muitas perguntas abordam a necessidade de integrar efetivamente diferentes instrumentos jurídicos e políticos relacionados a questões ambientais. Isso sugere uma preocupação com a coesão e a eficácia das abordagens legais e políticas existentes.
- **Conscientização e Comprometimento:** Algumas perguntas destacam a importância de fazer com que gestores políticos, população e outros atores compreendam a relevância das leis e políticas ambientais. Isso ressalta a necessidade de conscientização e engajamento para garantir o cumprimento das normas ambientais.
- **Integração Água e Meio Ambiente:** Várias perguntas exploram como integrar a gestão da água com a gestão ambiental. Essa abordagem holística sugere a compreensão da interconexão entre os sistemas hídricos e o meio ambiente.
- **Desafios na Integração:** Há perguntas que abordam desafios específicos, como a integração de populações tradicionais, resolução de conflitos relacionados ao uso da água e a necessidade de trazer diversos atores para a gestão integrada. Esses desafios indicam a complexidade

envolvida na implementação de práticas integradas.

- **Papel de Comitês e Instituições:** Algumas perguntas mencionam o papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e outras instituições na integração e efetividade das ações relacionadas ao meio ambiente e recursos hídricos.
- **Educação Ambiental:** Algumas perguntas destacam o papel da educação básica na promoção da conscientização ambiental, indicando a importância da educação como parte integrante das estratégias ambientais.

Em resumo, as perguntas compartilham uma preocupação central com a integração efetiva de abordagens legais, políticas e práticas relacionadas ao meio ambiente e recursos hídricos, evidenciando a complexidade e a interdependência dessas questões.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções apresentadas têm em comum a busca por uma gestão mais integrada e eficiente dos recursos hídricos e do meio ambiente. Algumas das semelhanças entre as soluções incluem:

- **Integração Institucional:** Muitas soluções propõem a manutenção ou ampliação da gestão conjunta do meio ambiente e dos recursos hídricos em uma mesma instituição, como ministérios ou secretarias.
- **Fortalecimento da Estrutura Governamental:** Algumas soluções sugerem a ampliação da estrutura governamental e o aumento da fiscalização como forma de melhorar a gestão e implementação de políticas ambientais e hídricas.
- **Acesso Facilitado à Informação:** Várias soluções destacam a importância de facilitar o acesso da população a informações por meio de sites e bancos de dados, visando maior transparência e participação pública.
- **Acordos de Cooperação Técnica:** Algumas soluções propõem a estabelecer acordos de cooperação técnica entre Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e o Poder Legislativo, indicando a importância da colaboração entre diferentes órgãos e instâncias.
- **Atualização Legal:** A necessidade de atualização do arcabouço legal é destacada em diversas soluções, indicando a importância de leis e regulamentações alinhadas com os desafios ambientais contemporâneos.

- **Envolvimento e Reconhecimento das Comunidades Tradicionais:** Algumas soluções propõem o envolvimento ativo e o reconhecimento das comunidades tradicionais, garantindo sua participação nas decisões e considerando seus conhecimentos e costumes.
- **Pagamento pelos Serviços Ambientais:** Várias soluções sugerem a implementação de mecanismos de pagamento pelos serviços ambientais como forma de incentivar práticas conservacionistas e recompensar aqueles que contribuem para a preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente.
- **Promoção da Educação Ambiental:** Muitas soluções destacam a importância da educação ambiental, tanto nas escolas quanto nas comunidades, como uma forma de conscientização e mudança de comportamento.
- **Gestão Participativa:** A promoção da gestão participativa, envolvendo a sociedade civil, comunidades locais e diversos atores na tomada de decisões, é uma abordagem comum em várias soluções.
- **Fomento a Projetos Integrados:** Algumas soluções sugerem o fomento a projetos que garantam a integração entre conservação da água, do solo e práticas agrícolas sustentáveis.

Essas semelhanças indicam um consenso sobre a necessidade de abordagens integradas, participativas e sustentáveis para lidar com os desafios relacionados à água e ao meio ambiente.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. William César Ireno. CBH Alto Jequitinhonha. Campanha institucional de conhecimento e fortalecimento da Bacia do Rio Jequitinhonha, o Rio Bandeirantes.
2. Maria Antônia Oliveira Rimá - comitê de bacias Rio Mearim. Reunir com o comitê no mês de outubro e levar todas as informações aqui capitadas a fim de debater e levar mais adiante essa discussão.
3. César - CBH Médio Iguaçu. Desenvolver trabalhos em práticas conservacionistas.
4. Maria de Lourdes Amaral Nascimento-Igam. Fomentar nos Comitês de Bacias a realização de ações que possam integrar a gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.
5. Nilton Cipriano Dutra de Souza. CBH APUAÊ-INHANDAVA. Compartilhar meus conhecimentos de 35 anos na extensão rural para ações de prevenção e recuperação ambiental.
6. Vinicius Martins IPDSA Araxá. Desburocratizar o processo para que possamos integrar todos usuários de água no município de Araxá- MG.
7. Marleuda Thaís Rodrigues Gomes - COGERH Limoeiro do Norte, bacia do Baixo e Médio Jaguaribe. Propor a criação de trilhas ecológicas para unificar gestão hídrica e gestão ambiental nas agrovilas dos açudes monitorados das sub Bacias do baixo e médio Jaguaribe.

8. Domingos Vaz - CBH-PS - SAA CATI. Integração de projetos de restauração florestal com projetos de conservação de solo e água em micro bacias hidrográficas prioritárias.
9. Jorge Carvalho Semil/SP. Ampliar a relevância SP Comitê de Bacia Sapucaí-Mirim / Grande em nível local. Tornar o Comitê o principal fórum de discussão sobre água, meio ambiente e gestão do território!
10. Ediene Luiz Alves - Aprosoja MG. Promover visitação de estudantes nas propriedades rurais.
11. ELIZANGELA FERREIRA DA SILVA - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ. Realizar limpeza nos Rios frequentados por banhistas.
12. Ana Clara - Coelho Neto. Conversar com os órgãos competentes do município e verificar as melhores maneiras de integrar a gestão de recursos hídricos e sustentabilidade nas comunidades locais.
13. Joao Zuffa / Bacia Paraná 3. Meu MPE é ampliar dentro do comitê a comunicação referente aos diferentes usos e a necessidade de adequação ambiental, manutenção e preservação dos recursos.
14. Rebeca Golinelli ABHA Gestão de Águas. Meu mínimo passo em direção à ação será fomentar a discussão sobre integração da gestão dos recursos hídricos e gestão ambiental dentro do Comitê.
15. Weverton Wandaiko de Melo Barbosa (CBH Mosquito). Projetos de leis para valorização e integração dos povos tradicionais nas questões das águas.
16. Guilherme - C. Vale Cooperativa Agroindustrial. Integrar poder público e usuários para implementação de ações que atendam às necessidades dos usuários juntamente com os cuidados ambientais necessários.
17. Sergio Wilame da Silva Amorim. Minha cidade é Icatu fica localizado na região do Munim, e sou membro do comitê de bacia do rio Munim.
18. Rosângela Santos-IGAM. Mini passo estratégico: trabalhar para a atualização dos planos de bacia. no sentido da integração com a gestão ambiental/licenciamento.
19. Josuel Silvestre Silva/ CONERH. Construir os Planos das Bacias Hidrográficas do Maranhão. Para que possamos implementar a governança das águas de forma eficaz e eficiente.
20. Flávio Roque - ABHA Gestão de Águas. Meu MPE será levar para as instâncias superiores (diretoria da organização e CBH) as estratégias que no meu entender sejam as mais aplicáveis e fáceis em um primeiro momento. A partir disso espero criar essa iniciativa e atacar questões mais complexas.
21. Christine Xavier, Instituto Água e Terra. Buscar sempre o diálogo.
22. Celso Brasil. Cafelândia, PR. Buscar atuação de forma equilibrada entre o setor produtivo e as exigências legais, onde as frentes públicas entendam que o agronegócio é a principal força motriz do País e atua, em sua maioria, com respeito e preservação dos recursos naturais.
23. Raissa Tavares - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Município de Cabedelo - Monitoramento da Qualidade da água do Rio Paraíba.
24. Luênia - Semarh RN. Propor um modelo de gestão ambiental como diretriz para a gestão da bacia hidrográfica.
25. Raimundo Wellington Lino dos Santos. CBH-LITORAL/ Ceará. Levar para meu CBH as preocupações, discussões e ideias apresentadas aqui no XXV ENCOB.
26. Denise Rauber. Comitê Baixo Iguaçu. Repassar informações adquiridas no Encob para os demais membros do Comitê.
27. Fabiola Azevedo Sema /PA, vou socializar junto a minha equipe de trabalho as questões discutidas durante essa dinâmica. Provocar dentro da equipe discussões relacionadas ao

tema discutido e pensar em proposições técnicas para os temas abordados.

28. Thiago Pereira Soares - Eletrobrás. Plano de Navegação dos Rios Madeira e Tocantins. Meu MPE é encontrar nos próximos 90 dias com os Comitês de Bacias dos Rios Madeira e Tocantins e buscar em parceria estratégica o desenvolvimento do Plano de Ação para promover a navegabilidade desses rios.
29. Whinne Baroni - CBH Mucuri. Enquanto membro do comitê de bacia, participar ativamente das ações propostas, contribuindo para o fortalecimento das mesmas.
30. Claudeise Costa Santos. Município de Presidente Juscelino -MA. Movimentos sociais. Sindicato Rural -presidente.
31. José Eduardo - CNH Paranaíba PN1. Incentivar a conscientização integrada na gestão dos recursos hídricos.
32. Maria Antonia O. Rima - Secretária de meio ambiente e recursos hídricos - Capinzal do MA. Realizar uma palestra com a equipe e repassar todas as informações que recolhi aqui.
33. Brenda Batista Cirilo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. Repensar o modelo de "desenvolvimento" adotado para a Amazônia, dando real poder de decisão para as PCT através de dispositivos legislativos e organismos colegiados que levem em consideração a dívida histórica nacional na priorização dessas populações.
34. Romário Fernandes- Comitê Guandu. Reunir o Estado e os Municípios que estão na bacia para tratar a questão no que tange Outorgas e Licenciamento Ambiental.
35. Iolene Freitas de Azevedo. SEMAS-PA - Equipe do Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ambiental. O meu MPE é contribuir para uma gestão integrada e com responsabilidade, respeitando os Saberes locais das CPTs de todos os lugares de nosso País.
36. Andréa Bialetzki. CBH Pirapone- ma. No meu comitê iniciar a discussão da importância de considerar o meio ambiente na gestão do recurso hídrico.
37. Celismar Costa - DMAE, Uberlândia MG. Trabalhar pelo estabelecimento do processo de governança nos territórios e a integração das questões hídricas e ambiental.
38. Angela Maria Ricci Londrina. No comitê eu irei implantar a metodologia usada no curso para definir a atual situação dos membros com relação às ações que definiriam o comitê.
39. Criar mecanismo de nivelamento de ações desenvolvidas nos CBHs. Liezer Guarnier Fim. Castelo/ES.
40. Cassia Araujo - PE /IPA. Ser membro de CBH.
41. Francisco Sanae Antunes Moreira. Terras Indígenas. Implementar outros projetos de gestão de recursos hídricos. Já temos um em andamento e 2 em planejamento.
42. Alessandra Souza - Instituto Socioambiental Suinã - Atuação no Vale do Paraíba do Sul e Alto Tietê. Educação ambiental provedora de cidadania, mobilização ambiental, participação ativa no território e Educomunicação.
43. Filippe Figueiredo Kestring - Analista de Meio Ambiente SEMA/MT. Vou discutir mais sobre a necessidade da participação de atores sociais nas discussões visando a conscientização sobre a necessidade de integrar as políticas ambientais e de recursos hídricos na gestão das bacias hidrográficas.
44. MARIA INES - CBH MACAÉ. Rever o mais rapidamente possível o estudo de disponibilidade hídrica da RH-VIII do ERJ, sem a qual novas outorgas não podem ser regularizadas, paralisando os processos de licenciamento na região.
45. Rafaela Lins- Cbh/una PE. Mobilizar os atores e poderes para efetivar as ações.
46. Matheus M. Cremonse - CEIVAP.

Tentar levar a ideia aos gestores municipais da bacia hidrográfica, sobre a criação de instrumentos financeiros que bonifiquem as boas práticas ambientais.

47. Cicera Leal Cabral. Cobrar em todos os espaços por onde eu passar para que amplie os para outros e comunidades.
48. Paulo Maier - ICMBio Araripe. Discutir com nossa equipe o tema e propor discuti-lo com Mosaico Araripe.
49. Joselaine F.Lopes Emater-MG. Meu MPE será promover educação ambiental e elaborar junto a prefeitura projetos de adequação ambiental de estradas. Realizar palestras de manejo sustentável de recursos hídricos.
50. Marilene- /RJ/Japeri/COMDEMA. Sensibilização da comunidade de forma participativa e levando as pessoas a percepção ambiental.
51. Uirlei CBH PASO. Divulgação das estratégias junto à população para desenvolvimento de consciência de pertencimento ao meio para que se possa integrar as políticas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
52. Daniela Bogado Bastos de Oliveira - IFF / CBHBPSI. Articulação do Conselho de Meio Ambiente com o CBHBPSI e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente de Campos dos Goytacazes. Pesquisas acadêmicas sobre gestão das águas.
53. Adriana Costa Ferreira - UFBA. Mestrado Profágua. Disseminar conhecimentos (nas disciplinas e orientações) aos discentes do Profágua, a respeito da necessidade de políticas públicas integradas nas diversas áreas do meio ambiente e água.
54. Comitê de Bacias de Primavera do Leste MT - Romualdo Povroznik Junior. Gostaria que os comitês de bacias pudessem atuar na fiscalização das concessionárias municipais de tratamento de água e esgoto.
55. Ivonete Salete Jacques. Atuo desde 2008 na Prefeitura municipal de Carlinda/MT, CBH Baixo Teles Pires, atuo na Secretaria Municipal de Meio Ambiente na restauração de APPDs Degradadas e Educação Ambiental visando a sensibilização e conscientização ambiental da sociedade civil.
56. Mayra Maily Silva Araujo. Acredito muito na união entre gestão e comunidade. Mas a conscientização e cumprimento das leis e normas, precisa ser entendida e aceita primeiramente pelos gestores, para aí sim expandir entre população e comunidades.
57. Izabela Lima - IFCE CAMOCIM - Comitê De Bacias Coreaú. Incluir na pauta da reunião do comitê proposta de levar a discussão sobre as ações dos municípios da bacia em prol do ICMS Ecológico.
58. Eduardo Paniguel - Bacias PCJ. Fomentar a discussão e integração dos Recursos Hídricos com o Meio Ambiente nas câmaras técnicas.
59. Delio Oscar neto. CEPASA. Unaí - MG, não existe integração sem conscientização, para haver esta harmonia entre os três poderes precisa haver um grande trabalho entre ambas as partes, pois cada um tem sua própria natureza, que precisa ser trabalhado para ambos respeite cada um no seu ambiente.
60. Nilton CBH LS Funai Paraíba. Integrar os povos tradicionais na gestão de recursos hídricos dos seus territórios.
61. Francisco Tristão - CBH Guandu. Ser mais integrante dos conselhos. Ter um maior intercâmbio com os produtores.
62. Rafael Nelson dos Santos. Aldeia Serrote dos Campos, Itacuruba-PE. Comitê de Bacias do Rio Pajeú. Centro Cultural Direito de Ser de Itacuruba-PE. Local de implementação da ação: Aldeia Serrote dos Campos, Itacuruba-PE. Passo estratégico: mobilizar a comunidade para debater o assunto e em seguida escolher as melhores soluções para aplicar!
63. Raoni CBH Baía de Guanabara. Nós estamos trabalhando, de forma integrada, com os municípios vizinhos

de nosso Subcomitê Leste, isso se dá por meio de reuniões e tomada de decisão por meio da intersecção de nossos PMMAs. Percebemos que muitas demandas em nossos planos da mata atlântica são as mesmas, portanto, agir de forma coletiva e assertiva, nos dá uma perspectiva de gestão com novas possibilidades de forma mais potente.

64. Shirliely da Silva/Lajes/CBH-Ceara-mirim. Reflorestar as comunidades rurais. Sugestão: através de atividades escolares, uma maneira de incentivar a preocupação pelo meio ambiente.
65. Andréa Bialetzki/ CBH Pirapone-ma. Iniciar a discussão no meu comitê sobre a importância de incluir a gestão ambiental na gestão da nossa bacia.
66. Marcelo Libânio - CBH Piranga Promover Ação Coletiva. Pensar as bacias como bacias hidrográficas, ou seja, em sub bacias, Unidades Territoriais Estratégicas (UTE's) e promover espaços de participação social e ampliação da representatividade desses contextos socio econômicos ambientais diversos. Compreender que Gestão Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos são políticas de Estado e não políticas de governos. Não deixar o debate ideológico contaminar essa caminhada e esse processo sócio institucional.
67. Stella Guida - CBH Verde. Promover um encontro com os Prefeitos da Bacia do Rio Verde - MG para sensibilizá-los da importância do fortalecimento de seus órgãos ambientais para gestão integrada de RH e MA.
68. Rodrigo Zanelati - SEMAD/GO. Entender melhor as necessidades dos diversos usuários de recursos hídricos para propor projetos de gestão mais assertivos.
69. Herlon C Silva. CBH Santo Antônio-MG. Comprometo a discutir amplamente os compromissos e responsabilidade assumidos no ENCO em prol de ações de preservação da qualidade e quantidade da água. Cuidando da Água e gerando valor para as pessoas!!!
70. Elaine OSCATMA. Em Sergipe. Levantar uma discussão e mostrar a real necessidade de integração dos sistemas de recursos hídricos e ambiental na busca da qualidade das águas e meio ambiente para os diversos usos.
71. Mirella Costa (CBH-LN Paraíba). Vou propor no CBH-LN uma série de apresentações de experiências exitosas que integram água e meio ambiente em propriedades rurais do estado da Paraíba, como forma de inspirar outros produtores rurais.
72. CBH Alto Teles Pires - Fábio, Discutir as ideias de interação de comitê e governo numa futura elaboração do plano de bacia, integrando governo e meio ambiente!
73. Sonia Burmester do Amaral - Instituto Água e Terra/PR. No IAT estamos trabalhando nesta gestão integrada desde 2019, juntando as áreas de licenciamento, outorga, fiscalização, biodiversidade/restauração no instituto através da inovação digital e uso da inteligência geográfica em suas análises e processos.
74. Alex Geaquinto Leal - Associação Guaçuense de Proteção Ambiental. Bacia dos rios Preto, Caparaozinho e do Veado (sub bacias do rio Itabapoana). Meu plano é mobilizar, sensibilizar e provocar as comunidades da região para a temática dos recursos hídricos.
75. Maria Lucimar Lopes Roque Costa / CT do CBH do Rio Ceará Mirim RN. Buscar projetos de recuperação e preservação das nascentes no Semiárido e reflorestamento da mata ciliar (Caatinga) nos Rios intermitentes no Semiárido.
76. Alexandre Bahjat Ebeidalla -Eletróbrás - Revitalização de Bacias dos Reservatórios das Usinas Hidrelétricas. Meu desafio é através do XXV ENCOB transformar problemas e ideias em projetos e soluções para revitalização das bacias hidrográficas dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas.
77. Jeferson Alberto de Lima (CBH-AMMA-RO). Realizar uma roda de diálogo envolvendo os membros do comitê abordando questões ligadas

a valorização do ser humano no planejamento das ações que busquem a promoção da gestão dos Recursos Hídricos.

78. Alexandre Moura DNOCS PE. Levando aos Comitês de Bacia em que o DNOCS tem assento as propostas de soluções construídas nas Jornadas de Capacitação.
79. Gabriela Cristina Soares Rodrigues. MIRIRI alimentos e bioenergia S/A. Implementar a integração entre os recursos hídricos e a gestão ambiental com a aplicação dos conhecimentos trabalhando com as comunidades da minha bacia hidrográfica, educação ambiental e uma conexão entre a AESA E SUDEMA.
80. Carmem Silva - SEMA/RS. Incentivar as participações das comunidades tradicionais em espaços de discussão e deliberações.
81. Luiz Eduardo G Machado- SEMAD/GO. Ação a ser implementada no CBH. O CBH deve promover a discussão sobre o meio ambiente ser um dos usuários de recursos hídricos, com direito legal e vazão/volume reservados.
82. Marcos Vasconcelos - EMPAER/MT. Sugerir criação de Leis que obriguem o Executivo, Legislativo a terem Câmara Técnica para assessoramento e fiscalização das ações ambientais nos mais diversos segmentos.
83. Erika Cortines - CBH Piabanha. Região hidrográfica IV – RJ. CRIAR ACORDOS DE cooperação técnica entre CBHs e câmara de vereadores para criação de legislações pertinentes.
84. Ibson Campos COALIAR PR. Implementar ações educativas do comitê para alcançar as comunidades das bacias hidrográficas envolvidas, esclarecendo sobre as atribuições do comitê e sua importância, com informações básicas sobre a legislação ambiental vigente.
85. Luciana Souza. Sou Bióloga da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA. Meu Mínimo Passo Estratégico é: Promover a Gestão compartilhada dos recursos hídricos e do meio ambiente por meio dos comitês das bacias hidrográficas.
86. Em conjunto com o meu CBH, discutir ações para implementação das ações sugeridas.
87. Gláucia Assis - IAT, conscientização dos usuários de recursos hídricos da importância do cuidado com o meio ambiente e com as águas.
88. CBH-PASO (Bahia) Silvio, usuário de irrigação com outorga. Incentivar as crianças, adolescentes e jovens a conhecer e participar da gestão dos recursos hídricos!
89. Wilson Acácio - Enquadramento em toda bacia.
90. Maria Lorete Thomas Flores. CBHI. Fomentar Projetos de EA voltados à Gestão de Recursos Hídricos e Gestão Ambiental.
91. Joana Pires - Instituto SuperAÇÃO. Atuamos no alto rio verde, fortalecendo o Programa Produtor de Água de Itanhandu e ampliando as ações no nível regional procurando mecanismos para fortalecer as ações conservacionistas. Hoje temos apoio da iniciativa privada ao programa municipal e conseguimos sobrepor água e carbono (projeto da TNC Brasil) elevando o valor do PSA.
92. Renato Alves Pereira Jr CBH CVSM. Integração entre os agentes interessados, com investimentos necessários.
93. Maria Aparecida Lacerda de Albuquerque. Implementar por meios que beneficie os recursos destinados ao comitê com integração nos comitês.
94. Antônio da Silva Ferreira. Realizar repasse das discussões ocorridas no 25 ENCOB, fomentar a continuidade das ações no CBH Santa Maria do Doce e Comitê de Inter federativo do Rio Doce.
95. Maria Aparecida Pontes - COB Una. Tem que mobilizar o poder público e os demais representantes dos órgãos competentes.
96. Edite Caires da Silva - Secretária

de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Dom Basílio BA. Integração. Compromisso. Ação. Brasil, faça a adesão da Agenda 2030 para todos Estados e municípios.

97. Isy Dayane Barbosa da Silva. Universitária. Natal-RN. Barragem de poço Branco, luta por governança e utilidade da água potável.
98. Marta Luzia - Comitê Pirapone- ma. Fomentar a inclusão de povos tradicionais na participação efetiva nas discussões afetas aos temas da gestão ambiental e dos recursos hídricos.
99. Kamilla Rufino - CBH dos Afluentes do Rio Araguaia. Fomentar e levar conhecimento para a Reforma Agrária, onde o pequeno produtor rural possa participar efetivamente na integração dos recursos hídricos.
100. Aryadne - SEMA/MT. Onde imple-

mentar: CBH Rio Jauru. Ação: Trabalhar junto ao CBH Rio Jauru para fomentar e melhorar o conhecimento e participação da população quanto aos trabalhos realizados pelo comitê na bacia hidrográfica do Rio Jauru, integrando nessas ações atividades relacionadas a integração da política dos recursos hídricos e de meio ambiente.

101. Antonio Giacomini Ribeiro - CBH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba. O espaço de trabalho é o território da bacia hidrográfica. O mote da oficina foi a reflexão a respeito das possibilidades da gestão integrada das águas com o meio ambiente. Entretanto só vejo uma saída pela via mais ampla da gestão da totalidade do território da bacia hidrográfica.
102. Altegno Dornellas CBH Urucuaia. Promover a divulgação da importância dos CBHs.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

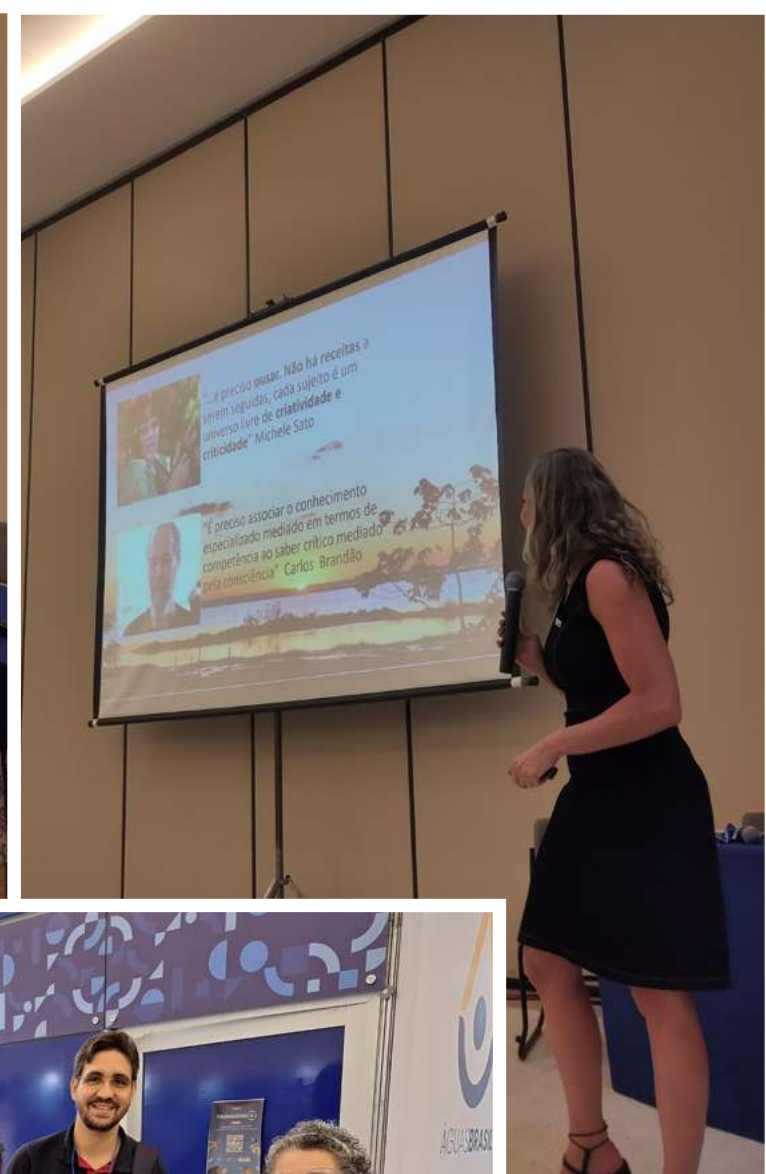
As ações mencionadas têm em comum o foco na gestão integrada dos recursos hídricos e do meio ambiente. Cada uma das iniciativas está relacionada ao desenvolvimento sustentável, conservação dos recursos naturais e integração de esforços para promover a sustentabilidade das bacias hidrográficas. Alguns elementos comuns incluem:

- **Participação em Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH):** Muitas das ações mencionam a atuação em CBH, evidenciando a importância desses comitês como espaços de discussão e tomada de decisões para a gestão integrada.
- **Fortalecimento da Integração entre Água e Meio Ambiente:** A maioria das ações destaca a necessidade de integrar a gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, reconhecendo a interdependência entre esses dois aspectos.
- **Conscientização e Educação Ambiental:** Muitas iniciativas mencionam a importância de conscientizar a população, envolvendo desde estudantes até comunidades tradicionais, promovendo a educação ambiental como meio para alcançar a sustentabilidade.
- **Propostas de Leis e Normativas:** Alguns participantes destacam a importância de propor leis e normativas que incentivem práticas

ambientais sustentáveis e regulamentem o uso dos recursos hídricos.

- **Ações de Conservação e Recuperação Ambiental:** Várias ações se concentram em práticas de conservação do solo, florestal e de áreas de preservação, demonstrando a preocupação com a manutenção dos ecossistemas.
- **Diálogo e Articulação:** A busca pelo diálogo, articulação entre diversos setores (público, privado, sociedade civil) e a participação ativa em discussões são aspectos fundamentais destacados por várias iniciativas.

Esses pontos refletem um esforço coletivo para enfrentar os desafios ambientais, destacando a importância da colaboração e coordenação entre os diferentes atores envolvidos na gestão de recursos hídricos e meio ambiente.



2ª Jornada
**Interfaces entre a Política Nacional de Recursos Hídricos
e outras Políticas Públicas**

ESTAÇÃO 2
Água e Educação Ambiental

Facilitação	Flavia Ramos, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Jane Fátima Fonteneles, ANA/SAS
Palestrante	Renata Maranhão, ANA/SAS
Especialistas	Nadja Janke, MMA Jacqueline Guerreiro, Trama Ecológica/REARJ Raquel Machado Miranda, Livelab
Participantes	209 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

1. Quais meios devem ser adotados para realizar a interação efetiva de órgãos gestores de recursos hídricos, educação e CBHs?

1. Criação de agência ou consórcio para captação de recursos; nos casos, onde existe agência cobrar aplicabilidade dos recursos das cobranças.

2. Criação de mesa permanente

2. Qual a melhor metodologia para se trabalhar a Educação Ambiental nas séries iniciais (Educação Infantil)?

3. Não existe a melhor metodologia, existe a que melhor se adapta a cada realidade - pensar fora da caixa;

4. Atividades lúdicas, gameficação, competição e premiações são algumas estratégias norteadoras.

3. Como desenvolver EA em recursos hídricos voltada para pescadores?

5. Promover o encontro da EA, com as comunidades ribeirinhas, através de projetos escolares dos CBHs, seminários, plenárias ou até mesmo com a inserção do tema nos eventos locais (festivais, reuniões de associação etc.) sempre respeitando os saberes e cultura local.

6. Capacitação profissional dos pescadores, através dos CBHs, colônias e sindicatos, complementando com a implantação das escolas COM-VIDAS (Escola sustentável);

7. Desburocratizar os processos administrativos que geram recursos em apoio às capacitações;

8. Fazer um acordo de pesca com as comunidades pesqueiras, visando a pesca sustentável;

9. Promover o engajamento do EA junto aos filhos de pescadores, fomentando a consciência socioambiental para as futuras gerações.

10. Pensar em metodologia de replicação da EA;

11. Fazer apresentação ser mais lucrativa que a predição.

4. Como sensibilizar os gestores públicos para promoção da EA e preservação dos rios?

12. Demonstrar que o investimento nos CBHs “hoje” apresenta resultados positivos, “amanhã”. Como?

13. A partir de experiências positivas de outros estados, de resultados de pesquisas científicas e de dados apresentados em conferências.

5. Por que a E.A. ainda não faz parte da grade curricular nacional?

14. Falta de vontade política;

15. Embora seja necessária, o sistema educacional e a sociedade não se empenham o suficiente para que isso se efetive, através de maior articulação.

<p>6. Qual é o nível de prioridade de elencar a educação ambiental no comitê, frente a todas as suas demandas?</p>	<p>16. Dentro de todas as prioridades, a educação ambiental é alta e transversal.</p>
<p>7. Como garantir que o feedback dado pelos professores tenha continuidade na promoção da EA?</p>	<p>17. Criar espaços de escuta ativa, de reflexão e avaliação nos diferentes níveis de educação inserindo os educadores, também, na construção dos processos de EA de forma contínua e permanente;</p> <p>18. Fomentar espaços formativos e de compartilhamento de experiências exitosas ou não.</p>
<p>8. Como implantar e implementar (sem recursos) a política de EA nos Comitês e nas Comunidades ribeirinhas?</p>	<p>19. É necessário fortalecer o comitê através das instituições, participantes, junto as 3 instâncias públicas e/ou privadas (sociedade civil em geral), trazendo recursos existentes.</p> <p>20. Enquanto, nas comunidades ribeirinhas para acontecer a EA deve-se utilizar uma linguagem assertiva de aproximação igualitária para que os mesmos sintam integrados importantes para realização ambiental.</p>
<p>9. Como a educação ambiental pode ser um processo de transformação efetivo da realidade?</p>	<p>21. A EA será efetiva quando ocorrer a sensibilização dos atores a partir dos saberes populares e agregando saberes técnicos ambientais e socioeconômicos na busca de maior interação com práticas, inovadoras e atuais, que envolvam a escuta dos envolvidos no contexto da EA considerando a realidade local, além de legalizar a EA no currículo escolar nas disciplinas e dar suporte e condições para a sua aplicação.</p> <p>22. O processo de transformação efetivo perpassa sobre toda a dinâmica familiar.</p> <p>23. Aplicação de uma pedagogia transformadora.</p>
<p>10. Como expandir a EA além das escolas?</p>	<p>24. Utilizar como estratégia para a Educação Ambiental, realizar as parcerias com instituições que possuem temáticas na Educação Ambiental e convergir para momentos vivenciados.</p> <p>25. Ter processos e produtos de comunicação mais efetivos e rápidos para sensibilização das pessoas;</p> <p>26. Oportunizar a figura do agente multiplicador como estratégia de Ações mais efetivas na comunidade;</p> <p>27. Levar a discussão pros comitês.</p>

-
28. Mapeamento dos Territórios;
29. Cooperação e compartilhar esse recurso, criando uma rede;
30. Desenvolvimento de metas, que repense outros tipos de estratégias;
31. Monitoramento;
11. Como integrar políticas e programas de educação ambiental para otimizar recursos, evitar retrabalho e evitar saturação do público alvo?
32. Segmentação do público alvo: olhando a diversidade dos povos;
33. Uso de tecnologias, utilizando-se de tecnologias sociais;
34. Metodologias participativas, capacitando os educadores.
35. Organização de coletivos para tratar de ações ambientais locais;
36. Comunicação simples e bem didática clara e coordenada;
37. Avaliação constante e permanente.
-

38. Incluir o assunto em instrumentos que os jovens dominam (tecnologia);
39. Contextualizar a temática ambiental dentro de assuntos transversais de interesse dos jovens;
40. Comissão mista para que os jovens possam se integrar sobre o funcionamento dos comitês;
41. Comissão mirim segundo as experiências do parlamento jovem;
42. Aplicar atividades de educação ambiental dentro da metodologia de multiplicadores;
43. Estimular o desafio nos jovens de forma a fazê-los participarem das discussões.
-

13. Como provocar o poder público para que ocorra processos de EA de forma efetiva no ensino formal e não formal?	<p>44. Através da Sociedade civil organizada apresentando suas demandas (articulação local);</p> <p>45. Criar mesas de negociação permanente;</p> <p>46. Destacar (dar visibilidade / às experiências exitosas do território. pelos movimentos sociais e sociedade civil;</p> <p>47. Aumentar a presença e protagonismo dos comitês de bacias no território (municípios);</p> <p>48. Através de melhorias na educação como um todo (professores, Infra estrutura, processos) audiências públicas;</p> <p>49. Ministério público;</p> <p>50. Órgão fiscalizador ambiental;</p> <p>51. Criar os planos municipais de E.A.</p>
14. Como atuar com EA não formal em comunidade em situação de vulnerabilidade?	<p>52. Considerar a subjetividade e identidade local;</p> <p>53. Considerar desafios e desejos da comunidade;</p> <p>54. Considerar a escuta do território como ponto de partida;</p> <p>55. Utilizar instrumentos da realidade local;</p> <p>56. Integrar a educação ambiental ao ambiente comum;</p> <p>57. Utilizar a linguagem corrente com a realidade.</p>
15. Como alcançar a efetividade da Educação Ambiental nos Comitês, nas Escolas e comunidades?	<p>58. Fazendo parcerias profissionais da Educação dos Municípios, realização de oficinas com alunos e comunidades em Geral</p> <p>59. Incluir a Educação Ambiental na grade curricular desde a educação infantil.</p>
16. Educação Ambiental: Como tema transversal até quando?	<p>60. Recursos;</p> <p>61. Diluir a transversalidade;</p> <p>62. Incluir as escolas dentro da educação ambiental na base;</p> <p>63. Representatividade e inclusão da cultura dos povos originários;</p> <p>64. Mobilização da juventude;</p> <p>65. Envolvimento de poder público;</p> <p>66. Compromisso Institucional.</p>

17. Como poderíamos implementar a EA no âmbito dos municípios?	<p>67. Realizar diagnóstico local, respeitando a realidade e diversidade;</p> <p>68. Criar e/ou fortalecer redes, dialogando com a sociedade civil, comitês de bacias, ONGs, etc.;</p> <p>69. Integração das secretarias municipais, alinhando a mesma linguagem na resolução dos problemas ambientais.</p>
18. Como a EA pode contribuir na mediação de conflitos no âmbito das Bacias Hidrográficas?	<p>70. Através da sensibilização e disseminação de dados e informações a respeito dos usos, número de outorgas emitidas;</p> <p>71. Realização de audiências/oitivas/escutativas, a fim de conhecer e entender as necessidades da comunidade utilizando metodologias participativas.</p> <p>72. Propor intervenções para mitigar os impactos identificados, unindo saberes técnicos e populares;</p> <p>73. Educadores Ambientais atuando como tradutores/ intérpretes do conhecimento técnico científico para linguagem popular.</p>
19. Como fazer um trabalho contínuo de Educação Ambiental nas escolas?	<p>74. Entender a importância da água para a vida.</p> <p>75. Educador se apropriar das ferramentas tecnológicas utilizadas pela nova geração.</p> <p>76. Educador deve ser criativo e dinâmico.</p> <p>77. Vivenciar a prática do conhecimento apreendido para valorizar e preservar os recursos hídricos.</p> <p>78. Direção das instituições proporcionar oportunidades de conhecimento e aplicação dos mesmos.</p>
20. Como trabalhar a E.A com a nova geração, de forma voltada ao uso da água?	<p>79. Envolver os professores e a comunidade escolar;</p> <p>80. Ações práticas;</p> <p>81. Escutar alunos e professores;</p> <p>82. Atualizar e inserir no PPP- Projeto Político Pedagógico a Educação Ambiental;</p> <p>83. Provocar as secretarias municipais de educação a promoverem as capacitações e as formações do corpo docente;</p> <p>84. Implantar as escolas sustentáveis nas comunidades ribeirinhas.</p>

21. Qual método eficaz para chamar atenção das crianças e adolescentes a serem ativistas e participarem da EA?	85. Reestruturação da política pública da educação brasileira, grade curricular obrigatória e EA como política pública efetivada. 86. O emprego da tecnologia. 87. Aplicação de ferramentas atuais, como o Jogo AKAUANA.
22. Como fortalecer a EA na Comunidade em geral?	88. Com ações contínuas, eficazes, direcionada a problemática local mostrando projetos, ações e resultados.
23. Como aplicar a educação ambiental através dos comitês enquanto ferramenta de controle social?	89. Os comitês poderão se disponibilizar junto às SEMAS para auxiliá-las nas atividades de educação ambiental, e caso o comitê execute a cobrança pode também ajudar com aporte de recursos.
24. Como concretizar EA efetiva no licenciamento (pré/pós)?	90. Criando políticas de EA públicas nos municípios; 91. Fomento ou criação do CODEMA e fundo municipal de meio ambiente; 92. Parceria com Ministério Público; 93. Fortalecimento das redes (existentes ou novas); 94. Promoção de troca de saberes.

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas compartilham o tema central da Educação Ambiental (EA) e sua aplicação nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), escolas e comunidades. Dentre os pontos em comum, destacam-se:

- **Foco na Educação Ambiental:** Todas as perguntas abordam, direta ou indiretamente, questões relacionadas à Educação Ambiental, evidenciando um interesse em promover a conscientização e ações voltadas para a preservação do meio ambiente.
- **Abordagem nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs):** Muitas perguntas direcionam-se à integração da Educação Ambiental nos CBHs, indicando a preocupação em incluir a temática na gestão dos recursos hídricos.
- **Enfoque em Diferentes Públicos:** As perguntas variam seus alvos, mencionando desde crianças nas séries iniciais até pescadores, gestores públicos, jovens e comunidades em situação de vulnerabilidade. Isso reflete a busca por estratégias de EA adaptadas a diferentes públicos.
- **Desafios Práticos:** Algumas perguntas mencionam desafios específicos, como a falta de recursos financeiros para implementar políticas de EA nos

Comitês e nas Comunidades ribeirinhas, evidenciando uma preocupação prática e realista na implementação dessas ações.

- **Integração de Políticas e Programas:** Há questionamentos sobre como integrar políticas e programas de EA, otimizando recursos e evitando redundâncias, indicando a busca por eficiência e sinergia nas ações.
- **Perspectiva Contínua:** Muitas perguntas abordam a continuidade do trabalho de Educação Ambiental, seja nas escolas, comunidades ou no licenciamento, sinalizando uma preocupação com a sustentabilidade e a efetividade dessas práticas ao longo do tempo.

Em resumo, as perguntas refletem um interesse amplo em promover a Educação Ambiental de maneira efetiva, abrangendo diversos contextos e públicos, com ênfase na gestão dos recursos hídricos nos Comitês de Bacias Hidrográficas.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções cocriadas compartilham vários elementos em comum, refletindo abordagens e estratégias convergentes para enfrentar desafios relacionados à Educação Ambiental (EA) e à gestão dos recursos hídricos. Alguns pontos comuns incluem:

- **Enfoque em Parcerias e Redes:** Muitas soluções destacam a importância de estabelecer parcerias, redes e cooperação entre diferentes atores, como agências, consórcios, comitês de bacias, ONGs e sociedade civil. A colaboração é vista como fundamental para fortalecer a implementação de práticas de EA.
- **Capacitação e Formação Profissional:** A ênfase na capacitação profissional, especialmente de pescadores, educadores e membros dos comitês de bacias, é uma estratégia comum para promover a conscientização e a ação efetiva.
- **Desburocratização e Acordos Práticos:** Algumas soluções mencionam a necessidade de desburocratizar processos administrativos relacionados à captação de recursos e implementação de ações de EA. Além disso, acordos práticos, como acordos de pesca sustentável, são propostos para abordar questões específicas.
- **Inclusão da Educação Ambiental em Diversos Contextos:** A inclusão da EA em diferentes contextos, como escolas, comunidades ribeirinhas, eventos locais e até mesmo em acordos de pesca, é destacada como uma abordagem efetiva para sensibilizar e envolver diferentes públicos.
- **Uso de Metodologias Participativas:** Metodologias participativas, como

jogos, atividades lúdicas, competições e premiações, são sugeridas como formas de engajar e sensibilizar a comunidade, especialmente os jovens.

- **Ênfase na Realidade Local e Cultural:** Muitas soluções ressaltam a importância de respeitar a realidade e a cultura local ao implementar práticas de EA, incorporando saberes populares e técnicos de maneira integrada.
- **Ações Contínuas e Avaliação Permanente:** A necessidade de ações contínuas, avaliação constante e adaptação às demandas e desafios locais são princípios comuns nas soluções apresentadas.
- **Uso de Tecnologia:** Algumas soluções propõem o uso de tecnologias, como o jogo AKAUNA, para tornar a EA mais atrativa e alinhada aos interesses da nova geração.
- **Fortalecimento dos Comitês de Bacias:** O fortalecimento dos comitês de bacias é uma estratégia recorrente, envolvendo instituições, participantes e as três instâncias públicas e privadas, visando trazer recursos e apoio para as ações de EA.

Esses pontos indicam a convergência de esforços em direção a abordagens integradas, participativas e adaptadas à realidade local para promover a Educação Ambiental e a gestão sustentável dos recursos hídricos.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Patricia Fazano - coordenadora CTEA. Assentamento Conquista da Liberdade/ Maraqueta, Quixeramobim - CE
Ação: Implementar a próxima ação do programa de EA do CBH Paranapanema.
2. Maxuel Rodrigues Pinto. Associação Rede Buriti do Bom Gosto, Tutóia, MA. Iniciar palestras de EA nos povoados que estão inseridos no território da bacia hidrográfica do rio Bom Gosto, Tutóia, MA.
3. Rosângela Teixeira. Presidente do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe - Jucas Ceará.
4. Meagan Leal – CAEMA - MA. É um prazer dividir conhecimento com vocês. Inserir no Plano de Educação Ambiental, projetos de acolhimento às escolas comunitárias nos municípios de atuação da Companhia.
5. Francisco José de Sousa Pinheiro - Construção de um viveiro de mudas nativas na unidade de produção orgânica, no
6. ANA ALENCAR. Até quando a EA será trabalhada nas escolas como interdisciplinaridade?
7. Andreia de Oliveira comitê do Rio Tibagi. Criar os planos de educação ambiental e efetivá-los.
8. Wagner. Trabalhar educação ambiental em empresas.
9. Rafael Paiva. CBH Baixo Paranaíba. Educação ambiental em assentamentos do sudoeste de Goiás com foco em saneamento rural.
10. Rosana Bertoni. CBH ALPA. Prefeitura de Nova Campina. Implantar a coleta seletiva.
11. Sinara Moraes CBH Alto Araguaia. Apresentar aos vários espaços de escuta a

metodologia dinâmica utilizada no XXV ENCOB como prática de construção de estratégias de ação local e regional.

12. Diego Eleonaldo. Capela/SE. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba. Meu mínimo passo estratégico é conseguir realizar a II Expedição do CBH Rio Japaratuba pelos municípios inseridos na bacia, oferecendo palestras, oficinas com o objetivo de sensibilizar nossos territórios para a conservação, preservação e recuperação da nossa bacia.
13. Cristhiane Vasconcelos. Vice-presidente CBH-ALTO ARAGUAIA. No Mato Grosso, nas escolas que já fazemos educação ambiental.
14. Flávia Dias, CBH Manhauçu. Promoção de trocas de saberes e parceria com MP.
15. Andreza Lima SEMAS/PA - A partir desse encontro serão aplicadas as propostas pertinentes às especificidades da minha região.
16. Carlos Eduardo, CBH São Lourenço. Palestras pelo Comitê orientando professores e alunos sobre a importância do CBH e ações realizadas no município.
17. Vera Lúcia Teixeira, no comitê do Médio Paraíba, CBH MPS. Discutir com o grupo de Educação Ambiental do CBH DO MÉDIO uma ação prática para desenvolver nas escolas da nossa região.
18. Luciano Reami - Sapucaí Mirim Grande, representante da Abes. Propor que para cada projeto apresentado ao comitê de bacias seja incluído alguma ação de educação ambiental como parte da contrapartida.
19. Lorrane Coelho | CBH - PS | Instituto Suinã. Aliar a EA para os processos de mediação de conflito no âmbito dos CBH
20. Andréa Borges PCJ. No CBH PCJ, vamos finalizar nossa política de EA e trabalhar para inseri-la de forma transversal em todas as prioridades elencadas no plano de bacias. E com o Consórcio PCJ, nós vamos incentivar a participação das escolas, nossa rede de educadores e participantes dos comitês de bacias na Primavera X
21. Andressa G S Paulo. Estudar e entender sobre o projeto da primavera X para tentar aplicar em alguma escola ou grupo do Município de Ibioporã PR.
22. Liliana Lincka, Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - Núcleo RN. Inserir-me no processo de criação do comitê do Rio Pium.
23. Varlei Marra CBH Pará MG. Promover arborização urbana.
24. Viva a educação ambiental!
25. Bere Brazil Vamos após a criação do programa de EA intermunicipal do oeste da Bahia implementar o programa através de formações para professores e conselheiros nos dez municípios participantes incentivando produção de material didático criado coletivamente município a município.
26. Breno. Criar planos de educação ambiental.
27. Katia Lima – CBHLSJ. Faço parte do GT de Educação Ambiental e Comunicação e estou empenhada em ampliar meu trabalho com mais afinco, buscando novos parceiros e novas experiências.
28. Educação Ambiental. Educar para transformar! Tatiana Franco -DESO
29. Roberto Rivelino- CBHSF. Para que a educação ambiental tenha maior expressividade e maior eficácia é necessário que haja mais investimentos e políticas públicas para tanto. Faz-se necessário que haja aplicação de recursos como despesa obrigatória pelos Estados e Municípios em pelo 5% de sua receita em Meio Ambiente, como já acontece com a Saúde e a Educação.
30. Palestras Educação Ambiental. Cristiane Maria Loebens. CBH Turvo Santa Rosa Santo Cristo. Buscar me inserir no Consórcio do meu município e buscar parceria com o ministério público.
31. Andre Moreira (CBHMPS) Como fazer um trabalho contínuo de EA nas escolas? Fazer com que o PPP contemple EA em suas ações pedagógicas.
32. Yanka Ferreira / ONG GAAS - TOUROS/RN. Meu MPE será discutir sobre o que

foi desenvolvido na mesa aos membros da ONG em que participo e elaborar estratégias para contribuir para a resolução dos questionamentos.

33. Elisa Lorrane. Consultora Ambiental – Autônoma. Implantar a EA nos processos de consultorias como prioridade.
34. Washington Cesar Lima da Silva- CBH Metropolitano Norte de Pernambuco. - Criação do programa Comitê jovem onde estudantes do Ensino médio participam de visita técnica, eleição e plenária, apresentação de soluções para os problemas do território.
35. Camila - Igam MG. Acesso aos públicos específicos com atividades executadas pelo Instituto.
36. José Santos de Sá/ Sindicato trab. Rurais Boquim/ Se. Educar para transformar.
37. Educação Ambiental. Maria Luísa Krever Conzatti. Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí. Promoção de troca de saberes.
38. Encob 2023. Gilsely Carvalho. Prof rede pública de Quatis/RJ. A Educação Ambiental para resolução de conflitos nos âmbitos dos CBH.
39. Tiago Alves Consuchapeu. Cria aplicativo ligado a jovens que venha a suceder essa geração daqui a uns 10 anos.
40. Graziella Benedeti - Estação 2 Água e Meio Ambiente Mesa K. Planejamento de ação em grupo com crianças de 5 a 9 anos inicialmente para atividades lúdicas de conscientização ambiental Importância das nossas águas. CBH Alto Araguaia.
41. Carlos Eduardo dos Santos Rodrigues da Silva. Como *influencer* digital, uma mobilização será feita através de stories e feed sobre a importância da participação da juventude em tomadas de decisões.
42. Marcos Talvani CBHS. Educação ambiental é pensar fora da caixa, acredito que a parceria entre secretarias de Educação e de meio ambiente é um passo pequeno e com possibilidade de resultados efetivos. Promovendo possibilidade aos professores de ampliação das atividades voltadas à EA.
43. Angela quilombola- ASCQUIMI. Implementar na minha região do Comitê da bacia do Rio Pajeú. Elaborar um plano anual em rede para planejar ações que nos fortaleça.
44. Clara, Igam (órgão gestor MG). Capacitar os técnicos do Igam sobre o impacto de suas ações para públicos específicos (jovens, comunidades tradicionais, gênero).
45. Luís Carlos e represento a ONG Afink do município de Araruna PB. Dar continuidade a produção de mudas e realizar a doação para as escolas, através do Projeto Muda, que tem como objetivo promover ações de conscientização ambiental nas escolas e ação prática com plantio de mudas de árvores nativas e frutíferas.
46. Gisely Carvalho. Professora na rede pública. Quatis/RJ. A educação ambiental na resolução de conflitos no âmbito da CBH. Gratidão.
47. Jane e CBH Caratinga. A Educação ambiental, urgentemente precisa ser obrigatório na grade escolar “Educação vem do Berço”.
48. Laíse Campos e Lucila Freire J. Em partilhas de saberes e experiências, buscamos aqui sermos fortalecedores (as) da educação ambiental crítica e reflexiva para o bem comum, principalmente no exercício das nossas atividades.
49. CEDAMS centro de conscientização, defesa ambiental e social. Desenvolver um projeto de formação da mata ciliar do açude São Salvador – Sapé - PB
50. CBHs reunidos no ENCOB 2023 enviam Propostas ao MEC para o fim da Transversalidade na EA. Vinícius Mendes Conselho Gestor Subcomitê Saquarema CBHLSJ.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações apresentadas compartilham vários pontos em comum, refletindo uma abordagem coletiva e diversificada para promover a Educação Ambiental (EA) em diferentes contextos. Aqui estão alguns elementos comuns entre as ações:

- **Implementação de Ações de EA em Contextos Específicos:** Muitas das ações visam implementar atividades específicas de Educação Ambiental em contextos particulares, como escolas comunitárias, povoados, assentamentos, empresas, e municípios de atuação de companhias.
- **Envolvimento de Diferentes Atores:** As ações envolvem uma variedade de atores, como coordenadores, presidentes de comitês de bacias, representantes de empresas, consultores ambientais, educadores, e membros de organizações não governamentais (ONGs). Isso destaca a importância da colaboração entre diferentes setores da sociedade.
- **Inclusão da EA em Planos e Políticas Locais:** Algumas ações buscam inserir a Educação Ambiental em planos e políticas locais, como no Plano de Educação Ambiental, na política de EA do CBH Paranapanema, e na política do Comitê PCJ.
- **Promoção de Troca de Saberes:** Várias ações destacam a importância da promoção de trocas de saberes, parcerias com o Ministério Público, e inclusão da EA como parte das contrapartidas em projetos apresentados aos comitês de bacias.
- **Sensibilização e Conscientização:** A sensibilização é um elemento comum em várias ações, seja por meio de palestras, criação de viveiros de mudas, promoção de trocas de experiências, ou utilização de estratégias de mobilização digital.
- **Trabalho em Escolas:** Muitas ações têm como foco o trabalho direto em escolas, seja por meio de palestras, inserção da EA na grade curricular, promoção de atividades lúdicas, ou capacitação de professores.
- **Ênfase na Participação Jovem:** Algumas ações, como a criação do programa Comitê Jovem e a discussão sobre o projeto da Primavera X, destacam a importância da participação dos jovens nas iniciativas de EA.
- **Incentivo à Arborização Urbana:** Algumas ações estão relacionadas à promoção da arborização urbana, contribuindo para a conscientização ambiental e melhoria da qualidade de vida nas cidades.
- **Integração de EA em Consultorias e Projetos:** Algumas ações buscam integrar a Educação Ambiental nos processos de consultoria e em projetos, destacando a importância de considerar impactos para públicos

específicos, como jovens e comunidades tradicionais.

- **Busca por Investimentos e Políticas Públicas:** Algumas ações ressaltam a necessidade de investimentos e políticas públicas para fortalecer a EA, incluindo propostas para destinar recursos específicos para a área ambiental.

Esses pontos indicam uma abordagem abrangente e colaborativa para a promoção da Educação Ambiental, abordando diferentes aspectos e contextos para alcançar resultados eficazes.



2ª Jornada
**Interfaces entre a Política Nacional
de Recursos Hídricos e outras Políticas Públicas**

ESTAÇÃO 3
Água e Clima: agir para a adaptação e resiliência

Facilitação	Vera Xavier, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Marco Vinícius Castro Gonçalves, ANA/SHE Saulo Aires, ANA/SHE
Palestrante	Saulo Aires, ANA/SHE
Especialistas	Márcia Regina C. Mara Dantas, Prefeitura de Mossoró/RN Sérgio Ayrimoraes, ABRHidro
Participantes	165 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

- | | |
|---|---|
| 1. Quais medidas/ações estão sendo tomadas para garantir a efetividade dos acordos internacionais? | <ol style="list-style-type: none">1. Integrar através de um grande fórum as demandas dos povos originários e comunidades tradicionais no enfrentamento das mudanças climáticas;2. Financiamento internacional (mercado de carbono);3. Incorporar as normativas dos acordos internacionais no plano de bacias;4. Incluir a participação e conhecimento dos povos originários, povos tradicionais, ribeirinhos, camponeses e sociedade civil ampliada no dia-a-dia de decisões dos Comitês;5. Ampliar o processo de educação ambiental crítica;6. Garantir a fiscalização do uso de recursos hídricos de forma contínua. |
| 2. Como as cidades que não tiveram um planejamento territorial, crescendo desordenadamente, podem se adaptar a essas mudanças, tendo resiliência? | <ol style="list-style-type: none">7. Revisão do Plano Diretor, ou elaboração;8. Revitalização das áreas de recargas e APPs;9. Conscientização da população;10. Iniciar as ações individuais e inspirar as comunidades. Devem trabalhar a educação em mudanças climáticas junto a população e internalizar as ODS 6, 11, 13 e 17. |
| 3. Quais as estratégias para convencimento dos gestores públicos sobre a necessidade de ações? | <ol style="list-style-type: none">11. Conselho municipal de meio ambiente se conectando com comitês de poder com publicidade mídia e agregar a sociedade civil e mostrar a realidade;12. Promoção de audiências públicas com integração, sociedade e universidade e com envolvimento saúde/ educação;13. Fortalecimento de legislação e câmara dos vereadores com levar em consideração as especificidades locais e parceria com público e privado.14. Participação popular para pressionar gestores. |
| 4. Como ter um sistema de monitoramento e comunicação eficiente para evitar tragédias nos eventos climáticos? | <ol style="list-style-type: none">15. A questão é ter recursos e para recursos, precisa de investimentos por parte dos entes federados e de empresas;16. Investimento em pesquisa;17. Integração dos sistemas de monitoramento;18. Criar uma rede de monitoramento hidro meteorológico;19. Trabalhar a educação ambiental em mudanças climáticas e educação ambiental na bacia hidrográfica;20. Criando um amplo programa de educação ambiental com engajamento da juventude das comunidades locais no sistema de monitoramento. |

-
5. Como efetivar programas e projetos do Plano de Bacias para mudanças do Clima?
21. Mobilização de gestores, usuários e sociedade civil para ações práticas que visam mitigar as consequências advindas da mudança do clima, especialmente os eventos extremos, com especial atenção à população vulnerável, áreas de risco e proteção da qualidade da água;
 22. Identificar os principais atores para gerar parcerias em busca de fundos;
 23. Incluir na pauta do CBH a priorização e execução dos programas relacionados a mudanças climáticas;
 24. Sensibilizar a comunidade ressaltando os eventos extremos educação ambiental (educação em mudanças climáticas) que já estão ocorrendo;
 25. O plano de bacia tem que incorporar os dados das mudanças climáticas, e tem que introduzir ações de adaptação;
 26. Internalizar os ODS 6, 11 e 13 nos planos de bacia;
 27. Realizar um mapeamento dos impactos climáticos na bacia hidrográfica (estresse hídrico).
-

6. Que medidas podem ser mais assertivas, no contexto dos CBH'S e Recursos hídricos, para mitigação / adaptação das consequências dos eventos climáticos extremos?
28. No que se refere às consequências dos eventos climáticos extremos, entendemos que o CBH deve atuar junto à população que representa, tendo um plano de ação e intermediando junto ao Poder Público.
 29. Contudo, consideramos ainda mais importante o CBH agir não somente quando há eventos extremos, o tema de alteração climática deve estar na pauta do Comitê.
 30. O comitê deve utilizar os instrumentos de gestão, como o plano e a cobrança pelo uso de recursos hídricos, como ferramentas para mitigar as consequências trazidas pelas alterações climáticas.
 31. Propor / fomentar soluções baseadas na natureza que garantam a conservação de recursos hídricos, recuperação de APP, entre outros. Maior engajamento e participação da sociedade civil e populações mais vulnerabilizadas na bacia. E, cobrar demais órgãos / instituições para cumprir seu papel integrado com o CBH. Criar câmara técnica climática e financiar estudos /ações sobre risco climático.
-

7. Como promover ações efetivas sobre as mudanças?
32. Promover um planejamento exequível e com monitoramento, com participação social e pertencimento da população;
 33. Promover a busca ativa dentro de um sistema de interesse em comum, trazendo a sinergia de ações com inclusão de percepção da justiça climática e racismo ambiental.
-

8. Como os comitês podem trabalhar a integração com a defesa civil e o CEMADEN para construir os planos de contingência e de risco?

34. Construção de uma rede informatizada e integrada com o mapeamento de áreas de risco que podem ser acessadas pelo comitê e as populações que ocupam essas áreas;

35. Integração entre Cemaden, comitê, Prefeitura e defesa civil (trabalho conjunto, comunicação efetiva, etc.);

36. Elaboração do diagnóstico de eventos e características de território;

37. Inclusão da sociedade na informação e treinamentos sobre o Plano de Contingência e riscos.

9. Com a redução das chuvas e o aumento da temperatura, como poderemos alimentar a população?

38. Implementar um plano nacional de perenização dos cursos d'água (rios em geral) através da construção de barragens de acumulação e a partir daí, incentivar a agricultura sustentável através da irrigação em massa, tanto na agricultura familiar como na empresarial;

39. Promover a irrigação com efluentes provenientes de fontes agroindustrial – fomentar o reuso d'água;

40. Fortalecendo a produção agro familiar, pequenos produtores que produzem poli cultivos;

41. No plano nacional de perenização, tens que observar nascentes, matas ciliares e ARLs.

10. Como conciliar a agenda ambientalista com a agenda econômica junto aos grandes produtores de impacto?

42. Promover e fortalecer instrumentos, como a logística reversa, para compartilhar as responsabilidades entre os atores;

43. Criar incentivos fiscais para fomentar sistemas produtivos sustentáveis.

44. Ações de incentivo para consumo consciente;

45. Garantir que as políticas de Estado articulem as duas agendas nas diferentes esferas do poder público e na construção de políticas públicas;

46. Repensar a lógica de crescimento econômico para uma economia mais circular e distributiva;

47. Mudar o modelo de consumo;

48. Não há agenda econômica viável sem levar em consideração as demandas ambientais. É preciso repensar a economia a partir da lógica da natureza, por um aspecto, e por outro, responsabilizar financeiramente os atores que são parte e causadores do problema.

11. Como os CBHs podem se preparar para uma gestão adaptativa à resiliência climática?	<p>49. Contemplar nos planos da CBH;</p> <p>50. Fazer integração das ações entre os municípios da bacia;</p> <p>51. Fazer um inventário de dados climáticos;</p> <p>52. Sensibilizar o comitê / usuários e mobilizar a população;</p> <p>53. Planos de contingência e de risco;</p> <p>54. Desenvolver cenários / medidas;</p> <p>55. Ações descentralizadas de medidas mitigatórias;</p> <p>56. Tornar as bacias hidrográficas as unidades de planejamento e construção da resiliência climática.</p>
12. Como mobilizar a população em torno do tema mudanças climáticas?	<p>57. Uma estratégia de mobilização é o levantamento de demandas através da escuta: reuniões, pesquisas, encontros.</p> <p>58. A partir das demandas locais planejar a comunicação da informação: canais, público alvo, conteúdo, agenda, informação, etc.</p> <p>59. após a fase de escuta incluir as demandas na elaboração das propostas de adaptação e mitigação. Por fim, avaliar a estratégia de mobilização.</p> <p>60. Integrar políticas impactadas (saúde, segurança alimentar, planejamento urbano) com a gestão de recursos hídricos;</p> <p>61. Trazer o setor privado para o diálogo;</p> <p>62. Promoção da EA formal, não formal e informal;</p> <p>63. Compreender como a população percebe / sente as mudanças climáticas;</p> <p>64. Utilizar redes sociais para mobilizar os mais jovens;</p> <p>65. Incluir e empoderar a juventude nos CBHs e na temática de Educação em mudanças climáticas e EA.</p>

13. Como conscientizar a sociedade sobre as mudanças climáticas diante dos eventos atuais?

66. Transformar o conhecimento / dados científicos em linguagem popular (trabalhar a educomunicação)
67. Realização de eventos, utilização de ferramentas digitais;
Associar as ações locais, globais e regionais;
68. Trabalhar a integração intersetorial entre os diversos temas (segurança alimentar, agricultura, planejamento urbano, etc.) a partir da GRH;
69. Sugerindo um olhar crítico para as informações disponíveis, inclusive e principalmente de cunho científico, porque eventualmente podem ter sido produzidas por interesses escusos.
70. Iniciar o processo de sensibilização por meio de escuta da população em espaços públicos;
71. Trabalhar a EA e educação em mudanças climáticas nos GTs ou comitês de EA dos CBHs;
72. Internalizar os ODS 4, 6, 11 e 13;
73. Inserir o tema nas escolas e universidades;
74. Mostrar os riscos que podem ocorrer, com exemplos de situações que já ocorrem em outros lugares;
75. Dar o exemplo a partir das mudanças de hábitos de consumo.

14. Qual a atuação do Comitê frente às questões climáticas?

76. Os comitês podem atuar com ações preventivas para mitigar as consequências das mudanças climáticas.
77. Sugere-se, entre outras medidas, alocação negociada em situações de escassez.
78. Implementar ou cobrar os instrumentos da PNRH, entre eles, a outorga.
79. Realizar o diagnóstico das microbacias no intuito de identificar problemas latentes para executar ações prioritárias.
80. Articular os entes dos CBHs para identificar os riscos e buscar soluções;
81. CBHs comecem a exercer, de fato, o papel protagonista frente a Política de Recursos hídricos;
82. Promover estudos/ações sobre as questões climáticas;
83. Criar uma “Câmara técnica climática” e linhas de fomento;
84. Desenvolver projetos de EA e capacitação em soluções baseadas na natureza.
-

15. Quais as estratégias do poder público (esferas federal, estadual e/ou municipal) para lidar com as mudanças climáticas? Que órgãos seriam responsáveis?

85. Ampliar a fiscalização e criar indicadores para avaliar a eficácia das políticas;

86. Criar estratégias para diminuir a resistência do Poder Público na execução das leis;

87. Ampliar a participação social na execução e fiscalização de planos estratégicos, aumentando o poder deliberativo no âmbito dos espaços de participação popular;

88. Planos mais adequados às realidades locais.

89. Maior articulação entre as esferas públicas;

90. Coerência e integração na atuação das diferentes agências públicas;

91. Melhorar a estrutura do Poder Público local;

92. Capacitar os CBH e fortalecer a sua atuação;

93. Priorizar uma visão de política de Estado;

94. Melhorar qualificação e ampliar recursos dos órgãos de controle;

95. Criar estrutura jurídico para implantação de ações e estudos climáticos em diferentes níveis de governança, incluindo os CBHS e ampliar os processos de EA e capacitação;

96. Promover parcerias público-privadas e maior envolvimento das instituições de ensino;

97. Incorporar os riscos das MC nos planos já consolidados (Plano Diretor, Plano de RH, etc.);

98. Maior participação da sociedade civil nas cobranças junto ao governo.

-
16. Como atender às classes menos favorecidas, com as mudanças climáticas?
- 99. Criar arcabouço jurídico para fomentar a Justiça climática e a equidade de gênero para as comunidades menos favorecidas;
 - 100. Implantar infraestruturas cinza e verde combinadas para minimizar os impactos de mudanças climáticas para atender demanda das comunidades;
 - 101. Levar informações qualificadas, conscientizadoras e transformadoras para a população em geral e construir ações e políticas públicas voltadas para combate ao racismo ambiental, a ocupações de áreas de risco e o agravamento das mudanças climáticas nos diferentes territórios;
 - 102. Ouvir as demandas locais;
 - 103. Buscando formas ou meios de ressarcimento pelos serviços ambientais;
 - 104. Diminuição da desigualdade social;
 - 105. Voltar a reserva estratégica de armazenamento de grãos para atender as demandas de combate à fome causada por eventos extremos.
-

- Mitigação
18. Transição energética /matriz renovável; Recuperação de áreas degradadas (reflorestamento); Consumo sustentável /economia circular
- Adaptação:
17. Na prática, qual a diferença no enfoque entre aquecimento global e mudanças climáticas?
- Educação ambiental crítica?
- 106. Revisão de plano diretor / soluções baseadas na natureza; obras estruturantes; plano de contingência; Incorporação dos riscos de forma multisetorial (planos/estudos); capacitação técnica.
 - 107. EA e capacitação técnica em soluções baseadas na natureza (SBN);
 - 108. Criar arcabouço jurídico em diferentes níveis de governança para execução de ações/estudos de impactos climáticos;
 - 109. Implementar ações estratégicas para o alcance das metas dos ODS.
-

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentadas compartilham um foco central nas mudanças climáticas e buscam entender como diferentes setores, organizações e indivíduos podem abordar e responder a esses desafios. Aqui estão alguns pontos em comum entre as perguntas:

- **Preocupação com as Mudanças Climáticas:** Todas as perguntas giram em torno das mudanças climáticas, destacando a relevância e a urgência desse tema na agenda contemporânea.
- **Necessidade de Ações e Estratégias:** Cada pergunta busca identificar medidas práticas, estratégias e ações específicas para lidar com as mudanças climáticas, seja no âmbito local, regional ou internacional.
- **Envolvimento de Diferentes Atuentes:** As perguntas frequentemente mencionam a necessidade de envolver diversos atores, como gestores públicos, comitês de bacias hidrográficas (CBHs), defesa civil, CEMADEN, população em geral, grandes produtores, entre outros, destacando a abordagem multifacetada necessária para enfrentar as mudanças climáticas.
- **Integração com Outras Áreas:** Algumas perguntas abordam a integração da temática das mudanças climáticas com outras áreas, como planejamento territorial, agenda econômica, educação ambiental crítica, e gestão adaptativa.
- **Resiliência e Adaptação:** Muitas perguntas expressam a preocupação com a resiliência e a capacidade de adaptação das comunidades, cidades e organizações diante das mudanças climáticas, enfatizando a importância de planejamento e estratégias de mitigação.
- **Comunicação e Conscientização:** Algumas perguntas exploram a eficácia da comunicação e conscientização pública sobre as mudanças climáticas, indicando uma preocupação com a mobilização e engajamento da sociedade nesse tema.
- **Relação com Órgãos Governamentais:** Algumas perguntas buscam entender como os órgãos governamentais em diferentes esferas (federal, estadual e municipal) estão lidando com as mudanças climáticas e quais estratégias estão sendo adotadas.
- **Desafios Socioeconômicos:** Algumas perguntas abordam desafios socioeconômicos relacionados às mudanças climáticas, como a alimentação da população, a conciliação entre a agenda ambientalista e a econômica, e o atendimento das classes menos favorecidas.

Esses pontos indicam uma preocupação abrangente e integrada em relação às mudanças climáticas, evidenciando a complexidade e a necessidade de uma abordagem colaborativa e holística para enfrentar esse desafio global.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções cocriadas apresentam várias características e estratégias em comum para enfrentar os desafios das mudanças climáticas. Aqui estão alguns pontos em comum entre as soluções:

- **Participação e Envolvimento da Sociedade:** Muitas soluções destacam a importância da participação da sociedade civil, povos originários, comunidades tradicionais e diversos segmentos da população na tomada de decisões e na implementação de ações.
- **Integração de Acordos e Normativas Internacionais:** Várias soluções propõem a incorporação das normativas e acordos internacionais relacionados às mudanças climáticas nos planos de bacias, buscando alinhar as ações locais com as diretrizes globais.
- **Ênfase em Educação Ambiental e Conscientização:** Muitas soluções ressaltam a importância da educação ambiental crítica, seja ampliando o processo de educação ambiental, trabalhando a temática nas escolas, promovendo eventos, ou integrando a juventude nos comitês de bacia.
- **Fiscalização e Monitoramento Contínuo:** Diversas soluções enfatizam a necessidade de garantir a fiscalização contínua do uso dos recursos hídricos, integração de sistemas de monitoramento, criação de redes de monitoramento hidrometeorológico, e elaboração de diagnósticos de eventos e características territoriais.
- **Parcerias e Articulações:** Muitas soluções propõem a criação de parcerias e articulações entre diferentes atores, como governos, setor privado, instituições de ensino, e sociedade civil, visando somar esforços e recursos para enfrentar as mudanças climáticas.
- **Incorporação dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável):** Diversas soluções destacam a importância de internalizar os ODS, especialmente aqueles relacionados à água, mudanças climáticas, e parcerias.
- **Planejamento e Gestão Estratégica:** Muitas soluções propõem revisões de planos diretores, revitalizações de áreas específicas, criação de planos de contingência e risco, e a promoção de um planejamento exequível com monitoramento contínuo.

- **Promoção de Soluções Baseadas na Natureza:** Algumas soluções enfatizam a importância de soluções baseadas na natureza, como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, promoção de práticas sustentáveis na agricultura, e incentivo à economia circular.
- **Abordagem Multissetorial:** Algumas soluções propõem a integração de políticas impactadas, como saúde, segurança alimentar, e planejamento urbano, com a gestão de recursos hídricos, visando uma abordagem multissetorial para enfrentar os desafios climáticos.

Esses pontos indicam uma abordagem abrangente e integrada para lidar com as mudanças climáticas, reconhecendo a necessidade de ações coordenadas e envolvimento de diversos atores para enfrentar esse desafio global

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Pedro Silva - USP. Maior integração sociedade-universidade.
2. Gabriel Soares de Almeida Pegoretti. Cbh Suaçuá MG. Fato é que temos que atuar em nossos comitês para que possamos ter mais autonomia, e atuar e agir de fato junto às adversidades climáticas que nos espera.
3. José Irivaldo - PROFAGUA UFCG - vamos levar as ideias acerca do fortalecimento dos comitês em face das mudanças climáticas para a sala de aula e para nosso trabalho de intervenção no Comitê do Rio Paraíba. Isso vai gerar impactos nas ações do Comitê e dos produtos gerados no âmbito do Profágua.
4. Edio Damásio - CBH Bois. Inserção do contexto de mudanças climáticas e suas consequências nas discussões do CBH Bois.
5. Falando sobre alterações climáticas. Jaqueline Bória Unifesp. Criar um grupo de conversa com alunos do campus sobre ideias de divulgação de informações estratégicas sobre alterações climáticas.
6. Janaína Mendonça Pereira. IEF CBH Mucuri. Promover articulação entre instituições locais para promoção de recuperação de áreas degradadas, com foco na proteção ao clima.
7. Alexandre Ramos. Associação águas do nordeste. Construir um curso sobre água e crise climática envolvendo o máximo de temas e profissionais.
8. Andriane, Instituto Federal Goiano. Trabalhar com os alunos as discussões trazidas nas oficinas dentro de uma nova oficina.
9. Wander - Guapimirim/RJ. Continuar tentando colocar as mudanças climáticas como tema transversal nas agendas de planejamento público, transversal e integrado.
10. Eric Dias -UFRN e Senac. Inserir o tema mudanças climáticas e implementar ações estratégicas para o alcance das metas dos ODS 6 e 13.
11. Ruan Blandow Bernardo dos. Integração da sociedade e universidade.
12. Deraldo Neto (CBHRS / Bahia). Promover a criação de uma Câmara Técnica para tratar sobre a Mudança Climática no âmbito do comitê.
13. Amanda Almeida - CBH GD7. Identificar os atores e partes interessadas para gerar parcerias com o comitê na implantação de ações sobre o clima.
14. David Couto - Mandato dep. Estadual Goura (Paraná). Levar sugestões relacionadas a estruturação e fortalecimento dos espaços de participação social e buscar parceria com universidades para o desenvolvimento de projetos transdisciplinares ligados à valorização dos conhecimentos populares a respeito do

clima e adaptações climáticas.

15. Jacqueline CCA. Qualificar a nossa participação no âmbito do comitê, para garantir uma boa representação da sociedade civil.
16. Izabela Santos | TNC Brasil. Incluir as lições aprendidas da ANA sobre adaptação no plano estratégico de trabalho com governança de água para a bacia do Araguaia.
17. Maria Izabel Borges de Oliveira. Olivedos PB. Envolvimento saúde e educação.
18. Adriane Chagas MPMO. Vou incluir o aprendizado que obtive nesta oficina no serviço que assessoro, Ser Natureza. Inclusive a metodologia. Contribuir na disseminação do conhecimento científico para a GTs.
19. Levar a simulação climática aos principais CBHs do Brasil para colaborar para sensibilizar e ao mesmo tempo levar educação climática. também formar novos embaixadores climáticos para trabalhar com essa ferramenta pedagógica. Elane Carvalho IFF Campus Avançado Maricá/ Climate Interactive.
20. Walquiria Ana Soares - AGERH / ES. Fazer articulação nas bacias para identificar os riscos das mudanças climáticas e discutir soluções para cada um desses riscos.
21. Mudanças climáticas. Essa oficina me motivou a levar conhecimento para a cidade onde moro, no tocante aos produtores rurais, para a busca da agricultura sustentável, através de programas e projetos. Aqui mesmo combinei com a Janaína do IEF a levar o PRA PRODUIZIR, para Dom Joaquim MG. Renata Beatriz Almeida Reis Thomaz / Dom Joaquim MG. CBH Santo Antônio
22. Mônica Spegiorin CBH-LN Ubatuba SP. Temos que agir em rede, simultaneamente em um grande mutirão educativo sobre as mudanças climáticas.
23. Reginaldo Silva de Souza. Fomentar as capacitações no sentido de conscientização das populações, para uma melhor segurança hídrica populacional.
24. Waldinir Gomes - Fundação Florestal - CBH SMT. Meu MPE será compartilhar as informações nos conselhos municipais que integram o território e no conselho Gestor das Unidades de Conservação que realize a gestão colaborando com a formação de novos multiplicadores.
25. Yana Karina de Lima Souza. Promover ações que minimizem a quantidade dos resíduos jogados na Escola Estadual Coronel Ovídio Montenegro. Com palestras, projetos e confecção de lixeiras.
26. Tamara Gomes - USP/SGA. Agir global para impactar local: Instituir cláusulas de logística reversa nos editais de compras, para as licitações.
27. Edilza Paula. IGARN. Implementar atividades de Adaptação às mudanças climáticas através do Plano de Contingência, uma forma de incorporar ações estratégicas de redução aos impactos das mudanças climáticas.
28. Mudança Climática. Michelle Lopes Ecopaerve (ONG) e UFSC. Na ONG criar oficinas de sensibilização sobre mudanças climáticas para aplicar em escolas e comunidade local. Na UFSC propor modelos preditivos com dados pretéritos e atuais que relacionam os parâmetros ambientais e de qualidade de água com os efeitos da mudança climática.
29. Rosimary Miguel. Solar Coca-Cola. Apresentar o conteúdo tratado no evento à minha equipe e elaborar um plano de ação para nossa execução.
30. Robson Henrique, Semarh / RN. Promover um planejamento com agenda executável, envolvendo a participação da sociedade civil com a valorização do pertencimento da população.
31. Educação ambiental crítica e integrada nos espaços formais e não-formais de educação. Antônio Paulo Pimentel da França - ONG REDI - CBH Itabapoana.
32. Junto ao comitê, promover ações educativas que levem aos participantes a analisar o plano de bacia e os desdobramentos das mudanças climáticas no território, utilizando cartografia social e gameficação.

33. Carlos - Comitê Pardo / RS. Buscar apoio de universidades para criação de apps que emitem alertas para eventos climáticos severos (chuvaradas, enchentes, deslizamentos, etc.) a fim de preservar a vida da população em tempo hábil na ocorrência do mesmo.
34. Welinton Dutra da Cunha - Núcleo de Apoio Regional do IEF/MG em Caratinga. Mobilização de gestores, sociedade civil e parceiros para o tema mudanças climáticas.
35. Daniela Oliveira. CBH BIG. Troca de experiências com os Comitês, pensar em ações importantes para se adaptar ao aquecimento global e que já é presente e irreversível.
36. João Primo Baraldi-São Paulo - PCJ/ TJ. A lição aprendida durante a oficina Mudança do Clima - agir para adaptação e resiliência, foi muito rica e certamente será compartilhada com as pessoas integradas da rede PCJ e TJ.
37. Luane Lemos | Porto do Itaqui MA | Meu MPE será incluir ações pela água integradas com ações climáticas na concretização dos ODS prioritários de nossa Agenda Ambiental Local.
38. Joanna Aysha Assis- ACRE. Instituto de Meio Ambiente do Acre- IMAC. Promover a Educação Ambiental, bem como instituir/fortalecer políticas públicas que visem mitigar os impactos ocasionados pelas mudanças climáticas; repensar nossas atitudes enquanto consumidores; aplicar incentivos fiscais sustentáveis aos grandes geradores.
39. Geraldo Cabral da Silva. CBHLS. Promoção da Educação Ambiental e Patrimonial Formal, Não Formal e Informal em todos níveis da sociedade.
40. Yonara - UFRN. O principal ponto foi poder discutir/interagir com os colegas de diferentes áreas de atuação, sobre a temática da mudança do clima e as estratégias de resposta ao dano, mediante a adaptação.
41. Teófilo Joaquim de Santana Neto CBHs Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios do Entorno do Lago de Sobradinho. Mudança de comportamento. Mudança para um consumo consciente.
42. Paola Fernanda Daniel | IMAC | Rio Branco-AC. Meu MPE será criar o primeiro comitê de bacias hidrográficas para avançar nesse tema no meu estado.
43. Silvio Miguel da Silva. Educação ambiental e conscientização.
44. Haroldo Almeida | CBRHSSF | Alagoas. Deixar como prioridade nas discussões dos Comitês de Bacia Hidrográfica a temática mudança do clima como prioridade e ligar todas as discussões com este tema.
45. Simone Pinheiro - Vale do Jequitinhonha - CBH JQ2. Meu MPE - Mínimo Passo Estratégico: 1) Envolver as comunidades rurais, através de reuniões com as associações. 2) Trabalhar junto à comunidade Escolar a conscientização sobre as ODS 6, 11, 15 e 17. 3) Revitalização das áreas degradadas, com participação da população.
46. Paulo André, Estância/ SERGIPE. Levar para o comitê gestor da bacia do Rio Piauí, os conhecimentos e ações aprendidas.
47. Procurar sensibilizar a população e os agentes políticos da situação do clima e os respectivos impactos ambientais que podem acometer nossa região, bem como trabalhar estratégias de prevenção para evitarmos desastres ambientais.
48. Rodrigo Sergio. CBH – LS. Na região do litoral sul da Paraíba. Conscientizar os membros do comitê a respeito do tema através de apresentação, levando sugestões das soluções propostas.
49. Richard Silva-CBH Itapicuru/ Bahia. Levar para o CBH Itapicuru a importância de ter ações específicas para mobilizar os atores dentro da Bacia sobre a importância de debater o tema sobre mudanças climáticas, não só pelos segmentos ligados ao comitê, mas também para a população em geral.
50. Para tanto é importante e se faz necessário o aporte de recursos financeiros a exemplo do pró-comitês, para viabilizar essas ações, a exemplo de seminários, oficinas, palestras etc.
51. Jório Cabral - Alagoas. A jornada de ca-

pacitação sobre o clima promoveu reflexões, propostas e debates acerca dos desafios em Bacias Hidrográficas acerca das adversidades atmosféricas.

52. Gabriela Lazari. CBH Miranda – MS. O passo estratégico que acredito ser início para a reflexão da temática “mudanças climáticas” é apontar pequenas e simples soluções no dia a dia de pessoas próximas, mas soluções que se adequem a realidade social e econômica de cada, para que não seja algo distante e que desmotive a realização.
53. Daniel Cunha - FUNAI Maranhão. Elaborar 01 (uma) oficina em um território indígena (ainda a escolher) para verificar as prioridades da pauta indígena no CBH Rio Pindaré -MA com foco na minimização dos impactos ambientais e vitalidade da Bacia.
54. Angela Brunelli - CBH BPG - São Paulo. Vou introduzir no seminário de apresentação dos problemas de rebaixamento nos aquíferos Guarani, Bauru e Serra Geral um resumo das mudanças climáticas e seus efeitos.
55. Aline Cruz - SP | SOS Mata Atlântica. Ações individuais que inspirem, coletivamente, mudanças de hábitos urgentes e necessárias relacionadas ao consumo desenfreado que agravam as condições climáticas. É fundamental tornar a sensibilização mais acessível à população, para que possam contribuir com a adaptação e resiliência diante das mudanças climáticas, tanto na linguagem como na disponibilização de informações.
56. Mauro Pereira - Defensores do planeta /CBH Baía de Guanabara. Na região hidrográfica do trecho oeste do CBH BG. Meu MPE será trabalhar a internalização do ODS 13 e atuar na inclusão e empoderamento da juventude em educação ambiental e mudanças climáticas.
57. Através da União de conhecimento um implementando o outro, só assim vamos conseguir fazer com que de fato as ações voltadas para a desaceleração das mudanças climáticas. Taynara Caragiu Guajajara- COAPIMA, UMIAB, conselho da Bacia Hidrográficas do Pindaré.
58. Alberto Mendes. Covapé. Levar as informações para a entidade de classe que represento, e mobilizar meus pares no sentido de disseminar as informações.
59. Elizabeth Rogério da Cunha de Castro. Rio Branco-AC. Instituto de Meio Ambiente do Acre. Por meio da agente econômica e os grandes produtores de impactos pode -se conciliar com agenda ambiental para promover, fortalecer e responsabilizar os atores.
60. Sílvia Krikati. Mudança climática e incidência política.
61. Viviane Feijó Machado - Comitê Sinos. Integração, através do comitê, das informações dos órgãos de Estado (Cemaden, Defesa Civil, etc.) com os Municípios da BH em relação à previsão de eventos críticos.
62. Marxiley Lima Azevedo. CBH Rio Piracicaba. Nova Era – MG. Não haverá mudança comportamental em relação às mudanças climáticas dos ricos do planeta, estes se adaptam facilmente aos fenômenos utilizando recursos financeiros.
63. As regiões pobres, os marginalizados já sofrem a consequência. Não existe caminho melhor do que o combate à desigualdade social para reverter esta situação. Impossível conscientizar o pequeno produtor, por exemplo, a preservar uma área da qual ele tira seu sustento, fazendo uma análise geral.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

O que essas ações têm em comum é o comprometimento e a intenção de promover ações relacionadas às mudanças climáticas em diferentes contextos. Cada participante expressa um plano de ação específico, mas todos compartilham o objetivo geral de abordar a questão das mudanças climáticas em seus respectivos domínios de atuação. Aqui estão alguns pontos comuns entre as ações mencionadas:

- **Integração Sociedade-Universidade:** Muitos participantes destacam a importância de promover a integração entre a sociedade e as instituições acadêmicas, visando uma abordagem mais colaborativa e eficaz para lidar com as mudanças climáticas.
- **Fortalecimento dos Comitês de Bacia:** Várias ações estão direcionadas para fortalecer os comitês de bacia hidrográfica, reconhecendo-os como espaços estratégicos para discutir e implementar medidas relacionadas às mudanças climáticas.
- **Educação Ambiental e Conscientização:** Muitos participantes destacam a importância da educação ambiental, seja nas escolas, comunidades locais ou dentro de suas organizações, como um meio crucial para aumentar a conscientização sobre as mudanças climáticas.
- **Incorporação do Tema nas Instituições e Espaços Públicos:** Há uma ênfase em incluir a discussão sobre mudanças climáticas em instituições, conselhos municipais, planejamento público e outras esferas, reconhecendo a necessidade de uma abordagem integrada.
- **Mobilização de Parceiros e Atores Locais:** Muitos participantes buscam envolver diferentes partes interessadas, como gestores, comunidades locais, instituições e universidades, para criar parcerias e promover ações conjuntas.
- **Promoção de Ações Práticas e Soluções Baseadas na Natureza:** Há uma ênfase na implementação de ações práticas, incluindo a promoção de soluções baseadas na natureza, visando mitigar e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.
- **Inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** Vários participantes mencionam a importância de internalizar e trabalhar em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles relacionados à água (ODS 6) e ação climática (ODS 13).
- **Articulação e Integração de Informações:** Muitas ações buscam integrar informações, envolvendo órgãos de estado, municípios, e

outras entidades para uma compreensão abrangente e uma resposta eficaz às mudanças climáticas.

Esses pontos refletem um esforço coletivo para abordar as mudanças climáticas em várias frentes, reconhecendo a necessidade de uma abordagem holística e colaborativa.



2ª Jornada
**Interfaces entre a Política Nacional de
Recursos Hídricos e outras Políticas Públicas**

ESTAÇÃO 4
**Água e saneamento: água potável
e segura para todos**

Facilitação	Daniella Dolme, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Rodrigo Alexandre Ribeiro Ferreira, ANA/SAS
Palestrante	Lígia Maria Nascimento de Araújo, ANA/SRS
Especialistas	Gisele Boa Sorte, Águas do Brasil Josivan Cardoso, ABES Raíssa Bahia Guedes, AGEVAP
Participantes	209 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

1. Como será realizada a cobrança da água sem inviabilizar as atividades agropecuárias?

1. Entendemos que conforme vem sendo realizado com significativos descontos no setor agrícola não impacta/inviabiliza a agropecuária. Exemplo do CBH Rio Formoso - TO, onde os agricultores estão demandando a cobrança.

2. Como propor e viabilizar políticas e que tenham pouco capital político, como as relacionadas ao saneamento básico?

2. Criação dos conselhos municipais de saneamento e fundo municipal para proposições de políticas em nível local.
3. Criar agências reguladoras para/ fiscalizar com efetividade implantações;
4. Buscar recursos junto a agências de bacias ou fundos específicos de órgãos públicos, projetos programas internacionais, instituições privadas;
5. Capacitar agentes públicos quanto às políticas públicas de saneamento (executivo / legislativo).

3. Como harmonizar regras entre pequenos e grandes municípios (população)?

6. O ENCOB desperta a fome de ações de fortalecimento dos Comitês.
7. Como harmonizar entre pequenos e grandes Municípios (população)?
8. Por meio da Regionalização dos Municípios com as bacias hidrográficas.
9. Garantir a cobrança pelo uso da água como instrumento de receita para aplicabilidade na universalização do Saneamento Básico.

4. Como melhor integrar as políticas para o saneamento básico completo?

10. Criar grupos de trabalhos multidisciplinares regulamentados para integrar as políticas de estado, para o saneamento básico completo. Com as participações ativas dos próprios comitês.
11. Fazer cumprir o PMSB.

5. Como garantir a implantação da tarifa social pelas concessionárias?

12. Mobilização social, audiências públicas, envolvimento Capacitação de Coletivos comunitários;
13. Por obter conhecimento e noções de direito e deveres;
14. O contrato de concessão deve ter um grupo fiscal com cadeiras para à sociedade civil;
15. A concedente deve ter canal de ouvidoria ativo e atuante para munir o grupo fiscal de informações.

-
6. Como efetivar a responsabilidade dos titulares municipais para a universalização do saneamento (urbano e rural)?
16. Presença das prefeituras nos CBHS;
 17. Acordo de cooperação técnica;
 18. Estruturação técnica da prefeitura os arranjos territoriais/institucionais que potencializam este corpo;
 19. Elaboração/revisão / atualização dos pm.sb.
 20. Contemplando a totalidade do território.
 21. Sistema em que as prefeituras precisam enviar todas as evidências necessárias (fotografias, mapas / Google Earth, resultados, etc.)
 22. Para comprovar e as obras e ações do PMSB e do plana nacional estão sendo cumpridas, e multa (e até bloqueio de recursos) para as prefeituras não enviarem as evidências ao tema, assim como uma facilitação para que as prefeituras tenham apoio técnico do governo federal e estadual através de ferramenta, virtual ou não;
 23. Participação social;
 24. Regulação de agências reguladoras de saneamento e outorga;
 25. Educação ambiental crítica.
-

7. Como o CBH pode agir para efetivar o plano de bacia para a universalização do saneamento?
26. Trazer todos os setores da sociedade para serem representados no CBH, com ênfase para a participação dos poderes públicos municipais.
 27. Integrar o plano de bacia com o PSB e fazer cumprir.
 28. Priorizar a destinação de recursos para a universalização da coleta e construção de tratamento de esgoto, e construção de aterros sanitários.
 29. O enquadramento é um instrumento mais apropriado para direcionar alguns investimentos em saneamento, entretanto o plano pode direcionar recursos da cobrança para apoiar determinada porcentagem de investimento.
-

-
- | | |
|--|---|
| 8. Como cobrar do poder público municipal o cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico? | <ul style="list-style-type: none">30. Engajamento e Mobilização Social = Manifestação da sociedade e envolvimento.31. Em 1ª escala a sensibilização, mobilização e engajamento social onde através disso o poder público buscará recursos para financiamento de plano.32. Em primeira escala realizar a sensibilização, mobilização e engajamento social onde, através disso, o poder público buscará recursos para o financiamento do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).33. Adequação às legislações vigentes, bem como o planejamento ordenado da cidade, a fim de que haja interesse em investidores, empreendedores para instalar seus negócios, promovendo o desenvolvimento local e melhor qualidade de vida a população (emprego, renda, saúde, educação, etc.).34. Falta de continuidade e eficiências na aplicação dos planos35. A implantação do SINISA.36. Com a atuação dos comitês de bacia hidrográfica na área de atuação de bacias, conscientização da população. |
| 9. Porque os municípios apesar de terem seus PMSB não os implementam? Quais são as principais dificuldades e desafios? | <ul style="list-style-type: none">37. Falta conhecimento em ferramentas de gestão.38. Falta ação do Ministério público.39. Mobilização social continua.40. Monitoramento das ações. Ex.: Portal Transparência para Saneamento.41. Falta de recursos financeiros;42. Descontinuidade da gestão política;43. Cadê os vereadores que devem fiscalizar? |
| 10. Como promover a integração dos entes federais? | <ul style="list-style-type: none">44. Fortalecer a criação de comitês de bacias, garantindo a composição paritária dos segmentos e a participação efetiva dos municípios que compõem a bacia.45. Incorporar aos comitês de bacia o pertencimento às questões referentes à saneamento.46. Fortalecer as relações agências/ comitês, para o financiamento de projetos de saneamento.47. Engajar as comunidades. |
-

<p>11. Coleta, transporte e tratamento, como alcançar essa meta ideal?</p> <p>“Uma peleja da gota. Uai!” “Uma peleja da moléstia pela gestão das águas.”</p>	<p>48. PPP (parceria público. Privada).</p> <p>49. Elaboração/ implementação: execução dos planos. PMGIRS/PMSB/PDPH.</p> <p>50. Acompanhamento pelo CBH em todo processo.</p> <p>51. Não haverá - criação do CBH.</p> <p>52. Educação ambiental.</p> <p>53. Grupos de trabalho - Comitês de Bacias com participação de diversos setores.</p>
<p>12. Como ficarão os serviços autônomos de água e esgoto, SAAES, diante do marco regulatório de saneamento básico?</p>	<p>54. Com o Novo Marco inviabilizou a continuidade dos SAAES que não se consorciarem;</p> <p>55. Necessidade de ajustes no Marco de Saneamento.</p>
<p>13. Como fazer política de saneamento de forma equânime?</p>	<p>56. Adoção de soluções adequadas a cada região.</p> <p>57. Gestão tecnicamente qualificada.</p> <p>58. Fiscalização/monitoramento/ acompanhamento do sistema por todos os entes envolvidos.</p>
<p>14. Existem, e quais são as soluções de baixo custo e alto impacto para o saneamento básico?</p>	<p>59. Área rural: biodigestores, reuso de águas cinzas (Bioágua), captação e armazenamento de água de chuva adequados (manual de operação); tratamento simplificado c/ cloração p/ potabilidade;</p> <p>60. Barraginhas/Barreiros p/ disciplinamento de drenagens;</p> <p>61. Área urbana;</p> <p>62. Fortalecimento cooperativas reciclagem;</p> <p>63. Educação ambiental para sensibilização com mídias que furem a bolha, com apoio de extensão universitária;</p> <p>64. Estímulo reuso de água com diretrizes políticas municipais (exemplo: plano diretor);</p> <p>65. Coleta seletiva com reforço positivo (exemplo: moeda verde, isenção no IPTU).</p> <p>66. Estudar a melhor forma de PPP? Concessão?</p> <p>67. Agências reguladoras, com maior poder de fiscalização e controle sobre o sistema.</p> <p>68. Implantação dos Planos Diretores / Resíduo sólido.</p>

-
15. Quais as estratégias para alinhar as metas das PMSBs com as metas dos planos de bacias?
69. Revisar as PMSBs com as metas de PBHS
 70. Estabelecer mecanismos de articulação entre as partes
 71. Definir Prioridades nos PBHS.
 72. Elaboração de Termos de Referências para renovação dos Planos considerando a interface.
 73. Titular ser mais ativo e participativo no processo
 74. Estabelecer compromissos
 75. Promover o envolvimento Político no processo
 76. Proximidade entre os setores / secretarias / comunidades.
 77. Estabelecer grupos de trabalhos para acompanhar a elaboração e implantação dos Planos
 78. Estabelecer metas reais, intermediárias e progressivas
 79. Fortalecer as CBHS no envolvimento da elaboração das PMSB
 80. Propor a regulamentação do artigo 31 da 9433 pelo CNRH.
-

16. Qual a melhor forma de gestão?
81. PPP? Privada? Estado?
 82. A melhor forma é relativa uma vez que depende dos atores envolvidos, da gestão, do planejamento, da fiscalização, do alinhamento de todos os instrumentos de planejamento, como PMSB, planos de bacias, planos diretores, sempre tendo como objetivo um atendimento regionalizado com melhoria continuada;
 83. Que garanta participação e maior transparência;
 84. Sem controle estadual, precisa de agências reguladoras mais efetivas e com poder de fiscalização;
 85. Uma gestão que garanta a efetividade do plano de saneamento.
-

17. Como aumentar a cobertura de saneamento em regiões de baixa renda?
86. Parceria Público-Privada;
 87. Desenvolvimento de projetos de baixo custo e fácil aplicação;
 88. Busca de tecnologias adequadas à realidade de cada ambiente;
 89. Reaproveitamento do esgoto tratado;
 90. Campanhas de conscientização junto às comunidades.
-

<p>18. Como implantar o reuso do efluente líquido?</p> <p>O saneamento é básico, mas a motivação é grande!</p>	<p>91. 1) Educação ambiental para conscientização da sociedade sobre a segurança de sua utilização (mais conhecimento e noções de direitos e deveres;</p> <p>92. Parcerias público-privadas com projetos de inovação tecnológica, a exemplo do Aquapolo /SP. Outros exemplos: Lei 904131/20 - RJ reuso de efluentes etc. Suinocultura em Florânia (RN)</p> <p>93. Wetland e outras soluções baseadas na natureza;</p> <p>94. Avaliação de reuso para recarga de aquíferos;</p> <p>95. Legislação municipal;</p> <p>96. Agências reguladoras mais efetivas e fiscalizadoras.</p>
<p>19. Como responsabilizar o poder, municípios, para cumprir as metas de universalização do saneamento?</p>	<p>97. Para os municípios que possuem o Plano de Saneamento Básico, é necessário elaborá-lo. Em seguida, executar o Plano e acompanhar o desenvolvimento / cumprimento das metas.</p> <p>98. Os comitês podem contribuir ativamente, de forma participativa, de PMSB, de forma que ele esteja em consonância com o Plano de Bacia.</p> <p>99. A água vai acabar se não tratar e como consequência não haverá vida.</p>

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

O que essas perguntas têm em comum é o foco no tema do saneamento básico e a busca por soluções práticas e efetivas para diversos desafios associados a esse setor. Aqui estão alguns elementos comuns entre as perguntas:

- **Desafios na Implementação de Políticas:** Muitas perguntas abordam os desafios associados à implementação de políticas relacionadas ao saneamento básico, considerando a necessidade de viabilidade política e econômica.
- **Integração e Harmonização:** Algumas perguntas destacam a importância da integração e harmonização de regras e políticas, tanto entre diferentes tamanhos de municípios quanto entre entes federados, buscando uma abordagem mais abrangente e equitativa.
- **Responsabilidade Municipal:** A responsabilidade dos titulares municipais para a universalização do saneamento é uma preocupação recorrente, e várias perguntas exploram como garantir essa responsabilidade e cobrar o cumprimento dos planos municipais.
- **Ações do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH):** Algumas perguntas abordam o papel e as ações específicas que os CBHs podem adotar para efetivar planos de bacia relacionados à universalização do saneamento.

- **Coleta, Transporte e Tratamento:** A eficácia nas etapas de coleta, transporte e tratamento de resíduos sanitários é uma preocupação comum, e várias perguntas buscam estratégias para alcançar metas ideais nesses processos.
- **Alinhamento de Metas:** Algumas perguntas exploram como alinhar as metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) com as metas dos planos de bacias, visando uma abordagem mais integrada.
- **Soluções de Baixo Custo e Alto Impacto:** A busca por soluções práticas, de baixo custo e alto impacto para o saneamento básico é uma preocupação, destacando a importância da eficiência na implementação de medidas.
- **Cobertura em Regiões de Baixa Renda:** A expansão da cobertura de saneamento em regiões de baixa renda é um desafio comum, e várias perguntas buscam estratégias para aumentar a cobertura nessas áreas.
- **Responsabilização dos Municípios:** A questão de como responsabilizar os municípios para cumprir as metas de universalização do saneamento é um tema recorrente, indicando a busca por mecanismos efetivos de responsabilização.

Esses elementos refletem uma preocupação compartilhada em encontrar soluções abrangentes e práticas para os desafios enfrentados no contexto do saneamento básico.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções cocriadas compartilham vários elementos comuns, indicando uma abordagem abrangente para enfrentar os desafios no setor de saneamento básico. Aqui estão alguns pontos em comum entre as soluções apresentadas:

- **Envolvimento e Participação Social:** Muitas soluções destacam a importância da participação ativa da sociedade, envolvendo a comunidade, coletivos comunitários, e promovendo a sensibilização, mobilização e engajamento social. Isso inclui a criação de conselhos municipais de saneamento, realização de audiências públicas, e estímulo à participação em comitês de bacia.
- **Regionalização e Integração:** A ideia de regionalização dos municípios com as bacias hidrográficas é comum em várias soluções, indicando a importância de uma abordagem integrada e harmonizada entre diferentes regiões.
- **Cobrança pelo Uso da Água:** Algumas soluções propõem a garantia da cobrança pelo uso da água como um instrumento de receita para

financiar a universalização do saneamento básico. Isso está alinhado com a busca por recursos em agências de bacias, fundos específicos e parcerias público-privadas.

- **Fortalecimento de Comitês e Conselhos:** Diversas soluções ressaltam o papel fundamental dos comitês de bacias hidrográficas, conselhos municipais de saneamento e agências reguladoras na fiscalização, monitoramento e acompanhamento do sistema de saneamento.
- **Capacitação e Conscientização:** A capacitação de agentes públicos quanto às políticas públicas de saneamento é destacada, assim como a importância da educação ambiental crítica para conscientização da sociedade sobre a segurança do uso da água.
- **Planejamento e Fiscalização:** Soluções enfatizam a necessidade de adequação às legislações vigentes, planejamento ordenado da cidade, fiscalização efetiva, e monitoramento das ações, incluindo a criação de grupos de trabalho para acompanhar a elaboração e implantação dos planos de saneamento.
- **Parcerias Público-Privadas (PPP):** A adoção de PPPs é mencionada como uma possível estratégia, destacando a importância de escolher a melhor forma de parceria conforme a realidade local.
- **Uso de Tecnologias Adequadas:** Há uma ênfase na busca por soluções tecnológicas adequadas à realidade de cada ambiente, como o reaproveitamento do esgoto tratado, wetlands, e projetos de inovação tecnológica.

Esses pontos refletem uma abordagem holística que reconhece a complexidade do desafio do saneamento básico e sugere a integração de diversas estratégias para alcançar resultados efetivos.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Daniel Bicalho Hoefle. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Monitorar a poluição hídrica.
2. Dayana Melo Torres. Sou do IFRN. Pretendo implementar na bacia hidrográfica do semiárido do RN.
3. Gustavo Veronesi. Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Implantar um biodigestor em alguma comunidade isolada na bacia.
4. Lígia Araujo (ANA) - realizar estudos para regulação.
5. Jorge Martins Borges - CBH Piracicaba MG. Tentar criar um portal de transparência do Saneamento no Comitê.
6. Euclesio - Bacia Litorânea - planejar o desenvolvimento de implantação do plano de bacias.
7. Jéssica Feitosa - SE. Posso dentro da minha área de atuação trabalhar sempre a mobilização e sensibilização dos entes e sociedade.

8. Guilherme Oliveira - SEMAC. Comitê do Rio Piauí/SE. Fiscalizar o plano de saneamento básico municipal e o tratamento dos efluentes nos municípios inseridos e adjacentes na área de atuação da bacia do comitê.
9. Joice - VIGIAGUA MG e CERH-MG. Meu mínimo passo estratégico será organizar uma reunião com as referências de VIGIAGUA das regionais de saúde para identificar os gargalos que têm surgido a partir do novo marco.
10. Francisco Nogueira (Comitê de bacias do Rio Apodi/Mossoró. Promover uma maior sensibilização e mobilização popular, para que a classe política de fato se interesse pelo tema em questão, no caso o saneamento básico.
11. Mateus França. CBH Alto Paraguai Superior. Diamantino-MT. Implementar campanhas de conscientização e reutilização do uso da água em minha região.
12. Tamara G Fernandes (SEAS) - CBH BG. Levantar a discussão sobre reúso do efluente líquido nas ETEs do RJ, levando em conta a legislação existente.
13. Thalita S. Curgel. Tentar implementar o reúso de água e esgoto tratado nos canteiros das avenidas.
14. Julia Nunes Igam. Meu MPE será debater as interações do saneamento com enquadramento com meus pares.
15. Marcelo Girard - Eletrobras. Prospectar projetos que visem a revitalização das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba.
16. Vera Martins, Comitê Piabonha. Continuar com a mobilização e divulgação da existência dos Comitês de Bacias e suas ações.
17. Ana Paula - CBH-PIJ. Levantar os conhecimentos adquiridos no ENCOB para debater na plenária do Comitê, e buscar meios de implementação.
18. Antônio Domingues. Emater-MG. CBH Afluentes Preto e Paraibuna. Buscar projetos público/privados que incentivem e financiem o saneamento rural.
19. Rogério Araújo Dias - ASSEMAE Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento. DMAE e CBH Mogi Pardo. Pretendo pautar o Novo Marco no CBH, sugerir adequações no Plano Municipal de Saneamento e captar recursos para investimento na bacia.
20. Fabiane Santiago - Poder Público - CBH-PCJ. Propor uma articulação entre os órgãos de bacia dentro das Bacias PCJ no sentido da organização de uma sub-URAE com a missão de mapear as intervenções necessárias rumo à universalização dentro deste território, e com isto em mãos buscar adesão dos municípios e recursos para realizar as intervenções.
21. Juliana Paula - CBH Macaé e das ostras. Contribuir com a elaboração do PMSB do município que está sendo financiado pelo CBH.
22. José Arimathéa Oliveira. IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro. Comitê de Bacias Hidrográficas da Região do Médio Paraíba do Sul. Atuar, como representante do CBH Médio Paraíba do Sul, no fortalecimento dos COMITÊS DE MONITORAMENTO dos serviços recém concedidos de Água e Esgotamento Sanitário no Rio de Janeiro.
23. Yurii Steinmetz, CEIVAP. Trazer as soluções trazidas aqui para o CEIVAP em assuntos relacionados.
24. Karina Wilberg. Comitê Piabonha. Pretendo fazer uma devolutiva ao meu Comitê, que leve a discussão de melhores soluções para implementação e acompanhamento dos PMSB de nossos municípios!
25. Clodoaldo Carvalho Queiroz - CBH ALTO ARAGUAIA. Mobilizar os municípios da Bacia para o desenvolvimento do Plano de saneamento básico integral.
26. Kassio Henrique. CBH Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba - PNI. Contribuir com a divulgação das ações do comitê nos municípios e estimular investimentos em projetos e ações que visam a universalização do saneamento.
27. Projeto de saneamento rural. Josilene Rocha – ProfÁgua. Elaborar projetos com alternativas de saneamento para

propriedades rurais e disponibilizar para comitês de bacia interessados para que possam fazer parte de banco de projetos para submissão em editais.

28. Paulo Takeyama. CBH-Sorocaba Médio Tietê. Inserir no CBH a que pertença uma profunda discussão sobre o novo marco legal do Saneamento para que possamos integrar e harmonizar com o Plano Municipal do Saneamento.
29. Ivanilda da Silva - CBH/Pajeú. Discutir dentro do Comitê e os municípios.
30. Alberto Tibola - Primavera do Leste - MT. Participar do comitê e fiscalizar as ações para que sejam implementadas com eficiência.
31. David - Gestão de Políticas Públicas comprometimento dos gestores.
32. Ivonete Antunes Ferreira - conselheira do CBH Paracatu e Presidente do CBH Urucua e parceira da APAN. Já elaboramos via associação os planos de resíduos sólidos, saneamento básico. E temos os planos de recursos hídricos. Foco é a implementação desses de forma colaborativa.
33. Marcelus Mesquita. CBH RIO CUIABÁ – MT. ação será implementada em Cuiabá. Sensibilização e engajamento para o cumprimento PMSB.
34. Ana Beatriz Andrade | UFCG | Pombal-PB. Podemos promover a integração dos entes federais por meio da mobilização social a fim de fortalecer as relações entre os Comitês e municípios.
35. Mariah Farias | IFPE/COBH Pajeú | Afogados da Ingazeira-PE. Como docente da área de saneamento, sensibilizar os estudantes que estão sendo formados para atuar como agentes multiplicadores da informação, elaborando projetos de extensão e de pesquisa aplicada na área.
36. Vescijudith Fernandes Moreira - Comissão de Direito Ambiental da OAB PB. Incrementar o diálogo com a sociedade civil a importância do tratamento e reutilização das águas residuais, os *wetlands*, fossas ecológicas, outras tecnologias sociais com a participação da sociedade – co-construção.
37. Ildisneya Velasco - enquanto CBH - Me Cuiabá, ABES MT e ARSEC (Agência Reguladora), vou buscar a integração entre os atores para fortalecer e fomentar maior coesão e alinhamento das metas estabelecidas nos Planos de Bacias, PMSBs e Planos diretores dos Municípios do Estado de Mato Grosso.
38. Fellipe Barbosa/ CBH Coruripe/AL. Através do comitê de bacia, efetivar o cronograma do plano de ação em universalização do saneamento rural junto a prefeituras da bacia e conselhos de meio ambiente.
39. Daniel Brandão - Eletrobrás- implantação Sudeste. Contato com comitês e pesquisadores para conhecimento de projetos e parcerias para implantação
40. Rejany Ferreira - CBH-BG. Realizar o diálogo com o poder público executivo e legislativo, no âmbito municipal, estadual e federal.
41. Viviane Pires - Ouro Preto - Fomentar a cooperação entre as diferentes partes interessadas, incluindo governos, comunidades locais e setor privado a fim de alcançar uma gestão eficaz desses recursos naturais, tem o apoio e a participação dos Comitês de Bacia.
42. Ivan Ramalho - CBH PIJ. Levando os conhecimentos e informações adquiridos para a plenária do Comitê, para debater e procurar uma forma de implementação.
43. Nonô Carvalho. Membro do Comitê de Bacia do Rio São Francisco. Presidente do CORESAB -consórcio de saneamento básico central de Minas. Prefeito de Felixlândia-MG. Através de um estudo diagnóstico, elaborar o melhor arranjo para destinar de maneira adequada e sustentável os resíduos sólidos produzidos pelos 22 municípios do consórcio - Após este diagnóstico estabelecer uma PPP seguindo a legislação vigente.
44. Laise Lemos. Doutoranda da UFRN. Natal/RN. Estou desenvolvendo uma tese de doutorado dentro da temática segurança hídrica e planejamento urbano e pretendo com o produto da tese, que visa avaliar a qualidade das águas subterrâneas de forma metropolitana, propor soluções integradoras das políticas

públicas de recursos hídricos, saneamento, com os planos diretores e usos do solo urbano.

45. Laize Rafaelle. Comitê Piabanha – RJ. Como implantar o Reuso de efluentes Líquidos? Diante da condição que estamos vivendo, primeiramente realizar educação ambiental diária, pois pessoas não entendem do assunto e acaba desmerecendo o projeto, após isso realizar a implantação para os moradores principalmente em zona rural podendo também ser em zona urbana onde não existem tratamento. Quanto ao local que existe ETE, estes efluentes após tratado são despejados nos rios o qual realizamos o consumo da água e eu entendo que no final isto também é reuso. Enfim.
46. Paulo César. Compartilhar informação ao sistema público que fornece água no município e se interessa pouco com as condições sanitárias.
47. Brenno Nóbrega- SEMARH - Natal/RN. Meu MPE será debater, tanto na área de trabalho da secretaria, quanto na turma de administração pública, sobre a viabilidade política (falta de retorno de capital eleitoral quando comparado a outros) quanto a políticas públicas relacionadas a saneamento.
48. Francislei Rufino, secretaria de meio ambiente e políticas indígenas/AC. Trabalhar com mais ênfase na educação ambiental, e trabalhar com mais integração entre os órgãos.
49. Rui Ramos Lopes, SANEAGO. Armazenar água no solo em bacias de contenção próximas à APP levadas por curvas em desnível, como forma de produzir mais água.
50. Carlos Pelek. Sanepar/Comitê da Bacia do Rio Jordão/ PR. Equacionar: Água e Saneamento é um processo que exige diretrizes de todos os entes da confederação, a resposta precisa ser clara e objetiva. Saneamento é saúde.
51. Aldeir - Comitê de Bacias Hidrográficas Piancó Piranhas Assú (CBHPPA). Ação será implementada na cidade de Ipanguaçu/RN. Criação dos conselhos municipais de saneamento e fundo municipal para proposições de políticas em nível. Criar agências reguladoras para fiscalizar com efetividade a implementação. Capacitar agentes públicos quanto às políticas públicas de saneamento básico.
52. Alberto Tibola - Covapé - Primavera do Leste - MT. Fiscalização mais efetiva dos contratos com as concessões
53. Glauco Lima Feitosa - SEMAPI/AC. Irei conversar com a equipe da educação ambiental sobre as ações de difusão quanto às melhorias no saneamento.
54. Helen farias Ferreira - SEMA/Mato Grosso. Envolver os municípios para sua participação efetiva junto aos consórcios.
55. Dotar os planos municipais de saneamento dos critérios de outorga para diluição de efluentes e metas de enquadramento. Antonio de Oliveira Junior AGERH – ES.
56. Cristiano Duarte de Magalhães. Bacia Hidrográfica do Rio Corrente/BA. Execução das ações proposta nos Planos Municipais de Saneamento Básico e Plano de Recursos Hídricos. Buscando sempre manter a qualidade da água em primeiro lugar.
57. Ednilson Albani CBH Afluentes do Baixo Iguaçu. Formalizar termo de referência do plano de bacia, com a possibilidade de integrar os planos diretores e PMSB. Promover a Transversalidade entre os 3 setores do CBH.
58. Fábio Góis - SEMAD/GO. Propor no CBH AGORA a previsão de recursos advindos da cobrança pelo uso da água para aplicação na elaboração de projetos de saneamento básico previstos no Plano de Bacia.
59. Levi Carlos da Silva - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Serranópolis e CBH - Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba - Irei visitar todos os municípios que compõem a área do nosso CBH, para buscar enganá-los no Comitê e conseqüentemente, nas ações, tanto de Saneamento Básico, como Conservação de Solo e Água, que já possui um GT.
60. Henrique Luiz de Araújo Costa. CBHs Paranaíba, Rio Meia Ponte e Rio dos Bois. Implementação de programas

de manejo e conservação de solos nas bacias como instrumentos de reposição de água no solo, isto é, aumento da oferta de água nas bacias e consequente aumento da segurança hídrica para todos os usuários das águas.

61. Audisio Girão. Comitê do Banabuiu – Ceará. Mobilização, ações estratégicas,

plano de trabalho, busca de meios etc.

62. Plínio Bezerra - Consultor KL Engenharia - ASSÚ-RN. Meu MPE é levar para toda nossa equipe de profissionais a importância dos conhecimentos e informações adquiridas pelos palestrantes para debater sobre o avanço do Marco de Saneamento a nível estadual e municipal.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

Podemos destacar algumas ações comuns a partir daquelas indicadas acima:

- **Funções diversas:** A lista inclui indivíduos de diversas origens, como funcionários do governo municipal, representantes de instituições educacionais, membros de comitês e profissionais de diferentes organizações.
- **Escopo Geográfico:** Os planos ou ações mencionadas abrangem diferentes áreas geográficas, incluindo bacias hidrográficas, municípios e regiões específicas em todo o Brasil.
- **Foco no Saneamento Básico:** Muitas pessoas expressam compromisso com a melhoria do saneamento básico, o que inclui ações relacionadas ao tratamento de água, esgoto e gestão ambiental em geral.
- **Envolvimento comunitário:** Vários indivíduos enfatizam a importância de mobilizar e sensibilizar as comunidades, indicando um foco no envolvimento do público em iniciativas de água e saneamento.
- **Funções Regulatórias e Fiscais:** Alguns indivíduos, especialmente aqueles associados a comitês e órgãos reguladores, mencionam funções relacionadas com a monitorização, regulação e supervisão fiscal dos planos de saneamento.
- **Iniciativas Educacionais:** Alguns indivíduos destacam aspectos educacionais, como a promoção da conscientização, a realização de campanhas e o envolvimento dos alunos em temas relacionados à água.

Esses engajamentos refletem um compromisso coletivo com a promoção de melhorias nas condições de tratamento de água, esgoto e gestão ambiental em diferentes contextos geográficos, como bacias hidrográficas, municípios e regiões específicas. A presença de funcionários governamentais, representantes educacionais, membros de comitês e profissionais de organizações destaca a necessidade de uma abordagem multifacetada para abordar os desafios do saneamento.

Além disso, a ênfase recorrente no envolvimento comunitário sublinha a importância atribuída à sensibilização e mobilização das comunidades locais. Este enfoque reflete o reconhecimento de que a participação ativa do público é essencial para o sucesso das iniciativas relacionadas à água e saneamento.

A presença de funções regulatórias e fiscais, especialmente nos comitês e órgãos reguladores, demonstra a preocupação com a supervisão eficaz e a implementação adequada dos planos de saneamento.

Destaca-se também o papel das iniciativas educacionais, evidenciando a consciência sobre a necessidade de promover a compreensão pública e o engajamento, seja por meio de campanhas de conscientização ou envolvimento de alunos em questões relacionadas à água.



2ª Jornada
**Interfaces entre a Política Nacional de
Recursos Hídricos e outras Políticas Públicas**

ESTAÇÃO 5
**Regulação dos Serviços Hídricos:
a Transposição do São Francisco**

Facilitação	Claudia Prado, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Mariane Ravello, ANA/SRB Viviani Pineli Alves, ANA/SRB
Palestrante	Roberto Bruno Moreira Rebouças, ANA/SRB
Especialistas	Auricélio Costa, SEMARH/RN Gustavo José Barros Gurgel, APAC/PE Porfírio Loureiro, AESA/PB Tercio Tavares, COGERH/CE
Participantes	71 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES	SOLUÇÕES COCRIADAS
1. O que está sendo feito para estabelecer a governança do PISF, segundo a lei 9433?	1. Encontro dos quatro estados envolvidos no PISF, para estabelecer metas.
2. Na renovação do Decreto 5995/06 e da Resolução N° 2.333/2017 serão atendidas as exigências dos CBHs dos Estados envolvidos?	2. Que a cada atualização do decreto e da resolução acima citados, as CBHs sejam participantes das discussões destas. E que os órgãos federais responsáveis considerem os CBHS e outros que acharem necessário.
3. Qual o percentual do custo da tarifa referente a energia? Qual risco de privatização do projeto? O que fazer para se resguardar desse risco?	3. Risco é alto caso o projeto tenha capacidade de se transformar em um negócio com fins lucrativos; 4. Garantia que o projeto continue como projeto de cunho social e garantia de sustentabilidade hídrica para a população através da legislação.
4. Na composição da tarifa, haverá diferença entre categoria de usuários (pequenos, médios, grandes)?	5. Para os estados deve ser distinta a tarifa considerando o volume captado e a infraestrutura de distribuição. 6. Assim como para os usuários finais, deve haver diferença no valor da tarifa. 7. Subsídio cruzado entre os usuários, tanto pelo volume como pela finalidade dos usos (uso doméstico, industrial, irrigação, agricultura familiar, dessedentação animal, piscicultura, etc.).
5. Quais as principais críticas ao projeto e se tem fundamento?	8. Pouca participação no geral da população envolvida. 9. Realização dos rios. 10. Atraso na implantação dos Planos Municipais de Saneamento, bem como a execução. 11. Água dentro do padrão de potabilidade para consumo humano? 12. Pouca divulgação sobre o projeto e resultados esperados.
6. Como envolver os ribeirinhos no PISF de modo a diminuir a vulnerabilidade social e efetiva para o desenvolvimento regional?	13. Criação do fórum dos CBH'S do PISF, com objetivo de discutir cobrança, cadastro e alocação. 14. Envolvimento dos órgãos públicos estaduais e municipais, no cadastramento dos ribeirinhos para o conhecimento de suas realidades, e participação nas decisões. 15. Realizando mobilização social. Fomento aos APLs (Arranjos Produtivos Locais).

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentadas compartilham um tema comum centrado no Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e suas implicações, com foco em aspectos legais, financeiros, sociais e operacionais. Dentre os elementos em comum:

- **Governança e Legislação:** As perguntas 1 e 2 abordam a governança do PISF, explorando como as leis, como a Lei 9.433 e os decretos de renovação, influenciam o gerenciamento e as responsabilidades do projeto.
- **Aspectos Financeiros e Tarifários:** As perguntas 3 e 4 estão relacionadas aos custos e à composição tarifária do projeto. A terceira pergunta questiona o percentual do custo da tarifa relacionado à energia, enquanto a quarta pergunta busca entender se haverá diferenciação nas tarifas entre diferentes categorias de usuários.
- **Riscos e Privatização:** A quinta pergunta se concentra nas críticas ao projeto, especificamente explorando preocupações sobre riscos de privatização e maneiras de se proteger desses riscos.
- **Participação Social e Desenvolvimento Regional:** A sexta pergunta aborda a dimensão social do projeto, perguntando sobre estratégias para envolver as comunidades ribeirinhas no PISF, visando reduzir a vulnerabilidade social e contribuir para o desenvolvimento regional.

Essas perguntas, portanto, formam um conjunto abrangente que busca compreender diversos aspectos do PISF, desde sua estrutura legal e financeira até suas implicações sociais e regionais.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções cocriadas apresentam um conjunto de estratégias e propostas com o objetivo de abordar diversas dimensões do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). Algumas características comuns entre essas soluções incluem:

- **Participação e Envolvimento:** Muitas soluções destacam a importância da participação de diferentes partes interessadas, como estados, Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), órgãos federais, população local e usuários finais.
- **Aspectos Legais e Institucionais:** Há uma preocupação com a legislação que rege o projeto, evidenciada nas propostas relacionadas à atualização de decretos e resoluções, bem como na criação de fóruns específicos para discussões relacionadas ao PISF.

- **Preservação do Caráter Social e Ambiental:** Muitas soluções abordam a necessidade de garantir que o projeto mantenha seu propósito social e de sustentabilidade hídrica, protegendo-o contra riscos de transformação em um empreendimento com fins lucrativos.
- **Diferenciação na Tarifação:** Algumas soluções propõem diferenciação nas tarifas, tanto entre estados quanto entre usuários finais, considerando volume captado, infraestrutura de distribuição e finalidade dos usos.
- **Subsídio Cruzado:** A ideia de subsídio cruzado entre diferentes usuários, considerando o volume e a finalidade dos usos, é mencionada como uma forma de equidade no acesso à água.
- **Desafios na Implementação:** Vários pontos ressaltam desafios na implementação, como atrasos nos Planos Municipais de Saneamento, falta de participação da população e baixa divulgação sobre o projeto.
- **Mobilização Social e Desenvolvimento Local:** Algumas soluções enfatizam a importância da mobilização social, envolvimento de órgãos públicos estaduais e municipais, além do estímulo a Arranjos Produtivos Locais (APLs) para promover o desenvolvimento local.

Essas características refletem uma abordagem abrangente que visa garantir a sustentabilidade, equidade e efetiva participação de diversas partes interessadas no contexto do PISF.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Roseane Batista da Cunha. Fundação Nacional de Saúde. Comitê de Bacias do Rio Paraíba. Integração de todas as esferas.
2. Antônio Manoel de Silva Filho - CBH/PPA. Os municípios devem participar com maior efetividade no PISF, pois pouco são lembrados.
3. Chiquinho de Assis - secretaria de meio ambiente de Ouro Preto MG. Nas bacias do São Francisco e do Doce agir escutando os moradores do território na Revisão do Plano de Saneamento Básico.
4. Fernanda Estevam. CBH-PB. Associação dos irrigantes do açude Epitácio Pessoa. Boqueirão/PB. Roda de conversa/oficina com os ribeirinhos.
5. Dalila Alencar - Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Aprender mais com as experiências já vividas por outros colegas para pensar em políticas públicas mais abrangentes e efetivas.
6. Ita Porto- CBH Pajeú Pernambuco. Compartilhar o debate a nível de CBHs para democratizar o tema e engajar mais pessoas nas reflexões.
7. Paulo Carvalho - GD1. Regulação da transposição do São Francisco. Criação de um Fórum com os Comitês abrangidos pelo PISF para discussão da cobrança pelo uso das águas da transposição.
8. Participação. Ramon Ramalho Lins. Cadastro de todos os irrigantes ribeirinhos da bacia hidrográfica da Cbh. Para que todos possam participar de cada etapa e ter conhecimento do passo a passo da transposição do rio São Francisco.
9. Antônio Alzemar de Oliveira. Informações às Instituições Públicas sobre esse assunto discutido.

10. Jose Reudson de Souza. CBH RMF CEARÁ. Propor reunião do CBH a pauta sobre o PISF, discutindo alocação, cadastro, cobrança e participação dos CBHs no processo.
11. Passo estratégico. Tiago. Pentecoste – CE. CBH Curu. Ainda há muitas coisas a aprimorar, muitas dúvidas a ser tirada, mais o importante que algumas ações estão sendo realizadas. Os comitês também têm que ter mais autonomia.
12. Risoneide Lima Bezerra, Comitê de Bacias Apodi/ Mossoró dialogar com os municípios levar o conhecimento da população agricultura familiar com foco na população ribeirinha.
13. Clooer Costa. CODEVASF 10a/SR, Tocantins. Implantar mais ações de divulgação do trabalho realizado pelo poder público, dando transparência não somente em aspectos financeiros ou a gestão de contatos, como na apresentação de dados relevantes e resultados sociais dos projetos em execução.
14. Juscelino Alves Costa. Comitê do Salgado Granjeiro, Ceará. Tratar o PISF como um bem comum, tratando todas as bacias de formas iguais e toda a gestão tenha participação da sociedade como todo!!!!
15. Jean Oliveira- Serviço Geológico do Brasil, núcleo de Roraima. Roraima. Divulgar a ideia que ouvi de um parceiro de sala sobre o que significa a transposição para a “perenização” de reservatórios, evitando perdas de 80% da capacidade destes com a segurança q a água utilizada não fará falta nos anos seguintes, pois terá a garantia de que ocorrerá a reposição.
16. Hilmar Sérgio Pinto da Cunha - CSBH Banabuiú, CE. Fazer um trabalho de Educação em cada município de cada Estado envolvido na Transposição do Rio São Francisco, com o intuito de levar as pessoas envolvidas o conhecimento básico sobre o Projeto e articular maior participação social.
17. Ricardo Ramalho Lins - Sousa/PB CBH PPA Comitê de Bacias Hidrográficas Piancó Piranhas Açu. Efetividade da participação popular com acesso do público em geral de informações nas tomadas de decisões para cumprimento das alocações negociadas, divulgação das ações em emissoras de rádio difusão locais etc.
18. Alexandra farias de Oliveira Lino. Caraubas. Levar conhece para os ribeirinhos do rio Umari no município de Caraubas RN
19. Albênia Monteiro. Cbh PB 8 verdes. Revitalização do rio Paraíba
20. Cézar Pedro Andreghetto. Chapadinha MA Comitê Bacia do Rio Munim, usuário. Conscientizar os proprietários de propriedades dentro da bacia a cuidar do uso da água.
21. Walter Guerra – Inema – BA - CBH Salitre, CBH Lago de Sobradinho. Me preocupou as vertentes de desenvolvimentos oriundas da chegada das águas nos estados receptores. A situação do São Francisco a montante das captações sobpor - perdemos a hidrovía, que deveria ser um modal mais ampliado, a energia foi restringida e as pessoas pensando em criar camarão fora da Bacia do SF. Chega a ser surreal. Me preocupa também o custo e quem pagará essa conta energética. Concordo com o uso prioritário de abastecimento humano e dessedentação animal
22. Marialva Bonfim Costa lima. Engenheira Ambiental - CBHLP - Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas, Palmas/ TO.
23. Silvestre Lopes da Nobrega. Representante do CREA no conselho estadual de recursos hídricos do estado de Roraima. Estratégia: Um sistema de informação integrada dos estados envolvidos na transposição de forma acessível e linguagem popular.
24. Givaldo Serafim Soares. CBHLN-Membro Titular Representando O Poder Público Municipal. Município de Alagoa Nova PB. Uma participação maior dos membros nas decisões de políticas públicas que resultem na qualidade de vida da população.
25. Filipe Generoso Brandão Murta Gaeta. CBH Santo Antonio - MG. As estratégias de mobilização de comunidades ribeirinhas discutidas nesse encontro poderão ser usadas também no CBH que representa em MG
26. Ubiraci Anastácio - CBH-AM. Dialogar

com as instituições Federal, Estadual e Municipais e articular formas de informar a população ribeirinha da BH-AM sobre as consequências que o PISF trará para as

comunidades. E articular ações estratégicas para organizar estruturalmente e ambientalmente na BH-AM.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações mencionadas compartilham diversos pontos em comum, refletindo uma abordagem coletiva e abrangente em relação ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). Algumas características comuns entre essas ações incluem:

- **Participação e Integração:** Muitas das ações destacam a importância da integração entre diferentes esferas, como governos municipais, Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), órgãos federais e população local. A ênfase está na participação efetiva e colaborativa de todas as partes interessadas.
- **Envolvimento dos Municípios:** Algumas ações ressaltam a necessidade de um maior envolvimento e participação dos municípios no contexto do PISF, reconhecendo que, muitas vezes, essas áreas são pouco lembradas ou representadas nas discussões.
- **Diálogo e Escuta:** Ações como rodas de conversa, oficinas, e diálogo com moradores evidenciam a importância de ouvir a população local. Isso destaca uma abordagem participativa e inclusiva na revisão de planos, como o de Saneamento Básico.
- **Fóruns e Reuniões:** A proposta de criação de fóruns, reuniões, e debates específicos sobre o PISF, envolvendo diferentes CBHs, demonstra o desejo de democratizar o debate e promover discussões coletivas sobre temas como alocação, cadastro e cobrança.
- **Cadastramento e Conscientização:** Ações relacionadas ao cadastramento de irrigantes ribeirinhos, divulgação de informações e conscientização refletem a necessidade de envolver diretamente os usuários finais na implementação do projeto, garantindo seu conhecimento e participação em cada etapa.
- **Educação e Mobilização Social:** Estratégias de educação ambiental, mobilização social, e conscientização destacam a importância de informar as comunidades locais sobre o PISF e suas consequências, visando uma participação mais informada e ativa.
- **Transparência e Divulgação:** Algumas ações propõem maior transparência na divulgação de informações sobre o projeto, abordando não apenas aspectos financeiros, mas também resultados sociais. Isso visa criar uma compreensão mais abrangente e transparente do impacto do PISF.

Essas características comuns refletem uma abordagem holística e colaborativa para lidar com os desafios e oportunidades associados ao Projeto de Integração do Rio São Francisco.



2ª Jornada
**Interfaces entre a Política Nacional de
Recursos Hídricos e outras Políticas Públicas**

ESTAÇÃO 6
**Operação de Sistemas Hídricos e
Prevenção de Eventos Críticos**

Facilitação	Rodolpho Martins, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Antônio Augusto Borges de Lima, ANA/SOE Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho, ANA/SOE
Palestrante	Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho, ANA/SOE
Especialistas	André Luis de Paula Marques, AGEVAP José Maciel Nunes de Oliveira, CBHSF Marco André Ferreira D'Oliveira, Repres. Entidades Civis pela Arespi
Participantes	105 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

- | | |
|--|--|
| 1. Uma vez que a vazão de um curso hídrico é dinâmica, porque utilizamos um valor que vazão de referência fixa? | 1. Considerando que a pergunta se baseia na hipótese de usarmos vazões de ref. sazonais, não fará sentido, pois essas vazões regulam a fase seca e a fase úmida. O que chove no verão é liberado no inverno. |
| 2. Como fomentar a capacitação dos membros dos comitês municípios para atuação em situações de eventos críticos? | 2. Definir um plano de capacitação estratégico para cada tipo de região.
3. Estabelecer um processo de capacitação continuada e atualizada.
4. Utilizar estratégias de mobilização e plano de comunicação.
5. Prever nos POAS recursos específicos.
6. Oportunizar trocas de experiências inter-regionais e intermunicipais.
7. Fomentar estudos técnicos para possibilitar a previsão de eventos críticos. |
| 3. Como os comitês se inserem nesse contexto? | 8. Com base na lei 9433, os CBH, são órgãos consultivos e deliberativos, o que lhe dá competência em todas as fases da intervenção nos recursos hídricos. |
| 4. Como levar informações dos sistemas de alertas para a população? | 9. Tornar os dados, regras e alertas públicos para acesso dos usuários.
10. Criar sistemas de notificações aberto e acessível via celular (rádio, tv, celular, ...).
11. Mapear áreas críticas e identificar atores estratégicos para atuação local.
12. Desenvolver projetos e ações em áreas críticas mapeadas. |
| 5. Como os comitês de Bacia podem contribuir com informações em situações de eventos críticos? | 13. Criar uma plataforma de dados;
14. Manter as informações atualizadas
15. Complementar com uma plataforma de ciência cidadã, de forma que as informações sejam simplificadas, com intuito de aumentar o entendimento da população;
16. Intensificar as ações de educ. ambiental;
17. Encurtar as relações entre os CBH e as universidades e lideranças religiosas e comunitárias. |
-

6. A operação de sistemas hídricos precisa abandonar as raízes da política de açudagem para aprimorar a gestão de barragens enquanto um agente que atua muito além do simples armazenamento físico de água?	<p>18. Construção de modelos hidrológicos mais localizados.</p> <p>19. Considerar os diagnósticos hídricos das bacias hidrográficas.</p> <p>20. Aumento da infraestrutura do monitoramento da bacia</p> <p>21. Considerar a participação popular nas decisões.</p> <p>22. Proteção dos elementos ambientais naturais com criação de unidades de conservação nas bacias.</p> <p>23. Melhorar o sistema de comunicação.</p> <p>24. Regularizar os usuários -> conhecer sua demanda hídrica</p>
7. Como os comitês de bacia podem atuar em situação de eventos críticos?	<p>25. Diálogos com a população.</p> <p>26. Articulação com os segmentos</p> <p>27. Fomentar estudos técnicos para previsão de eventos críticos</p> <p>28. Canais de comunicação direta com os órgãos gestores.</p> <p>29. Buscar parcerias com instituições com vistas aos estudos técnicos.</p> <p>30. Propor locação negociada.</p>
8. As regras de alocação em períodos úmidos são seguidas pelos usuários ou no caso do UHE são do operador nacional?	<p>31. Formulação de um pacto entre todos os entes do sistema (ONS, ANA, Comitês, Órgãos gestores entre outros), a fins de estabelecer vazões regularizadas ao longo do ano que garantam os usos múltiplos.</p>
9. Como a inclusão de novas fontes energéticas impactarão os reservatórios e os usos múltiplos?	---
10. Quais ações a ANA propõe para o amortecimento das cheias, que causam danos às cidades, bem como para mitigar longas estiagens na Bacia do Paraíba do Sul?	<p>32. Aumentar a Rede de drenagem.</p> <p>33. Buscar melhorar a Regulação de Vazão em eventos e cenários críticos.</p> <p>34. Implantação de Obras Hidráulicas.</p> <p>35. Revitalizar a bacia Hidrográfica por meio da conservação de água e, solo, proteção e conservação das áreas remanescentes (APP)/áreas de recarga.</p>
11. Qual solução p/ os usuários do turismo, pesca e transporte? (no contexto da barragem)	<p>36. Definir cotas do nível do reservatório que atenda satisfatoriamente os usuários.</p> <p>37. Garantir de forma efetiva a participação dos usuários no processo.</p> <p>38. Parâmetros de qualidade da água e do sedimento (monitoramento) para garantir as condições de vida no ecossistema.</p> <p>39. Garantir uma rota alternativa para os transportes aquáticos.</p>

-
- | | |
|--|---|
| 12. Qual a maior dificuldade dos CBHs em gerenciar crises? | 40. Uma das maiores dificuldades entre todos pelos CBHs no gerenciamento de crises hídricas é a complexidade de administração das diversas partes e as tomadas de decisões em situações de urgências. Crises hídricas podem envolver a escassez de água por secas prolongadas, aumento da demanda hídrica devido ao crescimento populacional e industrial, contaminação de água e descaso pelo uso; entre outros. |
| | 41. Diferenças de qualificação técnica e gerencial. |
-

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentadas compartilham um foco central na gestão, planejamento e resposta a situações críticas relacionadas aos recursos hídricos. Algumas características comuns entre essas perguntas incluem:

- **Dinamismo das Condições Hídricas:** Muitas perguntas abordam a natureza dinâmica da vazão dos cursos d'água e questionam a relevância de utilizar valores de referência fixos em contextos em que a vazão é variável. Isso destaca a necessidade de considerar a variabilidade nas condições hidrológicas.
- **Capacitação e Atuação em Eventos Críticos:** Perguntas sobre como fomentar a capacitação de membros de comitês/municípios para lidar com eventos críticos indicam a importância de preparar e treinar os envolvidos para responder eficientemente a situações de crise.
- **Papel dos Comitês de Bacia:** Várias perguntas exploram o papel dos comitês de bacia em diferentes contextos, incluindo sua atuação em eventos críticos, contribuição com informações, e desafios enfrentados na gestão de crises.
- **Operação de Sistemas Hídricos:** Questões sobre a operação de sistemas hídricos abordam a necessidade de reavaliar práticas tradicionais, como a política de açudagem, visando uma gestão mais eficiente e adaptativa das barragens.
- **Alocação de Recursos e Usos Múltiplos:** Algumas perguntas exploram as regras de alocação em diferentes condições climáticas, o papel dos usuários, e o impacto da inclusão de novas fontes energéticas nos reservatórios e nos usos múltiplos da água.
- **Impactos Sociais e Econômicos:** Perguntas sobre ações propostas para amortecimento de cheias, soluções para usuários do turismo, pesca e transporte, e dificuldades dos CBHs em gerenciar crises, destacam a preocupação com os impactos sociais e econômicos das intervenções nos recursos hídricos.

Essas características comuns refletem uma abordagem abrangente e preocupada com a resiliência e sustentabilidade dos sistemas hídricos em diferentes situações e desafios.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções cocriadas apresentam uma abordagem abrangente para lidar com desafios relacionados à gestão hídrica e resposta a situações críticas. Alguns pontos em comum entre essas soluções incluem:

- **Capacitação e Educação Continuada:** Múltiplas soluções destacam a importância de definir planos estratégicos de capacitação, promover a educação continuada e oportunizar a troca de experiências entre diferentes regiões e municípios. Isso reflete a necessidade de preparar os envolvidos para lidar com variadas situações e desafios.
- **Comunicação e Transparência:** Várias soluções propõem estratégias de comunicação, incluindo o uso de plataformas de dados, sistemas de notificações acessíveis via celular, manutenção de informações atualizadas e tornar dados, regras e alertas públicos. Isso ressalta a importância da transparência e do acesso fácil à informação para os usuários.
- **Ações em Áreas Críticas:** Diversas soluções propõem a identificação e mapeamento de áreas críticas, desenvolvimento de projetos e ações específicas nessas regiões, e a construção de modelos hidrológicos localizados. Essas ações visam direcionar esforços e recursos para onde são mais necessários.
- **Envolvimento da Comunidade:** Muitas soluções destacam a importância do envolvimento da comunidade, seja por meio de educação ambiental, diálogos diretos, canais de comunicação, ou garantindo a participação efetiva dos usuários no processo de gestão hídrica. Isso enfatiza a necessidade de uma abordagem participativa e inclusiva.
- **Parcerias e Articulação:** Algumas soluções propõem buscar parcerias com instituições, ampliar a rede de drenagem, e estabelecer diálogos com diversos segmentos, incluindo universidades, lideranças religiosas e comunitárias. Isso destaca a importância da colaboração e articulação entre diferentes partes interessadas.
- **Monitoramento e Qualidade da Água:** A necessidade de monitoramento, estabelecimento de parâmetros de qualidade da água e do sedimento, e a revitalização da bacia hidrográfica são abordadas em diversas soluções, visando garantir a sustentabilidade ambiental.

Esses pontos comuns refletem uma abordagem integrada e holística para enfrentar os desafios relacionados à gestão hídrica, considerando aspectos técnicos, educacionais, comunicacionais e de envolvimento da comunidade.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Marcelo Grison- Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas - TO (CBHLP). Implementar estudos técnicos para possibilitar a previsão de eventos críticos.
2. Luana Sousa da Silva - Coordenadora de Monitoramento dos Corpos Hídricos e Cadastro - IGARN. Irei integrar as informações do Monitoramento quantitativo e qualitativo em uma única planilha, e junto ao setor iremos construir um Dashboard para a divulgação periódica dos dados levantados.
3. Layan S. Gomes - IGARN. Melhorar a comunicação com os usuários com ênfase em áreas críticas, tendo em vista a importância da compreensão dos sistemas de alertas e da adequação das demandas por parte dos usuários.
4. Andreza Felix - UERN-CAPF. Trabalhar conhecimentos relacionados à gestão de bacias hidrográficas e desenvolver projetos técnicos direcionados a eventos críticos.
5. Claudionor Costa CBH SUAÇUÍ -MG. Procurar em minha Instituição de ensino, provocar ações de extensão para levar à população as informações necessárias no que diz respeito aos eventos críticos.
6. Vinicius Azevedo. CBH Médio Paraíba do Sul. Construção de um Sistema de Informações Geográficas contendo a malha da região hidrográfica, vazões de referência (Q95 e outras), outorgas concedidas, núcleos urbanos e áreas prioritárias para restauração florestal.
7. Renan Ávila - CBH Paranaíba, ANAMMA, Sec. de Meio Ambiente de Morrinhos-GO. Ampliação na comunicação de forma clara e objetiva, aplicar a conservação do solo na implantação de medidas de segurança nas bacias hidrográficas, conservação do solo na criticidade em eventos críticos.
8. Marcos Vinicius - SEMAD/GO. Ação a ser implementada em todo o estado. Levantamento do histórico de eventos críticos na região analisada.
9. Bruno Macedo | AESA | João Pessoa - PB. Articular com as demais gerências do órgão a qual faço parte para ampliar a coleta e organização de dados para geração de relatórios e estudos mais robustos e localizados.
10. André Luiz klaus - CBH ALTO TELES PIRES-MT. Recolher o lixo junto às margens dos rios ou correios para que não entrem nos leitos de rios para evitar entupimentos e assoreamento.
11. Higor Hoffmann e Milly Cardinal CBH São Lourenço -MT, provocar o MP/MT a exigências legais da qualificação técnica e gerenciamento dos órgãos reguladores no cumprimento legal e divulgação de dados relacionados a prevenção de eventos críticos.
12. José George-Inema Bahia. Reunião para definição de TDR para contratação de estudos hidrológicos de 3 sistemas hídricos, na bacia do rio Paraguaçu e Itapicuru, visando Alocação de Água em reservatórios.
13. Marcos Aurélio G. Antunes | SEMAD-GO, Goiânia -GO. Propor capacitação, sobre o tema da estação, que envolva o Órgão gestor de recursos hídricos do Estado e os membros de CBHs.
14. Gerson Rodrigues Ferreira. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria/RS. Excelente tema no ENCOB com conhecimento compartilhado para melhoria da gestão dos recursos hídricos no Brasil.
15. Rogério Silva - CBH Camaquã. Importante o fortalecimento dos CBHs de Bacias em todas as regiões do Brasil, para uma melhor gestão participativa da sociedade geral.

16. Natália Gonçalves Mendes/ Irriganor/ Unai - MG. Integrar os dados já disponíveis em um mapa da bacia e melhorá-los.

17. Nélio Castro Lima - Membro CBH Paranaíba - entidade civil: Senar Goiás. Fomentar no comitê a criação de ferramentas que envolvam a participação efetiva de toda a população, para levantar ideias de implementação dos problemas enfrentados na Bacia Hidrográfica.

18. Natasha Góes IAT. Meu MPE seria au-

mentar o envolvimento dentro do comitê que faço parte.

19. Tadeu Silva. CBH Águas do Rio Manhuaçu - DO6 Bacia Escola uma tecnologia social. Construir uma proposta de monitoramento hídrico da bacia hidrográfica com a participação de atores locais. Genilson

20. Lana Alves - aluna do IFRN - Natal RN. Pesquisar formas de contribuir com os comitês do Estado, na melhoria de comunicação com os usuários.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

Essas ações compartilham um foco significativo na melhoria da gestão hídrica, especialmente em relação à prevenção e resposta a eventos críticos. Entre as ações comuns destacam-se:

- **Estudos Técnicos e Previsão de Eventos Críticos:** Vários participantes propõem a implementação de estudos técnicos para prever eventos críticos, indicando uma abordagem proativa na gestão hídrica.
- **Integração de Informações e Comunicação:** Algumas ações concentram-se na integração de informações, seja por meio de planilhas unificadas, dashboards ou mapas geográficos. A melhoria na comunicação com os usuários é destacada como uma estratégia fundamental, especialmente em áreas críticas.
- **Capacitação e Desenvolvimento de Projetos Técnicos:** Ações propostas incluem a capacitação dos membros dos comitês, o desenvolvimento de projetos técnicos e a articulação com instituições de ensino para promover conhecimentos relacionados à gestão de bacias hidrográficas.
- **Coleta e Organização de Dados:** Algumas ações visam ampliar a coleta e organização de dados, envolvendo órgãos gestores, membros de comitês e instituições para gerar relatórios e estudos mais robustos e localizados.
- **Ações Locais e Sensibilização:** Participantes propõem ações práticas, como recolhimento de lixo nas margens dos rios, ações de conservação do solo, e propostas de monitoramento hídrico envolvendo atores locais. Isso destaca a importância das ações locais na gestão efetiva de recursos hídricos.
- **Fortalecimento dos Comitês e Participação da Sociedade:** Algumas ações abordam o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e

a participação efetiva da sociedade na gestão hídrica, reconhecendo a importância da governança participativa.

- **Articulação e Criação de Ferramentas Participativas:** Algumas ações propõem a criação de ferramentas que envolvam a participação efetiva de toda a população, fomentando a colaboração e o levantamento de ideias para a implementação de soluções nos CBHs.

Essas ações refletem uma abordagem abrangente e colaborativa para enfrentar desafios na gestão hídrica, promovendo a integração de informações, o desenvolvimento técnico, a sensibilização local e o fortalecimento da participação social.



3ª Jornada
Temas Transversais

ESTAÇÃO 1
Indicadores de Governança, Adaptação e Desenvolvimento

Facilitação	Carla Albuquerque, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Angelo José Rodrigues Lima, OGA Marcio de Araújo Silva, ANA/SPP Orlando Filho, ANA/ASGOV
Palestrante	Angelo José Rodrigues Lima, OGA
Especialistas	Janaína Mendonça Pereira, EFF MG e CBH Mucuri Maria Inês Paes Ferreira, CBH Macaé e das Ostras Mirella Leôncio Motta e Costa, CBH Litoral Norte
Participantes	147 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

- | | |
|--|--|
| 1. Como estimular os CBHs a incorporarem os indicadores de governança das águas? | <ol style="list-style-type: none">1. Levar as informações sobre o protocolo para os tomadores de decisão ou lideranças dentro do governo / comitês;2. Criar uma “metodologia” de aplicação do protocolo para otimização do tempo e aumento da eficiência da resposta;3. Utilizar a experiência dos comitês que já adotaram como apoio em rede;4. Utilize os fóruns estaduais e federal para estimular, capacitar e financiar essas ações de adoção do protocolo;
Utilizar a ANA como indutora deste processo de adoção do protocolo;5. Apoio / financiamento do terceiro setor e privado, (criar parcerias / projetos);6. Usar comitês estruturados como modelos e indutores da adoção do protocolo;7. O Comitê utilizar a adoção do protocolo como um programa de capacitação dos seus membros.8. Levar as informações sobre o protocolo para os tomadores de decisão e lideranças dentro do governo e comitês, visando, entre outras, a criação de uma “metodologia” de aplicação do protocolo para otimização do tempo e aumento da eficiência da resposta.9. Utilizar os fóruns estaduais e federal, bem como, os comitês estruturados para estimular, capacitar e financiar essas ações de adoção do protocolo e programa de capacitação de seus membros, utilizando a ANA como indutora deste processo de adoção do protocolo.10. Buscar apoio e financiamento do terceiro setor e setor privado estabelecendo parcerias para projetos. |
| 2. Como traduzir IGs de forma simples? | <ol style="list-style-type: none">11. Investir em capacitações dos membros e atores para que possam compreender as propostas;12. Investir em ferramentas gráficas e lúdicas;13. Investir em glossários objetivos, porque textos grandes dispersam;14. Consultas públicos diversos sobre sua compreensão do que está sendo proposto para ver se a informação bate e está clara e sendo assimilada (compreendida);15. Valorizar e disseminar cases de sucesso;16. Atividades dinâmicas como jogos para engajar e explicar;17. Catalogar soluções (no sentido de registro para que não se perca);18. Sistematizar o processo. |
-

3. O que já pode ser concluído dos órgãos que adotaram os protocolos de governança?	<p>19. Necessidade de dar visibilidade dos resultados / desafios / estratégias que os órgãos aderentes as OGA encontraram;</p> <p>20. Daí seria interessante ter reuniões/eventos a nível nacional e regional para integração e articulação dos membros que participam (ou que tenham interesse em participar) do OGA;</p> <p>21. Disponibilizar os resultados no site do OGA.</p>
4. Como o monitoramento da governança retroalimenta o debate nos comitês?	<p>22. O comitê fica conhecendo os indicadores;</p> <p>23. Identifica o que se aplica ou não ao próprio comitê;</p> <p>24. Entender a finalidade da aplicação dos indicadores e seu monitoramento e os membros se apropriarem de seu processo;</p> <p>25. O conhecimento da aplicação dos indicadores pode apontar prioridades na atuação/gestão do CBH identificando falhas na participação e distribuição de tarefas e responsabilidades.</p> <p>26. Os indicadores permitem identificar e avaliar a participação das diferentes esferas no comitê e identificar se há ou não descentralização?</p> <p>27. O monitoramento permite o aperfeiçoamento da aplicação.</p>
5. Como o indicador 'instrumentos de gestão' pode ser implementado a curto prazo?	<p>28. Possuir metas objetivas para a implementação das políticas;</p> <p>29. Criação de prazos;</p> <p>30. Fazer cumprir a lei vigente.</p>
6. Como mobilizar os atores para implantar a ferramenta de governança?	<p>31. Fortalecimento do processo de tomada de decisão da sociedade civil e usuários dentro dos organismos colegiados;</p> <p>32. Capacitação sobre a importância da ferramenta de governança;</p> <p>33. Destacar casos/exemplos exitosos como incentivo à participação;</p> <p>34. Promover ações/oficinas de escuta das partes para demonstrar e incentivar a participação;</p> <p>35. Vincular o monitoramento da governança com a revisão do plano de trabalho do comitê.</p>

-
- | | |
|---|---|
| 7. Como ocorre a dinâmica do processo de governança? | <ul style="list-style-type: none">36. Levantar os dados e realizar o diagnóstico da bacia, identificando os conflitos, resultando num plano;37. Debater interna e externamente no CBH, com transparência e justiça social;38. Responsabilizar os poluidores;39. Elaborar coletivamente o prognóstico e o plano de ação e aprimorar os instrumentos de gestão;40. Promoção de programas previstos no plano;41. Monitorar e avaliar os resultados;42. Realizar o envolvimento efetivo da sociedade/comunidade na governança;43. Conhecimento da realidade da comunidade;44. Integração das ações do CBH c/ os órgãos municipais, estaduais e federais;45. Implementar atividades de capacitação para/a comunidade;46. Implementar atividades de educação para a comunidade;47. Avaliar o processo de governança com o protocolo;48. Identificar os problemas de governança e propor um plano de ação. |
| 8. Como estão as condições das instituições públicas em termos da estrutura (pessoal / setores) para oferecer indicadores de governanças? | <ul style="list-style-type: none">49. Déficit de profissionais capacitados e estruturas administrativas adequadas a gestão dos recursos hídricos;50. Interferência política na autonomia dos técnicos frente a tomada de decisão a discussão das agendas de prioridades;51. Transformar os indicadores em ferramentas para dar efetividade a gestão, atribuindo responsabilização. |
| 9. Como preparar os municípios para implementar indicadores de governança, adaptação e desenvolvimento em conjunto com CBHs? | <ul style="list-style-type: none">52. Através de capacitação contínua nos sujeitos envolvidos na formulação dos indicadores de governança;53. Interação/integração da sociedade nos comitês;54. Ampliar o ele entre municípios e o CBH para implementar os indicadores e o material produzidos pelo comitê e área de abrangência;55. Implementação da cobrança do uso da água nas Agências de Bacias, para financiamentos das demandas. |
-

10. Como garantir localmente que os indicadores sejam levados em consideração na hora serem elaboradas políticas públicas sobre o tema?	<p>56. Mobilização social e educação ambiental para que a sociedade conheça e entenda a importância do comitê (ex.: Comitê Infanto-juvenil);</p> <p>57. Gestão de informação - levar o comitê e os assuntos do comitê para todas as ações dos municípios;</p> <p>58. Adequação dos indicadores ao contexto local e sua comunicação com linguagem acessível a TODOS;</p> <p>59. Integração e participação efetiva entre os municípios nos CBHs;</p> <p>60. Criação de um sistema de monitoramento para acompanhamento dos indicadores.</p>
11. Como internalizar os indicadores de governança junto aos membros dos CBHs?	<p>61. Dar conhecimento dos indicadores aos membros;</p> <p>62. Compartilhamento de informações do comitê/ indicadores para a sociedade;</p> <p>63. Demonstrar como os indicadores irão contribuir para a gestão do comitê e dos entes associados.</p>
12. Por que os “estados” tem dificuldades de assessorar os comitês par implementação dos instrumentos de gestão/COBRANÇA?	<p>64. Recursos humanos limitados;</p> <p>65. Não necessariamente é função do Estado;</p> <p>66. Porque o Estado não está tão próximo a sociedade, como os componentes do Comitê de Bacia;</p> <p>67. Falta de comprometimento político com as demandas do comitê.</p>
13. Quais são os pré-requisitos para uma governança eficiente?	<p>68. Nivelamento de conhecimento entre todos os atores que participam dos colegiados;</p> <p>69. Geração de dados confiáveis para promover a governança;</p> <p>70. Clareza e entendimento de suas competências dentro do arranjo institucional;</p> <p>71. Aprovar e implementar todos os instrumentos de gestão;</p> <p>72. Efetivar a cooperação entre os órgãos de governo federal, estadual, municipal;</p> <p>73. Arcabouço legal ambiental estruturado.</p>

14. Qual a confiabilidade dos indicadores para traduzir a realidade da governança?	<p>74. Garantir a representatividade dos representantes;</p> <p>75. Transparência informações;</p> <p>76. Análises estatísticas que comprovem a representação dos dados;</p> <p>77. Análise de sensibilidade/confiança dos Indicadores/Índice de governança;</p> <p>78. Estratégia de acompanhamento da dinâmica do Indicador;</p> <p>79. Avaliação da percepção dos atores do Comitê para melhoria/refinamento/acurácia dos Indicadores de governança;</p> <p>80. Como os indicadores de governança variam com o impacto de forças externas - Mudanças Climáticas, eventos extremos (seca e enchentes).</p>
15. Os instrumentos de gestão geram dados para construir indicadores de governança?	<p>81. Os instrumentos de gestão aplicados segundo a realidade local (diagnóstico) dão abertura para entendimento/ aplicação das demais dimensões;</p> <p>82. A implantação dos instrumentos fundamentais para a governança;</p> <p>83. É necessário um sistema de informação para análise confiável dos dados gerados, para identificação das cinco dimensões dentro da estrutura da Governança.</p>
16. Quais os desafios para implementação da governança na bacia?	<p>84. Ter clareza das instâncias que compõem o SIN-GREH.</p> <p>85. Capacitação dos membros de todas as instâncias;</p> <p>86. Entender os parâmetros que constam no protocolo, e se os mesmos contemplam as especificidades de cada território.</p>

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas mencionadas têm em comum o foco na governança das águas e na gestão sustentável dos recursos hídricos. Elas exploram diferentes aspectos desse tema, abordando questões como a incorporação de indicadores de governança pelos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), a tradução de indicadores de governança (IGs), a conclusão sobre órgãos que adotaram protocolos de governança, o monitoramento da governança e seu impacto nos debates nos comitês, a implementação de indicadores de instrumentos de gestão a curto prazo, a mobilização de atores, a dinâmica do processo de governança, as condições das instituições públicas para oferecer indicadores, a preparação de municípios para implementar indicadores em conjunto com CBHs, a consideração de indicadores na elaboração de políticas públicas, a internalização de indicadores pelos membros dos CBHs, as dificuldades dos estados em assessorar comitês, os pré-requisitos para uma governança eficiente, a confiabilidade dos indicadores na tradução

da realidade da governança, a geração de dados pelos instrumentos de gestão para construir indicadores de governança e os desafios para a implementação da governança na bacia.

Essas perguntas refletem uma preocupação abrangente com a eficácia e a aplicação prática de estratégias de governança da água.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções cocriadas mencionadas têm em comum a abordagem colaborativa para enfrentar desafios relacionados à governança da água. Elas enfocam estratégias para promover a adoção de protocolos de governança, melhorar a eficiência das respostas, e otimizar o tempo, além de envolver diferentes atores, como tomadores de decisão, lideranças governamentais, comitês e a Agência Nacional de Águas (ANA).

Além disso, as soluções destacam a importância da capacitação, financiamento, parcerias com o setor privado e terceiro setor, a disseminação de casos de sucesso, o uso de ferramentas gráficas e lúdicas, consultas públicas, monitoramento, avaliação, integração da sociedade nos comitês, e a criação de sistemas de informação para análise confiável dos dados gerados. As soluções também abordam a transparência, responsabilização, cooperação entre os órgãos de governo, fortalecimento do processo de tomada de decisão da sociedade civil e usuários, e a adequação dos indicadores ao contexto local.

Enfatizam ainda a importância do diagnóstico da bacia, debate transparente, responsabilização dos poluidores, elaboração coletiva de prognóstico e plano de ação, promoção de programas previstos no plano, envolvimento efetivo da sociedade na governança, e avaliação do processo com base nos indicadores.

Dessa forma, as soluções visam promover práticas mais eficazes e sustentáveis na gestão dos recursos hídricos, com ênfase na participação, transparência e cooperação entre os diversos atores envolvidos.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Gabriela Cristina Soares Rodrigues. Miriri Alimentos e Bioenergia. Realizar o envolvimento efetivo da comunidade/ sociedade na governança das águas.
2. Hermam Vargas. criação do sistema de informação.
3. Fellipe Eduardo Barbosa/ CBH Coruripe/ AL. Construir o banco de dados do comitê, estabelecer parceria e aplicar a metodologia OGA no nosso comitê e aprimorar a realidade local.
4. Roberto Carlos CBHSF4 entorno represa Três Marias.
5. Anselmo CBH Meia Ponte. Sugerir ao comitê aderir ao protocolo de monitoramento da governança da água (OBA).
6. Brenda Batista Cirilo- Secretária de Es-

- tado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA. Fortalecer o processo de tomada de decisão da sociedade civil dentro dos organismos colegiados.
7. Luciana Calçada. Abrir os indicadores disponíveis nas reuniões do Comitê e criar grupos de trabalho.
 8. Carlos Eduardo, CBH São Lourenço. Aumentar a representatividade (interação) da sociedade civil na tomada de decisões para elaborar uma governança.
 9. Fernando Massardo CBH Baixo Ivaí e PR1. Vou propor para o CBH a adesão ao protocolo de monitoramento da governança das águas.
 10. Luciene. SEMAS/PA. Apresentar as experiências e importância do OGA em reunião no mês de setembro, para a equipe de gestores da Diretoria de Recursos Hídricos.
 11. MARCELO GRISON. Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas (CBH-LP) Convidar profissionais para orientar sobre o tema para iniciar o processo de implantação no Comitê.
 12. Governança. Raquel Trevizam. CILSJ. Oficiar ações. Realizar reuniões de mobilização. Ajudar na interlocução para a criação de metas e objetivos concretos.
 13. Rafael Paiva | CBH Baixo Paranaíba. Propor que a possibilidade de aplicação do protocolo seja discutida na próxima plenária do Comitê.
 14. Reginaldo Silva de Souza. CBRHSSF - Inhapi Alagoas. É necessário um sistema de informação para análise confiável dos dados gerados, para identificação das dimensões dentro da governança.
 15. Adriane Chagas MPMGO. Fomentar ações para que a sociedade goiana conheça o trabalho dos CBHs. Incentivar implantação de projetos "CBHs nas escolas"
 16. Dalila Alencar - Consórcio PCJ. Aperfeiçoar-me cada vez mais para estar capacitada para trabalhar com indicadores de monitoramento.
 17. Clovis. CBH Jauru. Pautar o monitoramento da governança na reunião do Comitê.
 18. Joice - Referência VigiÁgua/ MG e Membro CERH/MG. Meu mínimo passo estratégico será compartilhar com os conselheiros na próxima reunião ordinária as questões discutidas nesta oficina e sugerir a implementação de indicadores de governança no âmbito do Conselho.
 19. Governança. João José Demarchi. Comitês PCJ São Paulo. Criar (ou usar um existente) um plano de capacitação dos membros com a temática de adoção do protocolo de governança.
 20. Daniel Bicalho Hoefle. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Debater com transparência junto ao Comitê da Baía da Guanabara.
 21. Tiago Lucas Corrêa - Comitê Tramandaí. Utilizarei o OGA na minha tese de mestrado e levarei ao Comitê da Bacia uma oficina de qualificação sobre o tema.
 22. Paulo André Estância/ Sergipe. Sensibilizar a sociedade e cobrar dos entes públicos as suas respectivas responsabilidades quanto aos problemas ambientais. Podemos reverter situações críticas quanto que acontece com nossos corpos hídricos, porém sem ação, não haverá resolução!
 23. Valbert Schott | CBH Macaé e das Ostras | Nova Friburgo/RJ. Apresentar o OGA aos comitês que eu participo e que ainda não conhecem o observatório e instigá-los a aderir o protocolo de governança.
 24. Filipe Kestring - SEMA/MT. Discutir com os colegas do setor sobre a importância de implementação do PROTOCOLO OGA a fim de monitorar os indicadores e obter melhorias e avanços na qualidade ambiental das Bacias Hidrográficas que possuem comitês instalados.
 25. Denise Rauber. CBH Baixo Iguaçu. Conhecer o protocolo de indicadores para poder aplicar no Comitê.
 26. Alexandre Magrineli dos Reis - Igam/ MG. Pré requisitos para uma governança eficiente: Fomentar e apoiar o nivelamento de conhecimento entre todos os atores que participam de colegiados

hídricos.

27. Marcos Antonio - CBH Ceará-mirim/RN. Articular efetivamente na prática as relações Estado-Sociedade com mais transparência.
28. Daniela Bogado Bastos de Oliveira IFF/CBHBPSI. Aplicação e acompanhamento do protocolo OGA no CBHBPSI; orientação de pesquisa no AmbHidro sobre governança.
29. Maria Fernanda Canabarro - CREA/MT. Será implantado no CBH Alto Teles Pires-MD, região norte do MT: mobilização dos membros do CBH para que todos entendam que fazem parte de um sistema de RH. Criar um programa de conhecimento do CBH a toda a sociedade. Fazendo com que o CBH esteja em todos os eventos dos municípios. Fazer com que os gestores municipais entendam a importância do CBH.
30. Encob - Clara Gizelia. Criação do sistema de informação.
31. Evelyn Raposo. COMITÊ MACAÉ E DAS OSTRAS. Meu Mínimo Passo Estratégico será levar para o Comitê que faço parte a discussão da importância de partilhar nossas estratégias e nosso processo com aqueles Comitês que ainda não aderiram o OGA, tornando-nos mobilizadores nesse processo.
32. Eduardo Bini - CBH Macaé. Divulgar a existência de organismos capazes de resolver problemas ambientais com ênfase na capacidade de gerenciar os usos dos recursos, é uma forma de levar a solução para a população.
33. MARIA INÊS -CBH MACAÉ. Meu mínimo passo estratégico é enviar os formulários Google das dimensões para os membros da Plenária preencherem individualmente e finalizar o preenchimento do Protocolo de Monitoramento em uma Oficina com a participação de todos.
34. Euclesio - Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea - PR. Buscar implementar os critérios de Governança na Bacia!
35. Rodrigo Amorim. Paraíba. "Vou me empoderar sobre a temática da governança através do conhecimento do protocolo OGA e das ações já iniciadas na Bacia a qual faço parte, para poder contribuir de forma estratégica na busca de soluções que venham a beneficiar os recursos hídricos e suas comunidades."
36. Fábio Góis CBH AGORA-SEMAD/GO. Levar para o planejamento estratégico do órgão gestor os indicadores de governança para o monitoramento dos recursos hídricos.
37. Mendonça - Litorânea. Obter informações para aumentar meus conhecimentos para assim colaborar com a equipe.
38. Maria Fernanda Canabarro - CREA/MT. Indicadores de governança, adaptação e desenvolvimento.
39. Alexandre Moura DNOCS PE. Encaminhar ao Governo Federal solicitação de estruturação de suas instituições para adequá-las para uma efetiva e eficaz participação na Gestão de Recursos Hídricos. Reestruturação do DNOCS Urgente para a gestão dos recursos hídricos do semiárido nordestino.
40. Thiago Valente, Fundação Boticário. Estamos planejando uma frente de atuação orientada para fortalecer a Governança da Água em mananciais críticos no Brasil, a partir de experiência de implementação e articulação entre atores e políticas setoriais em 2 territórios por meio do Movimento Viva Água.
41. Yonara - UFRN. Participar da terceira jornada de capacitação: Indicadores de governança, adaptação e desenvolvimento foi me permitir olhar além das fronteiras da academia, uma vez que a junção e interação com os colegas da área técnica e de outras realidades (dinâmicas territoriais) possibilitou a dinamização da discussão.
42. Ibson Campos COALIAR PR - Propor ao comitê a adesão ao observatório das águas para viabilizar a implementação dos instrumentos, com foco na governança e monitoramento do processo.
43. Reinaldo Companheiro /IEMP - Instituto Ecológico Martim Pescador. Encontro com muitas expertises na área de governança dos recursos hídricos.
44. Paulo Takeyama. CBH-SMT. Governança

é sempre um instrumento básico para um desenvolvimento equânime, justo. Portanto, incentivar a governança dentro do nosso CBH, torna-se imperativo e, portanto, vou concentrar esforços para que possamos tornar isso uma realidade.

de.

45. Angelo Lima - o desafio do monitoramento é co-construir a importância da governança.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações mencionadas têm em comum o objetivo de promover e fortalecer a governança da água em diferentes contextos e regiões. Elas refletem uma variedade de estratégias e abordagens, mas todas convergem para a melhoria da gestão dos recursos hídricos e o envolvimento efetivo da sociedade na tomada de decisões relacionadas à água. Algumas das semelhanças entre as ações incluem:

- **Envolvimento da Comunidade/Sociedade:** Muitas ações visam envolver de forma mais efetiva a comunidade e a sociedade na governança da água, reconhecendo a importância da participação pública.
- **Utilização de Protocolos e Metodologias:** Algumas ações propõem a adoção de protocolos específicos, como o OGA (Observatório da Governança das Águas), e a criação de sistemas de informação para melhorar a análise dos dados relacionados à governança.
- **Construção de Bancos de Dados e Parcerias:** A construção de bancos de dados é uma estratégia comum, assim como o estabelecimento de parcerias para a aplicação de metodologias e aprimoramento da realidade local.
- **Apresentação de Experiências e Importância da Governança:** Muitas ações envolvem a apresentação de experiências e a discussão sobre a importância da governança em reuniões, workshops e eventos.
- **Capacitação e Sensibilização:** A capacitação dos membros dos comitês, profissionais e a sensibilização da sociedade sobre a importância da governança são aspectos frequentes nas ações propostas.
- **Aderência a Protocolos e Instrumentos de Gestão:** Algumas ações sugerem a adesão a protocolos específicos, como o OBA (Observatório da Bacia do Alto São Francisco), e a implementação de instrumentos de gestão para melhorar a eficiência na governança.
- **Transparência e Tomada de Decisão Participativa:** Muitas ações destacam a importância da transparência, da participação efetiva da sociedade civil na tomada de decisões, e da articulação entre diferentes atores.

Essas ações demonstram um compromisso compartilhado de diversos participantes em promover práticas de governança eficientes e inclusivas para a gestão sustentável dos recursos hídricos.



3ª Jornada
Temas Transversais

ESTAÇÕES 2 e 4
**(Edu)comunicação, mobilização social
e juventude**

Facilitação	Daniella Dolme, Projeto Cooperação Flavia Ramos, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Jane Fátima Fonteneles, ANA/SAS Simone Vendruscolo, ANA/SAS
Palestrante	Tiago Lincka, UFRN
Especialistas	Alondra Alvarez, ABRHidro Mauro Pereira, Defensores do Planeta Neusa Helena Rocha Barbosa, MMA Samyr Mariano, CBH Baía da Ilha Grande
Participantes	228 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES	SOLUÇÕES COCRIADAS
1. Como os CBHs podem ser mais eficientes para atrair a juventude para participar?	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os próprios comitês devem realizar campanhas dentro do território; 2. Realização de Fórum infanto Juvenil para divulgação das ações do comitê; 3. Fortalecimento das organizações para sociedade civil (OSC) para que com isso ocorra uma efetiva participação da juventude; 4. Desenvolvimento de metodologias mais ativas a serem implementadas nos espaços de debate do CBH; 5. Aproximar o CBH dos espaços onde a juventude está.
2. Qual importância da etnometodologia e da comunicação não violenta para o envolvimento com a sociedade (público-alvo)?	<ol style="list-style-type: none"> 6. Valorização dos saberes populares; 7. Saber ouvir os anseios do território; 8. Eficiência nos processos pedagógicos; 9. Tornar o sujeito protagonista no seu processo educativo, de construção do seu conhecimento.
3. Como atrair a atenção da juventude nos dias atuais, já que estão focados em jogos e tecnologia?	<ol style="list-style-type: none"> 10. Criar um Grupo de trabalho (GT) da Juventude usando ferramentas aliadas aos jovens a exemplo “metaverso”, jovens etc., dentro dos temas referentes ao meio ambiente, criando um sentimento de empoderamento e pertencimento para atuarem.
4. Como criar ferramentas para utilizar essas técnicas de educomunicação?	<ol style="list-style-type: none"> 11. Criação de uma câmara técnica estudantil; 12. Elaboração de vídeos em 3D sobre a região hidrográfica em que o aluno está inserido; 13. Criação de perfil nas redes sociais (Instagram, Tiktok, etc.) administrado pelos alunos e supervisionado pelos professores; 14. Criação de um Podcast nas escolas com publicação no canal do Youtube; 15. Criar parcerias com as escolas e universidades.
5. Como ampliar a educomunicação nas escolas?	<ol style="list-style-type: none"> 16. Com os Comitês proporcionando o engajamento e a sensibilização das Secretarias Municipais de Educação para haver um trabalho integral e financiamento de ações, atividades e materiais; 17. Criação de Material Didático; 18. Definir o público alvo para criar estratégias e atingir objetivos; 19. Capacitar gestores escolares; 20. Proporcionar ações práticas para os alunos.

6. Quais as fronteiras entre a EA, Educomunicação e a mobilização social? Eles são intrínsecos?	21. Na busca de conhecimento fará com que as estratégias, métodos (EA, Educomunicação e Mobilização Social) possibilitem o processo de transformação social do jovem ao todo. Pois, a EA não tem fórmula, e é estreitar as relações sociais respeitando os saberes locais, sendo, observador, analisador a estes pontos e assim perceber as consequências. As fronteiras formarão pontes de saberes, utilizando essas estratégias objetivas de um conjunto p/ construção do novo através do diálogo social ouvindo a sociedade civil através da audiência pública.
7. Quando e como os CBHs implementarão ações efetivas para o engajamento das juventudes?	22. Imediatamente. Divulgando mais os CBHs nos espaços onde a Juventude se encontra (realizando articulações junto às secretarias municipais e os demais conselhos e todos os meios de comunicação).
8. Como escapar da armadilha da superficialidade na abordagem da E. A. durante o processo de Educomunicação?	23. Criar um plano ambiental local, para que essas problemáticas sejam debate/assunto/ações anuais; 24. Identificar as problemáticas locais, promovendo a Educação Ambiental crítica utilizando ferramentas da Educação. 25. Promover momentos de imersão nos territórios para estudantes e Educadores; gerando pertencimento e um espírito de topofilia.
9. Como o comitê de bacias tem fortalecido a prática da Educomunicação e mobilização social dentro da EA? Como se dá o desafio da prática da Educomunicação com o público que necessita de acessibilidade de libras?	26. Repensar o modo de agir coletivo; 27. Apresentação visual descrevendo suas características em todas as falas; 28. Criar meios e metodologias para uma melhor acessibilidade; Pensar coletivo é agir para “Todos”; 29. Não só atender as necessidades, mas incluí-los como fazedores da educomunicação; 30. Repensar a inclusão de hoje para agir de forma inclusiva amanhã; 31. Não há limites para a comunicação, nós que colocamos as barreiras.
10. Como alcançar?	32. O engajamento da juventude no processo socioambiental.
11. Como despertar o sentimento de pertencimento em uma juventude que está desinteressada nos movimentos sociais (coletivo)?	33. Ouvir (identificar as dores) conhecer para sensibilizar; 34. Utilizando redes sociais de forma atrativa para que possam compartilhar informações relevantes; 35. Valorizar, divulgar e fomentar ações positivas que acontecem na bacia; 36. Motivar os jovens a participação mais efetiva nas ações concretas dos CBHs; 37. Promover a aproximação dos jovens às ações dos CBHs, identificando lideranças com potencial de se tornar um agente multiplicador.

12. Como a juventude pode participar da tomada de decisões dentro dos CBHs?	38. A partir de cotas para juventude no regimento dos CBHs, além de criação de Grupos de Trabalho voltado à juventude
13. Como incluir a educomunicação nos assentamentos e povoados?	<p>39. Criar e ampliar a educomunicação através de formação e capacitação de comunidades tradicionais inclusive de áreas urbanas e rurais, mulheres, jovens e idosos;</p> <p>40. Ampliar a participação da juventude dentro dos comitês e outros fóruns;</p> <p>41. Divulgar/ fortalecer as ações positivas de preservação na zona rural.</p>
14. Como unir o conhecimento tecnológico da juventude com a experiência da “melhor” idade?	<p>42. Respeito + paciência + humildade + diálogo;</p> <p>43. Uma geração aprende com a outra (MMA, 2005), educação ambiental dialógica;</p> <p>44. Trocas de saberes = reconhecimento;</p> <p>45. Contato = vivências entre gerações;</p> <p>46. Não há uma receita;</p> <p>47. Bom senso;</p> <p>48. Valorização das experiências;</p> <p>49. Tecnologia como aliada e não como protagonista do aprendizado;</p> <p>50. Promover acesso aos espaços (apoio financeiro);</p> <p>51. Processos formativos.</p>
15. Como fazer o celular/internet se transformarem em meios de informação e comunicação?	<p>52. Ser estratégico na abordagem enfoque em fatores que toquem na vida direta da população para que pessoas se sintam inseridas na mobilização;</p> <p>53. Fazer um diagnóstico dos problemas envolvidos nas situações de conflito para buscar soluções de forma mais participativa, divulgando informações confiáveis;</p> <p>54. Criar estratégias de divulgar ações/problemáticas em rede para combater as “fakes news”.</p>
16. Que tipo de dinâmica poderia ser mais eficiente para chamar a atenção da juventude na preservação dos afluentes?	<p>55. Realizar visitas técnicas em ambientes preservados e degradados com coleta de dados (ciência cidadã) para a construção de um banco de dados em linguagem simples e acessível à comunidade;</p> <p>56. Cartilhas educativas;</p> <p>57. Jogo AKAUANA adaptado para a região;</p> <p>58. Inserir os jovens nos programas de governo formando grupos de atuação;</p> <p>59. Reconhecer a juventude como partícipe fundamental do processo político;</p> <p>60. Jogos online e/ou aplicativos de jogos.</p>

17. Como e qual o papel da comunicação no processo de aprendizagem sobre a educação ambiental e políticas públicas nos comitês?	<p>61. Ouvir e empoderar a comunidade através da descentralização dos meios de comunicação por meio de mini documentários produzidos pela comunidade;</p> <p>62. O Comitê proporciona capacitação as comunidades sobre políticas públicas e produções audiovisuais;</p> <p>63. Defesa da regulamentação dos meios de comunicação.</p>
18. Como mobilizar comunidades vulneráveis para participar na defesa das causas hidro ambientais?	<p>64. Diagnóstico junto às comunidades sobre as necessidades;</p> <p>65. Realização de oficinas para despertar o sentimento de pertencimento do território;</p> <p>66. Criar comissão para discutir as questões hidro ambientais (despertar o protagonismo da comunidade).</p>
19. Qual a atuação concreta do comitê na divulgação de ações de preservação?	67. Políticas Públicas, fortalecimento das políticas territoriais e setoriais com cursos de capacitações e comunicações para melhor conhecimento de direito e deveres da sociedade.
20. Como usar a educomunicação para furar bolhas e contemplar grupos desmobilizados?	<p>68. Linguagem adequada ao público;</p> <p>69. Conhecer e se inserir no grupo;</p> <p>70. Seduzir, sensibilizar e encantar;</p> <p>71. Ferramentas adequadas ao público, Ex.: redes sociais, rádio, lúdico pelo exemplo instigando a sensação de pertencimento.</p>
21. Quais metodologias em educomunicação podem ser utilizadas em comitês de bacia?	<p>72. Planejar prioridades para gestão de recursos hídricos na bacia que precisar ser educadas!</p> <p>73. Definir instrumentos para promover a educomunicação sobre estas prioridades do cbh.</p> <p>74. Programar o tempo, os recursos, as práticas e o público alvo a ser alcançado, bem como os indicadores para apontar o que precisa ser aprimorado.</p>
22. Como fazer a educomunicação em comunidades com vulnerabilidade social?	<p>75. Deve ser promovida suporte financeiro aos com a oferta de jovens através de bolsas de auxílio que minimizem a vulnerabilidade</p> <p>76. A ação deve ser iniciada a partir de um diagnóstico participativo focado nas questões de acesso à água e ao saneamento ambiental.</p>
23. Como atrair a atenção da juventude nos dias atuais, já que estão focados em jogos e tecnologia?	---
24. Como criar ferramentas para utilizar essas técnicas de Educomunicação?	---

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentam um tema central relacionado à educação ambiental e comunicação, com um foco específico no envolvimento da juventude e na utilização de estratégias de educomunicação nos comitês de bacia. Dentre os elementos comuns nas perguntas, destacam-se:

- **Envolvimento da Juventude:** A maioria das perguntas aborda a necessidade de atrair a atenção e envolver a juventude em questões ambientais, reconhecendo a importância de adaptar as estratégias de comunicação para atender aos interesses desse público.
- **Educomunicação nos Comitês de Bacia:** As perguntas exploram como os comitês de bacia podem incorporar a educomunicação em suas práticas, buscando estratégias para tornar a comunicação mais eficiente e envolvente.
- **Uso de Tecnologia:** A referência ao uso de jogos, tecnologia, celulares e internet indica uma preocupação em integrar ferramentas modernas e familiares à juventude nas abordagens de educação ambiental e comunicação.
- **Desafios Específicos:** Algumas perguntas abordam desafios específicos, como a inclusão de pessoas com necessidades de acessibilidade em libras e a mobilização de comunidades vulneráveis, destacando a importância da abordagem inclusiva na educomunicação.
- **Integração de Gerações:** Algumas perguntas exploram a possibilidade de integrar conhecimentos tecnológicos da juventude com a experiência da “melhor” idade, sugerindo uma abordagem intergeracional na comunicação e aprendizado.
- **Estratégias de Educomunicação:** Há uma busca por metodologias específicas de educomunicação que possam ser aplicadas nos comitês de bacia, evidenciando a importância de estratégias direcionadas e eficazes.
- **Papel da Comunicação nas Ações dos Comitês:** Algumas perguntas questionam o papel da comunicação na divulgação de ações de preservação, destacando a importância da comunicação efetiva na promoção de práticas sustentáveis.

Em resumo, as perguntas refletem um interesse em abordagens inovadoras, inclusivas e eficientes para engajar a juventude, utilizando a educomunicação como uma ferramenta-chave nos comitês de bacia para promover a conscientização e a participação ativa em questões ambientais.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções cocriadas apresentam diversas estratégias e abordagens para envolver a juventude, promover a educação ambiental e fortalecer a participação nos comitês de bacia. Alguns elementos comuns entre essas soluções incluem:

- **Ênfase na Participação Juvenil:** Muitas soluções destacam a importância de envolver ativamente a juventude, reconhecendo-a como parte fundamental no processo de tomada de decisões e ações relacionadas aos recursos hídricos.
- **Uso de Tecnologia e Mídias Sociais:** Algumas soluções propõem o uso de tecnologia, como redes sociais, jogos online, aplicativos, vídeos em 3D, podcasts, e outras ferramentas digitais para atrair e engajar os jovens, reconhecendo a relevância desses meios em suas vidas.
- **Educação Ambiental Crítica e Contextualizada:** Muitas soluções mencionam a importância de uma educação ambiental crítica, adaptada ao contexto local e às realidades específicas de cada comunidade, reconhecendo os saberes populares.
- **Ações Práticas e Experienciais:** A promoção de ações práticas, como visitas técnicas, imersões nos territórios, jogos educativos, e a criação de material didático, é uma abordagem comum para proporcionar experiências concretas e significativas aos jovens.
- **Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC):** Algumas soluções destacam a importância de fortalecer as OSCs para garantir a efetiva participação da juventude, mostrando uma conexão entre a sociedade civil organizada e as ações nos comitês de bacia.
- **Comunicação Eficaz e Acessível:** A utilização de linguagem adequada ao público-alvo, o reconhecimento da importância da escuta ativa, e a criação de ferramentas e metodologias para melhor acessibilidade são aspectos comuns nas soluções.
- **Formação e Capacitação:** Algumas soluções propõem a capacitação de gestores escolares, a criação de grupos de trabalho da juventude, e o reconhecimento da juventude como fazedores da educomunicação, destacando a importância da formação contínua.
- **Ações Integradas e Articulação:** Muitas soluções indicam a necessidade de ações integradas, parcerias com escolas e universidades, e a criação de grupos de atuação para promover a articulação efetiva entre os diversos atores envolvidos.
- **Enfoque em Resultados e Avaliação:** Algumas soluções ressaltam a

importância de definir o público-alvo, criar estratégias, programar recursos e avaliar os resultados, indicando uma abordagem planejada e orientada a resultados.

Esses pontos refletem a diversidade de abordagens necessárias para engajar a juventude de maneira eficaz e promover uma participação ativa e consciente nos comitês de bacia, considerando as características específicas de cada contexto local.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Rafael de Assis Simões. CBH Alto Paraguaí Superior – MT. Trazer escolas para locais onde já existem ações de preservação.
2. Michelle Lopes. Ecopaerve – UFSC. Florianópolis SC. Criação de um app para divulgação de conhecimento sobre a qualidade da água da microbacia do Rio Vermelho - Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição. A cidade não está incluída em um CBH.
3. Elizangela - CBH Médio Teles Pires. Implementar Grupo de trabalho para falar sobre juventude.
4. FRANCISCO COMITÊ RIO JAPARATUBA. Ampliar as discussões para criar uma câmara de juventude.
5. Maxuel Rodrigues Pinto, Associação Rede Buriti do Bom Gosto, Tutóia/MA. Trabalhar com Educação Ambiental nos povoados que estão inseridos no território da bacia hidrográfica do rio Bom Gosto, Tutóia.
6. Gustavo Veronesi - SOS Mata Atlântica. Município de Itu + Redes sociais Internet. Fazer curso e produzir vídeo de como implantar um Jardim de Chuva (Solução baseada na Natureza).
7. Carlos Lima. Participação nas Temáticas Específicas.
8. Fernanda Estevam. CBH-PB/ Associação dos irrigantes no açude Epitácio. Nas escolas de Boqueirão, Capacitação para professores: Comitês nas escolas.
9. Gorett Braga CBHLP/Semarh. Gostaria de envolver os jovens nas ações dos Comitês do estado do Tocantins.
10. Andressa Paulo - CBH Rio Tibagi- PR. Convidar meus filhos e seus amigos para uma atividade e roda de conversa. Também sugerir ao Comitê criar uma câmara para os jovens.
11. Alice Azevedo - consórcio intermunicipal lagos são João - cbh Macaé e das ostras. Meu MPE é seguir no desenvolvimento dos projetos aprovados e financiados pelo cbh, como comitê nas escolas e realização de fórum anual para a juventude da bacia.
12. Tiago Lincka - Formação da juventude. Adentrar espaços em que possa bater papo com a juventude.
13. Raimundo Wellington Lino dos Santos. CBH-LITORAL/ Ceará. Levar para meu CBH e expor e discutir os conhecimentos aqui apresentados, e propor uma comissão para debater a inclusão da juventude no comitê.
14. Fórum da juventude. Irene Alves de Mello. Comitê CBHs. Organização. Associação livre dos aquicultores.
15. Jacqueline Pádua CCA. Propor estratégias comunicativas focadas na educação ambiental com o intuito de estimular a participação da comunidade no comitê.
16. Bere Brazil Consid. Nós do consórcio multi-finalitário do oeste da Bahia estamos criando um pacto pela educação ambiental com foco na implantação do programa de educação ambiental do oeste da Bahia nos dez municípios que o desenvolveram, iniciando nossos passos na rede de coletivos criados nos municípios.

17. Norma Barbado IFPR Campus Umuarama. Vou organizar um GT de Educação Ambiental com proposta da criação de atividades lúdicas e interativas para serem difundidas por meio das redes sociais. Local: Umuarama - PR.
18. Maria Luísa Krever Conzatti. CBH Baixo Jacuí – RS. Criar um grupo de trabalho com a juventude dentro do comitê.
19. Liliana Lincka, Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, Núcleo RN. Estudar e conhecer o território da bacia hidrográfica do rio Pirangi para participar do processo de criação do comitê.
20. Juliana CBH Macaé e das Ostras/RJ. Contribuir na divulgação das ações do comitê nos espaços da juventude.
21. Francisco Ivan de Aquino CBHLS Sobradinho Bahia, levar experiência em comunicação para a busca de fortalecer, trazer a juventude para dentro dos comitês.
22. Ana Alencar GBH Itapecuru MA. Criar GT da juventude empoderando os e usando o protagonismo de cada para inserir nos problemas ambientais, e eles sentirem se pertencentes.
23. Gabriel Soares de Almeida Pegoretti. Cbh Suaçuí. Saio daqui hoje com a certeza de que a juventude pode sim contribuir para um cbh mais atuante. Por isso levarei a proposta de inclusão de cotas de juventude no CBH.
24. Claudeise Costa Santos. Presidente Juscelino -MA. Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agriculturas Familiares. Trabalhar dentro da minha instituição junto a secretária de juventude rural levando a juventude a se conscientizar.
25. Washington Cesar Lima da Silva COBH Metropolitano Norte de Pernambuco - Incluir estudantes de Ensino Médio das escolas locais nas atividades de campo do Comitê.
26. Elis Gardênia comitê Rio Sergipe / Ocatma. Criar um GT da juventude.
27. Marcelo Gordiano Barbosa, CBH LITORAL CEARÁ, coordenador do Projeto NÃO RIO SEM O MEU RIO que foca nas ações de defesa dos mananciais de água doce, com o qual já mobilizamos o universo estudantil há 21 anos e pretendemos intensificar fazendo uso exponencial das ferramentas de comunicação atuais.
28. Educomunicação. Katia Souza Lima – CBHLSJ. Já trabalhamos com os jovens, mas ser jovem não é só ter pouca idade. É ter pensamento e atitudes jovens. Não cristalizar e trazer para o grupo novos membros, interessados e com disponibilidade.
29. Roseane Batista da Cunha. Fundação Nacional de Saúde. Comitê de Bacia do Rio Paraíba. Criar um Fórum da Juventude Universitária da Água na Paraíba.
30. Nilton Funai CBH LN. Implementar no território Indígena Tabajara e conscientização da preservação ambiental.
31. Albênia Monteiro. Cbhpb. APA 8 verde. Boqueirão PB. Criar algo que atraia os jovens a realidade deles. Criar competições relacionadas ao meio ambiente.
32. Franciane Queiroz - Igarapé/MG. Irei compartilhar cada ensinamento junto aos meus colegas de trabalho, para que possamos juntos explicar para comunidade com aplicações práticas, para uma Igarapé mais sustentável!
33. Janair Silva, CBH Rio Palma, TO. Representante dos usuários de recursos hídricos. Ação: continuar aprendendo para poder levar e buscar conhecimento para os membros e todas as pessoas que vivem na bacia na região do CBH.
34. Weverton Ferreira - CBH Piauí - Alagoas. Realizar visitas de campo técnicas para apresentar os pontos positivos das ações que podem ser executadas nos rios e mananciais.
35. Monique Soares - Agevap Resende-RJ. Criar canais de comunicação adequados para cada tipo de público, simplificando o conteúdo trabalhado pelos Comitês para que sejam apreendidos pela sociedade. Vamos desenvolver o senso de pertencimento e de responsabilidade.
36. Felipe Queiroz - Instituto Floresta Darcy Ribeiro-Amadarcy / Subcomitê do Siste-

ma lagunar Itaipu - Piratininga / Comitê da Baía de Guanabara - RJ. Vamos diagnosticar as residências carentes que não tem saneamento básico na microbacia do rio João Mendes e propor um projeto de ligação gratuita na rede coletora.

37. Jossilene - CBHRC Bahia. Discutir na câmara técnica de revisão do regimento como inserir juventude no Comitê.
38. Hamilton Teixeira Viana. CBH litoral Itaipoca - Ce. Proporcionar junto ao nosso comitê de Bacias um espaço para a participação efetiva da juventude local.
39. Eduardo de Araujo Rodrigues. IGAM – CEIVAP. Apoiar a implementação do PPEA CEIVAP e promovê-lo em todas as bacias hidrográficas do país!
40. Alessandra - Instituto Suinã - CBH PS Vale do Paraíba. Buscar parcerias em Universidades para integrar nos projetos socioambientais com bolsas de pesquisa para auxílio e maior adesão de jovens de comunidades vulneráveis.
41. Tatiana Pontes. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Fomento e valorização das ações positivas realizadas pelos produtores rurais na bacia.
42. Rejany Ferreira - CBH-BG. Provocar novamente o debate sobre a importância da participação da juventude nos comitês de bacias, trazendo a necessidade de criar um espaço que isso aconteça de forma efetiva no comitê.
43. Eng. Civil Leonardo Pisan - Prefeitura Municipal de Paraty/DAE. Estimular o engajamento “Educo Ambiental” dos jovens através da tecnologia, seja mídias sociais ou outras plataformas que fazem parte do cotidiano da grande massa jovem.
44. Helena Silvestre. CBH Preguiças e Peria. Ter mais comunicação com os jovens e também adultos sobre as políticas e comitês.
45. Comissões mistas com a sociedade civil para defesa do Meio Ambiente nas prefeituras do território de atuação do CBH Itabapoana. Antônio Paulo Pimentel da França - ONG REDI - CBH Itabapoana. Através de mecanismos de educação e mobilização social instigar atores sociais a reivindicarem criação de comissões junto às Assembleias Legislativas locais para defesa do Meio Ambiente, assegurando criação, implementação e fiscalização de leis que incentivem processos de Educação Ambiental junto às comunidades.
46. Repensar a inclusão é sentir e Agir para transformar o amanhã. Vinicius Mendes Subcomitê SAQUAREMA CBHLSJ.
47. Educomunicação. Nayara Dorigon Rodrigues SEDAM RONDÔNIA. Levar a Coordenação de RH de experiência de outros comitês quanto à elaboração de planos de EA para gestão de RH.
48. Audisio Girão. Comitê do Banabuiú – Ceará. Buscar estratégias para envolvimento dos diversos segmentos sociais na divulgação das ações dos Comitês de Bacias.
49. José Santos de Sá/ Botequim Sergipe CBHP PIAUÍ. Divulgar em todo meio de comunicação as boas práticas sobre meio ambiente.
50. Mônica Spegiorin. CBH-LN SP. Peguei contatos de participantes de Comitês próximos para trabalharmos em rede e compartilharmos ações já realizadas.
51. Vera Martins. Comitê Piabanha. Divulgar em sindicatos rurais, rádios e TVs comunitárias o chamamento da importância da participação social nos Comitês de Bacias Hidrográficas em prol de nossas águas com qualidade e quantidade pela vida.
52. Manoel Araujo da Silva. Comitê das bacias hidrográfica do Preguiça e Peria, fortalecimento das políticas públicas territorial e setorial com cursos de capacitação e comunicação, para melhorar conhecimentos de direitos e deveres da sociedade Urbana e rural.
53. Ingrid OSCATMA. Divulgar nos espaços onde se encontram os jovens a importância dos CBHS.
54. Carmem Silva - SEMA/RS. Melhorar a comunicação através das mídias sociais a sociedade da bacia informando as ações do comitê sobre política pública e convidando a participarem.

55. Lília Carla Gomes Santana - Bacia do Leste Bahia. Envolver a juventude no conhecimento da educação ambiental.
56. Gustavo Sardenberg Piratininga Surfe Clube representante dos usuários no subcomitê do sistema lagunar Itaipu Piratininga ligado ao CBH Baía da Guanabara. Vou engajar os jovens no entorno do sistema lagunar para traçarmos um diagnóstico sobre a realidade local ligando as questões de acesso à água e ao saneamento ambiental.
57. Fernando Souto. Comitê da Bacia do Baixo São Francisco – Sergipe. BUSCA Desenvolvimento de estratégias para traçar formas de interação dos jovens nas Bacias.
58. Simone - ANA. Estimular que comitês que tenham ações em educomunicação, como por exemplo CEIVAP, compartilhem sua experiência.
59. Implementação de MP em sala de aula. Inserir em contexto escolar a educomunicação de um modo mais palatável, propondo uma ligação entre as disciplinas basilares da grade curricular, inserindo ações e atividades transdisciplinares, fomentando o uso das redes sociais para a discussão do uso sustentável da água e recursos naturais. Silvina Júlia Damasceno de Oliveira.
60. Emmanuel Kant - CBH Acaraú / CE. Buscar estreitar as relações de comunicação entre CBHs e Secretarias de Educação.
61. Jéssica Feitoza SE. Podemos contribuir criando um diretório juvenil sobre educação, a fim de levar informações e conhecimentos a população que está na base e é usuária da bacia. Levar também capacitação técnica para a comunidade poder produzir sua própria mensagem.
62. Laura CBH Rio Munim - Maranhão. Estreitar as relações com a sociedade respeitando os saberes locais usando a Educomunicação.
63. Audisio Girão. Comitê da Bacia do Banabuiú - Ceará. Buscar meios estratégicos para divulgação das ações dos Comitês, junto aos diferentes segmentos da sociedade.
64. Manoel Araujo da Silva brasileiro. Vice Presidente do comitê das bacias hidrográficas do Preguiça e Peria, compramos o fortalecimento das políticas públicas territoriais e setoriais para os direitos e deveres com cursos de capacitação para a formação de agentes transformadores dessa realidade.
65. Andreza Lima - SEMAS/PA. A parte da síntese dos questionamentos e respostas irei levar a proposta de capacitar os pontos focais de Educação Ambiental para disseminar no meu estado.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações compartilhadas pelos participantes apresentam alguns elementos comuns em relação à promoção da participação da juventude e à educação ambiental. Aqui estão alguns pontos que essas ações têm em comum:

- **Envolvimento da Juventude:** Muitas das ações destacam a importância de envolver os jovens nas atividades dos comitês de bacia, reconhecendo a necessidade de incluir essa camada da sociedade nas discussões sobre recursos hídricos e preservação ambiental.
- **Estratégias de Comunicação e Educomunicação:** Muitas ações propõem o uso de estratégias de comunicação, incluindo mídias sociais, aplicativos, educação ambiental por meio de tecnologia (como criação de aplicativos), produção de vídeos, e criação de grupos de trabalho (GT) para promover a

divulgação de conhecimentos e a conscientização ambiental.

- Criação de Grupos de Trabalho (GT) e Câmaras Técnicas: Algumas ações sugerem a criação de grupos de trabalho específicos para tratar de questões relacionadas à juventude, bem como câmaras técnicas para discutir e incluir a juventude nos comitês.
- Atividades Práticas e Experienciais: Algumas ações visam realizar atividades práticas, como visitas de campo, atividades em sala de aula, rodas de conversa e atividades lúdicas para proporcionar experiências tangíveis e envolventes aos jovens.
- Fortalecimento das Políticas Públicas e Parcerias: Algumas ações mencionam o fortalecimento das políticas públicas, parcerias com universidades, sindicatos, ONGs e outras entidades para ampliar o alcance e a eficácia das ações.
- Inclusão nas Escolas e Universidades: Há ações que propõem a inclusão de temas relacionados à preservação ambiental nos currículos escolares, a criação de comitês nas escolas e a promoção de atividades em universidades.
- Capacitação e Formação: Algumas ações sugerem a capacitação de professores, líderes comunitários, jovens e outros envolvidos nas atividades, reconhecendo a importância da formação para melhorar o entendimento e o engajamento.
- Incentivo às Boas Práticas e Ações Positivas: Algumas ações propõem o reconhecimento e a divulgação de boas práticas e ações positivas relacionadas à preservação ambiental, contribuindo para incentivar uma cultura de cuidado com os recursos hídricos.

Esses pontos indicam uma abordagem abrangente que inclui não apenas a sensibilização ambiental, mas também estratégias práticas para envolver os jovens e a comunidade em geral nas questões relacionadas aos comitês de bacia e à preservação ambiental.



3ª Jornada
Temas Transversais

ESTAÇÃO 3
Água e Gênero

Facilitação	Vera Xavier, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Izabela Braga Neiva de Santana, ANA/SAS Vivyanne Graça de Melo, ANA/SAS
Palestrante	Mariane Ravello, ANA/SRB
Especialistas	Débora Emília da Silva, ARPA Passos/MG Fernanda Matos, NEOS/UFGM Vivyanne Graça de Melo, ANA/SAS
Participantes	51 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

- | | |
|---|--|
| 1. Como inserir o gênero masculino nas discussões das temáticas de gênero? | 1. Criar estruturas de debate as quais potencializam que os homens se percebam como parte da construção.
2. Espaços para os homens discutirem sobre a masculinidade de modo a vivenciarem aceitação da construção da evolução cultural.
3. Trabalhar as mulheres como mães e esposas no reconhecimento do seu papel na reconstrução cultural do papel de cada gênero na sociedade. |
| 2. Como fortalecer a temática “Mulheres e gêneros no processo de formação” dos Comitês de Sub-bacias hidrográficas? | 4. Criar deliberação que estabeleça a paridade de gênero na composição das vagas dos Comitês.
5. Criar grupo de trabalho para implementar ações visando ampliar a diversidade nos Comitês.
6. Propor a participação dos membros dos Comitês de bacias em Cursos de capacitação sobre Água e Gênero (novos membros deveriam fazer como pré-requisito à sua entrada no Comitê ou à sua permanência na vaga). |
| 3. Como articular junto ao conselho nacional uma normativa de integração dos conselhos de mulheres e recursos hídricos? | 7. Criar uma resolução dos dois conselhos nacionais (articulação) mostrando a necessidade de ação integrada de gênero e água, que chegue às instâncias Federal; Estaduais e Municipais. |
| 4. Como engajar as próprias MULHERES a fim de evitar a competição entre elas e fomentar a sororidade? | 8. Promover espaços para debate sobre SORORIDADE entre mulheres e grupos minoritários.
9. Efetivar e universalizar as Câmaras Técnicas de Mulheres em todos os Comitês do Brasil.
10. Criação de Fóruns regionais / estaduais- Mulheres pelas Águas.
11. Rodas de diálogo para que as Mulheres discutam sobre suas vivências promovendo assim a empatia entre elas. |
-

-
- | | |
|---|--|
| 5. Como encorajar as mulheres, para disputar espaços? | 12. Dando oportunidades e alocando as mesmas a tomada de decisões.
13. Derrubar barreiras que as fazem acreditar que não são capazes.
14. Promovendo palestras motivadoras de mulheres como a Viviane Graça.
15. Dar voz às mulheres inspiradoras.
16. Acolher a fragilidade de outra mulher.
17. Dar conhecimento.
18. Encorajar as meninas a ocupar espaços.
19. Definir um quantitativo mínimo (cotas) de mulheres para ocupar os espaços (cotas de cadeiras).
20. Fomentar a resiliência nos momentos de ocupação dos espaços.
21. Incentivar as meninas a ocupar espaços predominantemente masculinos. |
| 6. Como podemos garantir a participação das mulheres nas políticas públicas relacionadas às águas, preservação, as tomadas de decisões, etc.? | 22. Empoderar e manter o empoderamento do gênero feminino em todos os ambientes (escola, trabalho, residência, etc.)
23. Criando estruturas e mecanismos que facilitem o acesso, a voz e a permanência das mulheres em espaços de participação e de formulação e decisão.
24. Diminuir o pensamento de "rivalidade" entre as mulheres e que foi embutido pela sociedade. |
-

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas compartilham uma temática comum, centrada na promoção da igualdade de gênero e na inclusão das mulheres em discussões, processos de formação, e espaços de decisão relacionados aos recursos hídricos. Os pontos em comum entre essas perguntas incluem:

- **Inclusão e Participação:** Todas as perguntas refletem o interesse em garantir a inclusão ativa das mulheres nas discussões, processos de formação e tomadas de decisões relacionadas aos recursos hídricos.
- **Fortalecimento da Temática de Gênero:** Algumas perguntas abordam diretamente o fortalecimento da temática de gênero, particularmente em relação às mulheres, reconhecendo a importância de destacar suas contribuições e perspectivas.
- **Articulação e Normativas:** Algumas perguntas buscam estratégias para articular e promover normativas específicas que integrem conselhos de mulheres aos conselhos de recursos hídricos, evidenciando a busca por uma abordagem institucional mais inclusiva.
- **Sororidade e Evitar Competição:** Uma das perguntas destaca a importância

de fomentar a sororidade entre as mulheres, evitando a competição entre elas e promovendo um ambiente colaborativo e solidário.

- **Encorajamento e Empoderamento:** Questões sobre como encorajar e empoderar as mulheres indicam um interesse em superar barreiras e desafios que possam limitar a participação ativa das mulheres em diferentes aspectos relacionados à gestão de recursos hídricos.

Essas perguntas refletem um compromisso com a equidade de gênero, reconhecendo a importância de garantir a presença e a voz das mulheres em todos os aspectos relacionados à gestão sustentável da água e à preservação ambiental.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções cocriadas apresentam um foco comum na promoção da igualdade de gênero, na inclusão das mulheres em espaços de decisão e na desconstrução de estereótipos de gênero. Alguns elementos em comum entre essas soluções incluem:

- **Inclusão e Participação:** A maioria das soluções destaca a importância de criar espaços e oportunidades que promovam a inclusão ativa das mulheres em discussões, tomadas de decisões e participação em diferentes áreas, incluindo os Comitês de Bacias.
- **Desconstrução de Estereótipos:** Algumas soluções abordam diretamente a necessidade de desconstruir estereótipos de gênero, seja no reconhecimento do papel das mulheres na reconstrução cultural ou na promoção de diálogos sobre a masculinidade.
- **Cotas e Paridade de Gênero:** Algumas soluções propõem a implementação de cotas ou a definição de quantitativos mínimos de mulheres em espaços decisórios, visando garantir uma representação equitativa.
- **Empoderamento:** Várias soluções destacam a importância do empoderamento feminino, seja através de oportunidades de liderança, rodas de diálogo, incentivo à ocupação de espaços ou promoção de resiliência.
- **Conscientização e Educação:** Soluções sugerem a promoção de palestras, rodas de diálogo e cursos de capacitação para aumentar o conhecimento e conscientização sobre questões de gênero.
- **Sororidade e Empatia:** Algumas soluções destacam a importância de promover sororidade entre mulheres, incentivando diálogos e entendimento mútuo para superar rivalidades impostas pela sociedade.

- Acolhimento e Facilitação de Acesso: Soluções propõem a criação de estruturas e mecanismos que facilitem o acesso, a voz e a permanência das mulheres em diversos espaços, reconhecendo e acolhendo suas experiências.

Essas soluções refletem um esforço coletivo para criar ambientes mais inclusivos, justos e igualitários, reconhecendo o papel fundamental das mulheres em diferentes contextos sociais e institucionais.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Ita Porto. COBH PAJEÚ PERNAMBUCO. Fortalecer espaços de discussão específicos.
2. Risoneide Lima Bezerra- Diaconia/CBH Apodi Mossoró Rio Grande do Norte. Influência a criação da câmara temática de gênero no comitê.
3. Cláudio Pereira. Bom Jesus da Lapa, Bahia. Contribuir para a inserção da mulher e de gêneros diversos para ampliar a potencialidade quanto às importantes decisões em prol da vida.
4. Adriana Costa Ferreira - UFBA - ProfÁgua. Empoderar e manter o empoderamento do gênero feminino em todos os espaços. Diminuir o pensamento de "rivalidade" entre o gênero feminino.
5. Gercilene Meira / CBH Baixo Teles Pires / Mato Grosso. Promover mais diálogo com a inclusão de gênero nas discussões da água e recursos hídricos.
6. Cristina Galerani, Paraná, COALIAR. A Oficina Água e Gênero foi incrível. Vamos provocar a discussão no nosso Comitê.
7. Francisco José de Sousa Pinheiro. Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Banabuiu - Ce. Propor que seja estabelecida a paridade de gênero na próxima eleição do comitê.
8. Camila - Igam. Promover a aproximação entre o Conselho de Mulheres e a pauta de recursos hídricos.
9. Elaine Sergipe. As mulheres empoderadas, ajudem a empoderar mais mulheres e crescer a rede.
10. Ivonete Salete Jacques. Carlinda/MT, Secretária Municipal de Meio Ambiente, ocupo o cargo de Engenheira Florestal, Incentivar as mulheres a ocupar espaços predominantemente masculinos.
11. Cristiane Kreutz / ProfÁgua / Universidade Tecnológica Federal do Paraná/. Meu MPE será realizar um levantamento/estudo sobre equidade de gênero num curso de engenharia, para iniciar uma provocação de como as mulheres que cursam engenharia civil se sentem, se há barreiras a serem superadas, etc.
12. Andréa Bialezki/CBH Piraponema. Articular com as mulheres do meu comitê uma rede colaborativa para as participações nas discussões e plenárias. A ideia é que cada uma que falar, tenha suas ideias reforçadas por outra mulher do comitê.
13. Mayra - Brasília/DF. Eu como profissional continuarei cuidando da segurança de pessoas, formando profissionais mais conscientes em relação ao MA, e participando de ações que contribuem com a preservação de vidas e meio ambiente. E quando possível participar de eventos como este, contribuindo com ideias, trocando experiências e sendo protagonista.
14. Izabela Lima - IFCE CAMOCIM - Comitê de Bacias do Coreaú. Meu MPE será criar uma linha no meu grupo de pesquisa no IFCE para pesquisar as demandas da relação água e gênero na Região Hidrográfica do Coreaú.
15. Clara, Igam (órgão gestor MG). Criar comissão interna para promover a igualdade de gênero na instituição.

16. Jacqueline Guerreiro, RJ, CBH da Baía da Guanabara. Integrar o movimento de Mulheres dos CBHs à Redes como Rede Brasileira de Educação Ambiental, Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas e Rede de Mulheres Ambientalistas da América Latina.
17. Aparecida Scatambuli Sicuto. CBH Baixo Teles Pires- MT. Levar conhecimento através da nossa entidade para manter o empoderamento feminino nos diversos ambientes.
18. Cléa Amorim Comitê Bacia JQ2, MG. Como encorajar mulheres a participar dos espaços? Dar oportunidade de aprendizado e de conhecimento com informações e capacitações; fomentar criação de câmara técnica de mulheres; monitorar as instâncias de políticas públicas para não só ocupação de cotas, mas sim de cadeiras.
19. Libânia Ferreira CBHLP Palmas TO. Criar mecanismos para garantir a participação das mulheres em todos os espaços e discussões relacionadas às Águas e garantir a criação da Câmara Técnica das Mulheres nos Comitês.
20. Marinês Wiegert Andreghetto e César Pedro Andreghetto. Chapadina Ma. Usuários, a importância da participação dos homens e mulheres Quando o assunto é gênero. Ao lado de um grande homem tem uma grande mulher.
21. Rosângela Teixeira – Presidente do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe e Conselheira Estadual de Recursos Hídricos. Efetivar a criação e instalação de câmaras técnicas de mulher em todos os Comitês de Bacias do Brasil. Criação do Fórum regional/estadual das MULHERES PELAS ÁGUAS e, posteriormente, o Fórum nacional.
22. Márcia ANA. Participar mais das atividades do Comitê de Gênero da minha instituição e instigar a participação das minhas colegas de trabalho.
23. Ethiane Agnoletto/CBH Médio Teles Pires – Guarantã do Norte/MT. Mínimo passo estratégico: Criar o Grupo de Trabalho Mulheres nas Águas, dentro dos CBHs que eu participo (Médio e Alto Teles Pires).
24. Andréa Borges CBH PCJ SP. Vou atuar para criar um grupo de trabalho sobre diversidade na Câmara Técnica de Educação Ambiental, para debatermos como ampliar a participação de mulheres e outras minorias de gênero, comunidades tradicionais e pessoas que não se identificam como brancas nos Comitês PCJ.
25. Lissiane Melo dos Santos (Aracaju/SE). Secretária de Estado da Educação e da Cultura. Conversar a respeito do que foi debatido aqui no Encob, em relação à participação das mulheres nas políticas públicas de decisão, nos meios em que convivo, para que de alguma forma, possa despertar o interesse de cada uma delas.
26. Maria Aparecida Lacerda de Albuquerque CBH Piauí Sergipe. Maior número de participação. –

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações compartilham um foco comum na promoção da equidade de gênero e na ampliação da participação das mulheres em espaços de discussão e tomada de decisões relacionadas à gestão de recursos hídricos. Alguns elementos em comum entre essas ações incluem:

- Fortalecimento de Espaços de Discussão: Muitas ações visam fortalecer espaços específicos, como câmaras temáticas ou grupos de trabalho, para discutir questões de gênero e recursos hídricos.
- Incentivo à Participação Feminina: Há uma ênfase em incentivar a participação ativa das mulheres, seja por meio de articulações para

criar câmaras técnicas de mulheres, fóruns regionais ou estaduais, ou promovendo diálogos e redes colaborativas.

- **Empoderamento Feminino:** Algumas ações destacam a importância do empoderamento feminino em todos os ambientes, buscando diminuir rivalidades e encorajar as mulheres a ocupar espaços historicamente predominantemente masculinos.
- **Criação de Grupos de Trabalho:** A criação de grupos de trabalho específicos sobre diversidade, gênero e educação ambiental é uma estratégia comum para debater e ampliar a participação de mulheres e outras minorias de gênero nos Comitês.
- **Propostas de Paridade de Gênero:** Algumas ações propõem medidas concretas, como estabelecer a paridade de gênero em eleições futuras de comitês ou monitorar instâncias de políticas públicas para garantir não apenas cotas, mas efetiva ocupação de cadeiras por mulheres.
- **Conscientização e Diálogo:** Muitas ações propõem ações de conscientização, diálogo e pesquisa para entender e abordar as barreiras enfrentadas pelas mulheres, como estudos sobre a equidade de gênero em cursos de engenharia.
- **Redes Colaborativas:** A ideia de criar redes colaborativas entre mulheres nos comitês é recorrente, destacando a importância de fortalecer as ideias de cada mulher por meio do apoio mútuo.
- **Integração de Gênero e Recursos Hídricos:** Algumas ações visam integrar as pautas de gênero com as discussões sobre recursos hídricos, promovendo a aproximação entre conselhos de mulheres e agendas relacionadas à água.

Essas ações refletem um compromisso coletivo em promover a igualdade de gênero e garantir uma representação mais justa e diversificada nos processos decisórios relacionados à gestão de recursos hídricos.



3ª Jornada
Temas Transversais

ESTAÇÃO 5
Alocação da Água e Gestão de Conflitos

Facilitação	Claudia Prado, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Luis Mello, ANA/SAS Og Arão Rubert Vieira, ANA/SER
Palestrante	Marco José Melo Neves, ANA/SER
Especialistas	João Lúcio Farias, COGERH/CR Og Arão Rubert Vieira, ANA/SER Waldemir Azevedo, AESA
Participantes	286 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES**SOLUÇÕES COCRIADAS**

- | | |
|--|---|
| 1. Como garantir os usos múltiplos de uma bacia? | <ol style="list-style-type: none">1. Investindo em recuperação e manutenção de nascentes e mananciais;2. Fortalecendo os CBHs para garantir a implementação dos instrumentos da política de gestão de recursos hídricos;3. Através do planejamento integrado e alocação flexível da água;4. Dar visibilidade às ações dos CBHS. Divulgação ao público;5. Realizar consultas públicas;6. Adequar a legislação às necessidades de todos os usuários. |
| 2. Qual o papel dos CBHs na gestão dos conflitos pelo uso da água? | <ol style="list-style-type: none">7. Através das pactuações dos usos da água e finalidades de uso de um determinado trecho de rio ou BH;8. Os conflitos devem ser reproduzidos dentro do comitê, porém os representantes dos segmentos conflitantes têm que se colocarem na pele do adversário e entender seus argumentos para explicar aos seus representados;9. Através da capacitação de conselheiros e câmaras técnicas para a gestão dos conflitos com a expertise necessária;10. Conduzir a mediação, focando na prioridade do uso para os humanos e animais;11. Ter conhecimento real da sua bacia hidrográfica. |
| 3. Quem fala pela fauna aquática? | <ol style="list-style-type: none">12. Os que vivem da água: usuários, pescadores, marisqueiros, caranguejeiros, biólogos. São os primeiros a chamar a atenção;13. Criar câmara técnica de Pesca no CBH;14. Juntar os entes do saneamento e implementar o sistema;15. Biorremediação;16. Art. 225 CF: Responsabilidade do poder público e da coletividade;17. O comitê perante a sociedade;18. Dentro do CBH B representante dos usuários da fauna aquática. |
-

-
- | | |
|---|---|
| 4. Como ser resolutivo no surgimento de conflitos no uso da água? | <ul style="list-style-type: none">19. Levando este conflito para as câmaras técnicas do CBH para que CBH proponha soluções para o conflito já que é a instância responsável pela solução de conflitos em primeira instância;20. Escutar todos os lados e ampliar a participação na gestão de recursos hídricos;21. Democratizar as informações;22. Esgotando todas as instâncias dentro do comitê, o CBH faz a representação junto ao ministério público;23. Fomentar discussões sobre o reuso da água;24. Agir com transparência à luz da lei 9433/97 com discussão participativa;25. Capacitação de conselheiros e câmaras técnicas para a necessária expertise e contratação de equipe multidisciplinar. |
| <hr/> | |
| 5. Como gerenciar/monitorar a autorização de outorgas de uso da água nos CBHs sem interferências políticas? | <ul style="list-style-type: none">26. Implantar sistema integrado de informações;27. Permitir a transparência das informações para consulta pública das outorgas existentes e a serem outorgadas.28. Tornar transparente e democratizar as informações para a tomada de decisões. Ampliar o envolvimento da sociedade;29. Com a instalação de medidores bem distribuídos tornando a gestão mais técnica. (Pizzato CBH BA) |
| <hr/> | |
| 6. Como fazer com que o órgão gestor respeite o papel dos comitês na solução de conflitos pelo uso da água? | <ul style="list-style-type: none">30. Órgão gestor fazer parte dos CBHs e respeitar as decisões colegiadas;31. Envolver os MPS;32. Inserir nas competências (de forma legal) o apoio e ações que o órgão deve realizar em relação aos comitês;33. Deixar claro e de forma pública os papéis de cada um dos atores;34. Através do trabalho do próprio comitê com suas deliberações pertinentes e inteligentes de tal forma que o órgão gestor veja o comitê como um aliado e que possa lhe conferir responsabilidade. |
-

-
7. Como estruturar os CBHs para apoiar as soluções de conflitos?
35. Com formação de câmaras técnicas ou grupos de trabalho com foco principal de escutar os usuários de água;
 36. Com capacitação dos membros para mediar os conflitos;
 37. Articulação e integração com os órgãos técnicos envolvidos para troca de experiências e consultoria;
 38. Após apresentação da demanda-conflito ao CBH o mesmo deve-se estruturar com a criação do "GT" que pois o resultado apresentar na plenária para discussão final e elaboração de documento pacto e/ou acordo de alocação negociada;
 39. Capacitação dos membros à luz da lei 9433/97 bem como criar grupos ou câmaras técnicas específicas para o tema.
-
8. Como garantir que os CBHs atuem de forma eficiente na gestão de conflitos?
40. Formação permanente dos membros, através de cursos específicos;
 41. Inteirar para não entregar;
 42. Com integração e articulação com os órgãos intervenientes e uma boa rede de comunicação;
 43. Transparência de informação;
 44. Os membros dos CBHs devem estar comprometidos com a gestão de recursos hídricos de forma correta e responsável;
 45. Com participação e capacitação
-
9. Como fazer uma alocação que atenda a todos os interesses da bacia?
46. Por meio da pactuação entre os entes, grupos sociais;
 47. Realizando um diagnóstico e cadastro de necessidades dos usuários;
 48. Ampliando a participação para além do comitê criando comissões o mais local possível;
 49. Não existe, entretanto, pode-se buscar mais eficiência com conhecimento técnico e sócio-econômico dos COBHS melhorando a eficácia das ações;
 50. Com equidade e transparência;
 51. Focando no desenvolvimento sustentável que garanta os usos múltiplos da água e seus devidos processos de preservação;
 52. Com formação em educação ambiental;
 53. Incentivando a participação de todos os atores nas decisões dos CBHs;
 54. Estabelecendo os quantitativos para cada segmento, de acordo com os aspectos prioritários legais da lei 9433;
 55. Capacitação de conselheiros e câmaras técnicas para a necessária expertise para lidar com a questão e contratação de equipe multidisciplinar.
-

10. Quais as orientações a serem utilizadas para gerir conflitos em caso de disputa pelo uso da água?	<p>56. Entender e escutar as demandas de baixo para cima;</p> <p>57. Diálogo permanente, fortalecer os comitês de bacias;</p> <p>58. Planejamento prévio, monitoramento, controle operacional;</p> <p>59. Quantificar a disponibilidade hídrica;</p> <p>60. Educação ambiental em todas as fases;</p> <p>61. Cada representante levar de volta as discussões realizadas no comitê.</p>
11. Como resolver conflitos entre irrigantes e abastecimento humano?	<p>62. Diálogo com os Órgãos gestores devem exercer o papel de mediadores e promover o diálogo entre as partes;</p> <p>63. Implementação de crédito da água (Banco de águas - Arizona);</p> <p>64. Segundo a Lei 9433/97 a prioridade é o uso múltiplo da água (abastecimento humano);</p> <p>65. Garantir o cumprimento das outorgas estabelecidas (medição e fiscalização) e incentivar as partes a aderir/realizar produção de água.</p>
12. Qual o papel da comissão de alocação?	<p>66. Realizar a pactuação entre as partes;</p> <p>67. Garantir que todas as categorias sejam contempladas;</p> <p>68. Mediar os conflitos com embasamento técnico e social;</p> <p>69. Dar água a quem tem sede (compartilhar água);</p> <p>70. Integrar a sociedade civil e o poder público;</p> <p>71. Debater questões de organização local, para melhorar gestão e proteção dos reservatórios estratégicos;</p> <p>72. Acompanhar tudo que foi pactuado.</p>
13. Qual definição clara de usos prioritários?	<p>73. É a Lei, é bastante clara;</p> <p>74. Conhecer a Bacia e seus usos;</p> <p>75. Os usos prioritários, são que se adequam a realidade local;</p> <p>76. Depende da necessidade para sobrevivência.</p>

14. Quais as primeiras etapas para se realizar uma alocação?	<p>77. Mobilização de todos os agentes envolvidos no processo;</p> <p>78. Estudo da qualidade e quantidade de água disponível;</p> <p>79. Determinar prioridades de acordo com as especificidades de cada região;</p> <p>80. Conhecer o histórico de uso da água na região dos beneficiários;</p> <p>81. Após uma deliberação de conflitos determinado pelo comitê;</p> <p>82. Alocação para evitar conflitos.</p>
15. Qual deve ser a prioridade ao se considerar a alocação negociada?	<p>83. Deve ser consideradas as demandas locais específicas de cada os usuários de água;</p> <p>84. Deve ser dialogada com os usuários de forma técnica e de forma justa;</p> <p>85. Respeitar as características de cada região dentro da bacia;</p> <p>86. O uso para humano e animal;</p> <p>87. A prioridade na alocação negociada deve ser definida em ordem no Plano de Bacia e decidida face a realidade da disponibilidade nas reuniões do Comitê;</p> <p>88. Abrir diálogo junto aos usuários de área de conflitos por meio de orientação técnica.</p>
16. Como dirimir conflitos de interesse entre usuários grandes e pequenos no contexto da alocação negociada?	<p>89. Pactuação entre os usuários;</p> <p>90. Paridade na representação das instituições;</p> <p>91. Definição de usos prioritários:</p>
17. Quais os caminhos para formalizar a integração dos fóruns dos comitês (estadual e nacional) no sistema de RH?	<p>92. Fortalecimento da gestão participativa no processo de tomada de decisão;</p> <p>93. Formação de comitês mais descentralizada e diversificada;</p> <p>94. Por meio de uma passível deliberação do Fórum nacional, fazendo com que seja uma agenda para futuras plenárias;</p> <p>95. Mobilizar os atores envolvidos dentro da gestão descentralizada para o fortalecimento do colegiado;</p> <p>96. Criar parlamento unificado - CBH estadual+ CBH federal, a exemplo dos CBH PCJ.</p>

18. Quais são as diferenças entre alocação negociada e marcos regulatórios?	97. A alocação negociada envolve articulações/negociações diretas entre as partes interessadas sendo flexível, sensível e democrática ao contexto local e a lei das Águas 9433/97. Em contrapartida, o marco regulatório é um sistema de regras governamentais que define a alocação dos recursos hídricos de forma estável, porém menos flexível e participativa. Direcionar quando necessário e sempre desenhar.
19. Qual o papel do CBH e do órgão gestor para resolver os conflitos de alocação de água?	98. Atuar como mediador de conflitos na bacia; 99. Atuação conjunta entre comitê de bacias e do órgão gestor, nas discussões técnicas dos conflitos.
20. Como os comitês, enquanto atores políticos, podem atuar de forma efetiva na alocação de água e gestão de conflitos?	100. Como os comitês, enquanto atores políticos, podem atuar de forma efetiva na alocação de água e gestão de conflitos? 101. Criando um instrumento legal para a atuação dos comitês. 102. O órgão gestor deve disponibilizar informações dos usuários, cadastrados ou outorgados, e a disponibilidade hídrica, no reservatório ou trecho de rio aquífero, que permita o comitê discutir e tomar decisões, assim como nas câmaras técnicas; 103. Discutir e propor: priorização de usos no âmbito das sub-bacias críticas; tecnologia de racionalização do uso da água. Ex. métodos de irrigação menos consultivas; 104. Capacitação de conselheiro, e câmaras técnicas para o necessário expertise para a mediação de conflitos e gestão dos rec. hídricos; 105. Dando abertura para recepção da proposta de alocação para a gestão compartilhada entre os usuários dando resposta ao órgão gestor por meio do "GT" e plenária do CBH.
21. Como mediar conflitos diante das necessidades dos entes envolvidos?	106. Criação de comissão executiva (eleita democraticamente), onde a mesma possa dirimir entre as partes envolvidas. Como objetivo de chegar no interesse comum seguindo os critérios de prioridades, e quantidade; 107. Capacitação de conselheiros e câmaras técnicas para expertise necessária a mediação de conflitos.
22. Como tomar decisões com poucos dados? E como garantir informações mais locais e concretas para subsidiar a tomada de decisões?	108. Recolher informações da população local para subsidiar um posicionamento entre os órgãos responsáveis; 109. Criação de um SIG com transparência social para outorgas concedidas e a serem concedidas; 110. Reunir as entidades a fim de buscar soluções tendo como base a legislação vigente.

23. Como garantir a alocação de água efetiva?	<p>111. Fortalecer e criar comissões “o mais local possível” para discutir e acompanhar as alocações?</p> <p>112. Utilizar tecnologias compartilhadas com usuários para efetivar o controle social?</p> <p>113. Gestão integrada e efetiva em tecnologia da informação e comunicação para o processo de tomada de decisão eficaz;</p> <p>114. Estruturar o IGARN e implementar a cobrança pelo uso da água.</p>
24. Qual o papel do comitê na solução de conflitos?	115. Articular os diversos interesses de todos os atores envolvidos (usuários, sociedade civil e poder público).
25. Como o governo se prepara para uma possível escassez de água oriunda das mudanças climáticas?	<p>116. Elaborar Planos e Projetos que insira e beneficie a sociedade civil organizada, usuários e poder público de forma unificadas com Projetos de conscientização dos beneficiários das margens, com a prevenção de matas ciliares, descarte adequado do lixo e recuperação da vegetação nativa;</p> <p>117. Aumento de infraestruturas de água (SUDS, recarga gerenciada de aquíferos) e redução de pedras;</p> <p>118. Valorizando a soc. civil e demais setores conflitantes.</p>

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentam um foco comum na gestão e resolução de conflitos relacionados ao uso da água em bacias hidrográficas. Alguns pontos em comum incluem:

- **Gestão de Conflitos:** Todas as perguntas abordam, direta ou indiretamente, a gestão de conflitos na utilização da água, destacando a preocupação com a resolução pacífica de disputas e a promoção de usos sustentáveis.
- **Papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs):** Várias perguntas exploram o papel dos CBHs na gestão de conflitos, buscando entender como esses órgãos podem atuar eficientemente na resolução de disputas e garantir usos equitativos e sustentáveis.
- **Alocação de Água:** Muitas perguntas se concentram na alocação de água, abordando desde a definição de usos prioritários até a resolução de conflitos de alocação, indicando a importância de um uso efetivo e justo dos recursos hídricos.
- **Relação com Órgãos Gestores:** Algumas perguntas questionam como os CBHs podem interagir de maneira eficaz com os órgãos gestores, garantindo o respeito pelo papel desses comitês na solução de conflitos e evitando interferências políticas indevidas.

- **Preparação para Mudanças Climáticas:** Há uma pergunta específica sobre como o governo se prepara para a possível escassez de água devido às mudanças climáticas, evidenciando a preocupação com a sustentabilidade em um contexto de alterações ambientais.
- **Tomada de Decisões e Informações Locais:** Algumas perguntas abordam o desafio de tomar decisões com poucos dados e destacam a importância de garantir informações locais e concretas para subsidiar a tomada de decisões, enfatizando a necessidade de dados precisos.
- **Integração e Formalização:** Algumas perguntas exploram a integração dos fóruns dos comitês no sistema de Recursos Hídricos, indicando o interesse em formalizar e fortalecer a participação desses comitês no contexto mais amplo.

Essas perguntas refletem a complexidade e os desafios envolvidos na gestão sustentável dos recursos hídricos, destacando a necessidade de estratégias eficientes para lidar com conflitos e garantir a alocação justa e efetiva da água.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções apresentam um conjunto de estratégias e abordagens comuns para enfrentar desafios relacionados à gestão de recursos hídricos e resolução de conflitos. Aqui estão alguns pontos em comum entre as soluções cocriadas:

- **Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs):** Muitas soluções destacam a importância de fortalecer os CBHs, capacitando conselheiros, criando câmaras técnicas específicas e promovendo a gestão participativa.
- **Transparência e Democratização das Informações:** Várias soluções apontam para a necessidade de tornar as informações sobre outorgas, disponibilidade hídrica e decisões do CBH transparentes e acessíveis ao público. Algumas propostas incluem a criação de sistemas integrados de informações e consultas públicas.
- **Alocação Negociada e Mediação de Conflitos:** A alocação negociada é uma estratégia comum para lidar com conflitos, envolvendo a mediação de disputas entre diferentes partes interessadas. Algumas soluções também mencionam a criação de comissões ou grupos de trabalho para discutir e propor soluções.
- **Envolvimento da Sociedade Civil:** Muitas soluções enfatizam a importância de envolver a sociedade civil, usuários e comunidades locais na gestão de recursos hídricos, seja por meio de consultas públicas, educação ambiental

ou inclusão em comissões e grupos de trabalho.

- **Adaptação da Legislação:** Algumas soluções propõem a adequação da legislação às necessidades dos usuários, destacando a importância de uma legislação que reflita a realidade local e promova usos sustentáveis da água.
- **Conscientização e Educação Ambiental:** A promoção de ações de conscientização e educação ambiental é uma abordagem comum para sensibilizar a população sobre a importância da preservação dos recursos hídricos e envolver diferentes setores na gestão responsável.
- **Integração entre Órgãos Gestores e CBHs:** Algumas soluções sugerem uma maior integração entre os órgãos gestores e os CBHs, buscando uma atuação conjunta na discussão técnica dos conflitos e no respeito às decisões colegiadas.
- **Planejamento Integrado:** O planejamento integrado, envolvendo a articulação de diversos interesses, é destacado como uma estratégia essencial para abordar desafios complexos relacionados à gestão de recursos hídricos.

Essas soluções refletem uma abordagem abrangente e colaborativa para a gestão sustentável da água, reconhecendo a necessidade de envolver diversos atores, promover a transparência e buscar soluções negociadas para os desafios enfrentados nas bacias hidrográficas.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Jacson Ferreira. Associação dos pequenos produtores rurais de lagoa do canto.
2. Lana Alves | aluna do IFRN | Natal RN. A partir de amanhã irei buscar os comitês do Rio Grande do Norte, e ver a frequência das reuniões para participar como civil e entender as necessidades.
3. Bruno. Apac PE. Potencializar a maior integração com os comitês de bacia a fim de consolidar a gestão participativa.
4. Paola Fernanda Daniel | IMAC | Rio Branco/AC. A partir de amanhã irei fomentar e implementar a criação de um comitê de bacias no meu estado.
5. Domingos Vaz - SAA CATI - CBH-PS. Valorizar o processo de alocação como ferramenta de gestão de conflitos.
6. Mateus França. CBH Alto Paraguai Superior. Diamantino-MT. Conhecer e ajudar a pôr em prática o plano do meu CBH.
7. Kaio Dantas- SEMARH/RN. Promover o incentivo à regularização dos usuários para que os órgãos gestores de recursos hídricos possam conhecer as demandas dos sistemas hídricos e realizar uma alocação mais condizente com a realidade.
8. Luiz Eduardo G Machado. Trazer clareza ao processo de alocação, definindo as atribuições e limites dos órgãos gestores e dos comitês de bacia.
9. Alexandre Ramos. Associação Águas do Nordeste. Levar informações para o máximo de gente possível sobre o tema da alocação de água. Levar para o cbh a necessidade de aprofundar esse tema.

10. Paulo Maier - ICMBio Araripe. Articular estimativas de vazão ecológica na Sub-bacia do Salgado.
11. Renaldo Lino Da Silva, sociedade civil, Etnia KRENAK. A partir de amanhã eu vou primeiro ouvir pra depois opinar, e opinar se eu souber dar a solução da discussão.
12. Daniel - Funai Maranhão. Compartilhar com os servidores do local ao qual trabalho o aprendizado, as experiências e outras informações adquiridas no ENCOB.
13. Edio Damasio - CBH Bois. Divulgação das realidades diversas aprendidas no Encob para alunos da graduação de minha instituição de ensino.
14. Marco Maia - Fomento do Brasil Mineração Ltda. Intensificar as discussões sobre água de reuso, fomentando sua utilização e reduzindo a demanda de água bruta para diversas atividades.
15. João Zuffa/ Parana3. Definir junto aos CBHs as prioridades de usos e alocação para cada uso.
16. Luiz Henrique Magalhães Noquelli. Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso. Reunião com o FECBH para traçar as ações a serem desenvolvidas pelos CBHs em parceria com o Órgão Gestor.
17. Antônio Manoel da Silva Filho - CBH PPA, Itaporanga/PB. Indicação de participantes nos comitês que possuam expertises na Gestão das Águas, inclusive representantes das defesas civis dos estados, municípios, governo federal.
18. André Luiz Klaus - CBH ALTO TELES PIRES-MT. Divulgar para os vizinhos o que é um CBH e suas ações.
19. Marcos Vinicius - SEMAD/GO. Retomar a discussão sobre a padronização e publicidade das informações relacionadas aos usos autorizados ou conhecidos.
20. Francisco Nogueira (secretaria de agricultura, meio ambiente, pesca e recursos hídricos de Apodi RN. Diálogo direto com quem realmente é usuário de água, levando em conta as especificidades de cada região para que de fato seja feito de forma justa as alocações de uso de água.
21. Givaldo Serafim Soares. Membro do CBHLN. Participação dos comitês com suas realidades locais e possíveis soluções.
22. Glauco Lima Feitosa -SEMAPI/AC. Iniciar trabalhos em Educação Ambiental para preservação dos Recursos Hídricos em escolas rurais e urbanas.
23. Ariana Rosa Bueno Damiano- DAEE/ CBH-PCJ. A partir de amanhã eu vou melhorar as minhas ações em relação aos recursos hídricos.
24. Eliel Motta - CBH Médio Teles Pires / MT. Reproduzir o conhecimento adquirido com os demais membros do Comitês, fomentar o trabalho em rede para efetivação de trabalhos propostos.
25. Antônio Edilberto dos Santos. Divulgar este Encob.
26. Aprender a preservar melhor o nosso meio ambiente. Evitar desperdícios de água. Alberto Tibola - Comitê do Covapé/ Primavera do Leste - MT.
27. Cloer Costa. CODEVASF 10a/SR – Tocantins. Divulgar as ações do comitê na empresa, pois muitos próximos de nós não têm conhecimento do papel do comitê e como as deliberações impactam no dia a dia da população.
28. Vitória Leopoldina - advogada ambiental. Contribuir para construção de um projeto de lei para proteção de rios.
29. Marcelo Libanio CBH Piranga. Estudar.
30. Antônio Alzemar de Oliveira. Procurar divulgar o máximo aos meus companheiros da Bacia do Curu - CE. A água não de ouro, a água não é prata, a água não é petróleo. Ela é a VIDA.
31. Eloi Luft. Comitê Santa Maria. Rio Grande do Sul. Buscar em conversa com as entidades do meu comitê, ações práticas de melhoria da qualidade das águas mediante conscientização do menor abandono de lixo aos recursos hídricos.
32. Kamilla Rufino - CBH. Levar conhecimento e fomentar políticas públicas

para melhor gestão e uso da água.

33. Tiago Alves Consuchapeu Pernambuco. Meu passo e integra os Jones nos conhecimentos com todos as bases ambientais e usos de água com conhecimento.
34. Ailton Joaquim - CBHSF4. A partir de amanhã serei ainda melhor que hoje em defesa das questões ambientais.
35. Altegnio Dornellas - CBH Urucuia SF8. A partir de amanhã eu quero despertar o interesse pela preservação dos recursos hídricos.
36. Rodrigo Zanelati - SEMAD/GO. Trabalhar na elaboração de projetos que melhore a comunicação entre o órgão gestor, comitês de bacias e setor usuário de recursos hídricos no âmbito das alocações negociadas.
37. Cecília de Barros Aranha- DAEE/ CBH-PCJ/ SMT. A partir de amanhã eu vou esquematizar os diálogos relacionados ao aprendizado que levo daqui.
38. Renaldo Lino Da Silva, sociedade civil, Etnia KRENAK. Vou continuar no trabalho de conscientização da importância da recomposição vegetal.
39. Carlos Dias cbh Ceará. Participar mais ativamente dos movimentos socioambientais.
40. Cícero Dias, CBH Salgado-CE. Conduzir entre os atores, o aprendizado-devolutiva vivenciada, XXV ENCOB.
41. Sandra Escher. Cuidar das matas ciliares propor projeto de reflorestamento nas app.
42. Uirlei Borges CBH PASO/BA. Diálogo com os envolvidos no conflito.
43. Deraldo Neto (CBHRS / Bahia). Buscar a implementação dos instrumentos de gestão das águas no comitê a fim de atender o que preconiza o plano de Bacia.
44. Peronete Maria da Conceição Alves Oliveira. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso Tocantins. A partir de hoje estarei buscando mais conhecimento para contribuir melhor com o Comitê de Bacia no intuito de fortalecê-lo e torná-lo mais eficiente, como também fortalecer seu poder de decisão.
45. Francisco Jocerlan Sampaio de Aquino. Eu a partir de amanhã, estarei buscando cada vez, pesquisar as bacias, conhecer a realidade dos nossos recursos hídricos, buscar implementar políticas públicas, de preservação ambiental, e cobrar ações eficazes para o melhoramento das nossas reservas hídricas.
46. Teófilo Joaquim de Santana Neto representante o Cbh- Comitê de Bacia dos Rios do Entorno do Lago de Sobradinho. Divulgarei as informações do Encob para os membros do Cbh e moradores da Bacia.
47. Leonardo Hellström- Usuário (mineração/ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru/BA). Fortalecer as parcerias públicas privadas, visando constantes discussões para implementação de projetos, planos e programas socioambientais para melhoria da cidade onde os usuários atuam. Promover grandes projetos de educação ambiental. Promover desenvolvimento local através de programas de formação ambiental e mineração nas comunidades. Articular parcerias com instituições públicas, sociedade e instituições privadas para engajamento e compromisso ambiental com a temática das águas.
48. Nélio Lima - Senar/Goiás. Mobilização de instituições para a participação do Comitê, pois quanto mais união melhor são as ações nas resoluções das dificuldades em gestão de recursos hídricos.
49. Natalino da Silva. CBH Rio Passo Fundo. Incentivar a participação de todos os setores no comitê.
50. Rafaela Lins - CBH/Una- PE. Articular os diferentes atores, para priorizar ações efetivas na gestão dos recursos hídricos.
51. Antônio Manoel da Silva Filho - CBH PPA, Itaporanga PB. Indicação de participantes com expertises na Gestão das Águas, inclusive representantes das Defesas Civas do Brasil, em todos os estados, municípios e federação.
52. Jucier Leandro Silva Nogueira. Compa-

nhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH. Gerência regional de Limoeiro do Norte. A partir de amanhã, vou trabalhar mais ainda em prol de melhorias na gestão de recursos hídricos e ambientais do estado do Ceará. Que eu consiga em coletivo fortalecer ainda mais o caminhar dos CBHs, dando o melhor de mim nesta empreitada. Por fim, que possamos engrandecer e aprender com as diversidades da caminhada diária, principalmente no tocante a nova geração das águas.

53. Maria Gorete dos Santos Cordeiro. Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A partir de amanhã, meu passo é ver as necessidades individuais de cada CBHs.
54. Definir critérios, procedimentos e competências claras e objetivas para guiar órgãos gestores e CBHs.
55. Raoni Lopes - IGARN. Semear sempre a necessidade da participação da base em todo processo de tomada de decisão, fortalecendo de forma descentralizada a Gestão dos Recursos Hídricos.
56. Ronilson Rodrigues. SAAE De Quixeramobim/ Ceará. Fortalecer a divulgação dos comitês de Bacias em todo município é fundamental.
57. Layan - IGARN. Identificar os comitês com conflitos em bacias críticas para levantar a discussão de como compartilhar e trocar informações com o objetivo de efetivar a alocação negociada e o controle social dos recursos hídricos.
58. Joanna Aysha Assis- IMAC- ACRE. Gostaria de repassar os conhecimentos adquiridos nesse ENCOB, enfatizando a importância da vida, da água.
59. Kellen Braun Tonus- CBH Baixo Iguaçu- Membro da Câmara Técnica- PR. Intensificar o comitê pela busca do Plano de Bacias, bem como intensificar a água de reuso em diversas áreas, baseando-se na nova Resolução do estado do PR.
60. Edenilson albani CBH afluentes do baixo Iguaçu. Movimentar a sociedade para que todos tenham senso de pertencimento e se envolvam mais com comitê, trazendo suas ideias de melhorias.
61. José Teunas Ramos Comitê de bacia hidrográfica do litoral lá eu, vou apresentar demandas pertinentes a essa bacia para melhorar a alocação e negociata de água.
62. Magdala Braga. CPRH COB GL 2. Participação e comunicação, respeito e valorização das comunidades originárias, para fortalecimento dos comitês.
63. Marcialva Bonfim Costa Lima, engenheira ambiental, membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas- TO.
64. Elizabeth Rogério da Cunha de Castro. Rio Branco-AC. Instituto de Meio Ambiente do Acre. Eu quero mostrar a importância das águas em nossas vidas, em nosso planeta. Porque todos somos um aqui.
65. Ivanilda da Silva - CBH/PAJEÚ com o seguimento usuário (Associação dos Moradores da Fazenda Malhada Vermelha do Pajeú). Discutirem dentro do meu município de Floresta - PE, comunidades tradicionais e povos indígenas e na família.
66. Carlos Cruz IMAC/AC. Conhecer a vocação da bacia hidrográfica é um passo importante para a definição dos usos prioritários.
67. Cássia Araújo. entender as prioridades locais para subsidiar as alocações e minimizar os conflitos.
68. Educação ambiental e sustentabilidade. Realizar espaço de diálogo e troca de saberes sobre as potencialidades locais: Felipe Guerra-RN, com foco nos olhos D'água existente no Sítio Brejo, próximo às margens do Rio Apodi-Mossoró.
69. Alberto Mendes. Covapé. Disseminar as informações aqui reunidas.
70. Rafael Antônio Rosa | CBH Meia Ponte| Senar Goiás | Comunicação com a sociedade. Incentivar os participantes e entidades dos CBH's melhorar a comunicação com a sociedade, apresentando os trabalhos e soluções para sociedade, utilizando linguagem acessível para ter maior capilaridade nas informações. E através disso trazer mais agentes para participação dos comitês.

71. Francisca Edna Rinaudo. Consul Abóbora Parnamirim PE, Levando todas as informações e conhecimento aqui aprendidos e colocados neste extraordinário evento.

72. Richard Silva - CBH Itapicuru / Bahia. Levarei para o CBH Itapicuru a importância de continuar discutindo os conflitos existentes ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, através da Câmara Técnica, envolvendo todos os segmentos do Comitê, entes públicos e população em geral. Salve as nossas Águas!!!

73. Francisca Luzete Peixoto. Consul Chapeú Parnamirim Pe. Levar pra minha comunidade o que aprendi aqui.

74. João Carlos Farençena. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso – TOCANTINS. Interagir com mais intensidade na resolução dos conflitos existentes na bacia na questão de Alocação de Água!

75. Mariah Farias | IFPE - COBH Pajeú | Afogados da Ingazeira - PE. MPE participar ativamente do comitê, fortalecendo os processos de tomada de decisão.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações mencionadas têm em comum o foco na gestão sustentável dos recursos hídricos, envolvendo diferentes áreas geográficas e contextos específicos. Os participantes estão comprometidos com atividades que visam entender, promover, e fortalecer a gestão participativa e integrada dos comitês de bacia hidrográfica. Algumas características comuns incluem:

- **Participação Ativa:** Muitos expressam o compromisso de participar ativamente dos comitês, frequentar reuniões, e contribuir para a tomada de decisões.
- **Conscientização e Divulgação:** Há uma ênfase em conscientizar a sociedade sobre a importância dos recursos hídricos, seja através de projetos de lei, divulgação em escolas, ou sensibilização da comunidade.
- **Educação Ambiental:** Alguns participantes mencionam ações relacionadas à educação ambiental, seja por meio de projetos em escolas ou pela promoção de práticas sustentáveis.
- **Implementação de Comitês de Bacia:** Alguns indivíduos estão envolvidos na criação e implementação de novos comitês de bacia, fortalecendo a estrutura para a gestão integrada dos recursos hídricos.
- **Promoção do Diálogo:** A busca por diálogo e parcerias, tanto entre os membros dos comitês quanto com outros setores, é uma característica comum.
- **Desenvolvimento de Projetos e Políticas:** Muitos expressam o interesse em desenvolver projetos, políticas públicas, e ações práticas para melhorar a gestão dos recursos hídricos.
- **Valorização da Participação da Sociedade:** Há o reconhecimento da importância da participação da sociedade civil na tomada de decisões relacionadas aos recursos hídricos.

- **Conflitos e Resolução:** Alguns participantes mencionam a necessidade de abordar conflitos e trabalhar na resolução de problemas específicos relacionados à alocação de água.
- **Busca por Conhecimento:** Muitos expressam a intenção de buscar conhecimento e trocar informações para melhorar a gestão dos recursos hídricos.

Essas ações refletem um esforço conjunto para enfrentar desafios relacionados à água, desde a conscientização até a implementação prática de soluções, e demonstram um compromisso abrangente com a preservação e gestão responsável dos recursos hídricos.



3ª Jornada
Temas Transversais

ESTAÇÕES 6
**Papéis dos entes do SINGREH e fortalecimento
dos colegiados de recursos hídricos**

Facilitação	Rodolpho Martins, Projeto Cooperação
Pontos Focais	Brandina de Amorim, ANA Elmar Andrade de Castro, ANA/SAS Flávia Simões Ferreira Rodrigues, ANA/SAS Grace Benfica Matos, ANA
Palestrante	Larissa Cayres de Souza, SEMA/BA
Especialistas	Agustin Justo Trigo, ANA/SAS Luiz Henrique Pinheiro Silva, ANA/CINCS
Participantes	67 pessoas

Esse relatório reproduz os relatos e opiniões dos participantes do encontro, sem responsabilidade da ANA acerca das propostas e sugestões apresentadas. Portanto, não é uma posição oficial da agência sobre os temas tratados.

PERGUNTAS QUENTES

SOLUÇÕES COCRIADAS

- | | |
|---|--|
| 1. Como garantir participação dos Colegiados? | <ol style="list-style-type: none">1. Garantir a transparência das ações desenvolvidas.2. Divulgação acessível para a comunidade e usuários3. Capacitação dos usuários4. Incentivo financeiro5. Melhorando a transparência e a divulgação. |
| 2. Como fazer para que o poder público entenda a importância dos colegiados? | <ol style="list-style-type: none">6. Educar e capacitar7. Judicializar “se não pelo amor, pela dor!”8. Condicionar o acesso a recursos a participação efetiva nas ações do comitê.9. Mostrar à sociedade as ações positivas produzidas pelos colegiados.10. Apresentação de relatórios com as ações e resultados obtidos nos comitês |
| 3. Por que o foco maior é na implementação da cobrança do uso da água e não na implementação de todos os instrumentos legais? | <ol style="list-style-type: none">11. No Paraná, a bacia do Alto Iguaçu, única a ter cobrança instituída, tem o valor obtido por esta cobrança revertida no Estado do Paraná?12. Sem a implementação dos instrumentos de gestão nos estados, principalmente agências que vão regulamentar a gestão dos recursos arrecadados, não podemos avançar na cobrança pelo uso da água.13. Prazo para implementar os outros inst.de gestão, se a cobrança for implementada antes.14. Porque cada bacia tem sua particularidade/interesses. |
| 4. Como fortalecer os CBHS que não tem recursos? | <ol style="list-style-type: none">15. Buscar fontes de recursos fora do sistema (Eletrobrás, IBAMA, MPE/MPF) voltado p / gestão dos recursos hídricos.16. Promover parcerias com entidades de ensino (universidades) para realização de projetos voltados para a necessidade da bacia.17. Buscar fomentos internacionais.18. Solidariedade entres comitês, em função do potencial de arrecadação. |
| 5. Como fortalecer os CBHS para que consigam fazer uma gestão adequada dos R.H.? | <ol style="list-style-type: none">19. A boa gestão dos recursos dos comitês/Progestão.20. Ação descentralizada das agências de bacias.21. Implementação da cobrança de forma planejada com a implantação da agência.22. Organização administrativa e documental dos CBHS. Ex.: implantar núcleos de apoio ao CBHS.23. Investimento em capacitação. |
-

6. Como incluir a sociedade civil nas ações do comitê?	<p>24. Capacitar os membros dos colegiados quanto a seu papel no comitê e os instrumentos de gestão.</p> <p>25. Viabilizar financeiramente a efetiva participação da sociedade civil nas reuniões.</p> <p>26. Ampliar o alcance dos temas pautados nas reuniões dos comitês, por meio de mobilização social promovendo maior número de pessoas.</p> <p>27. Investir em educação ambiental nas comunidades e divulgar ações dos comitês (atuar por exemplo como agentes comunitários de saúde/ ambiental”).</p>
--	--

SÍNTESE DAS PERGUNTAS QUENTES

As perguntas apresentadas têm em comum o foco na otimização e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) e na promoção da gestão participativa e eficaz dos recursos hídricos. As principais semelhanças entre essas perguntas são:

- **Participação e Envolvimento:** Todas as perguntas abordam a importância da participação de diferentes atores, como os Colegiados, o poder público, os CBHs e a sociedade civil. Há um interesse em garantir a colaboração e o envolvimento ativo desses grupos na gestão dos recursos hídricos.
- **Fortalecimento dos CBHs:** Várias perguntas destacam a necessidade de fortalecer os CBHs, especialmente aqueles que enfrentam desafios financeiros e de recursos. Isso sugere uma preocupação com a capacidade operacional e efetividade desses comitês.
- **Implementação de Instrumentos Legais:** Algumas perguntas questionam a ênfase na implementação da cobrança pelo uso da água em comparação com outros instrumentos legais. Isso indica uma busca por equilíbrio e abrangência na aplicação das ferramentas legais disponíveis para a gestão dos recursos hídricos.
- **Gestão Adequada dos Recursos Hídricos:** A preocupação com a gestão adequada dos recursos hídricos é uma constante nas perguntas. Isso inclui questões sobre como fortalecer os CBHs para que possam desempenhar um papel mais eficaz nesse processo.
- **Inclusão da Sociedade Civil:** A inclusão e participação da sociedade civil nas ações dos comitês é uma temática presente em algumas perguntas. Isso destaca o reconhecimento da importância da participação democrática e diversificada na gestão dos recursos hídricos.

Globalmente, essas perguntas refletem desafios e preocupações comuns relacionados à governança e gestão dos recursos hídricos, buscando caminhos para aprimorar a eficiência, a representatividade e a sustentabilidade das práticas

adotadas pelos CBHs e outros órgãos envolvidos.

SÍNTESE DAS SOLUÇÕES COCRIADAS

As soluções cocriadas apresentam diversas abordagens para otimizar a gestão dos recursos hídricos. Algumas das semelhanças e temas comuns entre essas soluções incluem:

Transparência e Divulgação:

- Soluções como “Garantir a transparência das ações desenvolvidas” e “Melhorando a transparência e divulgação” destacam a importância da transparência nas ações dos comitês, proporcionando visibilidade e compreensão para a comunidade e usuários.

Capacitação e Educação:

- Múltiplas soluções mencionam a necessidade de capacitar os usuários, membros dos comitês e a sociedade em geral, evidenciando a importância da educação ambiental e do desenvolvimento de habilidades para uma participação mais efetiva.

Incentivos Financeiros:

- Algumas soluções propõem o “Incentivo financeiro” e “Condicionar o acesso a recursos a participação efetiva nas ações do comitê”, destacando a relevância de recompensar ou vincular incentivos financeiros à participação e engajamento.

Parcerias e Solidariedade:

- Soluções como “Promover parcerias com entidades de ensino” e “Solidariedade entre comitês” ressaltam a importância da colaboração entre diferentes entidades, incluindo instituições educacionais e outros comitês, para fortalecer a gestão coletiva.

Fontes Alternativas de Recursos:

- Várias soluções propõem buscar “fontes de recursos fora do sistema”, como parcerias com órgãos como Eletrobrás, IBAMA e MPE/MPF, indicando a busca por fontes de financiamento diversificadas.

Descentralização e Organização Administrativa:

- Soluções como “Ação descentralizada das agências de bacias” e “Organização administrativa e documental dos CBHS” apontam para a importância da descentralização das ações e da organização eficiente dos comitês.

- Cobrança Planejada e Implementação Gradual:
- Algumas soluções destacam a importância de uma “implementação da cobrança de forma planejada”, considerando a necessidade de instituir agências para gerir os recursos arrecadados.

Mobilização Social:

- Soluções como “Ampliar o alcance dos temas pautados nas reuniões dos comitês” enfatizam a mobilização social como meio de envolver um maior número de pessoas nas discussões e decisões relacionadas aos recursos hídricos.

Essas soluções refletem uma abordagem abrangente para aprimorar a gestão dos recursos hídricos, considerando aspectos como participação, transparência, educação, financiamento e colaboração entre diferentes atores.

MÍNIMO PASSO ESTRATÉGICO

1. Marcelo. Ter uma melhor integração no meu comitê.
2. Daniely Sant’Anna - SEDAM RO. Posso conversar com nossos Comitês para instituir capacitações internas entre eles, usando a experiência de cada membro para capacitar os outros.
3. Aryadne Márcia Aquino - SEMA/MT. Fazer uma apresentação aos novos membros do CBH Jauru sobre o que é um comitê de bacias e indicar cursos de capacitação sobre o assunto fornecidos pelo site da ANA.
4. Marcelo Girard - Eletrobrás. Prospectar projetos que visem a revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba.
5. Marcos Aurélio G. Antunes |SEMAD |Goiânia -GO. Elaborar documento orientativo com os papéis legais de cada um dos entes do SINGREH para servir de apoio ao trabalho dos membros dos colegiados.
6. Natasha IAT. Meu MPE para implementar as ações discutidas, será compartilhar as informações obtidas, os procedimentos identificadores nos demais Estados aos colegas do meu local de atuação.
7. Glecymara (CREA/TO). Fomentar o comitê, não necessariamente apenas com a implantação do sistema de cobrança dos usos dos recursos hídricos.
8. Bruno Gonçalves. Fazer com que as ações dos comitês sejam vistas e assim reconhecidas.
9. Francisco Sanae Antunes Moreira. Funai - CNH-LN. Aprimoramento dos projetos de monitoramento da qualidade das águas nas TIs para uma intervenção a sua melhoria.
10. Gabriela Tolentino - Prefeitura. Meu MPE, segundo a pergunta que discutimos hoje, será indicar ações de capacitação aos membros do comitê durante as reuniões ordinárias (cases de sucesso, por ex.), câmaras técnicas, e o treinamento mínimo necessário a novos integrantes.
11. Ubirajara Rodrigues Xavier - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba em Sergipe, representando a Secretaria de Estado - SEMAC. Buscarei compartilhar com aqueles colegas de trabalho e do comitê que não puderam se fazer presente, toda a experiência adquirida nesse maravilhoso ENCOB.
12. Comitê Piabanha-RJ. Karina Wilberg. Levar a reflexão de como podemos motivar a participação das diversas instâncias nas ações do Comitê.
13. Jeferson Alberto de Lima CBH-AMMA-

-RO. Desenvolver atividades voltadas para apresentar o comitê à sociedade sempre valorizando os benefícios da nossa ação.

14. Denise Rodrigues/ CBH-MPS/ Resende RJ. Meu plano é incentivar mais a participação da sociedade civil a partir de ações de educação ambiental. Com isso, acredito que a força da sociedade possa aumentar o engajamento político em implementar políticas públicas relacionadas às questões ambientais.
15. Gerson Rodrigues Ferreira. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria. Mínimo passo estratégico para avançar no SINGERH contribuir para que os Estados implantem todos os instrumentos de gestão de RH, principalmente Agências.
16. Patrícia Calegari | PCJ. Instituir a cobrança pelo uso da água nas bacias é fundamental para criar um arranjo institucional adequado aos comitês e, conseqüentemente gerenciar de forma adequada os recursos hídricos.
17. Hilmar Sérgio Pinto da Cunha - CSBH BANABUIU. Fortalecer os CBHs para chegarmos a uma maior conscientização dos entes (governo, usuários e sociedade civil) em busca de ações efetivas no cuidado com a água. Criar uma política macro de saneamento para elevarmos os nossos índices de melhoria na saúde básica e educação ambiental.
18. Marcos Talvani CBHC - BA. Usar as câmaras técnicas para contribuir com o nivelamento do conhecimento entre os membros do comitê, além disso fazer isso repercutir na política de gestão dos recursos naturais em cada município componente da bacia.
19. Marilene/Conselheira/. Levar para o meu município, a troca de experiências deste evento.
20. Renata Santos - SEMA/AP / Macapá/AP. Reunião com os técnicos e gestores com o objetivo de multiplicar os conhecimentos adquiridos no ENCOB. Em seguida, iniciar o planejamento das ações discutidas na reunião para implementar uma melhor gestão dos recursos hídricos através dos entes do SINGERH.
21. Daniel - Eletrobrás. Buscar parcerias com universidades, comitês e instituições para levantamento de projetos de saneamento e projetos de revitalização das bacias hidrográficas nas áreas de influência dos reservatórios de energia.
22. Roberto. Refletir sobre como caminha cada comitê. Observa-se que independente da região, os problemas são os mesmos. Faz-se necessário o engajamento de cada presente nesse encontro para não deixar morrer o conhecimento aqui adquirido.
23. Rogério Silva - CBH Camaquã. Promover a capacitação continuada para a melhor participação nos colegiados de recursos hídricos.
24. Paulo Feio, AMAPATERRA- Macapá/AP. Vontade e interesse individual para se capacitar ou dar continuidade as capacitações surgidas.
25. Leonardo - Imasul. Estudar mecanismos para envolver comunidades, organizações locais e partes interessadas. Isso pode incluir a realização de campanhas de sensibilização, consultas públicas, fóruns de discussão e a inclusão de representantes de diferentes setores nas tomadas de decisão relacionadas à gestão da água.
26. Andressa | CBH-TB | Birigui/SP. Partilhar minhas experiências com os colegas de trabalho e buscar me capacitar mais para contribuir com o sistema, ouvir mais a realidade do comitê e partilhar mais minhas ideias.
27. Cristiano Duarte de Magalhães. CBHC/ Bahia. Diante dos temas socializados e dos questionamentos, levo para o meu comitê uma grande bagagem de informações, conhecimentos e experiências advindas do compartilhamento com os outros comitês de bacias hidrográficas brasileiros. Onde na próxima reunião vamos estar passando para os demais membros e assim decidimos juntos quais os próximos passos a serem tomados.
28. Paulo Henrique CBH ALPA / CBH PARANAPANEMA. Instituto IDEAS - Sociedade Civil. Promover a integração contí-

nua entre os CBHs, dada a disparidade na situação entre os comitês em todo o Brasil. Poderíamos fazer um apadrinhamento para intercâmbio técnico, pois existem problemas comuns e situações delicadas em algumas regiões que já foram superadas por muitos CBHs. O ENCOB é uma ótima oportunidade de integração, mas o tempo é curto para contribuições técnicas efetivas.

29. Ronaldo Junior - CBHRMA/TO. Criar um evento no município, para atrair o máximo de pessoas da sociedade civil, além dos usuários da água da Bacia do Rio Manuel Alves, a fim de chamar a atenção para a importância dos comitês, tirar dúvidas dos participantes sobre a função e ações desenvolvidas

30. Gilmar CBHRF. Representante do poder público, meu MPE é tentar levar isso adiante em forma de divulgação seja pela educação ambiental.

31. Rene- COHB UNA. Garantir transparência das ações do comitê e tentar fazer uma divulgação com mais assertividade.

32. Esdras - Comitê Guandu. Atuar junto ao comitê para melhorar transparência e divulgação.

33. Alex Geaquinto Leal | Associação Guaçuense de Proteção Ambiental | ES. Direi a todos do território que eu vim, vi, vivenciei e que estarei à disposição para compartilhar os aprendizados.

SÍNTESE DOS MÍNIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

As ações apresentadas pelos participantes compartilham o objetivo comum de fortalecer e aprimorar os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e a gestão dos recursos hídricos. Alguns pontos em comum entre essas ações incluem:

- **Capacitação e Troca de Experiências:** Vários participantes destacam a importância da capacitação interna, seja por meio de cursos, apresentações, ou compartilhamento de experiências entre os membros dos comitês. Isso visa aprimorar o conhecimento e habilidades dos envolvidos.
- **Promoção da Participação:** Muitas ações visam promover a participação ativa, tanto entre os membros dos comitês quanto na sociedade civil. Isso inclui a realização de eventos, apresentações, e a busca por parcerias para envolver diferentes setores na gestão dos recursos hídricos.
- **Transparência e Divulgação:** Ações voltadas para melhorar a transparência e a visibilidade das ações dos comitês são comuns. Isso inclui iniciativas como a divulgação de informações, a criação de documentos orientativos e a promoção de eventos para compartilhar conhecimentos.
- **Incentivo à Conscientização:** Vários participantes expressam o desejo de conscientizar os diferentes entes, como governo, usuários e sociedade civil, sobre a importância das ações dos comitês na preservação dos recursos hídricos. Isso envolve campanhas de sensibilização e educação ambiental.
- **Busca por Parcerias e Projetos:** A busca por parcerias, seja com universidades, instituições, ou outros comitês, é uma estratégia comum para impulsionar projetos de revitalização, saneamento e outras ações

relacionadas às bacias hidrográficas.

- Reflexão e Engajamento: Algumas ações propõem reflexões sobre o andamento dos comitês, buscando o engajamento de todos os presentes para garantir a continuidade do conhecimento adquirido em eventos como o ENCOB (Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas).

Esses pontos refletem uma abordagem abrangente para fortalecer a gestão dos recursos hídricos, abordando aspectos como conhecimento, participação, transparência e conscientização.

Anexo | EMENTAS de cada ESTAÇÃO

1ª Jornada | Instrumentos de Gestão das Águas: experiências que inspiram

Ementa: As estações desta primeira jornada irão discutir os principais gargalos existentes na implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, tendo como referência experiências dos comitês de bacias. A partir das discussões, serão definidas estratégias que possam ser adotadas para o aprimoramento, ampliação e implementação dos instrumentos. Também serão objeto de discussão a integração e interface existentes entre os instrumentos, bem como a relação deles com a governança, adaptação e desenvolvimento.

Estação 1 | Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento: nosso compromisso estratégico

Estação 2 | Cobrança e arranjos institucionais: tirando os planos do papel

Estação 3 | Outorga: regular para conservar

Estação 4 | Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos: organização e transparência

Estação 5 | Monitoramento Hidrológico para a Gestão Integrada: conhecer para gerenciar

Estação 6 | Fiscalização responsiva: compartilhamento de responsabilidades

Parcerias: ABRHidro, ANA e FNCB

2ª Jornada | Governança, adaptação e desenvolvimento: interfaces entre a Política Nacional de Recursos Hídricos e outras políticas públicas

Estação 1 | Água e Meio Ambiente: Integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental

Ementa: Serão discutidas questões relacionadas à infraestrutura verde, soluções baseadas na natureza, pagamentos por serviços ambientais e revitalização de bacias. A partir desses temas, essa estação visa refletir sobre estratégias que promovam a integração entre as políticas nacionais de recursos hídricos e meio ambiente.

Parcerias: ANA, MMA e FNCB

Estação 2 | Água e Meio Ambiente: Educação Ambiental na escola e na sociedade

Ementa: Essa estação tem como objetivo construir estratégias conjuntas de ações de educação ambiental dentro e fora da escola. Terá como ponto de partida todo o acúmulo obtido nos Encontros Formativos de Educação Ambiental na Gestão das Águas, experiências desenvolvidas pelos comitês de bacias e órgãos gestores de recursos hídricos e marcos legais de referência, tais como a PNEA e a Resolução CNRH nº 98.

Parcerias: ANA, MMA, MEC, CNRH/CTECT e FNCB

Estação 3 | Mudança do Clima: agir para a adaptação e resiliência

Ementa: Serão discutidas questões relacionadas à mudança do clima e seus impactos na gestão de recursos hídricos. Essa estação visa refletir sobre estratégias e ferramentas que promovam a integração entre as políticas nacionais de recursos hídricos e mudança do clima com foco na mitigação, adaptação e resiliência, a partir de experiências já desenvolvidas.

Parcerias: ANA, MMA e FNCB

Estação 4 | Água e saneamento

Ementa: Essa estação buscará refletir e discutir as relações existentes entre as políticas de água e saneamento e, a partir das discussões, elencar o papel dos comitês de bacias nessa relação e no alcance dos desafios apresentados pelo novo marco regulatório do saneamento e suas metas de universalização.

Parcerias: ABES, ANA e FNCEB

Estação 5 | Regulação dos Serviços Hídricos: a Transposição do São Francisco

Ementa: Essa estação tratará da regulação dos serviços hídricos tendo como estudo de caso o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF.

Parcerias: ANA, FNCEB e Órgãos Gestores Estaduais do PISF.

Estação 6 | Operação de Sistemas Hídricos e Prevenção de Eventos Críticos

Ementa: Nesta estação serão apresentadas experiências de gestão e operação de grandes sistemas hídricos durante crises hídricas bem como estratégias de prevenção de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações), e o papel dos comitês de bacia na articulação dos usos múltiplos da água e na adoção de medidas preventivas complementares de contingência e adaptação a eventos críticos.

Particularmente, serão apresentados os casos dos sistemas hídricos das bacias dos rios Paraíba do Sul, São Francisco e Paranapanema, e eventos recentes de secas e inundações em diversas regiões do País, como estudos de caso para formulação de propostas de atuação dos comitês de bacia na gestão de riscos de eventos hidrológicos críticos.

Parcerias: ANA e APAC (AGEVAP/CEIVAP)

3ª Jornada | Governança, adaptação e desenvolvimento: Temas Transversais

Estação 1 | Indicadores de Governança, Adaptação e Desenvolvimento

Ementa: Essa estação visa definir o conceito de governança, adaptação e desenvolvimento, a partir do olhar dos participantes. Será apresentado o Sistema de Monitoramento da Governança construído no âmbito da rede do OGA Brasil e promovida uma discussão sobre como os conselhos de recursos hídricos, comitês de bacias, agências de bacias e secretarias de estado podem aderir ao monitoramento da governança por meio do Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas desenvolvido pelo OGA.

Parcerias: OGA e ANA

Estação 2 | (Edu)comunicação e mobilização social

Ementa: Essa estação tem como objetivo discutir sobre ações de comunicação como estratégia de formação e mobilização social. Terá como ponto de partida os resultados dos Encontros Formativos de Educação Ambiental na Gestão das Águas e marcos legais de referência, tais como a Política Nacional de Educação Ambiental, Resolução CNRH nº 98 / 2009 e Resolução CONAMA nº 422 / 2010, bem como experiências, planos e campanhas de comunicação desenvolvidas pelos comitês de bacias, órgãos gestores de recursos hídricos e outras instituições.

Parcerias: ANA, MMA, Cemaden e FNCEB

Estação 3 | Água e Gênero

Ementa: Essa estação busca apresentar desafios relacionados à equidade de gênero na gestão das águas, identificar práticas exitosas e estabelecer parcerias e estratégias que fomentem a participação da mulher na gestão de recursos hídricos. Além disso, visa discutir mecanismos de participação e representatividade na gestão das águas.

Parcerias: ANA / CPEG, Rebob Mulher e FNCEB

Estação 4 | Água e Juventude

Ementa: Esta estação irá discutir estratégias de envolvimento da juventude na agenda da água, identificar espaços e oportunidades existentes para a atuação das juventudes no SINGREH e definir ações e ferramentas que podem engajar os jovens no tema da água.

Parcerias: ANA, OGA, Itaipu Binacional, ABES e ABRHidro

Estação 5 | Alocação de Água e Gestão de conflitos

Ementa: Esta estação irá apresentar algumas experiências de alocação de água e gestão de conflitos em comitês de bacia hidrográfica e outras entidades participativas de gestão da água (conselhos, comissões de açude, salas de situação etc.). Serão também apresentadas questões e propostas feitas na estação sobre gestão de conflitos do ENCOB 2022. A partir dessas informações, serão realizadas dinâmicas para que os participantes identifiquem os principais conflitos atuais e indiquem propostas para fortalecer e institucionalizar a gestão de conflitos em seus comitês.

Parcerias: ANA, FNCCB e FENOGA

Estação 6 | Papéis dos entes do SINGREH e Formas de apoio aos Colegiados de Recursos Hídricos

Ementa: Esta estação irá discutir sobre os papéis dos entes do SINGREH e questões relacionadas à representação e representatividade. Serão apresentadas experiências exitosas e fomentada a discussão para a proposição de iniciativas de fortalecimento dos colegiados de recursos hídricos.

Parcerias: ANA, FENOGA e FNCCB



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO